

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LUCIANO SOMENZARI

O SILENCIAMENTO NA IMPRENSA

Aspectos relevantes dos fatos que não se tornaram notícia

São Paulo
2018

Luciano Somenzari

O SILENCIAMENTO NA IMPRENSA
Aspectos relevantes dos fatos que não se tornaram notícia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Orientadora; Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Castilho Costa

São Paulo
2018

A dissertação de mestrado *O silenciamento na imprensa: aspectos relevantes dos fatos que não se tornaram notícia*, realizada pelo aluno Luciano Somenzari sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa foi _____, no dia ____/____/____, pela banca examinadora composta pelos professores doutores:

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa (orientadora)

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cristina Costa pela dedicação e carinho com que abraçou a orientação do meu trabalho, pela sua paixão na produção da pesquisa científica e influência contagiante que exerce sobre os alunos.

Aos profissionais e colegas do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) que sempre disponíveis me ajudaram com sugestões, dicas e novas fontes de pesquisa. À Universidade de São Paulo pela estrutura e abnegação de professores e funcionários no compromisso com a ciência brasileira.

Aos professores doutores da banca examinadora, pela leitura atenta e crítica do meu trabalho, ao professor Walter Sousa, sempre perspicaz e pronto para ajudar, ao professor Herom Vargas, pelo apoio, ao professor Vinicius Romanini por mostrar importantes trilhas que puderam ser seguidas neste trabalho.

Também à professora Mayra Gomes, pela generosidade, ao professor Eugenio Bucci, sempre disposto no auxílio, minha admiração também à professora Roseli Figaro, incentivadora e amiga.

Obrigado ao amigo e parceiro Eduardo Luiz Correia que sempre me incentivou a trilhar o rico caminho da atividade acadêmica.

Aos amigos do CELAV, trabalhadores incansáveis que me enchem de entusiasmo.

À Carla Tôzo, companheira, batalhadora, pessoa admirável que me ajudou muito e continua ajudando, no trabalho e na vida.

Aos meus filhos, Giancarlo e Fabrizio, pelos momentos em que procurei explicar a importância e o sentido de minha dissertação de mestrado.

A todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, mas que o espaço destas folhas não permite nomear.

RESUMO

Existem alguns assuntos que mesmo tendo relevância do ponto de vista jornalístico muitas vezes não fazem parte dos noticiários. Por interesses ideológicos, econômicos ou políticos ocorre um processo de silenciamento sobre temas que passam a não figurar em reportagens ou mesmo em pequenos textos noticiosos nas páginas dos jornais. Por meio desta pesquisa de dissertação, procurou-se investigar especificamente os conteúdos relacionados ao sistema prisional brasileiro publicados nas primeiras páginas dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Durante um período de três anos consecutivos, todas as capas foram analisadas, bem como suas respectivas matérias jornalísticas das páginas internas que faziam referência ao esse sistema. A partir daí foi possível identificar ausências, lacunas ou omissões de tópicos importantes para a compreensão e contextualização da complexidade do universo que compõe os procedimentos legais de investigação, julgamento e execução penal, tanto quanto as condições em que isso é realizado. Tal identificação se deu através do cruzamento das informações contidas nas matérias analisadas com as informações, na íntegra, das fontes de domínio público que eventualmente fizeram parte desses textos.

Palavras-chave: Silenciamento; Liberdade de Expressão; Interdição; Jornalismo.

ABSTRACT

There are some issues that even having a journalistic relevance are often not part of the news. By ideological, economic or political interests, a process of silencing takes place on subjects that do not appear in reports or even in small news texts on the pages of newspapers. Through this dissertation research, we sought to investigate specifically the contents related to the Brazilian prison system published in the first pages of the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo. During a period of three consecutive years, all the covers were analyzed, as well as their respective journalistic articles of the internal pages that made reference to this system. From that point on, it was possible to identify absences, or omissions of important topics for understanding and contextualizing the complexity of the universe that makes up the legal procedures for investigation, prosecution and criminal execution, as well as the conditions in which this is done. Such identification took place through the crossing of the information contained in the analyzed material with the information of the sources of public domain that occasionally became part of these journalistic texts.

Keywords: Silencing; Freedom of expression; Interdiction; Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 - Os periódicos informativos	
Origens do Jornalismo – Sua formação na transição do capitalismo Comercial para o Industrial	16
1.1 A informações que importavam	17
1.2 A objetividade – A maneira de se reportar “fatos” nas páginas escritas da imprensa	26
1.3 As mudanças no final do século XX – A linha editorial em tempos de neoliberalismo	28
1.4 O <i>newsmaking</i> – O modo de produzir a notícia	31
1.5 A produção de notícias - Por dentro de dois jornais paulistas	35
1.6 Construção de Consenso – O discurso único nas editorias dos periódicos	39
1.7 A Crise no Jornalismo – O modelo de negócios e a qualidade da notícia	41
1.8 Jornalismo e Poder – Os donos e suas relações com os governos	52
Capítulo 2 - A opinião pública	
A Opinião Pública - conceito e sua relação com o Jornalismo	61
2.1 As opiniões de um grupo ou de um povo	61
2.2 A opinião pública no Brasil – A vinda de D. João, a impressão de jornais e o início da circulação das ideias	66
Capítulo 3 - Sistema Prisional	
Sistema Prisional - Um relato da história das prisões	75
3.1 A reconfiguração do sistema de penalidades	76
3.2 As prisões no Brasil – A formação dos lugares e da legislação penal	81
3.3 A cobertura da imprensa pela pesquisa da Universidade Candido Mendes	94
Capítulo 4 - As formas do Silêncio	
As formas do silêncio – O que não deve ser dito	98
4.1 Silêncio e ideologia	99

4.2 O silenciamento enraizado no Brasil Colônia	100
4.3 O efeito silenciador do discurso	103

Capítulo 5 - Folha de S. Paulo e O Globo

Folha e O Globo - Periódicos frutos do seu tempo	108
5.1 O Grupo Folha: de Olival Costa a Octavio Frias	109
5.2. O Globo, Roberto Marinho, Rio de Janeiro e a classe média urbana	114
5.3 A concentração da mídia no Brasil	116

Capítulo 6 - A pesquisa nos jornais

Das pesquisas de opinião ao processo de classificação das notícias	122
6.1 O levantamento das notícias – As capas dos periódicos	127
6.2 As condições sub-humanas nas prisões do país	138
6.3 Complexo de Pedrinhas e o caos no sistema maranhense	143
6.4 No Rio de Janeiro, muitos detidos provisórios e poucos condenados	146
6.5 O endurecimento da legislação contra o crime, mais uma vez	151
6.6 População carcerária e violência contra a juventude negra	158
6.7 Origem geográfica dos presos no Rio de Janeiro	165

Capítulo 7 - Maioridade Penal

Maioridade penal: discussões e consequências	169
7.1 Menores de idade: as vítimas	169
7.2 A morte de um médico por um menor de idade	175
7.2.1 Um fato novo nas investigações	177
7.2.2 Reviravolta no caso do médico	181

CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	192
--------------------------	-----

ANEXO 1	202
----------------------	-----

INTRODUÇÃO

A imprensa de massa nasceu com o propósito inicial de auxiliar prósperos comerciantes que experimentavam a emergente expansão de seus negócios. Informações confiáveis distribuídas no tempo certo se tornaram tão importantes quanto as mercadorias em circulação. Inegavelmente, o dinamismo de ambas propiciou o aumento de renda e do lucro da burguesia em ascensão. A Europa atravessava um momento em que deixava para trás as restrições comerciais típicas da Idade Média e seguia célere rumo ao crescimento de um mercado que conquistava novas fronteiras. A função estratégica adquirida pela imprensa não se limitou às trocas comerciais, entretanto. Também serviu para finalidades políticas e ideológicas, difundindo ideias a um público leitor, embora ainda restrito, sedento pelos novos horizontes do conhecimento.

Da prensa móvel de Gutenberg criada em meados do século XV aos atuais meios de comunicação, a circulação de dados em bases tecnológicas cada vez mais sofisticadas parece não conhecer limites de tempo e de espaço. Desde a era das Grandes Navegações e da Revolução Comercial, sobretudo na Europa, a disponibilização de informações dos mais variados campos do conhecimento se tornou fundamental para ancorar o desenvolvimento econômico, político, social e cultural das Nações. Nesse aspecto, o jornalismo cumpre papel destacado nas exigências crescentes por notícias que precisam reportar a realidade dos fatos e ajudar a situar o cidadão crítico no complexo contexto onde vive, no seio de uma sociedade dinâmica e permanentemente em transformação.

Ocorre, contudo, que ao mesmo tempo em que se consolida a importância da imprensa nos dois últimos séculos, norteadas pelos princípios econômico-liberais conceitualmente sustentados pelo Iluminismo do século XVIII, a livre circulação de ideias e informações choca-se de maneira invariável com interesses de classe, ideológicos, econômicos, religiosos ou políticos. Não por acaso, o crescimento da imprensa de massa traça caminho interconectado com a luta pela liberdade de expressão e contra a censura, exercida das mais variadas formas.

No jornalismo diário em particular esse embate ainda ocorre com força na atualidade, mesmo havendo princípios universais previstos e aceitos pelos países, como os contidos na Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, ou na Constituição brasileira, de 1988, garantindo a liberdade de expressão e de pensamento. No Brasil, oficialmente, não existe censura desde a promulgação da última Constituição. No entanto, interdições

promovidas por pressões de grupos sociais ou religiosos, por lobbies empresariais, por interferências de proprietários da própria empresa jornalística, por ações judiciais, além de outros gêneros de intervenções, em conteúdos noticiosos são rotina no dia a dia das redações.

No objeto essencial que abarca o princípio da plena liberdade de investigação e de publicação no jornalismo, é impossível imaginar que deliberados temas, fatos, informações, e tudo que venha a ser considerada “pauta” jornalística, não possam ser tratados nos periódicos noticiosos.

Esta pesquisa de mestrado investiga um aspecto bastante corrente durante o processo de produção de notícias nos grandes jornais impressos. O que diz respeito ao silenciamento sobre assuntos ou parte de assuntos que simplesmente deixam de ser publicados, ou que recebem tratamento excessivamente discreto na sua apresentação, apesar de possuírem enorme relevância jornalística. Seria possível enumerar uma série considerável de questões presentes e que repercutem na vida cotidiana das pessoas no contexto da realidade brasileira que não figuram nas páginas dos grandes jornais. Fatos e temas do meio econômico ou político, por exemplo, com potencial para se tornarem públicos ficam ausentes do noticiário. Tal constatação tem ficado ainda mais evidente depois que jornalistas independentes (autônomos e desvinculados aos grandes meios de comunicação) passaram a utilizar alguns instrumentos das mídias digitais, como blogs, para difundir informações e análises de conjuntura, o que comumente se tornaram importantes contrapontos aos casos omissos dos grandes meios de comunicação.

As mídias digitais, por sinal, bem como as novas tecnologias de informação têm causado profundas transformações no modelo de negócio no qual se assentam as empresas jornalísticas, assim como no modo de se produzir notícia. Instantaneidade, interação, acesso a tecnologias para produção de conteúdo e capacidade para difundi-lo exponencialmente são características inerentes a essas mídias. Por isso atraem um contingente de pessoas que cresce na mesma medida em que diminui a audiência dos meios analógicos (jornais e revistas impressos, rádio e TV). Nos últimos anos, a chamada grande imprensa vive uma profunda crise, tanto no aspecto econômico-empresarial quanto no de qualidade de sua produção jornalística. Ao mesmo tempo em que tenta se diferenciar do mundo engendrado nos meios digitais, vê-se obrigada a imitar um modelo de produção que lhe é conceitualmente estranho. O primeiro capítulo desta dissertação aborda essa problemática contextualizando-a no seu tempo histórico,

desde o surgimento da imprensa de caráter puramente ideológico, e posteriormente empresarial, até os dias atuais.

Com efeito, se é possível constatar *a priori* que há silenciamento nos mais diversos quadrantes das coberturas jornalísticas, optamos nesta dissertação de mestrado por escolher alguns temas gerais¹ que tivessem amplo interesse público, a fim de posteriormente elegermos um deles para aprofundar nossa pesquisa. Foi definido então, dentro do tema “violência urbana”, os assuntos que se referem ao sistema prisional brasileiro, a partir das coberturas dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Um tema complexo e potencialmente rico a ser “explorado” jornalisticamente pelos dois periódicos impressos mais destacados do país, considerando o número de exemplares distribuídos diariamente, a história quase centenária de ambos, a capacidade de “pautar” os outros veículos de comunicação, entre outras características, que os fazem se tornar referências no meio.

O Brasil já é o país que ocupa a quarta posição mundial em número de presos, ficando atrás dos EUA, China e Rússia. Aprisionar em massa é a resposta que o poder público tem dado ao combate à violência nas cidades, que ceifa a vida de milhares de pessoas, conforme o relato diário da imprensa. Mas olhando de perto as estatísticas juntamente com os procedimentos policiais e judiciais desse sistema, constata-se que as prisões mantêm encarcerados predominantemente aqueles que cometeram crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, assaltos etc) e os que são indiciados por tráfico ou porte de entorpecentes. Portanto, homicidas, assassinos e facínoras de toda espécie, repetidamente explorados pela “mídia”, estão muito longe do perfil do presidiário comum brasileiro.

É possível, aliás, que a população carcerária seja a que mais sofra as consequências de um silenciamento explícito e escorado por parte importante da sociedade, a quem os grandes meios de comunicação se arvoram em ser seus legítimos porta-vozes. Das condições degradantes presentes na quase totalidade das penitenciárias brasileiras aos atos de selvageria a que são submetidos por quem deveria protegê-los (ou ainda pelas atrocidades cometidas por facções criminosas que dominam os ambientes carcerários), não há voz de presos que possa ecoar nos espaços da imprensa. É também desse tipo de processo de silenciar que trata esta dissertação. Das vozes de milhões de cidadãos que

¹ Entre eles figuraram “corrupção”, “educação”, “desemprego”, “violência urbana”, entre outros.

não reverberam porque suas condições socioeconômicas estão aquém dos padrões aceitáveis do *status* social defendido pelas classes mais abastadas.

Assim, foram inspecionadas todas as notícias contidas em mais de 2.000 capas diárias da Folha de S. Paulo e de O Globo, a fim de procurar indícios que pudessem configurar em ações de silêncio na cobertura relativa ao sistema prisional brasileiro. E esses indícios foram encontrados em casos como a completa ausência de temas de absoluta relevância como a problemática da reincidência de condenados, e os resultados pífios obtidos para efetivação da reintegração social de presos. O método indiciário usado também identificou zonas de silêncios igualmente insidiosas ao levantar informações que foram omitidas em grandes matérias a partir da consulta às mesmas fontes, de acesso público, utilizada pela equipe de reportagem dos periódicos pesquisados.

Procurar reconstituir parte do processo de apuração e da produção da notícia utilizando as mesmas bases de dados dos jornalistas foi um exercício bastante revelador, uma vez que deixou ainda mais evidente a presença de vícios e preconceitos por parte dos jornalistas e das empresas jornalísticas, assim como se verificou também em algumas reportagens abordagens de grande qualidade técnica, bem apuradas, abrangentes e visivelmente comprometidas com os preceitos básicos do jornalismo.

Enfim, tratamos acima de tudo de um campo profissional onde as disputas por espaços, ideias, pontos de vista e busca de consensos são a tônica que movem o dinâmico universo do jornalismo.

Capítulo 1

Capítulo 1 Os periódicos informativos

Origens do Jornalismo - Sua formação na transição do capitalismo Comercial para o Industrial

O surgimento do jornalismo está relacionado ao processo de formação da democracia moderna, assim como no momento da transição entre o capitalismo comercial e o industrial, compreendendo inicialmente, em maior ou menor grau, os países da Europa ocidental. Também é desse período a cristalização de valores como cidadania, liberdade, Estado de Direito, opondo-se aos antigos ideais do *Ancien Regime*, ao Absolutismo dos governos monárquicos, sobretudo na Europa a partir do século XVI, em que a figura do Rei tinha poderes absolutos. Ciro Marcondes Filho assinala que o jornalismo é considerado como tal quando há a produção empresarial de notícias, “que se caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins – além de econômicos – políticos e ideológicos”². Antes de aprofundarmos mais sobre esse assunto, convém voltarmos um pouco no tempo e abordar o início da circulação de notícias em meios impressos.

Na fase Mercantil, em que as raízes do sistema capitalista se estabelecem, há uma transformação na dinâmica das trocas comerciais, capitaneada pela classe emergente de comerciantes nas florescentes cidades europeias. Germinava o espírito “público” embalado pela circulação das ideias e opiniões a irrigar a sociedade, que por sua vez acompanhava o fluxo das mercadorias e do dinheiro. A economia deixava de ser uma atividade de administração de poucos bens circunscrita aos limites estabelecidos pelos costumes dos feudos da Idade Média. Passava, então, a adquirir importância à medida que o comércio se ampliava junto com o crescimento das cidades, constituindo grandes mercados abastecidos, inclusive, por produtos vindos de locais longínquos fora da Europa. Além das grandes cidades, as estradas e os meios de transportes ganhavam interesse estratégico a fim de melhorar a circulação de mercadores, de seus produtos e consequentemente, do dinheiro, que definitivamente se efetiva como elemento facilitador nas transações comerciais.

Acrescente-se ao fato histórico de que no período pré-capitalista a relação entre servos e senhores feudais, do ponto de vista econômico, também já havia deixado de ter como característica principal o trabalho obrigatório sem remuneração. O florescimento

² MARCONDES FILHO, Ciro. Notícias e atividade mercantil. In MARCONDES Filho, Ciro (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairos, 1984, p. 16.

do comércio e da circulação de moeda propiciam ainda a possibilidade de pagamentos em dinheiro pelo trabalho executado. Aos poucos deixa-se para trás um sistema baseado no arredamento e no escambo, na baixa produção agrícola e dependência total do suserano da ocasião. Sobre esse contexto, Leo Huberman assinala que –em meados do século XV, na maior parte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil, e, além disso, muitos camponeses tinham conquistado a emancipação completa”³.

Essas transformações foram fundamentais para que se pudessem ter as condições de desenvolvimento da fase mercantilista, e com ela a necessidade da circulação de informações de auxílio à nova dinâmica econômica.

Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (...), agora também o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalista desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa.⁴

1.1 As informações que importavam

Os jornais diários começam a aparecer na Europa em meados do século XVII, inicialmente mais identificados por tratar de assuntos triviais, voltados aos fatos corriqueiros do cotidiano. Mas nas correspondências privadas, em um primeiro momento, circulavam as informações que tinham relevância para os grandes comerciantes, os protagonistas do capitalismo comercial. Notícias sobre guerras, resultados de colheitas, impostos, transporte de metais preciosos e sobre o comércio internacional constituíam a tônica dessa comunicação restrita entre pares, organizados, àquela altura, em associações cuidando dos interesses do grupo.

Logo essas informações se tornariam muito valiosas para ficarem limitadas às correspondências corporativas. Aos jornais, como já foi dito, sobravam assuntos de pouca relevância do ponto de vista dos comerciantes: epidemias, assassinatos, curas milagrosas, incêndios etc. Porém, –a troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades de intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias”⁵. E tornando-se mercadoria, isto é, dotada de valor de troca, a notícia passa a estar sujeita às leis de mercado.

³ HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, p. 61.

⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 34.

⁵ *Ibidem*, p. 35.

Na concepção marxista, mercadoria é o trabalho humano concentrado e não pago. Mais do que um produto com valor de troca (que tem um preço e é comercializado no mercado) e valor de uso (utilidade), a mercadoria é o resultado das condições de produção no sistema capitalista, em que separa o trabalhador dos meios, instrumentos e condições da produção. Ocorre que as condições desse trabalho não dependem de quem o produz. Depende do proprietário dos meios de produção para o qual o trabalhador “vende” sua força de trabalho. Só que este não é remunerado pela totalidade de horas e esforços que dedica à manufatura, recebe apenas por uma parte deles. Essas horas trabalhadas e não pagas, mas cujo valor está contido no preço final da mercadoria, constituem a mais-valia.

A mercadoria é, dessa forma, uma realidade social, resultado de relações de produção, constituída a partir da exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção. Grosso modo, é por meio desse trabalho não pago ao trabalhador, mas concentrado na mercadoria vendida, que o capitalista acumula a riqueza. Portanto, quando a notícia se torna mercadoria é ela também elemento de venda e circulação em grandes quantidades para fins de maximização dos lucros e de acumulação de riqueza. Por conseguinte, a informação, agora valiosa, é precificada. Portanto, a busca do lucro se dá com a ampliação de sua venda.

Toda informação epistolar tem o seu preço: está, portanto, muito próximo querer aumentar o lucro mediante o aumento de tiragem. Já por isso, uma parte do material noticioso disponível é periodicamente impresso e vendido anonimamente – passando a ter, assim, caráter público⁶.

Esse caráter público angariado no seio da imprensa a partir da nova lógica de um mercado prenhe de circulação de mercadorias e de informações - cujo âmbito ultrapassa as fronteiras europeias e propicia extraordinário acúmulo de riqueza – começa a atrair também o interesse do poder administrativo de então. A corte das monarquias Absolutistas vê nos jornais desse período uma utilidade até então muito pouco explorada: a de transmitir à população, ou pelo menos a uma parte interessada desta, letrada, sobretudo, informações sobre decretos, portarias, impostos, taxas, critérios de preços e outras resoluções oficiais. Resoluções que também podiam interferir nas regras do mercado, feitas a pedido, ou sob pressão, da burguesia ascendente, preocupada com a ampliação dos seus negócios. Ou ainda, ao contrário, resoluções da corte que eram tomadas à revelia da nova classe emergente, ou seja, o retrato característico de um

⁶Ibidem, p. 35.

ambiente de disputa entre o Absolutismo decadente e o poder econômico emergente pelo controle dos instrumentos dos aparelhos de Estado.

De notícias de interesse geral até as de caráter oficial e relativas ao incremento dos negócios de grandes comerciantes, a imprensa dos séculos XVII e XVIII é composta pelos jornais, complementados por revistas. Estas dedicavam parte de seu conteúdo a artigos “eruditos”, resenhas de livros, bem como de textos críticos, elaborados por homens da academia da Filosofia, Medicina ou Direito levando ao público leitor o “exercício da reflexão”, como descreve Habermas. “Os burgueses, aqui ainda sob encomenda dos senhores feudais, formulam as ideias que logo viriam a ser as suas próprias ideias e dirigidas contra aqueles que antes a encomendavam”⁷.

Trata-se de um período em que o jornalismo tinha conotações de literatura ou de ativismo político. Ciro Marcondes Filho retrata aquele momento (também com base na obra de Habermas) da seguinte maneira:

A passagem da imprensa informativa, dos “vendedores de notícias” para a imprensa de opinião, dos “portadores de opinião pública” (Habermas) marca a revolução empreendida a partir do final do século XVIII, caracterizando o início da segunda fase na imprensa, a do jornalismo literário e político. É nessa fase que jornais eruditos, das revistas moralistas, época em que escritores e políticos escrevem em suas páginas.⁸

Por meio das páginas da imprensa desse período, não mais com simples informações de pouca relevância ou eminentemente de interesse econômico, mas com função opinativa e de crítica política, os leitores de então, os “homens cultos” constituídos por médicos, advogados, pastores, oficiais, professores, funcionários da burocracia etc., formam “um público que julga”. “O que é submetido ao julgamento do público ganha “publicidade”⁹. Não se trata aqui da chamada publicidade comercial, da venda de anúncios em espaços ocupados nos jornais, esta só será explorada depois, quando os jornais se tornam empresas lucrativas, como veremos em seguida.

O autor se refere ao fato de tornar público aquilo que é de interesse público, isto é, tudo que afeta a vida dos cidadãos vindos de atos ou resoluções tanto da esfera pública quanto da privada. Ao resgatar as raízes do termo, Habermas afirma que este aparece na Inglaterra (*publicity*), por sua vez emprestado do francês (*publicité*), no final do século

⁷Ibidem, p. 40.

⁸MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia. Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986, p. 61.

⁹HABERMAS, op. cit., p. 41.

XVII. Estamos falando de um conceito tratado no bojo da crítica que passava a se apresentar na forma de “opinião pública”, expressão esta cunhada na segunda metade do século XVIII tanto na Alemanha, quanto na Inglaterra e na França.

As transformações causadas então na esfera pública se devem, portanto, ao papel da imprensa. Esfera pública aqui entendida, segundo a concepção de Habermas, como reunião de privados a discutirem temas de interesses comuns em um espaço público, levando à formação de opinião sobre o que foi debatido. É da imprensa que a burguesia se utiliza para agitar a esfera pública criando o arcabouço ideológico rumo às transformações para uma nova sociedade. Nessa fase, verifica-se a disseminação de ideias influenciadas pelos valores Iluministas, movimento sobre o qual se assentou as bases epistemológicas da própria sociedade burguesa. As luzes da razão dos novos tempos combatiam as “trevas” dos antigos regimes Absolutistas pregando liberdade econômica e política (por extensão, a de imprensa), incentivando o cidadão a decidir com sua própria vontade e autonomia, sem a doutrinação da Igreja Católica e a submissão aos déspotas da realeza. Por conseguinte, manifestam-se também as mudanças no que se refere aos limites entre o público e o privado diante dos espaços de atuação conquistados pela burguesia. Habermas, em outro texto, resume esse ponto com as seguintes palavras:

A transformação dos fundamentos da esfera pública baseia-se na reestruturação dessa esfera como uma dimensão que só pode ser apreendida por meio da mudança de sua instituição principal, a imprensa. Por um lado, as diferenças entre circulação de mercadorias e movimentação de indivíduos que formam o público são suprimidas na medida em que ela se comercializa; no interior da esfera privada desaparecem as claras delimitações entre âmbito público e privado. Por outro lado, a esfera pública deixa de ser parte da dimensão exclusivamente privada, na medida que a independência de suas instituições só pode ser assegurada por meio de determinadas garantias políticas¹⁰.

Para Habermas, portanto, publicidade e opinião pública, forjadas historicamente durante a ascensão da burguesia e da constituição do mercado de princípios liberais, precisam ser entendidas em termos ideais como grandezas que possibilitam o julgamento crítico do público diante de governos e de corporações privadas nas sociedades democráticas. Um público devidamente informado através de uma imprensa livre, plural e independente, com capacidade e instrumentos de participação no

¹⁰HABERMAS, Jürgen. Do Jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairos, 1984, p. 141.

exercício do poder político e social. Na argumentação apresentada pelo sociólogo Siegfried Landshut, citado por Habermas:

O Estado moderno pressupõe como princípio de sua própria verdade a soberania popular, e esta, por sua vez, deve ser a opinião pública. Sem esse adicional, sem a substituição da opinião pública como origem de toda a autoridade das decisões obrigatórias para a totalidade, falta à democracia moderna a substância da sua própria verdade¹¹.

À medida que as bases do capitalismo passam a se fixar nos modos de produção industrial e a burguesia se consolida como classe dirigente, a imprensa opinativa e de debates tem sua atuação enfraquecida. É como se sua antiga função agitadora não tivesse mais serventia nos novos tempos, cujos poderes econômico e político mudaram de mãos. Quando os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, apropriados segundo os interesses da burguesia, passam a ser “universais” na sociedade de domínio burguês, já não há necessidade da mesma virulência de periódicos insuflando as classes a marcharem juntas para derrubar a monarquia e construir uma nova sociedade. Marilena Chauí lembra na sua obra “*O que é ideologia*” (a partir das concepções de Marx e Engels) que cada nova classe social em ascensão precisa formular seus interesses particulares de maneira sistemática fazendo parecer que estes sejam os mesmos para toda a sociedade. “Assim, por exemplo, a burguesia, ao elaborar as ideias de igualdade e de liberdade como essência do homem faz com que se coloquem de seu lado como aliados todos os membros da sociedade feudal submetido ao poder da nobreza, que encarnava o princípio da desigualdade e da servidão”¹².

No início desse processo de ascensão, a nova classe representa de fato o interesse coletivo, isto é, o mesmo de todas as classes não dominantes. Contudo, uma vez alcançada a vitória, ao obter os controles dos meios de produção e do Estado, seus interesses passam a ser particulares, mas com o adendo de que precisam ser mantidos como aparência de universais. O mais importante para a classe no topo do poder é legitimar o domínio que exerce sobre o restante da sociedade, mascarando que há uma luta de classes estrutural, e inerente ao sistema, em curso. Para entender melhor essa relação desigual, lembremo-nos que no sistema capitalista, a acumulação de riqueza se dá com a apropriação do trabalho não pago (mais-valia) pelos que detêm os meios de produção. Para sobreviver, o trabalhador não tem escolha, a não ser vender sua força de trabalho. Uma das maneiras de mascarar essa desigualdade é justamente através da ideia

¹¹Ibidem, p. 276.

¹²CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p.90.

aparente de que todos são iguais e livres, embora exercendo funções diferentes (uns tem a propriedade e outros têm a liberdade de escolher onde trabalhar). Essa é uma das principais faces da ideologia, assim colocadas por Chauí:

Em uma palavra: as ideias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária ou diabólica, mas são a conservação de uma universalidade que já foi real num certo momento (quando a classe ascendente realmente representava os interesses de todos os não dominantes), mas agora é uma universalidade ilusória (pois a classe dominante tornou-se representante apenas de seus interesses particulares)¹³.

Outra face da ideologia que dialoga diretamente com o objeto deste trabalho é a de que trata de um conjunto lógico, sistemático e coerente de ideias, valores, normas e condutas indicando aos membros da sociedade como e o que devem pensar, sentir, fazer ou valorizar. É um corpo de regras e preceitos de caráter regulador para fornecer aos indivíduos de uma sociedade, que é dividida em classes desiguais, uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais. Porém, tal explicação jamais vai atribuir essas diferenças à divisão da sociedade em classes, consequência direta do modo de produção capitalista. A função da ideologia é, ao contrário, justamente “apagar” essas diferenças remetendo às pessoas o sentimento de que todos pertencem à mesma identidade social, muitas vezes expressas em noções de Patriotismo, Nacionalismo, Liberdade e Igualdade.

Contudo, essa coerência de discurso da ideologia só pode se manter por meio da existência de lacunas e “silêncios” que nunca podem ser preenchidos, caso contrário toda a explicação fornecida se desmoronaria.

(...) a ideologia possui uma coerência racional pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de “brancos”, de “lacunas” ou de “silêncios” que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “fases” há “brancos” ou “azios” responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não apesar das lacunas, mas por causa ou graças às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação apenas porque não diz tudo e não pode dizer tudo. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro¹⁴.

As formas ideológicas que se apresentam a todo momento nas relações sociais não são apenas simples representações que tomam forma de conteúdos manifestos ou

¹³Ibidem, p. 91.

¹⁴Ibidem, p. 109.

latentes, –mas práticas, formas de exercício dos antagonismos de classes que até podem ser discursos, mas são também qualquer outro tipo de realidades significativas conduzidas dentro ou por aparelhos institucionais”¹⁵.

E entre esses aparelhos institucionais, os relacionados à mídia exercem papel fundamental na estrutura de poder da sociedade. –Seria então imprescindível examinar preliminarmente a posição de classe (social) que afeta o comportamento da mídia e identificar os interesses incorporados na organização dos processos de decisão editorial que operam na organização”¹⁶.

Mencionar aqui a ideologia e a maneira de como ela se fundamenta no sistema capitalista e nas instituições se fazem necessário para ajudar a entender que a presença desse componente no fazer jornalístico é parte integrante de sua essência, não só, mas, sobretudo, quando se aborda o jornalismo formado em bases empresariais. Desse modo, as condições de produção de bens culturais têm fortes implicações na circulação, no consumo e, principalmente, no próprio produto, conforme assinala Gabriel Cohn, no Prefácio do livro –Tio Patinhas e os mitos da comunicação”.

(...) o exame da produção do material informativo na imprensa mostra como o produto final – a notícia – é uma entidade suscetível de leituras diversas, contraditórias mesmo, mas não infinitas nem arbitrárias. O produto é carregado de ambiguidades porque incorpora os conflitos que marcam as relações sociais da sua produção¹⁷.

Com a expansão da industrialização trazendo consigo novas técnicas de fabricação, bem como processos administrativos mais adequados à comercialização e circulação de mercadorias para um mercado de massa, o jornalismo também muda seu padrão de produção. Alguns autores dividem em fases esses períodos pelos quais a imprensa atravessou: a primeira, no Mercantilismo, em publicações com notícias de pouca relevância e posteriormente na distribuição de informações econômicas de interesse dos comerciantes; a segunda, com ênfase em assuntos políticos e ideológicos (ou eruditos) na veiculação de ideias revolucionárias de combate ao Absolutismo e críticas ao poder da Igreja; e a terceira fase, quando se torna empresa comercial e objetiva o lucro.

¹⁵ MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 141.

¹⁶ *Ibidem*, p. 142.

¹⁷ MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1978, p. 11.

Podemos dizer que a imprensa da primeira e da segunda fase mantinha-se pelo financiamento de certos abnegados em expressar suas ideias ou a de seu grupo de atuação, ou ainda por políticos e homens públicos com condições de arcar com jornais feitos de maneira artesanal, cujo capital investido não traria retorno financeiro. Habermas¹⁸ assinala que na Inglaterra, França e nos EUA o caminho para o desenvolvimento da imprensa de opinião para o de negócio acontece mais ou menos ao mesmo tempo, durante os anos 30 do século XIX.

Com número maior de exemplares produzidos graças aos maquinários industriais, como as impressoras rotativas, e o quantitativo de leitores crescentes, o comércio de anúncios passa a ter importância fundamental: ampliam-se os espaços publicitários e aumentam-se as vendas dando ao jornal um caráter de empresa lucrativa e privada. Os periódicos tinham se tornados meios onde se produziam espaços para preenchimento de anúncios pagos, embalados por conteúdo jornalístico. É de se esperar que a atividade jornalística muda com a nova lógica de produção nas redações. Não mais textos literários, agora a escolha dos dados, o tratamento da notícia e sua distribuição nas páginas dão o tom das matérias. A autonomia do jornalista, antes quase total, fica substancialmente limitada diante da submissão da empresa-jornal às leis de mercado.

A partir do momento que a venda da parte noticiosa fica em relação de reciprocidade com a venda de anúncios, a imprensa, que era até então uma instituição de indivíduos particulares como sendo o do público, torna-se instituição de uma determinada parte do público, dos indivíduos particulares, a saber, como ponto avançado dos interesses privilegiados privados, voltados para a opinião pública¹⁹.

A tendência de concentração nos grandes conglomerados empresariais verificada no final do século XIX e início do XX, na Europa e nos EUA, a exemplo de setores como o de petróleo, siderurgia ou química, também atinge as empresas jornalísticas. Além das novas técnicas de impressão, métodos administrativos e comerciais condizentes com as leis de mercado, outros avanços tecnológicos como o telégrafo, a telegrafia sem fio e o telefone ajudaram a expandir os negócios e a centralizar organizações empresariais ligadas à imprensa. Nos EUA, William Hearst, dono de um gigantesco conglomerado de jornais e até de estúdio de cinema; na Inglaterra, Lorde Northcliffe, fundador do *Daily Mail* e do *Daily Mirror*, elevando tremendamente o número de leitores cobrando preços

¹⁸HABERMAS, Jürgen. Do Jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairos, 1984.

¹⁹Ibidem, p. 146.

baixos; na Alemanha, Leopold Ullstein, também dono de vários jornais e tabloides (estes tradicionalmente conhecidos por publicar assuntos de interesse mais popular) são alguns desses exemplos.

Os chamados “barões da imprensa” tendo a figura de William Hearst como uma das mais famosas e polêmicas mudam a maneira de se produzir notícias. Hearst criou uma enorme rede de jornais espalhada pelos EUA. Começou como empresário da imprensa em 1887 depois de assumir o controle do jornal *The San Francisco Examiner*, que era do seu pai. Ao mudar-se para Nova Iorque, comprou o *The New York Journal* e entrou numa guerra de negócios com o *New York World*, de Joseph Pulitzer, outro notório “barão” da imprensa de massa. Na compra sistemática de empresas jornalísticas, Hearst acabou criando uma cadeia de mais de 30 periódicos, incluindo revistas, tornando-se um dos maiores conglomerados de jornalismo do mundo.

Para os jornais atingirem as massas, ganha dimensão um tipo de tratamento e enfoque da informação que obedecem a critérios novos. Com isso, os barões da imprensa norte-americana vendiam milhões de jornais de apelo popular, obtendo dinheiro e poder. Era a fase do “jornalismo amarelo” e também do surgimento da “objetividade jornalística”. O exemplo do que ocorre nos EUA exerce posteriormente grande influência no jornalismo praticado em muitos países ocidentais, incluindo o Brasil. Viviam-se ainda o momento de um crescente letramento da população sem o qual não haveria possibilidades de imprensa de massa, e o surgimento, inicialmente na França, de um tipo de narrativa ficcional literária, publicada pelos jornais em capítulos sequenciais. O romance-folhetim certamente era um dos motivos de sucesso e de alavancagem da imprensa de massa, ombreado lado a lado com o jornalismo amarelo.

Numa definição sucinta, segundo Márcia Amaral²⁰, o jornalismo amarelo está ligado “à valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma”. Tal estilo de produzir notícia tem relação com o contexto socioeconômico dos assalariados nos EUA daquela época, vivendo em massa nas cidades e com certo poder de compra. Os assuntos políticos e econômicos que predominavam nos jornais até então, direcionados à elite dirigente, dão lugar a dramas pessoais, mortes, crimes, curiosidades e toda gama de bizarrices. Uma fórmula apelativa de se vender jornais aos milhões, com lucro garantido.

²⁰ AMARAL, Márcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006, p.21.

1.2 A objetividade – A maneira de se reportar “fatos” nas páginas escritas da imprensa

A objetividade jornalística é uma reconstrução da realidade na maneira de se reportar fatos. Liriam Sponholz lembra que a separação absoluta entre objetividade e subjetividade é impossível, e mais do que isso, é ~~in~~desejável”. ~~A~~ subjetividade é uma condição para alcançar a objetividade”²¹. Não há como o jornalista se abstrair de toda sua vivência, influências, carga cultural ou formação humana a fim de tornar seu olhar totalmente neutro diante do acontecimento. De acordo com Felipe Pena²², a objetividade jornalística leva em conta um método de trabalho que é capaz de assegurar algum rigor científico ao jornalismo, procurando reduzir a influência da subjetividade no relato dos acontecimentos, mas sem a pretensão ingênua de eliminá-la completamente.

É importante ressaltar que a objetividade não é exclusividade do jornalismo, pois faz parte da história da epistemologia. Primeiro aparece nas ciências exatas, depois, aplicada às ciências humanas. No jornalismo, a objetividade está relacionada à modernização da imprensa e com a ~~in~~venção” da notícia. Nos EUA, tornou-se uma espécie de instituição, como marco fundamental no exercício da função, influenciando outras escolas jornalísticas pelo mundo.

As primeiras noções de objetividade aplicada na maneira de se reportar fatos nos jornais surgem justamente nos EUA ainda no século XIX, no contexto socioeconômico, político e cultural denominado ~~–~~Era do Igualitarismo” (1830), ou ~~–~~*Jacksonian era*”. Uma época de crescente industrialização e de maior participação das classes subalternas na vida política do país.

Igualitarismo significa nesse contexto o acesso do homem comum à profissionalização, a uma participação do desenvolvimento econômico e na política. Estas mudanças contribuíram para uma propagação e impregnação de ideias democráticas na sociedade norte-americana²³.

Para então atender a essa nova ~~–~~elientela” surgem os jornais populares, os *pennypress*, de baixo custo e com muitas histórias de ~~–~~interesse humano”.

²¹ SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do espelho e das construções*. Florianópolis: Editora Insular, 2009, p.28.

²²PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 50.

²³SPONHOLZ, op. Cit., p. 55.

Com a industrialização, a sociedade norte-americana vive uma transformação tecnológica e científica. Era um momento histórico de êxodo rural em que hordas de famílias deixavam a vida no campo para se estabelecerem nas cidades em busca do sustento nos empregos industriais, ainda predominantemente precários, mal remunerados e insalubres. Por outro lado, a ideia do progresso e o uso do conhecimento científico e das tecnologias existentes graças às possibilidades abertas pela Revolução Industrial convenciam a sociedade de que a ciência poderia trazer a solução para os problemas humanos. O conhecimento e a apreensão da realidade viriam através de métodos científicos.

A partir daí, a objetividade tem “foco em fatos”. Os fatos observados passaram a ser a chave para a produção de uma correspondência com a realidade através do jornalismo. Havia até então uma crença por parte dos jornalistas de que os acontecimentos eram imparciais. Ocorre que depois das experiências vivenciadas na Primeira Guerra Mundial, em que a propaganda e as relações públicas de organizações capitalistas e do governo construía relatos afeitos aos seus próprios interesses para serem disponibilizados à imprensa, os jornalistas perceberam que o simples empirismo (denominado “ingênuo”) não poderia dar conta de se fazer um jornalismo objetivo, plural e independente. É justamente nessa fase que a palavra “objetividade” passou a ser utilizada com mais apelo crítico.

Cabe acrescentar aqui a contribuição de Patrick Charaudeau²⁴ ao assunto, ao analisar o texto jornalístico sob o ponto de vista da linguística. Ele trata a questão da subjetividade e, principalmente, do papel que o jornalismo exerce nas sociedades contemporâneas, como uma busca por credibilidade, mais do que pela objetividade. Segundo ele, a narrativa jornalística procura construir seu discurso a partir de “efeitos de verdade”, que não se baseia em evidência, mas na convicção. No jornalismo, continua o autor, a questão principal não é a busca de uma verdade em si, mas uma corrida para atrair a audiência com narrativas que transmitam confiabilidade. Efeito de verdade é uma noção epistemológica apresentada por Charaudeau que se refere à subjetividade do indivíduo, reconhecendo o mundo a partir dos seus valores, crenças e opiniões. Diferente dos “valores da verdade”, que se utilizam da ajuda de uma instrumentação científica e metodológica para fazer a intermediação entre a realidade e a reportagem dos fatos, por exemplo.

²⁴ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

No Brasil o conceito de objetividade só chegaria nos anos de 1950, importado da prática norte-americana. Aqui como lá, décadas antes, o contexto socioeconômico também permitiu tal guinada na imprensa nacional, ainda que em menor grau de abrangência: parte do Brasil, principalmente na região Sudeste, consolidava sua urbanização e a formação de uma massa de assalariados. Antes disso, nos jornais ainda predominavam os assuntos políticos, geralmente sob a forte influência, inclusive econômica, de partidos e lideranças políticas ligadas ao poder. Inevitavelmente, a imprensa brasileira também teve de buscar seu desenvolvimento como empresa lucrativa, processo que ocorreu bem mais tarde, quando comparado aos EUA e aos países da Europa Ocidental, sobretudo Inglaterra, França e Alemanha. Até por volta dos anos 1920, eram raros os jornais brasileiros que haviam incorporados equipamentos industriais nas composições gráficas e nas impressoras para aumento do número de exemplares e ampliação das vendas. Com algumas exceções, os linotipos, que substituem os tipos móveis, e as rotativas, que permitiam aumentar as tiragens e melhorar a qualidade da impressão, passaram a entrar na rotina das empresas jornalísticas só depois da segunda década do século XX.

1.3 As mudanças no final do século XX – A linha editorial em tempos de neoliberalismo

Ao acompanhar as transformações do sistema capitalista ao longo do século XX e início do XXI, os grandes jornais do Brasil e do mundo continuam a apregoar os preceitos liberais da economia de mercado e da livre iniciativa, como condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico-social de uma nação. No entanto, há nas últimas décadas a repetição de um discurso de desqualificação do papel do Estado na sociedade, sobretudo na Economia. Um discurso que enaltece o chamado Estado mínimo, fazendo eco com os defensores da doutrina do neoliberalismo, atacando veementemente experiências vivenciadas a partir de políticas públicas voltadas à garantia de direitos básicos.

Antes de entrar nessa questão, é necessário discorrer sobre alguns momentos referenciais da história recente. Desse modo, o século XX pode ser dividido em dois momentos importantes.

O primeiro ocorre na primeira metade do século, marcado pelo autoritarismo nazi-fascista e suas consequências na Europa Ocidental, bem como na existência da utopia de

um tipo de capitalismo de liberdade e igualdade preconizado desde a Revolução Francesa. Opondo-se a esse sistema, havia o ideal comunista presente nos desdobramentos práticos postos em evidência pela Revolução Russa, de 1917. Do resultado dessa oposição, surge a experiência do Estado de Bem-Estar Social, ou *welfare state*.

Vamos detalhar um pouco mais como se dá esse contexto antes de entrarmos no segundo momento do século XX. Passados os percalços iniciais internos vividos pelos revolucionários russos contra as forças que queriam restaurar o antigo regime, a Rússia, tornada União Soviética, conseguia se desenvolver rapidamente até o final da Segunda Guerra Mundial, enquanto o capitalismo atravessava diversas crises que pareciam anunciar a sua inviabilidade histórica, como ressalta Celso Frederico²⁵. Nesse aspecto, o “socialismo real” causava interesse e inspirava líderes políticos, sindicais e trabalhadores pelo mundo. Partidos e movimentos socialistas se espalhavam pela Europa exigindo o que o capitalismo em crise era incapaz de prover: melhores condições de vida e de trabalho. Embora essas manifestações tenham sido violentamente reprimidas e o ideal comunista não tenha se instalado na Europa, os efeitos desses movimentos permaneceram e mudaram o papel do Estado durante algumas décadas. O regime político-econômico no Estado de Bem-Estar Social garantia direitos como saúde, emprego, educação, moradia e previdência social com o objetivo de proporcionar ao conjunto de cidadãos padrões de vida mínimos. Esse sistema começou logo depois do fim da Segunda Guerra, perdurou na Europa Ocidental e, em vários momentos, seus preceitos fizeram parte de políticas adotadas nos EUA e em outros países, com menor ou maior intensidade. A partir da década de 1970, contudo, esse modelo entra em crise.

O segundo momento importante do século XX vai da Segunda Guerra Mundial até o esfacelamento da União Soviética, quando o neoliberalismo é alçado à condição de projeto político universal. A nova ordem econômica de cunho estritamente capitalista é apoiada na globalização e no capitalismo pós-industrial. Terminada a grande Guerra, o capitalismo superou as crises e passou a ter um desenvolvimento extraordinário, sob a hegemonia dos EUA.

No bojo desse crescimento pós-guerra, gestaram-se as condições para o advento da terceira Revolução Industrial, a

²⁵FREDERICO, Celso. A desintegração de um modelo e a permanência do marxismo. In: SOBRINHO, Pedro Vivente (org.). *Reflexões sobre a desintegração do comunismo soviético*. São Paulo: Editor Alfa-Omega, 1995, p. 54.

chamada Revolução Técnico-Científica, com a criação da informática, o desenvolvimento da química fina, biotecnologia e exploração de novos materiais. (...) Juntamente com esse processo revolucionário, iniciou-se a globalização da economia: a implantação das empresas multinacionais, permitindo um aumento da lucratividade e uma racionalização da expansão do capital liberto, até certo ponto, das fronteiras nacionais²⁶.

Na doutrina político-econômica do neoliberalismo há como pontos centrais a defesa intransigente da livre atuação das forças de mercado, do término do intervencionismo do Estado (característica do Estado de Bem-Estar), privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, bem como da abertura da economia e sua participação mais intensa no mercado mundial.

Nessa nova ordem econômica mundial, está a empresa jornalística e demais iniciativas da produção simbólica, submetidas às leis de mercado, à privatização e à informatização dos processos produtivos e administrativos. É com a informatização, aliada à rede mundial de computadores (internet), que a expansão do capitalismo encontra sua maior aliada. As novas tecnologias de informação encurtaram ainda mais as distâncias permitindo realizar troca de dados, transações bancárias, remessa de recursos e ativos financeiros entre outras transferências, de modo instantâneo. Nos últimos anos, esse processo de conexões digitais *online* tem fortalecido a concentração de riquezas pelas grandes corporações transacionais e pelas instituições financeiras, incluindo os conglomerados de comunicação.

Os termos ditados pelo neoliberalismo ganham as manchetes da imprensa com maior intensidade a partir dos anos 1980. Colocou-se para o projeto neoliberal a necessidade objetiva de desestruturar os principais pilares do Estado de Bem-Estar. Bernardo Kucinski assinala que no caso da Inglaterra, um dos países da Europa onde o *welfare state* ganhou mais projeção, o poder sindical, o sistema produtivo estatal e a propriedade pública dos serviços públicos são particularmente objetos de ataques a fim de se destruir uma ordem simbólica representativa desse modelo, que possui “eontéudos éticos”²⁷. Kucinski se refere basicamente a conquistas obtidas logo depois da Segunda Guerra Mundial pelos trabalhadores organizados que garantiam benefícios proporcionando níveis melhores de igualdade social.

²⁶Ibidem, p. 59.

²⁷KUCISKI, Bernardo. *A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 40.

O projeto neoliberal iniciado mais ostensivamente na Grã-Bretanha e nos EUA, e que já vinha se configurando alguns anos antes também em outros países ocidentais, espalha-se pelo mundo. Trata-se de “uma postura intrinsecamente destrutiva que exigia um discurso agressivo”²⁸. Na avaliação de Kucinski, que neste caso em particular evidencia o discurso do jornalismo econômico, o objetivo é “despertar e conectar novos sentidos no espaço simbólico”²⁹.

A ética dessa nova ordem de sentidos é dada pelas teorias de Milton Friedman e Friedrich Hayek, os pais do neoliberalismo. Seguindo a tradição de Hobbes e Maquiavel na política, proclamaram que a ética e a solidariedade social eram perniciosas ao bom resultado econômico. (...) Assim, o discurso articulador dos sentidos e das ações do neoliberalismo desumanizou não apenas a economia, mas, principalmente, a visão de mundo das pessoas e dos jornalistas. O jornalismo econômico, como discurso articulador, tornou-se naturalmente amoral³⁰.

A maneira de os jornais registrarem os fatos dentro dessa nova ordem de sentidos, como se refere Kucinski, encontra eco na corriqueira técnica redacional trabalhada nas redações para “enquadrar” a notícia em padrões e normas exigidas pela empresa jornalística, como ressalta Marcondes Filho. Mais do que realizar esse enquadramento, “há uma padronização do pensamento e da redação para a submissão dessas do modo de exposição, ao estilo do jornal”³¹. Dessa maneira, o noticiário jornalístico organiza o real montando uma “segunda natureza dos fatos” conforme a natureza ideológica de seus produtores.

Fazer jornalismo não é só divulgar notícias ideologicamente orientadas, mas também, e principalmente, redimensionar o conjunto dos fatos que o jornalismo recria e, portanto, um outro mundo, com outros fatos e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade. É um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que seus produtores almejam e situam como ótima.³²

1.4 O *newsmaking* – O modo de produzir a notícia

A maneira como o “fato”, o acontecimento de interesse público que atinge direta ou indiretamente um grande número de pessoas, é tratado dentro das redações dos jornais

²⁸ Ibidem, p. 39.

²⁹ Ibidem, p. 40.

³⁰ Ibidem, p. 40.

³¹ MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia. Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986, p. 49.

³² Ibidem, p. 51.

tem sido assunto de vários estudos, acadêmicos ou não. Há na Teoria da Comunicação algumas correntes de pesquisas que se dedicam aos processos de produção nas comunicações de massa, uma vez que a organização do trabalho no interior das empresas jornalísticas é um dos principais fatores que determinam o tipo de mensagem que se colocará à disposição do público, ou da audiência. Esses estudos são denominados *newsmaking*.

A manipulação da notícia pode ser vista em um primeiro momento como o resultado prático de um procedimento de caráter industrial pelo qual o texto jornalístico recebe vários tratamentos no seu conteúdo e na sua forma, passando necessariamente “por muitas mãos” antes de ser publicado. Contudo, os processos de manipulação são mais complexos, às vezes sutis, outras, quase explícitos quando se trata de distorção da realidade. Em *Padrões de Manipulação na grande imprensa*, Perseu Abramo³³ afirma que a relação entre a imprensa e a realidade é indireta, pois, embora tenha algum tipo de correspondência, esta se dá de maneira distorcida. A analogia que o autor utiliza é a do espelho deformado e o objeto que ele aparentemente reflete. A imagem refletida tem alguma coisa a ver com o objeto, mas não é o objeto, nem tampouco é sua imagem. Ou seja, é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real. Aquilo que é publicado na imprensa diz respeito a apenas alguns indícios da realidade, que é retratada como fato jornalístico. E uma série de fatores contribui decisivamente para distorcer tal realidade, a começar pela visão e bagagem cultural do repórter que apurou o fato e pela linha editorial e interesses econômicos ou políticos do órgão de imprensa que tratou a notícia, para ficarmos só em alguns deles.

Para efeitos metodológicos, existem algumas maneiras de se identificar o que é notícia e o que não é. Nos jargões das redações é chamada de pauta, ou seja, o acontecimento que merece figurar como notícia por conter critérios que precisam ser reconhecidos pelo jornalista. Na Teoria do Jornalismo isso é designado de “valor-notícia”.

Segundo Mauro Wolf, o valor/notícia é o que contém componentes de “noticiabilidade”, que pode ser representado por meio de resposta obtida a partir da seguinte pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias”?³⁴

³³ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

³⁴ WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 202.

Entende-se por noticiabilidade, ainda segundo Wolf, “o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção da notícia”³⁵.

Voltando à pergunta-base de identificação de uma notícia, formulada pelo autor, Wolf apresenta como complemento o que ele denomina “critérios substantivos”³⁶, a saber: “o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”; “o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional”; “a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve” e “a relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação”.

O rigor dos valores/notícia não é, portanto, o de uma classificação abstrata, teoricamente coerente e articulada: trata-se, preferencialmente, da lógica de uma tipificação, destinada à realização programada de objetivos práticos e, em primeiro lugar, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos. Sendo assim, os valores/notícia devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase “automático”, caracterizada por um certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável *post-mortem* e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos.³⁷

Trata-se, portanto, de critérios que são utilizados como padrão por qualquer redação, fruto da influência do jornalismo praticado nos EUA e de boa parte dos países da Europa e da América Latina. No entanto, por se tratar de um processo de identificação e escolha que envolve inúmeros fatores, muitos já mencionados, a produção da notícia atravessa um longo e tortuoso caminho que envolve interesses diversos, visão de mundo, além da sistematização imposta pelo próprio processo industrial de produção.

Retomando a análise de Perseu Abramo, há basicamente quatro “padrões de manipulação” presentes cotidianamente na imprensa: ocultação; fragmentação; inversão e indução³⁸. O autor ressalta, porém, que esses padrões não estão presentes

³⁵Ibidem, p. 202.

³⁶Ibidem, p. 208.

³⁷Ibidem, p. 204.

³⁸ Em linhas gerais, o autor considera *fragmentação* os fatos apresentados ao público de maneira que não ficam evidentes as causas e seus efeitos, na maioria das vezes os acontecimentos são publicados aos pedaços, fragmentado em inúmeros minúsculos fatos, sem dar a ideia do todo; no padrão da *inversão* há um reordenamento das partes da notícia, frequentemente invertendo a ordem de importância dos fatos em que o secundário passa a ser o principal, a forma mais destacada que o conteúdo, a opinião pela informação, ou a versão tomando mais relevância que o fato em si; e na *indução*, trata-se do resultado de todas as distorções da realidade que são realizadas e sua consequência direta, isto é, o leitor ser induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, op. cit. p.49).

necessariamente em todas as matérias publicadas, caso isso acontecesse ficaria por demais nítido o grau de manipulação no processo de edição da notícia. O que significa dizer também que grande parte das matérias jornalísticas é elaborada com o empenho e a responsabilidades éticas e morais dos profissionais envolvidos procurando fornecer à opinião pública informações de qualidade, ainda que muitas vezes estas vão de encontro aos interesses da empresa ou do dono da publicação.

Para efeito desta pesquisa, vamos nos ater ao “padrão de ocultação”, que é o que nos serve melhor neste momento. O autor se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. “Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”³⁹. Segundo Abramo, a concepção dominante na imprensa é a de que existe “fato jornalístico” e “fato não jornalístico”. O primeiro é coberto e publicado, o segundo, desconsiderado.

(...) o (fato) jornalístico não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa decide estabelecer com a realidade. Neste sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão do mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto”⁴⁰.

Desse modo, o mundo real, continua Abramo, não se divide em fatos jornalísticos e não jornalísticos pela simples razão de os critérios do mundo da notícia não residirem no objeto da observação (no fato), mas no sujeito observador e na relação que se estabelece entre este e o objeto observado. Na escolha do que é assunto para ser publicado no jornal e do que não é muita informação simplesmente deixa de se tornar pública. Fatos relevantes são omitidos, pois não estão de acordo com os critérios daqueles que “produzem” a notícia.

³⁹ ABRAMO. Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 40.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 41.

1.5 A produção de notícias - Por dentro de dois jornais paulistas

No final dos anos 1989 e início dos anos 1990 o jornalista Manuel Carlos Chaparro⁴¹ realizou ampla pesquisa acadêmica tomando como ponto de partida algumas reportagens publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Com a ajuda de uma pesquisadora bolsista, ele registrou os principais momentos da produção de nove reportagens com base na observação direta ou utilizando a “disseção” e reconstituição por meio da obtenção e comparação de depoimentos dos principais intervenientes (entrevistados, jornalistas etc.). Assim, em quatro reportagens, Chaparro reconstituiu a teia narrativa do texto publicado por intermédio de entrevistas com editores, pauteiros, repórteres e fontes protagonistas. E em cinco matérias publicadas, houve um rastreamento em cada uma delas, começando pela observação direta já na primeira reunião de pauta, com posterior acompanhamento do repórter no trabalho de coleta de dados. O pesquisador também fazia seus próprios registros a fim de serem comparados com o material publicado no dia seguinte.

Usando a linha filosófica da Pragmática como referencial teórico básico, o autor levantou na sua pesquisa “poucos princípios e muitos propósitos” no decorrer do acompanhamento da produção das referidas reportagens. Participando, na medida do possível, do dia a dia das redações de ambos os jornais foi possível presenciar o *making of* de um lado do jornalismo que fica muito longe da observação do leitor comum. Segundo Chaparro, a pesquisa exigiu “paciência, persistência, diplomacia e cuidado extremo” diante da natural resistência dos profissionais observados e expostos a esse tipo de avaliação. E como o próprio autor constatou, muitos princípios são deixados de lado durante o fazer jornalístico.

O acompanhamento da produção de uma das reportagens da pesquisa sobre falta de água na cidade de São Paulo, publicada em O Estado de S. Paulo no dia 9 de novembro de 1989, revela componentes surpreendentes da prática cotidiana jornalística, mostrando como acontecem as interferências realizadas pelos profissionais em consequência dos seus interesses envolvidos. O título da reportagem dizia que a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) “mente” sobre o rodízio. Na abertura, dizia-se que embora a Sabesp anunciasse ter planejado o racionamento de água para todas as regiões de São Paulo, moradores de bairros como Perdizes e Pompéia foram

⁴¹CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 2007.

pegos de surpresa pela falta d'água no dia 8 de novembro, na véspera da publicação. Segundo a Sabesp, ainda de acordo com a reportagem, o racionamento estava previsto para acontecer no dia 7 do mesmo mês, mas foi mudado. O texto continua afirmando que esse tipo de alteração aconteceu outras vezes apesar de a Companhia de Saneamento sustentar que o rodízio vem sendo cumprido como o previsto.

A reportagem segue com o depoimento de três pessoas, todas reclamando dos transtornos com a falta d'água. Uma delas, a cirurgiã-dentista Alda Costa Pereira Cardoso, moradora em Perdizes, relatou que havia armazenado na segunda-feira (a reportagem foi publicada na quinta) uma dezena de baldes de água e galões a fim de se preparar para o racionamento que haveria na terça-feira, como anunciado pela Sabesp. Mas para a surpresa da dentista, prossegue o texto, não faltou água na terça. Porém, na quarta-feira as torneiras ficaram secas. Por fim, o jornal publica a seguinte declaração de Alda: —“Sabesp precisa se organizar melhor, assim como o país”.

Depois da reportagem publicada, a pesquisadora bolsista, como parte do rastreamento proposto na metodologia da pesquisa, telefonou para a cirurgiã-dentista para a devida checagem das informações e ouviu um completo desmentido de tudo o que saiu no jornal a respeito dela, incluindo sua suposta declaração:

Não falei isso. Pelo contrário: são tão poucos os dias que falta água que não faz diferença. Deu-se muito alarde para uma notícia que não tinha razão de sair. A repórter não estava ouvindo. Queria fazer uma reportagem com todo mundo dizendo que faltava água. Ficou ridículo sair publicado que eu armazenei água em baldes. Isso é anti-higiênico, sou uma dentista, moro num bairro bom, tenho caixa d'água e não guardo água em balde e panela. Achei absurdo o que fizeram com meu depoimento. A única coisa verdadeira que colocaram sobre mim foi meu nome e minha profissão.⁴²

O assessor de imprensa da Sabesp à época, o jornalista Márcio Riscala, também foi ouvido na pesquisa e afirmou que a reportagem foi feita sem que a Sabesp pudesse esclarecer o assunto. Segundo ele, a repórter do jornal ligou perguntando porquê estava faltando água, e a resposta foi a existência do rodízio, mas, ressaltou Riscala, foi dito também que nos bairros Perdizes e Pompéia o abastecimento estava normal. O assessor da Sabesp disse ainda que a cada 15 dias distribuía para a imprensa a informação sobre as datas e os locais do rodízio, e que este não obedece uma lógica geográfica, pois a divisão da cidade para o racionamento não se dá por bairros e sim por setores de

⁴²Ibidem, p. 57.

abastecimento. O assessor afirmou que houve alteração nos dias do rodízio e o jornal, assim como os demais veículos de comunicação, foram devidamente comunicados.

O assessor da Sabesp aproveitou para fazer uma queixa quanto ao tipo de cobertura que a imprensa faz sobre o assunto. Para ele, os jornais discutem as consequências, os efeitos e não menciona as causas. São Paulo cresce desordenadamente, continua Riscala, mas não há discussão sobre o Plano Diretor ou sobre a ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano, por exemplo. O que tinha de ser destacado, ainda de acordo com o assessor, é a falta de infraestrutura dos bairros distantes, os que mais sofrem com o rodízio.

Mas o mais curioso na pesquisa de Chaparro vem em seguida. Durante o rastreamento, um detalhe pareceu significativo aos pesquisadores: o então diretor de redação de O Estado de S. Paulo, Augusto Nunes, morava em Perdizes, exatamente em um setor onde, por causa do rodízio, ocorreu corte de água no dia em que a repórter do jornal foi escalada para fazer a matéria. A suspeita de a falta de água na casa do diretor ter motivado a furiosa reportagem, escreve Chaparro, não se desfez nos depoimentos colhidos dos jornalistas Moacyr Castro, então chefe de reportagem, e Eduardo Lopes Martins Filho, então editor. Castro chegou a admitir que se tratava de uma pauta direcionada, pois só seria publicada se atendesse ao propósito de provar que a Sabesp mentia. O editor também admitiu que ele e o diretor de redação igualmente já haviam passado pelo problema do rodízio em dias que não se esperavam a falta de água. Martins Filho admitiu ainda que a Sabesp mandava comunicados (*releases*) informando que havia alterações, mas que o jornal não era obrigado a publicar, e questionou: “por que eles (Sabesp) não compram um espaço?”

Ao ouvir a versão da repórter que apurou as informações e redigiu a primeira versão da reportagem (que foi reescrita pelo editor Martins Filho e ainda pelo *copydesk*⁴³), ficou ainda mais claro que o assunto da falta de água foi escolhido por exigência de Augusto Nunes. Sobre a reportagem, a jornalista disse que realmente encontrou alguns casos de falta d'água, mas não todos, como deu a entender no texto reescrito pelo editor. A repórter afirmou também que o cuidado na elaboração dessa matéria (reescrita duas vezes) se dava por conta de o pedido ter “vindo de cima”, e desabafou: “eu não queria

⁴³Função que era exercida nas redações e que foi extinta depois das sucessivas reestruturações das empresas jornalísticas. O *copy*, ou *copydesk*, era o jornalista que reescrevia ou finalizava os textos dos repórteres conferindo a esses um “estilo” mais afeito ao padrão formal do jornal.

fazer esse tipo de coisa. Mas se a gente não fizer, outro vem e faz. Somos perfeitamente substituíveis”.⁴⁴

Assim como a reportagem publicada em O Estado de S. Paulo, as outras levantadas pela pesquisa de Carlos Chaparro identificaram problemas da mesma ordem, interferências indevidas por parte de algum profissional envolvido na produção da notícia em prejuízo da informação de interesse público, além de outros relacionados a erros graves de apuração. Como o do tamanho de um tubarão capturado por pescadores em Cananéia, litoral Sul de São Paulo, que para O Estado de S. Paulo tinha sete metros, mas para a Folha de S. Paulo, cinco, fora outras incorreções como o peso e um suposto estado de gravidez (totalmente falso, segundo os especialistas da Divisão de Pesca Marítima do Instituto de Pesca, ouvidos pelos pesquisadores). Da mesma forma, a manipulação de títulos para adulterar o significado das informações do texto ou atribuir uma condição criminal a um determinado agente público fiando-se apenas na palavra de um delegado de polícia fizeram parte dos levantamentos da pesquisa.

Mais adiante na sua obra, Chaparro se debruçou sobre os conteúdos dos manuais de redação tanto da Folha quanto do Estado, onde são evidenciadas a importância do rigor na apuração dos fatos, a exatidão, a ética, ou a responsabilidade moral pelas informações que se coleta e transmite, entre outras coisas. Preceitos que efetivamente não foram seguidos durante o processo de produção das reportagens analisadas. Os manuais de estilo são tentativas de se estabelecer padrões de qualidade por um lado, mas, como constata o autor, de impor também uma camisa de força aos profissionais, uma vez que alguns deles determinam até que tipo de palavras se deve usar, ou, ainda mais grave, concede aos editores a capacidade de cortar, refazer, fundir, recusar e modificar o texto apurado por um outro profissional que supostamente tem sua responsabilidade moral pela informações.

Na realidade, existem dois discursos: o discurso da fisionomia institucional, configurado nos manuais e na metalinguagem de cada veículo; e o discurso-produto que resulta da prática, desenvolvida no contexto complexo das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, de múltiplos intervenientes e conflitantes interesses, e do qual o próprio jornalista faz parte – tanto o repórter, que investiga e escreve a notícia, quanto o editor, que, direta ou indiretamente, pauta, reescreve e decide o que, o porquê e o como do que vai ser publicado. E, pelo que vimos, os manuais pouco servem para acrescentar qualidade aos conteúdos.⁴⁵

⁴⁴Ibidem, p. 70.

⁴⁵Ibidem, p. 125.

1.6 Construção de Consenso – O discurso único nas editorias dos periódicos

Em conjunto com esse processo de confecção da notícia em que há um redimensionamento dos fatos por razões pessoais, institucionais ou de conjuntura intrínseca à organização empresarial do jornal, outro fenômeno característico na imprensa brasileira é a produção de consenso. A ausência de pluralismo na cobertura de jornais, rádios e TVs no Brasil é verificada com bastante intensidade no jornalismo econômico, que trata sobre os mesmos assuntos, ouvindo sempre as mesmas fontes: autoridades oficiais e economistas do mercado, geralmente a serviço de grandes instituições financeiras. Kucinski⁴⁶ compara o processo de “construção de consenso” no Brasil e nos EUA. No caso norte-americano, descrito pelo linguista Noam Chomsky, esse fenômeno é realizado pela mídia de maneira sutil, nunca admitida, e só obtém êxito em momentos excepcionais, quase sempre restritos à política externa. Na Guerra do Golfo (1990-1991), por exemplo, o “patriotismo” predominava na cobertura da mídia com pouquíssimas contestações, ante um conflito cujo objetivo do governo estava longe de qualquer sentimento patriótico, senão o de manter o domínio das reservas de petróleo do país invadido: o Kuwait.

No Brasil, continua Kucinski, a produção de consenso é um processo político que se realiza primeiro nas esferas do poder e, por meio da atuação da imprensa, chega à esfera pública, não raro de maneira grosseira, “por editores autoritários, subservientes aos donos de jornais”⁴⁷.

Dessa instância superior, o consenso é imposto à mídia e parece determinar o próprio padrão de cobertura jornalística. Por isso, mostra-se mais agressivo nos momentos decisivos da política doméstica e naqueles em que os privilégios das oligarquias estão em jogo, como é o caso dos conflitos de terra e da reforma agrária⁴⁸.

A construção do consenso, ainda segundo o autor, só se realiza diante de certas precondições para que a mídia alcance esta “unanimidade” no tratamento e na ampla veiculação de assuntos considerados estratégicos pelas altas esferas do poder. A principal condição nesse processo está diretamente relacionada ao alto grau de

⁴⁶KUCISKI, Bernardo. *A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 21.

⁴⁷Ibidem, p. 22.

⁴⁸Ibidem, p. 21.

concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil⁴⁹. Outra condição é também reflexo da primeira, ou seja, o sinergismo entre os vários veículos de comunicação (mídia impressa, rádio e TVs) cujas pautas e visões na abordagem dos assuntos são frequentemente convergentes.

Diante do que foi exposto, do surgimento do jornalismo na Modernidade e suas condições e limitações de noticiar os fatos relevantes para a sociedade, muitos estudiosos têm procurado enfrentar o desafio de interpretar o papel da imprensa em um mundo globalizado, com novos problemas, carências e limitações. Uma realidade com excesso de informações ancoradas em plataformas digitais exigindo constantes atualizações.

O jornalismo praticado no século XXI é uma atividade em transformação como tantas outras que lidam com as mudanças tecnológicas, culturais, sociais ou econômicas. Tais mudanças também afetam diretamente as atividades empresariais, administrativas e financeiras sobre as quais os grandes jornais estão lastreados como toda empresa que precisa ser viabilizada economicamente. Há uma crise financeira em curso que contaminou todo o mundo, cuja data referencial se situa em 15 de setembro de 2008 quando foi decretada a falência do banco de investimento Lehman Brothers por conta de um brutal desarranjo no mercado especulativo imobiliário nos EUA. Muitos estudiosos, como István Mészáros⁵⁰ e Immanuel Wallerstein⁵¹ atribuem essa crise no capitalismo como forte indício de que não se trata mais de um problema conjuntural, como ocorreu em vários momentos da história, mas de uma questão estrutural do sistema. Para Mészáros, o capitalismo, pela primeira vez na história, está em confronto com seus próprios problemas, sem que possam ser adiados por muito tempo. A crise estrutural está destinada a piorar consideravelmente, invadindo não apenas o mundo financeiro global, mas todos os domínios da vida social, cultural e econômica.

As empresas jornalísticas também passam por graves crises econômicas, no Brasil e em vários países. Em meio a um cenário de incertezas, o jornalismo encontra-se diante de desafios característicos dos novos tempos. O principal deles é justamente o de tentar se sustentar com credibilidade e qualidade sem as costumeiras fontes robustas de

⁴⁹ No capítulo 5 desta dissertação, esse assunto é mais aprofundado.

⁵⁰ MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵¹ WALLERSTEIN, Immanuel. *Structural Crisis, or why capitalism may no longer find capitalism rewarding*. In: *Does capitalism have a future?* Org.: Wallerstein, I. ;Collins, R.; Mann, M.; Derluigian, G.; Calhoun, C. New York: Oxford University Press, 2013.

financiamento, públicas ou privadas na venda de espaços publicitários. Mas esse é um tema que trataremos mais adiante.

1.7 A Crise no Jornalismo – O modelo de negócios e a qualidade da notícia

O que comumente se coloca como crise no jornalismo diz respeito ao modelo de negócios das empresas jornalística, que está em cheque pelas contínuas quedas de receitas publicitárias e assinaturas (no caso da mídia impressa), e à precarização do trabalho dos profissionais, mal remunerados e com sobrecarga de trabalho e de funções.

E primeiro lugar, os tradicionais jornais impressos brasileiros de distribuição nacional vêm passando por profundas transformações, em grande parte por conta dos impactos causados pelas novas tecnologias da informação (NTI), com consequente perda acentuada de leitores nos últimos anos. No seu relatório anual de 2015, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) informou que em 2014 –as edições impressas dos jornais brasileiros não mantiveram a tendência de crescimento da circulação média paga diária registrada ao longo de quase toda a década anterior”. O relatório aponta uma queda de 7,6% nas vendas avulsas de exemplares em relação a 2013 (4.393.434 em 2013 para 4.392.567, em 2014). Contudo, no mesmo período, as edições digitais mais que dobraram, pois registraram uma expansão de 118% (500.370), ante 228.944 no ano anterior. No relatório mais recente disponível, de agosto de 2016, em pesquisa realizada com 40 executivos de empresas jornalísticas associadas, a ANJ informa que estas apresentaram queda de faturamento segundo resposta da maioria dos pesquisados (77%), ao mesmo tempo em que 88% dos jornais reportaram redução do número de funcionários entre 2014 e 2015⁵².

Diante desse cenário, os jornais indicaram que suas prioridades para os próximos anos consistem em reduzir custos e despesas (gráfica: 85%; distribuição: 67%). Paralelamente, os executivos voltados para as atividades de distribuição apresentam maior preocupação em relação a melhorar a percepção do cliente quanto à qualidade (18%) e em relação ao desenvolvimento de equipes de alta performance (15%)⁵³.

A reação das empresas jornalísticas a essas mudanças tem impactado fortemente a qualidade de conteúdo do noticiário ofertado, preocupação inclusive manifestada por

⁵² ANJ. *Relatório de Atividades*. Agosto de 2014 a agosto de 2016. Brasília. Disponível em: <http://www.anj.org.br/relatorios-2/>. Acesso em 20/05/2017.

⁵³ *Ibidem*, p.3.

editores-executivos, *publishers* e diretores da imprensa brasileira, segundo pesquisa realizada por Rogério Cristofolletti para a publicação “Série Debates – Comunicação e Informação”, patrocinada pela Unesco. Nessa publicação, 22 entrevistados de jornais e revistas de todo o país afirmaram que consideram a qualidade da informação jornalística muito importante. Ocorre, contudo, que não há consenso entre eles do que seja “qualidade” no produto final que são responsáveis. Muitas empresas nem sequer possuem políticas ou instrumentos metodológicos que tratam do assunto. Segundo o autor, “reforça-se uma contradição reinante no imaginário das redações: os meios oferecem um noticiário que se sustenta pelos critérios de noticiabilidade, mas também dão o que os leitores querem e precisam. Esta contradição parece ser constituinte do jornalismo, e o conceito de qualidade na área se alimenta dela, pelo que se depreende dos depoimentos dos gestores”⁵⁴.

Antes de aprofundarmos um pouco mais as questões ligadas à qualidade no conteúdo jornalístico devemos mencionar a influência das novas tecnologias da informação na chamada “sociedade em rede”, como denomina Manuel Castells em seu livro do mesmo nome⁵⁵, o primeiro de três volumes da série “A Era da Informação”. Segundo o autor, estamos vivendo a terceira revolução industrial, a da tecnologia da informação, depois da invenção do computador, nos anos 1940, e posteriormente do seu componente principal: o microprocessador, em 1971. Este com capacidade de armazenar e processar dados com velocidades até então inimagináveis em aparelhos que puderam ter suas dimensões bastante reduzidas. Surge daí o computador pessoal, com preços mais acessíveis e comercialização massificada.

Entre as décadas de 1960 e 1990, desenvolve-se outro elemento fundamental para a viabilização das comunicações online: a internet. Nos seus primórdios, como pesquisa militar e envolvimento direto de universidades dos EUA, criou-se a possibilidade de estabelecer conexões instantâneas entre computadores formados em rede. A ideia era ter um sistema de comunicações descentralizado em caso de um eventual ataque da rival União Soviética, de modo que esse sistema pudesse continuar funcionando mesmo que um ou outro elo da rede fosse atingido. Era o período da Guerra Fria e da corrida armamentista, exigindo pesados investimentos de ambos os lados da chamada cortina de

⁵⁴CRISTOFOLETTI, Rogério. *Indicadores da Qualidade no Jornalismo*: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. SÉRIE Debates CI N°3 - Novembro de 2010. Brasília: Unesco, p. 30.

⁵⁵CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ferro. O passo seguinte para o desenvolvimento quase pleno da internet foi a possibilidade de conexões não apenas dos computadores entre si, mas das diversas redes que os compunham, graças à tecnologia dos protocolos de comunicação padronizados (TCP/IPs).

A partir da década de 1990, com a massificação dos PCs (*personal computers*) já consolidada e a expansão da internet como produto tecnológico e comercial, reforça-se, nas palavras de Pierre Lévy⁵⁶, a cultura de se experimentar avidamente um novo espaço de comunicação de maneira coletiva e diferente daquelas que as mídias clássicas propõem. Trata-se da cibercultura. Já na introdução de sua obra, Lévy afirma que “eabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano”⁵⁷.

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (...) na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século⁵⁸.

Como imaginava Lévy no final do século passado, mesmo de maneira excessivamente otimista, a internet acabou se transformando no principal meio de comunicação da atualidade, influenciando a economia, a política, a cultura e notadamente os hábitos das pessoas. Obviamente aquelas que estão efetivamente “eonectadas”, pois ainda há milhões no mundo que não possuem acesso à rede mundial de computadores. Com efeito, a divisão social entre ricos e pobres também se expressa na sociedade da informação. No Brasil, apesar da gigantesca expansão na última década, em que o número de usuários já chegou aos 100 milhões, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que ainda há cerca de 30 milhões de

⁵⁶LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

⁵⁷Ibidem, p. 11.

⁵⁸Ibidem, p. 92.

domicílios sem conexão à internet, sobretudo entre as classes D e E, as de menor renda⁵⁹.

Logo no começo de sua expansão, em meados da década de 1990, não demorou muito para as empresas começaram a lucrar com o potencial de negócios contido na internet, primeiro por meio da venda de equipamentos (*hardware* e *software*), posteriormente, através do comércio eletrônico. Nas duas últimas décadas, contudo, com o desenvolvimento de novas linguagens digitais e da *web 2.0*, os negócios envolvendo a internet se tornaram fabulosos. Só no Brasil, a estimativa é de que se movimente mais de R\$ 50 bilhões em iniciativas como *e-commerce*, custos de acesso às redes, publicidade e venda de conteúdo, mesmo não existindo estatísticas precisas para uma aferição mais completa⁶⁰. Não há um conceito definitivo para a *web 2.0*, expressão cunhada em 2004 por Tim O'Reilly, chefe executivo da empresa O'Reilly Media, produtora de eventos. Em linhas gerais, diz respeito a uma segunda geração de serviços e aplicativos da rede e a recursos, tecnologias e conceitos que permitem um maior grau de interação entre usuários e no compartilhamento de conteúdos. As mídias sociais (Facebook, Instagram, Twiteer etc), por exemplo, são filhas diletas da *web 2.0*.

Diante dessa evolução acelerada dos serviços e variadas possibilidades envolvendo a internet, há de se constatar profundas transformações não apenas no comportamento dos usuários que passam horas interagindo no mundo virtual, mas nos modelos das empresas e nos modos de trabalho, proporcionados pelo compartilhamento de dados online, aliado à convergência das mídias. Além dos tradicionais PCs, os *tablets*, celulares (*smartphones*), notebooks e outros equipamentos conectados à internet permitem que a qualquer hora e em qualquer lugar seja possível ter acesso ao universo de dados digitais e transmitir conteúdo.

As empresas jornalísticas sentiram muito o impacto da internet nos seus modelos de negócios. Em primeiro lugar, por conta da cultura entre os internautas desde o início da popularização da internet, segundo a qual o conteúdo disponibilizado deve ser “gratuito”, incluindo o noticiário jornalístico. Embora muitos jornais disponibilizem

⁵⁹MANS, Matheus. Mais de 100 milhões de brasileiros acessam a internet, diz IBGE. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 nov. 2016. Link. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital.mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-ja-acessam-a-internet-diz-ibge,10000090597>. Acesso em 10/08/2017.

⁶⁰Época Negócios. Quanto movimenta o mercado de internet no Brasil? *Época Negócios*. São Paulo, 8 abr. 2011. Disponível em <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/tecneira/2011/04/08/quanto-movimenta-o-mercado-de-internet-no-brasil/>. Acesso em 10/08/2017.

apenas parte de seu material na internet, reservando às páginas impressas as matérias com mais densidade informativa, o número de leitores em papel não para de cair, como vimos anteriormente.

Outro fenômeno que tem prejudicado muito a saúde financeira dessas empresas é a migração do bolo publicitário das publicações impressas para as páginas virtuais da rede. Levantamento feito pelo jornal Meio & Mensagem em julho de 2015 constatava que o Brasil havia “perdido” oito jornais em seis anos⁶¹. Diários como *Gazeta Mercantil*, *Brasil Econômico* e *Jornal da Tarde* simplesmente deixaram de circular por problemas financeiros. Outros como *Jornal do Brasil*, *O Estado do Paraná*, *Diário do Comércio* e *O Sul* continuam apenas na versão digital (no dia 25 de fevereiro de 2018, o *Jornal do Brasil* retomou sua versão impressa, depois de oito anos). Ainda na reportagem do Meio & Mensagem, a justificativa para o fechamento do *Brasil Econômico*, divulgada pela Ejesa, grupo proprietário, pertencente ao conglomerado português Ongoing, foi “o impacto gerado pela forte desaceleração econômica, combinado a uma crescente retração nos investimentos publicitários”.

Bernardo Kucinski resume assim as consequências dessas profundas transformações:

No jornalismo, especificamente, as consequências mais dramáticas dessa revolução não são o declínio ou a morte inevitável dos jornais impressos. Mesmo porque a maioria conseguirá se reconstruir como veículos virtuais, obtendo índices de leitura até superiores aos da era impressa.

O mais importante é que esses jornais nunca voltarão a ser as instituições poderosas da sociedade civil, criadas no século XIX por burguesias portadoras de projetos nacionais e imperiais, donas da comunicação de massa e, através dela, detentoras do monopólio da produção de significados e percepções na esfera pública.⁶²

No Brasil e no mundo, dois gigantes virtuais, Google e Facebook, estão absorvendo em escala monumental os recursos em publicidades e em outras promoções que originalmente eram feitos na mídia tradicional, tanto impressa quanto eletrônica. Dados levantados ainda em 2012 já registrava que no primeiro semestre daquele ano o Google lucrara mais com a veiculação de anúncios do que todos os jornais e revistas dos

⁶¹ PACETE, Luiz Gustavo. Brasil perdeu oito jornais em seis anos. *Meio & Mensagem*. São Paulo, 15 jul. 2015. Disponível em:

<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/07/15/brasil-perdeu-oito-jornais-em-6-anos.html>.

Acesso em 10/08/2017.

⁶²KUCINSKI, Bernardo. *A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 9, Nº 1 – janeiro a junho de 2012, pgs. 4 a 16. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n1p4/22283>. Acesso em 12/08/2017, p. 7.

Estados Unidos somados⁶³. No Brasil, o governo federal e suas empresas públicas, principais anunciantes na mídia, investiram em publicidade mais no Facebook do que nas publicações tradicionais, em 2014. –As verbas destinadas à rede social ficam acima das recebidas por *O Globo*, jornal que mais teve propaganda estatal em 2014 (R\$ 21 milhões) O Facebook também está à frente da revista *Veja*, a que mais faturou entre as publicações semanais (R\$ 19 milhões). Também acumulou 63% a mais do que o *UOL* em publicidade no governo de Dilma Rousseff (PT). O portal recebeu R\$ 14 milhões”.⁶⁴

As novas tecnologias de comunicação e informação também influenciam os modos de trabalho nas empresas, a começar pela indústria com a adoção crescente da robótica (cujos robôs estão cada vez mais conectados a gigantescos bancos de dados e a sistemas de transmissão online) na linha de produção e na informática nos setores administrativos, assim como nas companhias prestadoras de serviços e naturalmente nos órgãos de imprensa. O jornalista tem sido obrigado a se adaptar aos novos processos de produção de notícia, sob pena de ficar fora do mercado de trabalho. Isso significa que foi preciso adquirir novas habilidades no trato de programas de computadores e linguagens digitais que são as bases desses novos processos.

Alguns autores identificam esses novos sistemas de organização da produção capitalista e do trabalho como “pós-fordista”, ou regime flexível de acumulação de capital. David Harvey⁶⁵ destaca que o início dos anos 1970 marcou a transição entre o modelo fordista, baseado na produção em massa destinada ao consumo de massa, para o novo modelo, por conta, entre outras coisas, do esgotamento da capacidade de resposta do fordismo à crise de superacumulação da produção, sobretudo nos países de capitalismo avançado. Conforme salienta o autor, essa transição implicou para os trabalhadores a intensificação dos processos de trabalho, bem como a aceleração da desqualificação e requalificação necessárias a fim de atender as necessidades do novo modelo de produção de bens e serviços.

⁶³MORENO, João Brunelli. Google ganha mais com publicidade que toda a mídia impressa dos EUA. *Terra Tecnologia*. São Paulo. Disponível em <https://tecnoblog.net/118429/google-lucra-com-publicidade/>. Acesso em 10/08/2017.

⁶⁴Portal Imprensa. Facebook supera mídia tradicional e fatura R\$ 24 milhões de publicidade federal em 2014. *Portal Imprensa*. São Paulo, 3 jul. 2015. Disponível em <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73103/facebook+supera+midia+tradicional+e+fatura+r+24+milhoes+de+publicidade+federal+em+2014>. Acesso em 10/08/2017.

⁶⁵HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001. Apud. FONSECA, Virgínia e SOUZA, Paulo H. Rodrigues de. O pós-fordismo na produção jornalística. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, nº 15. p. 1-18, julho/dezembro 2006. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4264/4426>.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição [...], possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior.⁶⁶

De um lado, as NTCI trouxeram agilidade no fazer jornalístico, à medida que a portabilidade de equipamentos digitais e sua conexão com a rede mundial de computadores pode se estabelecer em praticamente qualquer lugar. O profissional não mais precisa, por exemplo, ir necessariamente à redação para produzir seu texto a fim de fazê-lo chegar às máquinas rotativas ou ao portal noticioso, assim como o fotógrafo tem condições de transmitir instantaneamente sua imagem recém-capitada de onde estiver. Contudo, como afirma Sylvia Moretzsohn⁶⁷, as tecnologias digitais paradoxalmente tendem a prender o repórter na redação diante das possibilidades de obter dados pela internet e pelos inúmeros aplicativos de celular. Ocorre que isso não é apenas um mero detalhe no atual *modus operandi* da profissão. Zélia Leal Adghirni ressalta que a informatização das redações tem contribuído para que o profissional pratique um “jornalismo sentado”⁶⁸. Ela cita o trabalho do pesquisador francês Erik Neveu, na sua obra “Sociologia do Jornalismo”, afirmando que o uso do telefone (e no caso recente, os *smartphones* com Whatsapp, por exemplo) e os vários recursos da internet foram determinantes para reduzir a autonomia do jornalista. O “jornalismo sentado”, explica Adghirni, é um trabalho limitado ao tratamento de notícias de agências e releases distribuídos pelas assessorias de imprensa, sem compromisso com os fatos, sem lidar necessariamente com a “notícia quente”, de abandono quase completo da reportagem e do jornalismo investigativo.

Mas por outro lado, o fato é que, as mídias digitais alargaram a noção de notícia em tempo real, fenômeno iniciado pelas mídias eletrônicas, primeiro pelo rádio, depois pela televisão. O ritmo frenético na produção de conteúdo jornalístico online alterou significativamente os prazos de fechamento (*deadline*), cada vez mais curtos, e mudou substancialmente a organização do próprio trabalho em si. Roseli Figaro, em um amplo estudo sobre o perfil do jornalista no mercado de trabalho em São Paulo, assinala:

⁶⁶Ibidem, apud FONSECA e SOUZA, p. 4.

⁶⁷MORETZSOHN, Sylvia. *Repórter no volante*. São Paulo: Publifolha, 2013, p. 18.

⁶⁸ADGHIRNI, Zélia Leal. *O Jornalista: do mito ao mercado*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 2, Nº 1 – 1º semestre 2005, p. 45 a 57. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12442/1/ARTIGO_JornalismoMitoMercado.pdf. Acesso em 15/08/2017.

O jornalista está desafiado pela instantaneidade protagonizada pelos novos meios, o que incide nas normas e prescrições da atividade e exige mudanças na gestão de si no trabalho – operar com novas noções de tempo e espaço. O inédito sempre presente na atividade ao regular os elementos tempo e espaço vai renormalizando a prescrição do fazer jornalístico, trazendo novidades: gêneros, novos elementos no valor notícia, novos elementos como fontes, novos elementos organizativos da rotina de vida e trabalho, empenho renovado das maneiras de atenção, sensibilidade e reconhecimentos⁶⁹.

Hoje as dimensões tomadas pela circulação de informações em tempo real jamais foram vistas na história. A facilidade com que as novas mídias digitais podem ser trabalhadas fez surgir um novo e importante ator nesse processo, o cidadão comum, que produz seu próprio conteúdo para compartilhar na rede. Ao testemunhar o fato, tem os meios ao seu alcance para informar os outros usando seu perfil no Facebook, seu blog ou sua conta no Twitter ou Instagram, na maioria das vezes simplesmente lançando mão do seu próprio celular. Tal conteúdo produzido, ou obtido de outrem (incluindo os sites noticiosos), é repassado para a “lista” dos “amigos” que por sua vez podem repassar para outros em um fluxo incessante. Bernardo Kucinski diz achar surpreendente a naturalidade e a passividade com que as novas gerações se apropriam das novas tecnologias e aponta uma hipótese a partir dessa constatação: “a comunicação virtual é mais natural e adequada à capacidade imaginativa do ser humano do que as formas anteriores limitadas pela rigidez da máquina e da matéria”⁷⁰.

Se por um lado, a agilidade trazida pelas NTCI ao profissional jornalista pode fazer crer, em um primeiro momento, que facilitou a vida desses trabalhadores, constata-se, no entanto, que as condições de trabalho vêm se tornando piores nos últimos anos. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas jornalísticas aliadas à reorganização de métodos de trabalho em virtude, principalmente, do tempo sempre mais exigido de produção e transmissão de notícias, têm trazido uma intensa precarização do ofício. Os principais motivos são o acúmulo de funções (é comum um mesmo profissional exercer muitas tarefas que antes eram realizadas por várias pessoas, cujos cargos foram

⁶⁹FIGARO, Roseli (org.). *O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo: um estudo de mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo*. Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp (2009-2012). Pesquisa concluída, p. 148. Disponível em http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/wp-content/uploads/relatorio_final_2012.pdf. Acesso em 11/08/2017.

⁷⁰KUCINSKI, Bernardo. *A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 9, Nº 1 – janeiro a junho de 2012, p. 4 a 16. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n1p4/22283>. Acesso em 12/08/2017, p. 7.

eliminados), o aumento do volume de trabalho (como consequência da supressão de ocupações dentro da redação e pela própria disponibilidade de dados existentes e compartilhados na internet) e o aviltamento dos salários (pelo grande quantidade de jornalistas disponíveis no mercado de trabalho e pelo abuso no uso do *free-lance*, como meio de remuneração sem que haja praticamente nenhum vínculo com a empresa pagadora).

Com as redações menores, fragmentadas e em situação precária no que se refere à condições de trabalho, delineia-se ainda um outro problema complexo, apontado por Kucinski, como o desmantelamento do papel de centros de criação do saber jornalístico. Seu questionamento é instigante: se o jornalismo é uma forma social de produção de conhecimento, um dos instrumentos que, por sinal, dá lastro à formação da opinião pública, de onde nascerá esse conhecimento com o fim das redações tal como se conhecia há algumas décadas? Na esfera pública virtual, continua o autor, os jornalistas (e por extensão, os jornais) não detêm mais o “monopólio da fala e da mediação”, perderam o protagonismo para a internet, que mudou as relações de poder. Ou como diz Castells, citado por Kucinski, a sociedade civil se manifesta sem ter que pedir licença aos meios tradicionais de comunicação de massa⁷¹.

Vivemos, é verdade, a fase de transição entre o antigo e o novo, na qual o poder político dos grandes jornais impressos ainda se manifesta aqui e acolá, por vezes com virulência. Mas definham rapidamente, em proporção à sua debilitação econômica. Como animais em extinção, alguns só sobrevivem hoje graças a subsídios e proteção do Estado. Não por acaso, formam hoje um bloco ideologicamente homogêneo e reacionário de defesa dos interesses dominantes e do poder econômico.⁷²

Historicamente, manter o funcionamento empresarial assentado principalmente em verbas públicas não é novidade do capitalismo à brasileira dos grandes grupos nacionais de comunicação, como destaca o autor. As transformações que ainda estão em curso no âmbito dessa revolução tecnológica já derrubaram, segundo Kucinski, algumas demarcações do jornalismo até então bem definidas.

Desapareceram, por exemplo, as demarcações entre *comunicação simples e de massa*, como mensagens pessoais de internautas comuns que subitamente alcançam acesso e escalas massivas na rede; entre *emissor e receptor*, com as tecnologias digitais, todos são emissores e receptores, pois há uma interação quase sem limites em que a

⁷¹Ibidem, p.8.

⁷²Ibidem, p.8.

intervenção de um leitor acaba transformando, ele mesmo, em autor; a *distinção clara entre produtor e consumidor*, qualquer um pode produzir, mesmo comercialmente, no mundo digital. Outra demarcação abalada é a *periodicidade*, principalmente quando pensamos na cultura da publicação diária, outro conceito que vai caindo por terra. Como falar em periodicidade em um ambiente que funciona 24 horas por dia? Assim como suscitam dúvidas quanto a *ser jornalista e não ser*. —Quem é na internet o jornalista? E quem não é? E o que ele pode fazer e o que não pode? O blog é jornalismo, ou não é? E onde é que fica a ética jornalística, um das mais importantes fios condutores nessa teia de regras que se chama jornalismo?”⁷³. Reduziram-se ainda mais as demarcações *entre informação, propaganda e entretenimento*, com implicações diretas na ética como ofício e na forma de gerenciamento das empresas de comunicação.

Por fim, Kucinski põe em questão o próprio conceito de notícia como mercadoria.

Mercadoria é conceito-fundador do sistema capitalista e notícia como mercadoria é categoria demarcadora do jornalismo de mercado assim como da definição de jornalismo como forma de conhecimento fundada no singular, fundada no fato recortado nitidamente no tempo e no espaço. Na era virtual, ao ser acessada, a informação não é consumida, ao contrário, se multiplica, como no milagre da multiplicação dos pães. A saga do capitalismo, lembra David Harvey, está repleta de paradoxos. Esse é um deles. O leitor lê a notícia e em seguida, com um mero apertar de botões, a encaminha para uma lista de dez ou cem amigos ou mil membros de uma lista. Cada um deles pode fazer o mesmo. Ao consumi-la, ele a multiplicou. A notícia, na era virtual, não é mais a mesma mercadoria da era material da informação. Daí a dificuldade dos jornais virtuais de se autofinanciarem. Mais importante ainda é perda de demarcação da notícia também por força do fim da periodicidade do produto jornalístico, já que na era virtual informação é um fluxo incessante e sempre inacabado.

A maneira que Kucinski descreve a circulação da informação no mundo virtual é parte integrante de uma nova economia da Sociedade em Rede, em que a produção das indústrias culturais envolve os trabalhos de profissionais diretamente relacionados no processo, como jornalistas, e da audiência, que coloca à disposição seu tempo, não remunerado, frise-se, na participação dos eventos virtuais. O lucro extraído dessa relação é denominado por Marcos Dantas de *—mais-valia 2.0”*⁷⁴. As redes de relações que se cria entre as pessoas a partir de aplicativos e plataformas como Whatsapp,

⁷³Ibidem, p. 14.

⁷⁴DANTAS, Marcos. *Mais-valia 2.0*: Produção e apropriação de valor nas redes do capital. Revista Eptic Online Vol.16 n.2 p.89-112 mai-ago 2014.

Google, Yahoo, Youtube, Facebook, Instagram, entre outros, transformam a audiência interativa e participativa de milhões e até de bilhões de usuários em valor.

Cada postagem, cada interação, cada um dos bilhões de sinais que os usuários emitem ou retransmitem (palavras, imagens em movimentos, fotografias, sons) são devidamente registrados e captados por algoritmos em um trabalho incessante de composição de perfis, hábitos e até das possíveis intenções dos usuários dessas plataformas. —Cada e qualquer ato — cada e qualquer ato semiótico — deve ser de imediato efetuado para a devida captura, classificação, análise pelos algoritmos desenvolvidos por essas corporações que, em cada e qualquer ato, querem identificar um gesto monetizável”.⁷⁵ Dantas faz referência a um artigo do jornalista e professor John Batelle⁷⁶ sobre o Google. Este autor afirma que o site de busca mais utilizado do mundo e o Facebook registram “estados mentais” de bilhões de pessoas a partir de seus atos de navegação. —“Google sabe o que a nossa cultura quer!”⁷⁷

São em contextos como esses que o jornalismo tem sido exercido: ambientes virtuais cujas possibilidades de produção e compartilhamento de sentido parecem ser infinitas. Em outras palavras, estamos falando do envolvimento de uma massa de dados mensuráveis apenas por supercomputadores, com objetivos precisos de traçar e prever o comportamento de consumidores e, pretensamente, até os seus desejos. Ambientes que atraem audiências gigantescas e cujo teor é alimentado e retroalimentado predominantemente pelo entretenimento, pelas exposições de cunho pessoal ou pelas futilidades que podem fazer menção a celebridades e a gente comum, dependendo do grau de interesse que possa despertar. O fato é que esse apelo pela audiência acaba mimetizando os conteúdos jornalísticos, estes cada vez mais obrigados a se aferrar à quantidade monumental de clicks e acessos, sob risco de sumirem no universo digital de expectativas e probabilidades.

Um dos corolários desse processo veloz e incessante de produção no campo jornalístico é, como afirma Marcondes Filho, a desinformação provocada pelo excesso. Esse descomunal volume e intensidade de informação —provoca a redundância, que leva ao desinteresse, à apatia, à desinformação em última análise”⁷⁸.

⁷⁵Ibidem, p. 89.

⁷⁶BATELLE, John. *A busca* (como o Google e seus competidores reinventaram os negócios e estão transformando as nossas vidas). São Paulo, SP: Elsevier/Campus, 2006.

⁷⁷DANTAS, op. cit., p. 89.

⁷⁸MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser Jornalista: O desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 176.

Mesmo com as notáveis transformações ocasionadas pela sociedade em rede, o jornalismo brasileiro, mais precisamente, as grandes empresas jornalísticas, mantêm uma das suas peculiaridades quase intocável: sua histórica aproximação com o poder. Essa proximidade, muitas vezes promíscua, é mais um elemento crucial para entender o papel da imprensa no seio da opinião pública. Uma peculiaridade que a torna instrumento fundamental na produção e vocalização de consensos oriundos dos grupos sociais dominantes, que no caso brasileiro, sempre estiveram à frente do controle do Estado e das principais instituições privadas.

A imprensa instrumentaliza as informações que colhe, recebe ou mesmo fabrica-as, transformando-as em notícias para usá-las no jogo político-ideológico, em uma palavra, no jogo do poder. É de fato um jogo porque há lances, blefes, cartadas, guerras psicológicas e muita encenação⁷⁹.

1.8 Jornalismo e Poder – Os donos e suas relações com os governos

Personalidades como os notórios empresários da comunicação, Assis Chateaubriand (1892-1968) e Roberto Marinho (1904-2003), figuram entre os mais emblemáticos personagens da nossa imprensa. O primeiro, dono da cadeia de jornais Diários Associados, precursor da TV no Brasil e de indisfarçável apetite por dinheiro e poder, reinou quase absoluto nos anos 40 e 50 entre os barões da imprensa nacional. O segundo, responsável pela construção de outro império da comunicação, as Organizações Globo, é uma espécie de sucessor de Chateaubriand na arte de usar seu amplo aparato de comunicação para pressionar, apoiar e, sobretudo, usufruir dos meandros do poder. Recebeu a concessão pública de um canal de televisão em 1965 diretamente das mãos do regime civil-militar com a controversa participação do grupo norte-americano *Time Life*. Dois personagens que sintetizam as relações existentes entre as grandes empresas jornalísticas e os grupos sociais mais privilegiados, sempre hegemônicos no controle do Estado e das instituições mais poderosas da sociedade civil.

Norberto Bobbio classifica o poder, especificamente o exercido nas sociedades modernas, a partir de três tipos: o político, o econômico e o ideológico. O primeiro, em linhas gerais, é o que utiliza, em última instância, da força para obter os efeitos desejados, pois como parte do Estado, detém o monopólio da violência. O segundo, é o

⁷⁹Ibidem, p. 178.

que se vale da posse de certos bens em uma situação de escassez para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, principalmente quando se refere à execução de um trabalho útil. E por fim, o ideológico, aquele que se vale do saber, de doutrinas e do conhecimento, ou mesmo de informações, para exercer influência sobre o comportamento alheio e induzir integrantes de um grupo a realizar ou não alguma ação.

O que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores.⁸⁰

Durante muito tempo, a definição de poder como o exercido quase que exclusivamente pela força foi a mais aceita. Em *–Microfísica do Poder*⁸¹, Michel Foucault assinala, contudo, que os efeitos do poder pela repressão é apenas uma explicação bastante parcial do fenômeno. Se fosse apenas isso, afirma o filósofo francês, o poder certamente não seria obedecido. Ele acrescenta outros elementos por meio dos quais o poder se constitui e é aceito como força que permeia toda a sociedade, sem estar localizado em um ou outro ponto especificamente. Ao atravessar todo o corpo social, essa força produz coisas, induz ao prazer, forma saber, elabora discursos e, portanto, revela-se muito mais do que uma noção negativa ao qual é comumente associado. O poder é forte porque produz efeitos que agem diretamente no desejo e no saber. Segundo Foucault, a produção desse saber tem relação com a maneira como o poder cria a verdade, mas não aquela de caráter filosófico, a utopia ou o mito que se descoberto leva à libertação do espírito.

Cada sociedade tem *–seu regime de verdade*”, isto é, os tipos de discursos que são acolhidos por ela e faz funcionar como verdadeiros, pois existem mecanismos e instâncias *–que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos*”. O estatuto da verdade está naquelas pessoas ou instituições que estão encarregadas de dizer o que funciona como verdadeiro. Está no discurso científico, nas declarações feitas através de organismos econômicos ou políticos, são os discursos que permeiam as escolas, os

⁸⁰BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral de política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 83.

⁸¹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/Microfísica%20do%20Poder%20-%20Michel%20Foucault.pdf>. Acesso em 29/08/2017.

meios jurídicos e evidentemente a imprensa. Dito de outro modo, o poder circula, é algo que funciona em rede. –O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.

(...) é bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc.; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.⁸²

Na manutenção do poder, quer seja feita por um grupo ou por grupos sociais, submetendo os demais pelo jugo da força, pela persuasão ou pelo consenso, fica claro, tanto para Bobbio quanto para Foucault, que os meios de comunicação cumpre destacado papel na difusão de ideias relacionadas a determinada visão de mundo, na produção de verdades e saberes, ou como diz Dênis de Moraes, quando –fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses”.⁸³ O pensador italiano Antonio Gramsci forneceu contribuições fundamentais quando analisou o papel da imprensa de sua época, a partir de um conceito de hegemonia formulada por ele sob a ótica marxista. Conceito apreendido e ampliado, que anteriormente fora utilizado por Vladimir Lênin, por ocasião dos estudos deste no contexto que antecederam a Revolução Russa de 1917.

Para Gramsci, na hegemonia há o domínio de uma classe social sobre as outras, não necessariamente pela coerção ou imposição da força, mas pela conquista do consenso e pela liderança cultural, política e, principalmente, ideológica. Essa conquista e a sua consolidação é obtida em processos historicamente longos com embates entre essas classes ou grupos sociais que estão vinculados aos aspectos econômicos, políticos,

⁸²Ibidem, p. 36

⁸³MORAES, Dênis. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010, p. 61. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298> Acesso em 31/08/2017.

envolvendo ainda –o plano étnico-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se”⁸⁴.

A hegemonia é, portanto, ainda na perspectiva gramsciana, preparada e exercida por uma classe que lidera, articula e dá coesão a diferentes grupos sociais. Mas para essa classe que lidera se manter nessa condição precisa impedir que o contraste existente entre essas forças sociais extrapole e saia de controle, provocando uma crise da ideologia dominante, conseqüentemente levando à sua recusa e à desestabilização das forças do poder.

Portanto, uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade⁸⁵.

Anos mais tarde, Gramsci complementa seu conceito de hegemonia afirmando que para ter o fim da dominação sobre as classes subalternas estas devem, antes da conquista do poder governamental, obter a hegemonia das ideias. Pois só em uma plena condição de força hegemônica será capaz de chegar ao poder e se tornar Estado. O pensador italiano era claro a esse respeito: o movimento operário nunca conseguira vitórias duradouras nas disputas pelo poder do Estado sem que conquiste primeiro a hegemonia no campo das ideias, com o envolvimento de toda a sociedade.

Nessa permanente relação de embates e formação de consenso no conjunto social, Gramsci identificou duas esferas no interior da chamada superestrutura (que na teoria marxista inclui a cultura, os rituais, costumes, o grupo de instituições políticas, religiosas, jurídicas etc. Sua outra face é a infraestrutura, que diz respeito às forças econômicas que dão sustentação ao conjunto da sociedade).

A primeira esfera identificada por Gramsci é a sociedade política, conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dirigente detém o poder e, se for preciso, o exerce através da coerção com o auxílio dos aparelhos de repressão do Estado, como polícia e exército, para assegurar a ordem e a disciplina, amparadas na aplicação da lei.

⁸⁴MORAES, Dênis. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia*: a contribuição teórica de Gramsci. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010, p.55. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298> Acesso em 31/08/2017.

⁸⁵Ibidem, p. 55.

A segunda, Gramsci denomina sociedade civil, reunida nas instituições que elaboram e difundem as ideologias enquanto concepções de mundo, como o sistema escolar, Igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações sociais e profissionais, entidades de caráter científico e artístico, meios de comunicação etc. É na sociedade civil que acontece a “arena da luta de classes”, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais na luta pelo consenso. E é por óbvio notar que há uma clara inter-relação entre a sociedade civil e a sociedade política, pois esta busca consolidar apoio naquela, através dos aparelhos hegemônicos, entre os quais, como já foi dito, os meios de comunicação. Nos Cadernos do Cárcere, o pensador italiano destaca a importância da imprensa de sua época nesse processo. A estrutura ideológica de uma classe dominante, ou sua organização material voltada para “manter, defender e desenvolver a ‘fonte’ teórica ou ideológica”, nas palavras de Gramsci, é justamente a imprensa, aliada a outros aparelhos.

A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Delas fazem parte as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas.⁸⁶

Moraes ressalta que quando Gramsci analisa a imprensa italiana das primeiras décadas do século XX situa os jornais como verdadeiros partidos políticos ao interferirem nos modos de assimilação dos acontecimentos, com ênfases e enfoques determinados desse ou daquele tema a fim de ingerir na formação da opinião pública em favor da hegemonia dominante. Na falta de partidos políticos organizados e centralizados, são os jornais que dão a direção política geral, como expressão dos grupos do poder⁸⁷. A analogia à realidade brasileira do século XXI é inevitável. Tome-se o exemplo da ocasião em que a então presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Maria Judith Brito, declarou em 18 de março de 2010, em reunião com outras entidades que representam as empresas de comunicação brasileira, que:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo, de fato, a posição

⁸⁶GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (v. 2), p. 78.

⁸⁷MORAES, op. cit. p. 65.

oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada.⁸⁸

A presidente as ANJ se referia à terceira versão do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) que segundo ela, e os empresários do setor, colocava em risco a liberdade de imprensa no país ao “tentar impor mecanismos de controle à mídia”. O Plano foi instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, no segundo governo os presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e apresentava as bases de uma Política de Estado para os direitos humanos. O PNDH-3 propõe entre outras coisas alguns pontos que provocaram a discordância total das empresas jornalísticas. Um deles se refere a um tema tabu no meio, o das concessões de emissoras de rádio e TV, cujo artigo constitucional que trata do assunto nunca foi regulamentado. O Plano fala justamente da sua regulamentação com a seguinte redação: “a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados. Ainda sobre esse aspecto, o Plano faz ainda duas recomendações, a de “inserir a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados na discussão sobre outorga e renovação de concessões públicas”, e a de o “Ministério Público assegurar a aplicação de mecanismos de punição aos veículos de comunicação, autores e empresas concessionárias”⁸⁹.

Embora o PNDH-3 esteja em execução, os itens referentes à regulamentação ainda não saíram do papel. O então candidato à presidência Aécio Neves, pelo PSDB, no pleito de 2014, por exemplo, havia dito na sua campanha que reveria o Plano caso fosse eleito. Esse posicionamento do então candidato do PSDB era o reflexo dos interesses dos grandes empresários das comunicações que sempre utilizaram seus meios de informação para, em nome do “livre mercado”, atacar qualquer tentativa de discussão sobre possíveis regulamentações quanto à atuação oligopolizada das principais empresas de mídia⁹⁰. A candidatura de Aécio era composta por uma coligação de partidos que no espectro político são considerados de direita ou de centro direita, como DEM (Democratas) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Ganhando a eleição, poria

⁸⁸FARAH, Tatiana. Ações contra tentativa de cercear a imprensa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 mar. 2010, p. 19.

⁸⁹BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. - Brasília: SDH/PR, 2010, p. 164. Disponível em <http://www.pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>. Acesso em 03/09/2017.

⁹⁰ Esse tema será abordado com mais profundidade no Capítulo 5 desta dissertação.

fim à sequência de três governos liderados pelo PT. No final, o candidato peessedebista acabou perdendo a eleição para a então presidente Dilma Rousseff (PT) reeleita no segundo turno por uma margem estreita de votos (51,64% contra 48,36%).

O episódio envolvendo a atuação das empresas de comunicação frontalmente contrárias ao PNDH-3 mostra na prática o que Gramsci havia dito no início do século passado quanto ao papel desempenhado pela imprensa como voz atuante do poder hegemônico. Assim como Gramsci na realidade italiana do início do século XX, Perseu Abramo identificou no Brasil no final dos anos 1980 os mesmos elementos que ajudam a compreender essa estreita relação entre a mídia brasileira e o poder. Para Abramo, a imprensa age como partido porque opera dentro da lógica desse embate, pois “disputa o poder maior sobre a sociedade em benefício dos seus próprios interesses e valores políticos”⁹¹. Razão pela qual opera deliberadamente os processos de manipulação da notícia, “recriando a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder”⁹².

É curioso notar, porém, que a declaração polêmica da presidente da ANJ não teve quase nenhuma repercussão entre os principais veículos de comunicação do país. O destaque e as posteriores discussões sobre a declaração ficaram circunscritas aos blogs e sites fora do âmbito da grande mídia. O que se enfatizou nas reportagens dos grandes jornais que se seguiram à referida reunião com os empresários foi apenas o “perigo” de cerceamento da liberdade de imprensa. Nenhuma palavra quanto à menção de os meios de comunicação serem obrigados a fazer o papel da oposição ao governo federal da época. Havia ali claramente uma disputa ferrenha de boa parte dos grupos dominantes, cujas manifestações ecoavam através da grande imprensa, e do grupo político que ocupava o governo federal. Em termos gramscianos, eram as classes hegemônicas na sociedade civil operando taticamente para recuperar o controle total da sociedade política. Vale ressaltar, contudo, que nos governos de centro esquerda comandados pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados, os grupos dominantes, apesar de terem seus candidatos políticos derrotados eleitoralmente sucessivas vezes, nunca deixaram de exercer forte influência nas decisões de Estado. Isso graças, entre outras coisas, a uma política de coalizão, e de inúmeras concessões às forças políticas e econômicas

⁹¹ ABRAMO. Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 64.

⁹² *Ibidem*, p. 65.

contrárias aos governos de centro esquerda, liderada pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente por Dilma Rousseff, até a deposição desta por um controverso processo de impeachment, encerrado em agosto de 2016⁹³. Daí a importância da batalha de opiniões, ou a conquista e a manutenção da hegemonia no seio da sociedade. Ou, segundo Dênis de Moraes:

Do ponto de vista das corporações midiáticas, trata-se de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. O ponto nodal é disseminar conteúdos que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. Por isso, formar a opinião pública é uma operação ideológica —estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força⁹⁴. O processo da hegemonia importa, então, disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, tais como meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, Parlamento etc.⁹⁵

⁹³ A maioria absoluta de deputados federais votou pelo afastamento da presidente por entenderem que houve crime de responsabilidade no desrespeito à execução da Lei Orçamentária e à de Improbidade Administrativa. Vários juristas, no entanto, contestaram tal processo afirmando que as chamadas pedaladas fiscais realizadas pela Presidência (que significa atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção apresentar melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas) não caracterizava improbidade, além de não existir provas de envolvimento da presidente em crime doloso que pudesse configurar o impeachment.

⁹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (v. 3), p. 265. *Apud* MORAES, Dênis. *A batalha da mídia: Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em 16/09/2017.

⁹⁵ MORAES, Dênis. *A batalha da mídia: Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em 16/09/2017.

Capítulo 2

Capítulo 2

A opinião Pública

A Opinião Pública - conceito e sua relação com o Jornalismo

A opinião pública é uma expressão que tem sido invocada ao longo dos últimos tempos para justificar as mais variadas circunstâncias, sem que haja, contudo, uma homogeneidade conceitual na utilização que se faz dela. Seu uso no jornalismo acabou obtendo significados por demais genéricos que em muitos casos não contribuí para o esclarecimento do público. Considerando ainda o agravante de que em momentos diversos na história recente alguns representantes de publicações noticiosas chegam a insinuar quase peremptoriamente que a imprensa é em si mesma a própria opinião pública.

De antemão, é possível afirmar que esta não é simplesmente a reunião de várias opiniões individuais de determinado grupo social, como evocaria o senso comum. Mesmo sendo subjetiva na sua essência, a opinião manifesta-se objetivamente, ou seja, ela advém de uma situação objetiva, de um fato concreto com que o cidadão se depara no seu contexto social, segundo José Marques de Melo⁹⁶. Só a partir daí, continua ele, o cidadão tem condições de formular “um juízo de valor, esboçar uma atitude”. Em síntese, “a opinião pública é um juízo de valor formulado pelo povo em torno de um fato concreto”⁹⁷. Mas é também “um fenômeno dialético, que resulta do choque entre opiniões divergentes diante de um fato, logrando uma delas galvanizar as atenções e as preferências da maioria dos indivíduos”⁹⁸.

2.1 As opiniões de um grupo ou de um povo

Ocorre que há vários aspectos que se desdobram antes e depois da formulação desse juízo de valor. Norbert Elias sugere que existe a opinião pública de um país do ponto de vista da totalidade de seu povo e não apenas opiniões de indivíduos singulares. Ao avaliar o contexto da Inglaterra, onde foi professor na Universidade de Leicester, entre 1945 e 1962, e da Alemanha, onde nasceu, Elias afirma que há particularidades típicas

⁹⁶MARQUES DEMELO, José. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 203.

⁹⁷Ibidem, p. 203.

⁹⁸Ibidem, p. 207.

de um povo, por conta da sua cultura, de sua histórica, dos hábitos e de outros fatores que causam certa uniformização relativamente forte do comportamento e da formação da sua opinião. Haveria ~~uma~~ espécie de base comum, mais ou menos subentendida e evidentemente com matizes variados, que fundamenta as diferentes opiniões partidárias no interior de um mesmo país”⁹⁹. Em outras palavras, Elias escreve que existe uma maneira de ser inglês, assim como existem jeitos característicos nos comportamentos de alemães, italianos, belgas ou holandeses, e que fazem com que estes se reconheçam entre si, e se reconheçam como pertencentes às suas nações e culturas. Essa base comum a qual se refere o sociólogo alemão é um elemento fundamental que influencia de maneira determinante a opinião pública de um povo.

(...) não é simplesmente uma sintonia de opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pendulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas em nome da nação¹⁰⁰.

Monique Augras, citando o sociólogo francês Jean Stoetzel, introdutor das pesquisas de sondagens na França no final dos anos 1930, afirma que a opinião pública ~~situa-se~~ no meio da psicologia social e da ciência política”¹⁰¹. A autora pondera o caráter interdisciplinar ao tratar desse assunto, implicando a necessidade de lidarmos com fatores psicológicos, históricos e sociológicos.

Assim como Marques de Melo, Augras afirma que a opinião é consciente e racional, uma vez que tende a se afirmar e ser objetiva, ao mesmo tempo em que traz consigo também um aspecto apaixonante, que transita frequentemente pelo plano emocional. Ela fala de um fenômeno social existente apenas em relação a um grupo e que se expressa através deste. Opiniões que são consideradas estranhas ou inaceitáveis são geralmente omitidas ou expostas com muita cautela no seio de um determinado agrupamento humano, por exemplo. Jurgen Habermas, contudo, critica essa concepção de opinião pública reduzida a ~~grupos~~, pois faz excessiva abstração de um fenômeno social e histórico cujo leque de atuação não deve ficar restrito a um conjunto limitado de pessoas no mais das vezes recortados para meros fins estatísticos ou de sondagens de opinião, visando simplesmente identificar esse ou aquele modo de comportamento.

⁹⁹ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002, p. 119.

¹⁰⁰Ibidem, p. 125.

¹⁰¹AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 11.

Como já foi dito anteriormente, a opinião ganha força e se amplia à medida que se desenvolve a imprensa, pois esta se transforma em grande fator de influência na sociedade. De acordo com James Bryce, citado por Marques de Melo, a opinião pública só existe quando os indivíduos de uma sociedade têm acesso “livre e total” às informações a ponto de poder formular “opiniões autoconscientes”, ou seja, como resultado da tomada de posição de um indivíduo diante de um assunto sobre o qual tenha recebido livremente informações em igualdade de condições com os demais membros de seu grupo social. Situação que se contrapõe à “opinião passiva”, cujo contexto diz respeito ao período Absolutista, entre os séculos XV e XVIII, quando o povo se limitava a concordar com o governante ou com o vigário da igreja. Nesse caso, ainda sem a condição de cidadão, não tinha meios de acesso a notícias de caráter público que pudessem o ajudar a formular seu juízo de valor e a tomar decisões, ou participar efetivamente da vida pública.

Sobre esse ponto, contudo, convém voltarmos mais uma vez no tempo e atermos à gênese do conceito de liberdade como compreendida no Ocidente. Conceito que é atribuído por filósofos e historiadores à civilização grega, a fim de entendermos melhor os aspectos relacionados à opinião e que também diz respeito ao sentimento íntimo do ser-humano de manifestar sua expressão de vontade, individual ou coletiva. Cristina Costa expõe a partir do livro *La plus belle histoire de la liberté* que o princípio da vida política criada pelos helenos foi o responsável pelo sentimento de pertencimento de uma coletividade. Tal sentimento se insurgia contra dogmas, preceitos religiosos conservadores, deveres impostos pela religião e outras formas de opressão, privilegiando “a participação política, o exercício da vontade, a opinião, a ação individual e, ao mesmo tempo, coletiva, estabelecendo-se um conflito entre necessidades e moralidades”¹⁰².

A clássica peça teatral *Antígona*, de Sófocles, dramaturgo grego do século V a.C., evidencia esse conflito entre liberdade e proibição. Filha de Édipo e Jocasta, Antígona se insurge contra Creonte que havia proibido o sepultamento do irmão dela, Polínice, morto na batalha contra Tebas. “Antígona representa justamente o grito da liberdade

¹⁰²COSTA, Maria Cristina Castilho. Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. In COSTA, Cristina (org.). *Comunicação, mídias e liberdade de expressão*. São Paulo: Intercom, 2013, p. 26.

pessoal e da rebelião contra o autoritarismo do poder do Estado”¹⁰³, assinala Cristina Costa.

Ainda na Grécia antiga, nas discussões políticas na Ágora, que orientavam as tomadas de decisões pelo governo ateniense, uma nova classe de homens políticos –que cortejam a opinião para conduzir o povo no sentido que desejam”¹⁰⁴ era chamada de demagogos. Segundo Augras, a existência de opinião não aparece independente da de líderes de opinião. A *Vox Populi* no Fórum da Roma antiga, equivalente à Ágora grega, também faz referência ao direito dos cidadãos se expressarem. Tanto em Roma como em Atenas, no entanto, as opiniões que realmente valiam pertenciam a uma faixa restrita da população de homens, uma vez que escravos, mulheres e crianças não participavam de discussões desse teor. Era apenas a opinião de uma elite que tinha validade pública.

Na Idade Média europeia, período sob fortíssima influência da Igreja Católica e de seus ditames não apenas religiosos, mas políticos, o conceito que sobressai é o do *Consensus Omnium* (acordo de todos), a voz coesa em torno da fé cristã. Era por meio desse –consenso” que a Igreja conduzia seu rebanho, fazia guerras (Cruzadas), julgamentos (Santo Ofício) e condenava sem piedade os hereges, notadamente aqueles que ousavam ter opiniões contrárias às normas vigentes. O conteúdo das opiniões heréticas punham a nu as contradições das estruturas da sociedade da época e o consequente perigo de ficarem irremediavelmente abaladas, não por acaso heréticos eram violentamente perseguidos.

Nos períodos que sucedem o Renascimento a –voz do povo” começa a retomar um incipiente protagonismo outrora esboçado na Grécia antiga. E mais uma vez é no aspecto político que ocorre sua força, cada vez mais cortejada pelas autoridades constituídas (sobretudo aquelas cujo –trono” não era recebido pelo direito de nascença) como forma de legitimação de poder. No clássico *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel dá aconselhamento cristalino a monarcas quanto aos procedimentos para tomar e manter o poder: –É do povo que importa merecer o afeto, pois ele é o mais forte e o mais poderoso”.

Na Revolução Francesa (1789), os revolucionários intelectuais chamavam para si a tarefa de instruir o público de forma pedagógica para que este exerça pressão sobre o poder constituído. A concepção de opinião pública nessa época, segundo estudo de

¹⁰³ Ibidem, p. 27.

¹⁰⁴ AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970, p.12.

Milton Meira do Nascimento¹⁰⁵, mostra a importância do papel do intelectual, do homem das letras, no processo de transformação da sociedade, da sua concepção da relação e do compromisso com a verdade, com a necessidade de se ver reconhecido por um público esclarecido. Os estudos de Nascimento se referem a uma organização denominada Círculo Social que funcionou ativamente entre 1790 e 1793, responsável pela edição de inúmeros jornais, livros e periódicos. De acordo com o autor, através dos documentos pesquisados ficou claro que para a maioria dos intelectuais do período revolucionário era importante, *“até mesmo imprescindível”*, recorrer ao julgamento público que deve dar a última palavra sobre as questões que ocorrem na sociedade, tanto nos negócios de Estado quanto na esfera privada.

Não podemos nos esquecer de que o trabalho pedagógico da grande maioria dos intelectuais do período revolucionário possui um sentido político bem definido. Não é uma pedagogia vaga para formar o homem para a sociedade. O público esclarecido pelos homens das letras deve derrubar a tirania e tornar-se o único poder soberano. —*“Opinião pública será então o único poder, o juiz supremo, a própria verdade”*, como dizem os fundadores do Círculo Social e muitos outros revolucionários¹⁰⁶.

Percebemos aí a dimensão que a concepção de opinião pública passa a exercer na França e que serviu de inspiração para vários outros povos que lutaram pela liberdade frente ao jugo das monarquias Absolutistas de então. De toda forma, a experiência dos revolucionários faz enaltecer a importância da liberdade de expressão, do debate e da busca do consenso no sentido de difundir a ideia de que o exercício do poder no Estado não deve ficar confinado a uma elite política ou econômica. No prefácio do livro de Nascimento, Marilena Chauí sintetiza a concepção de opinião pública de então e perfeitamente válida ainda hoje:

Concebida como direito do homem e do cidadão e como verdade que vem a público trazida ao público pela razão, a opinião converte-se em arma de defesa da liberdade de expressão, isto é, faz-se liberdade de imprensa. A esta última dá-se o objetivo de tornar transparente a administração pública, dando ao povo acesso às informações, trabalho do homem de letras enquanto publicista, isto é, jornalista. —*Dizer e difundir a*

¹⁰⁵NASCIMENTO, Milton Meira. *Opinião pública e revolução. Aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo: Edusp, 1989, p.21.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 22.

verdade, formar a opinião, tal é o imperativo que deve guiar a ação dos intelectuais”¹⁰⁷.

Séculos depois, Michel Foucault reelabora o papel do intelectual na sociedade e sua influência na opinião pública, retirando dele a responsabilidade do trabalho pedagógico diante das massas e propondo um outro. “Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem”.¹⁰⁸ Para o filósofo francês, porém, os intelectuais fazem parte de um sistema de poder que barra e invalida esse saber, impedindo que haja uma opinião pública atuante e que lute pela derrubada desse poder justamente onde ele seja mais “invisível” e “insidioso”. O papel do intelectual nos dias atuais, continua Foucault, não é o de se colocar à frente para dizer seu “regime de verdade”, mas o de se por ao lado das massas e lutar contra o poder onde ele se apresenta nas suas formas mais sutis, sobretudo na essência dos discursos e na transmissão dos saberes.

2.2 A opinião pública no Brasil – A vinda de D. João, a impressão de jornais e o início da circulação das ideias

No Brasil, o momento crucial para o aparecimento de uma opinião pública com algumas semelhanças ao processo europeu se dá nos anos 1820 e 1821, período que antecede a Independência e por mudanças na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América. Segundo Marco Morel¹⁰⁹, em 1820 ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, acontecimentos que tiveram impacto decisivos nos domínios portugueses e espanhóis na América. É importante abrir aqui um pequeno parêntese para ressaltar que doze anos antes um dos acontecimentos mais significativos mudaria a história do Brasil: a vinda da Família Real. D. João VI e parte da Corte portuguesa desembarcam primeiro em Salvador, onde ficam por apenas alguns dias, depois no Rio de Janeiro, fugindo das tropas napoleônicas, então dominantes em batalhas a redesenhar as fronteiras europeias.

¹⁰⁷ Ibidem, p.15.

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/Microfísica%20do%20Poder%20-%20Michel%20Foucault.pdf>. Acesso em 29/08/2017.

¹⁰⁹ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

Entre as primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa constava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, em 21 de setembro de 1820. Em menos de um mês depois, no dia 13 de outubro, as autoridades lusitanas liberaram a circulação de impressos portugueses fora de Portugal, enterrando a censura prévia. D. João VI, por sua vez, vendo seu poder dividido com a Junta de Governo revolucionária e sem querer perder terreno, assina um decreto em 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Tal decreto, contudo, chegava tarde demais, uma vez que a circulação de impressos “tornara-se incontornável naquele momento no Brasil”¹¹⁰.

Com mais liberdade de expressão diante dos novos tempos, o formato da imprensa colonial em terras brasileiras, contudo, era muito mais artesanal. Sem quase nenhum indício comercial, sofria as consequências de profundas limitações de um mercado interno bastante reduzido, corolário de um modelo econômico baseado na exportação de matérias-primas e, principalmente, do açúcar (seguido posteriormente pelo café). Ainda que formalmente a liberdade de imprensa estivesse instalada, “a questão do controle dessa atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões”¹¹¹. Com ideias e opiniões circulando em ritmo até então inédito, uma figura típica oriunda da imprensa de opinião, o chamado redator panfletário, desponta agitando os círculos sociais da época.

O panfletário é visto como portador de uma missão tanto política quanto pedagógica. “É o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações”¹¹². Os papéis impressos, portanto com mais desenvoltura que antes, incluindo periódicos oficiais para atender inclusive as necessidades burocráticas do governo de D. João VI, estreia na Colônia um tipo de opinião pública, assim definida por Marco Morel:

Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais que se tornavam uma fonte crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade pública. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado¹¹³.

¹¹⁰Ibidem, p.34.

¹¹¹Ibidem, p.34

¹¹²Ibidem, p.35.

¹¹³Ibidem, p.33.

Os jornais no decorrer do Império, sobretudo no de D. Pedro II, mantinham como conteúdo central os assuntos políticos. A literatura também era parte de alguns periódicos, notadamente a das revistas, embora, como assinala Ana Luíza Martins, a divisão entre esses temas deixou de existir depois da metade do Império, “pois eram literatos os homens de imprensa que acabavam por fazer política”¹¹⁴. O contingente de leitores ainda era diminuto, considerando as altas taxas de iletrados no país, e a sustentação econômica dos jornais, quase sempre claudicante, geralmente permanecia a soldo de um ou outro partido político (Conservador ou Liberal), sempre atrelados a grupos familiares. “(...) os periódicos traziam fatura modesta, papel ordinário, dimensões reduzidas, saindo de prelos toscos que se instalaram nas principais capitais”¹¹⁵.

Os literatos, ou os homens das letras, permaneceram os protagonistas das atividades jornalísticas até o início da República, sempre falando para uma elite interessada nas opiniões e análises em tom “conselheiral”, no caso dos periódicos mais conservadores, como o *Jornal do Commercio*, o primeiro da América Latina, fundado em 1826, considerado uma espécie de representação do jornalismo oficial do Império. No entanto, as vozes dissonantes também tomam terreno no período.

Há jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob o anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do Império. A Revolução Liberal de 1842, quando São Paulo e Minas recorreram às armas, a rotatividade belicosa dos gabinetes, a Revolta Farroupilha em curso no sul do país, os confrontos com a Inglaterra por conta dos privilégios comerciais são alguns dos episódios, ainda da primeira década do reinado de Pedro II, que ilustram o latente vespeiro que subjazia no aparente “manso do Império”, divulgado por uma imprensa aguerrida¹¹⁶.

Proclamada a República em 1889, seguiram-se conturbadas reacomodações no seio do poder entre a elite política e econômica, protagonizada pelos barões do café, enriquecidos e poderosos por auferir grandes lucros com a exportação. É um período de crescimento urbano e transformações sociais em que os novos tempos pediam focos diferentes de notícias. Isso levou a imprensa a adotar processos de inovações tecnológicas que permitiam o uso de ilustrações diversificadas, melhor qualidade de

¹¹⁴ MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 57.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 57.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 48.

impressão e principalmente aumento de tiragens. Até o incentivo à alfabetização, bandeira dos republicanos nos embates contra os monarquistas antes da destituição de D. Pedro II, fazia com que a grande imprensa se firmasse mais moderna, e também mais censurada.

A sanha repressora se mostrou bem mais contundente nos primeiros anos da República do que nos anos do Império. Com efeito, a adoção de novas tecnologias de impressão confere musculatura a um meio de comunicação que efetivamente pôde causar influência na população e transformações na sociedade. Eram tempos de mudanças nas narrativas jornalísticas, ainda em grande medida dominadas por literatos e seus experimentos entre jornalismo e literatura. Emanava do meio social um público leitor crescente; do mercado, uma incipiente prática no uso da publicidade comercial como opção de financiamento; dos jornais, o início de uma administração de perfil mais empresarial. Anos mais tarde Oswald de Andrade, no relato de Maria de Lourdes Eleutério, definiu de modo peculiar o poder dos literatos nas redações de uma revigorada imprensa no caminho da modernização: “Nada de revolução: o papel impresso é mais forte que as metralhadoras”¹¹⁷.

Na Europa, mais de um século e meio antes, a opinião pública se formava no esteio de uma imprensa umbilicalmente atrelada ao modelo mercantil de negócios, como pontua Habermas, tratando notícia e mercadoria como conceitos convergentes. De toda forma, a opinião pública, entendida aqui como parcela importante e informada da sociedade com capacidade de influenciar o jogo do poder, já era componente fundamental nas disputas políticas e econômicas travadas no seio da esfera pública traçando formalmente os limites entre o público e o privado, dentro da perspectiva burguesa e liberal. Tais limites, no entanto, sempre estiveram suscetíveis a serem ultrapassados conforme os interesses em questão, tanto de Estado, quanto do mercado.

Nas sociedades de princípios liberais, ou na esfera pública burguesa, como denomina Habermas, a concepção de uma opinião pública, alimentada pela publicidade crítica do livre circular de informações relevantes aos interesses da sociedade, tem poucas chances de vingar como uma grandeza real que fermenta o jogo democrático.

O conceito de esfera pública burguesa é bastante caro na obra de Habermas, por sinal. Na conceituação do próprio autor:

¹¹⁷ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 98.

(...) a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadoria e do trabalho social¹¹⁸.

De um modo geral Habermas identifica as relações existentes entre o Estado e a sociedade civil nas suas disputas e contradições. Relações realizadas no âmbito do mercado, das forças privadas que o compõe e do poder público, além de organizações e associações representantes de trabalhadores, empresários e de outros segmentos sociais. E nesse quadro, a publicidade crítica e a opinião pública são elementos fundamentais nas relações que se estabelecem entre os vários atores atuantes nesse contexto.

Nas palavras do próprio autor analisando a prática dos meios de comunicação na sua Alemanha natal e em outras nações europeias, trata-se de um componente que não passa de “ficção do Direito Público”. No lugar da publicidade crítica, predomina a publicidade por aclamação ao *status quo*, de pretensão manipuladora, aquela que passa ao largo da soberania popular utilizando das grandes corporações de comunicação para veicular assuntos convenientemente selecionados ou estrategicamente trabalhados, cujo resultado transparece na ausência de crítica, de reflexão e, no limite, de cidadania. Prevaecem as técnicas de relações públicas, da propaganda e do *lobby* exaltando determinados pontos-de-vista de interesse do mercado e camuflando visões contraditórias essenciais para o enriquecimento dos debates de temas complexos e vitais dentro da ordem social.

A formação da opinião pública constitui um processo complexo que está condicionado por diversos elementos, atuando direta ou indiretamente nos indivíduos, de forma isolada, ou em grupos. Assim, é comum ouvirmos certas formulações empíricas fazendo vínculo direto entre a opinião que é publicada na imprensa e a opinião pública, como se fossem a mesma coisa. A imprensa pode repercutir no seu noticiário assuntos que estejam em ebulição no meio social, ocasionados por diversos fatores, mas trata-se apenas de um reflexo do que está na discussão pública. Ocorre que em muitas vezes a imprensa tem a pretensão de ditar ou conduzir a opinião pública para que esta assuma certas convicções que na verdade são as mesmas dos proprietários das

¹¹⁸HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42.

empresas ou dos grupos políticos e econômicos que estão ligados às organizações jornalísticas.

Elisabeth Noelle-Neumann, especializada em pesquisa de opinião, começou a formular no início dos anos 1970 uma hipótese que ela denominou “espiral do silêncio”¹¹⁹. Ela passou a observar certos comportamentos aparentemente inexplicáveis de eleitores na então Alemanha Ocidental, como a mudança maciça de intenções de votos nos últimos momentos de uma campanha. Em uma primeira avaliação, tal fenômeno poderia ser explicado pela “aposta no favorito”, assim como sugeriu Paul Lazarsfeld, psicólogo social e estudioso das eleições norte-americanas na década de 1940. Nada mais que uma vontade do eleitor de fazer parte do grupo vencedor. Noelle-Neumann, contudo, considerou essa explicação insuficiente e propôs que, dependendo do contexto onde se dá o pleito eleitoral (ou social, em outras circunstâncias que também envolvam a opinião pública), o que move a mudança brusca de opinião é o desejo de evitar o isolamento. “Quando uma pessoa se sente isolada, seu sofrimento é tal que fica fácil manipulá-la através de sua própria fragilidade”.¹²⁰

Parece que o medo do isolamento é a força ativadora da espiral do silêncio. Seguir a multidão constitui um estado de relativa facilidade. Mas se essa opção não é possível, quando não se quer compartilhar em público uma convicção aceita aparentemente de modo universal, ao menos é possível permanecer em silêncio, uma segunda opção para continuar sendo tolerado pelos demais.¹²¹

De toda forma, a ideia de opinião pública ficou muito contaminada depois que as pesquisas de opinião apareceram na década de 1930 nos EUA. As pesquisas captam os aspectos mais visíveis de assuntos que estão na cabeça das pessoas, mas não conseguem identificar ou exprimir o que se passa na sua totalidade. Mesmo porque, como já foi dito, não se trata de um consenso uniforme e uníssono, uma vez que é possível afirmar que, embora existam tendências majoritárias que predominam em um grupo social, as opiniões minoritárias não podem ser desconsideradas dentro da dinâmica da formação da opinião pública.

O uso político e econômico das pesquisas de opinião tornou-se constante à medida que a divulgação e as facilidades de sua elaboração ficaram mais comuns. Marques de Melo pondera que os efeitos de estratégias “persuasivas” para convencimento da

¹¹⁹ NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social*. Florianópolis: Editora Estudos Nacionais, 2017.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹²¹ *Ibidem*, p. 23.

população são bastante relativos. As mensagens que chegam à audiência passam por uma série de mecanismos de filtragem por parte do indivíduo, considerando suas escolhas, sua bagagem cultural, ou a influência recebida por líderes dos grupos aos quais pertencem¹²².

De qualquer modo, é inegável a presença das pesquisas de opinião no noticiário, mais intensamente em períodos eleitorais, com os levantamentos procurando antecipar qual será o resultado das urnas, ou quando essa presença se dá por conta de algum fenômeno social ou econômico importante, obrigando a mídia a se ocupar do tema.

Visto o assunto de maneira radical, Bourdieu em artigo escrito no final dos anos 1970 afirma que a “opinião pública não existe”. O pensador francês se refere na verdade às pesquisas de opinião e suas enormes limitações em captar sem distorções, e de maneira rigorosa, o que pensa a população de um determinado grupo e em um determinado tempo. No entanto, ele observa logo no início do artigo que as sondagens podem trazer uma contribuição útil para as ciências sociais “desde que tratadas de maneira rigorosa, isto é, com precauções especiais”¹²³.

Bourdieu apresentou três postulados para fundamentar sua discordância quanto às sondagens de opiniões realizadas a todo momento sobre os mais diferentes temas, muitas vezes realizadas meramente para aprimorar a venda de produtos.

O primeiro postulado diz que toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião. Ou seja, qualquer cidadão independentemente de seu grau de instrução ou condição social pode ter acesso a informações para formular um ponto-de-vista coerente e fundamentando, por mais complexo que seja.

O segundo postulado afirma que todas as opiniões se equivalem. Sobre este ponto, mais adiante, Bourdieu afirma: “a ideia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível”¹²⁴. Por fim, de acordo com o terceiro postulado, existe um suposto “acordo” implícito entre perguntadores e perguntados sobre as indagações que merecem ser feitas. Fazer a mesma pergunta para todo mundo significa que existe uma espécie de consenso prévio sobre a importância do assunto em questão, motivo pelo qual a pesquisa se dá.

¹²² MARQUES DE MELO, José. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 219.

¹²³ BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não Existe, in THIOLENT, Michel J.M. *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. São Paulo: Editora Polis, 1981, p.137.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 140.

(...) o que eu quis dizer foi que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que por um lado haviam opiniões constituídas, mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados; e por outro lado, disposições que, por definição, não constituem opinião, se por esta palavra compreendemos (...) alguma coisa que pode ser formulada num discurso comum a certa pretensão à coerência. (...) Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe¹²⁵.

Pesquisas de opinião que mais parecem pequenas enquetes, de ligeira produção e rápido consumo, são motivo de críticas de especialistas que compreendem a opinião pública como força social com capacidade de interferir nos processos democráticos. O Estado Democrático de Direito requer na sua essência a presença atuante de uma opinião pública bem informada e crítica. Com capacidade organizativa e participativa para balizar ações de governo que dizem respeito ao interesse público, instituído através do regime de Direitos. A participação mais efetiva do cidadão na vida pública do país poderia ser um dos cerne das discussões no seio da opinião pública, mas ainda é um desafio com seus avanços e retrocessos. Ou como diz Todorov, conforme citado por Cristina Costa¹²⁶, o caminho está no “pluralismo” que deve caracterizar as democracias contemporâneas. “Estas não se resumem a um regime ou a uma forma de governo, mas fundamentam uma concepção de sociedade que implica em participação pública, liberdade e constante aprimoramento da vida social”.

Assim, avançando em nossas análises, percebemos a íntima relação que se estabeleceu entre o desenvolvimento de imprensa e opinião pública. Essa relação permite entender que o controle da informação no jornalismo impresso tem por objetivo influenciar ideologicamente a opinião pública. Dessa forma, as omissões no noticiário encontram sua razão quando a informação subtraída pode afetar a interpretação da realidade pelo público.

¹²⁵Ibidem, p. 151.

¹²⁶COSTA, Maria Cristina Castilho. *Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura*. In COSTA, Cristina (org.). *Comunicação, mídias e liberdade de expressão*. São Paulo: Intercom, 2013, p. 31.

Capítulo 3

Capítulo 3 Sistema Prisional

Sistema Prisional - Um relato da história das prisões

A construção de prisões ou a adaptação de locais para servirem de confinamento de indivíduos, que de alguma forma romperam o pacto social no meio em que vivem, remonta há tempos longínquos. Há, contudo, diferentes razões para o aprisionamento de criminosos de toda ordem nas distintas épocas da história. Luis Garrido Guzman advogado e filósofo do Direito pontua que a finalidade de deter culpados por delitos na Antiguidade era basicamente para mantê-los “seguros”, evitando que fugissem, até o término do processo, “assim como averiguar por meio da tortura, determinados extremos do sucesso criminal”.¹²⁷

Na Grécia antiga, também de acordo com os relatos de Guzman, o cárcere era utilizado como forma de pressão para que os devedores pagassem suas dívidas, e assim que o fizessem, poderiam ser libertados. Existiam ainda pelo menos três tipos de estabelecimentos como parte da estrutura punitiva da época entre os gregos: na praça do Mercado, com função de custódia do prisioneiro até findar os julgamentos; em algum outro local dentro da cidade, que servia de correção para os que cometeram delitos de menor gravidade; e os construídos em áreas mais distantes das cidades para a prática do suplício, exercendo uma função simbólica de amedrontamento de potenciais criminosos.

Na Roma antiga, uma das primeiras prisões construídas foi no império de Alexandre Severo, entre os anos 222 e 235 d.C. Também lá, existia a chamada prisão por dívida, aprisionando o devedor até que este pagasse o débito por si, ou por outro. Há registros ainda de locais específicos em casas de particulares onde se prendiam escravos para fins de punição.

Em comum entre Roma e Grécia, assim como em outras sociedades da Antiguidade, a prisão era local provisório, não concebido para cumprimento de pena. O uso do sistema prisional como privação da liberdade do condenado só viria a ser norma alguns séculos depois.

No período medieval, acontece o mesmo quanto ao tempo de encarceramento. As famosas masmorras (cômodos sem luz e insalubres geralmente situados em pisos

¹²⁷ GUZMAN, Luis Garrido. *Compendio de Ciencia Penitenciaria*. Valencia: Universidade de Valencia, Graficas Soler, 1976, p. 45.

inferiores de castelos) serviam de prisão onde o indivíduo permanecia à espera de castigos corporais ou à pena de morte. É nesta época também que surge a pena eclesiástica, sob ordem da Igreja Católica, uma das principais instituições de controle das condutas humanas. A pena eclesiástica tinha o intuito de expiar os pecados dos monges, prendendo-os em celas para uma melhor reflexão dos seus atos pecaminosos.

Até o início do século XIX, o suplício, como ocorria na Grécia antiga e em vários momentos da Idade Média, foi um método extremado, mas frequentemente usado contra criminosos dos mais variados delitos¹²⁸. A punição se concentrava no corpo e na exposição ao público do espetáculo dantesco que deveria servir de lição e de exemplo àqueles que eventualmente infringissem as regras morais ou legais da sociedade da época. Foucault relata que na França até por volta de 1830, os suplícios ainda faziam parte dos processos punitivos de criminosos, *“apesar das críticas violentas”*.¹²⁹ Cenas como o de esquartejamento dos membros do corpo feito pela tração de cavalos (cada um puxando de um lado até os músculos se romperem) ou o derramamento de chumbo derretido nas feridas dos supliciados em sessões de torturas que duravam horas seguidas até que o condenado confessasse publicamente seus delitos foram sendo aos poucos abolidas. O público, antes de entender que o crime pudesse não compensar, via no criminoso mais uma vítima *“fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração”*.¹³⁰

3.1 A reconfiguração do sistema de penalidades

Com as mudanças de costumes culturais, políticos e sociais no bojo da formação dos Estados nacionais entre os séculos XVIII e XIX, e principalmente por consequência da estrutura econômica das sociedades europeias que experimentavam a nova lógica de produção do sistema capitalista, tais métodos punitivos passaram a ter sua eficiência altamente questionada. Na verdade, se tornava incompatível com o estágio da civilização que ganhava corpo depois dos valores humanistas emanados pelo Iluminismo e pelos novos ideais que impulsionaram a Revolução Francesa. Liberdade,

¹²⁸ A própria crucificação no Império Romano a quem eram submetidos os criminosos, escravos rebeldes e outros inimigos, era um método de suplício que, embora tenha se tornado um poderoso símbolo das religiões cristãs, configurava-se em castigo explícito exposto ao público como forma de punição.

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 13.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 13.

Igualdade e Fraternidade faziam muito mais sentido do que a selvageria de um sistema que se fixava em modelos arcaicos de correção, exercidos através da tirania de soberanos do Antigo Regime. As condições socioculturais e econômicas do período propiciaram a criação do que passou a se chamar Direitos Humanos. Montesquieu explanava com ênfase o que significava os novos tempos:

A severidade das penas convém melhor ao governo despótico, cujo princípio consiste no terror, do que à monarquia e à república, que têm por molas principais a honra e a virtude. Nos Estados moderados, o amor da pátria, a vergonha e o temor da censura constituem medidas de repressão, as quais podem refrear muitos crimes. A maior pena de uma ação má será a convicção de se haver cometido a mesma. As leis civis corrigem-nas, portanto, com maior facilidade, e não haverá necessidade de se empregar tamanha força. Nesses Estados, um bom legislador dedicar-se-á menos à punição dos crimes que à sua prevenção; aplicar-se-á mais em estabelecer costumes moralizadores do que em infligir suplícios.¹³¹

E os novos tempos exigiam a reconfiguração de um sistema de penalidades mais afeito ao projeto de sociedade onde corpos vivos e inteiros são elementos essenciais como mão de obra na produção massiva na florescente manufatura industrial. A humanização das penas, portanto, adquire relevância sem igual na história do pensamento jurídico. É justamente nesse momento que ganha respaldo a ideia da privação da liberdade e as entidades prisionais como instrumento para o cumprimento desse tipo de penalidade. Saem de cena o castigo físico e a mutilação do corpo, e abre-se espaço para a transformação da mente e da alma, formando cidadãos sob a égide das leis forjadas em meio à hegemonia burguesa. Cidadãos íntegros e úteis ao sistema capitalista. Desta vez, porém, os propósitos latentes vão no sentido de prevenir a criminalidade, bem como colocar o aparato de segurança para o cumprimento da lei e da ordem com vistas ao implemento do controle social.

De toda forma, a influência do pensamento iluminista foi fundamental na construção do arcabouço moderno da estrutura que viria a ditar as novas ordens penais e jurídicas. Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, influenciado por filósofos como Montesquieu, defendia, por exemplo, a igualdade penal entre os criminosos que cometiam os mesmos delitos, a partir de sua clássica obra *“Dos delitos e das Penas”*, lançada em 1764. Já no século XVIII, portanto, ele denunciava as desigualdades

¹³¹ MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991, p.89.

existentes no conteúdo e na aplicação das leis, que permitiam o privilégio de uns à custa da miséria da maioria.

Mas, qual é a origem das penas, e qual o fundamento do direito de punir? Quais serão as punições aplicáveis aos diferentes crimes? Será a pena de morte verdadeiramente útil, necessária, indispensável para a segurança e a boa ordem da sociedade? Serão justos os tormentos e as torturas? Conduzirão ao fim que as leis se propõem? Quais os melhores meios de prevenir os delitos? Serão as mesmas penas igualmente úteis em todos os tempos? Que influência exercem sobre os costumes?

Todos esses problemas merecem que se procure resolvê-los com essa precisão geométrica que triunfa da destreza dos sofismas, das dúvidas tímidas e das seduções da eloquência¹³².

Se em um primeiro momento, ideias e denúncias como as do Marquês de Beccaria serviam ao propósito liberal burguês para a derrubada do Antigo Regime e o estabelecimento das novas bases fundadas no liberalismo, após a conquista do poder econômico e político, no entanto, o discurso incendiário se atenua e o conservadorismo toma conta das ações que fazem mover o controle da dinâmica social, como já foi mencionado anteriormente neste trabalho (ver Capítulo 1). Para os transgressores ou potenciais transgressores, oriundos das classes menos favorecidas a engrossarem o trabalho assalariado precário e mal remunerado, ou ainda, vindos das hordas de migrantes fugidos do meio rural na busca de melhores condições de vida nas cidades, o controle, a disciplina e a vigilância são as principais ferramentas com as quais terão de se deparar no dia a dia na procura pela sobrevivência.

Do mesmo modo, as mudanças nos sistemas prisionais fazem com que os edifícios usados como prisões, locais que outrora serviam de simples detenção do corpo físico, passem a ser estabelecimentos multifuncionais. As cadeias são agora parte de um sistema que tem por funções transformar os delinquentes, disciplinando-os, transformando-os em indivíduos “doceis” e preparando-os para o mundo do trabalho.

Muitas experiências desse tipo tomaram forma nos últimos 200 anos. O modelo prisional de Filadélfia e de Auburn, criados nos EUA no final do século XVIII e início do XIX, por exemplo, são os precursores do sistema penal moderno. No de Filadélfia, o preso vivia em regime de reclusão total. No auburniano, adotava-se a regra do silêncio absoluto, o trabalho em comum durante o dia e o isolamento noturno dos prisioneiros. Fortemente influenciado por preceitos religiosos, a intenção era reproduzir no ambiente

¹³² BECCARIA, Cesare Marchesi di. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 29.

prisional um tipo de sociedade que se idealizava como correta e disciplinada. O único objeto permitido dentro das celas no modelo de Filadélfia era a Bíblia, pois a leitura do livro sagrado poderia levar à reflexão e ao arrependimento.

Podem ser citados ainda alguns exemplos mais antigos que os dos norte-americanos, como o Castelo de Bridewell (Londres) transformado em casa de trabalho forçado de camponeses expropriados, assim como as *workhouses* e o aparelho carcerário de Rasphuis (Amsterdã), que abrigavam os despossuídos e pequenos infratores, impingindo-os a esforços acatados na base do chicote. Foram modelos como esses que moldaram os sistemas penitenciários cujos princípios permanecem até hoje.

Apenas a título de digressão, a moral religiosa apropriada pelo Estado como elemento de auxílio à correção dos infratores fica evidente na própria etimologia da palavra “penitenciária”. Esta se origina de “penitência” ou ato que designa arrependimento do pecador. O uso desse termo pela justiça penal não é fortuita, senão a clara intenção do legislador em promover o arrependimento dos criminosos. Segundo o Dicionário de Ciências Sociais¹³³ no verbete *penitenciarismo*, “os quakers e alguns reformistas católicos da mesma época inspiraram-se nas celas de mosteiros, nas quais os monges costumavam buscar repouso espiritual através do isolamento e da meditação”.

Um outro importante personagem na formulação dos modernos sistemas penais foi o jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), um dos precursores na defesa de um tipo de penalidade que visava mudar o caráter e os hábitos do delinquente, com disciplina severa. Em 1787, ele escreveu “Panóptico”, obra de quase 200 páginas onde descrevia em detalhes como deveria ser uma penitenciária modelo, cujo formato se dá por uma estrutura circular com uma torre no centro e celas nas bordas, de maneira que apenas um homem vigiaria todos os prisioneiros ao mesmo tempo, sem que estes o vissem na sua função. Foucault usa a ideia do panóptico como metáfora para o exercício do poder nas sociedades contemporâneas, ou seja, pela vigilância, sem a necessidade de correntes ou barras para a dominação.

Foi também na Inglaterra, em Norfolk, que surgiu um outro modelo de punição: o da progressão continuada, ou seja, submeter o preso a estágios que vão atenuando seu regime de reclusão à medida do seu bom comportamento. Depois de um certo tempo em isolamento total, por exemplo, o confinamento passa a se dar apenas à noite. Posteriormente, a um regime semelhante ao da liberdade condicional e, finalmente, a

¹³³ DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986, ps. 880-881.

liberdade. Era já uma tentativa de aperfeiçoamento dos sistemas penitenciários em que os problemas se avolumavam. A ideia que perdura até hoje na maioria dos códigos penais, inclusive no brasileiro, é a de que o preso pode mitigar sua pena desde que tenha comportamento adequado e mostre-se apto a se reintegrar à sociedade.

Não obstante todas as experiências realizadas nos modelos correcionais dos dois últimos séculos, os fracassos foram completos. Os índices de reincidência prisional eram e são altíssimos, colocando por terra a suposição de que a detenção por si só transformaria os indivíduos. Assim como hoje, a grande maioria que cumpria pena e fosse colocada em liberdade levava consigo o estigma do criminoso, dificilmente aceito pela sociedade, o que o obrigava quase invariavelmente a retornar à transgressão.

Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.¹³⁴

Antonio Luiz Paixão¹³⁵ chama as penitenciárias de universidade do crime, pois permite um espaço, geralmente lotados, de interação e aprendizagem entre novatos e experientes nas técnicas criminosas. Nas palavras de Evandro Lins e Silva a prisão perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece. É uma fábrica de reincidência, é uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do crime¹³⁶. Foucault ressalta a mesma coisa e vai além: a profissionalização do preso possui ainda uma serventia sarcástica ao sistema político-econômico, pois do delinquente se faz um proxeneta, um policial ou um alcaçute¹³⁷. O filósofo francês lembra o papel desses personagens usados contra operários no século XIX em missões de vigilância, para impedir ou furar greves. No submundo do crime ou nos ambientes das gentes de bem é uma espécie de antagonista que justifica o protagonismo da violência policial na sociedade.

Mas pensar que a delinquência faz parte da ordem das coisas também faz parte, sem dúvida, da inteligência cínica do pensamento burguês do século XIX. Seria preciso ser tão ingênuo quanto Baudelaire para imaginar que a burguesia é tola e pudica. Ela é inteligente e cínica. Basta apenas ler o que ela

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, ps. 196-197.

¹³⁵ PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 21), p. 9.

¹³⁶ LINS e Silva, Evandro. *O Salão dos Passos Perdidos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1998.

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2003, p.133.

dizia de si mesma e, ainda melhor, o que dizia dos outros. A sociedade sem delinquência foi um sonho do século XVIII que depois acabou. A delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente? (...) Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes?¹³⁸

Anos mais tarde, Foucault dirá, em crítica dirigida aos teóricos neoliberais, que a aplicação da disciplina nos presídios, em voga nos séculos XVIII, XIX e parte do XX (destinada, em tese, a recuperar o delinquente fazendo que este elimine de si suas tendências à criminalidade, assim como a criminalidade pudesse ser também eliminada da sociedade) cede lugar a dispositivos de controle social executados pela mesma lógica dos mecanismos da economia de mercado. «Digamos que temos aí, nessas análises economistas dos neoliberais, uma tentativa de decifração em termos econômicos de comportamentos sociais tradicionalmente não econômicos»¹³⁹. As ideias do Marquês de Beccaria e de Bentham seriam substituídas, na ótica dos neoliberais, pelo controle da delinquência através da regulação dos níveis da oferta e procura do crime. Explica-se, a partir dessa perspectiva, por exemplo, no Brasil o esforço e a intensificação do estado penal verificados no aparelho policial de caráter repressivo em ações na periferia das grandes cidades, favelas e morros, a fim de responder às expectativas de redução da oferta de determinados crimes naqueles locais.

3.2 As prisões no Brasil – A formação dos lugares e da legislação penal

No Brasil, o primeiro código penal data de 1830, uma vez que como colônia portuguesa não tinha o seu próprio, submetendo-se às Ordenações Filipinas, de 1603, o então sistema jurídico que existia em Portugal. Nesse sistema previam-se penas como a de morte, degredo para as galés (trabalhos em navios de guerra) e outros lugares, penas corporais (como açoite, mutilação, queimaduras), confisco de bens e multa e ainda

¹³⁸ Ibidem, p. 138

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 337.

penalidades como humilhação pública do réu. Com o código de 1830, a pena de prisão é introduzida no Brasil por meio de duas formas: a simples e a com trabalho (que podia ser perpétua). O Código não estabelecia nenhum sistema penitenciário específico, ficando a cargo dos governos provinciais escolher o tipo de prisão e seus regulamentos.

Como as penitenciárias no país eram muito precárias, logo depois da independência do Brasil, o Império determina que haja avaliações dos estados em que se encontravam os cárceres civis, militares e eclesiásticos da época. O primeiro relatório da cidade de São Paulo, de 1829, apontava problemas semelhantes aos de hoje: falta de espaço para os presos e a convivência entre condenados e aqueles que ainda aguardavam julgamento. Bruno Moraes Di Santis e Werner Engruch destacam que o ambiente descrito naquela avaliação era “imundo”, “sórdido” e “cheio de fumaça”, assistência médica precária, alimentação ruim e insuficiente, acúmulo de lixo, falta de água, entre outros. Diante de tal situação de descalabro, o relatório concluía, em expressão da época, “o miserável estado da Cadea capas de revoltar ao espírito menos *philantropo*”.¹⁴⁰

Em outro relatório, de 1841, sugerem-se elementos que seriam usados na futura Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852. Também é desta época a construção da Casa de Correção da Corte, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento desse tipo no país, com a introdução de oficinas de trabalho, pátios e celas individuais, inspiradas nos modelos de Filadélfia e de Auburn. Importante destacar que quando os modelos norte-americanos chegaram ao Brasil, suas profundas deficiências já eram discutidas nos EUA e na Europa, tais como o alto índice de reincidência e a superpopulação carcerária.

Manuel Barros da Motta assinala que apesar de as autoridades brasileiras importarem modelos estrangeiros nos quais os castigos físicos já haviam sido abolidos, o Brasil ainda era uma sociedade escravocrata, com cativos açoitados e mutilados ante o menor desvio de conduta identificado pelos senhores da Casa Grande ou por um dos seus prepostos¹⁴¹. Não por acaso, na Casa de Correção, segundo o autor, havia um calabouço onde os escravos eram castigados. Ocorre que no Império acabou se dando um modelo misto de punição corporal, presente na escravidão e no período colonial, e o da privação

¹⁴⁰ SANTIS, Bruno Moraes Di e ENGRUCH, Werner. *A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo*. Revista *Liberdades*. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, nº 11, setembro/dezembro de 2012, ps. 143-160. Disponível em <https://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/pdf/11/integra.pdf>. Acesso em 07/10/2017

¹⁴¹ MOTTA, Manoel Barros da. *Crítica da razão punitiva: nascimento da prisão no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

de liberdade, que se estendeu para o período republicano. Isso, pontua Motta, deixa marcas que existem até hoje nos ambientes prisionais.

A legislação penal evoluiu um pouco mais em 1890, com a criação do novo Código Penal. Nele, foram abolidas as penas de morte, penas perpétuas, açoite e as galés, além de prever quatro tipos de prisão:

- 1) Celular (privação de liberdade cumprida em regime fechado em penitenciária);
- 2) Reclusão em fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares, destinada aos crimes políticos;
- 3) Prisão com trabalho cumprida em penitenciárias agrícolas, para esse fim destinadas, ou em presídios militares;
- 4) Disciplinar, cumprida em estabelecimentos especiais para menores de 21 anos.

O Código de 1890 trazia ainda uma inovação: o estabelecimento limite de 30 anos para as penas e, principalmente, a adoção da progressividade, inspirada no Sistema Irlandês. A diferença entre este sistema e o de Norfolk está na inclusão de uma etapa intermediária entre o período de trabalho e a liberdade condicional do apenado. Nesta nova etapa, o prisioneiro trabalhava ao ar livre em penitenciárias especiais, de preferência agrícolas. Não utilizava uniforme de presidiário, nem passava por punições físicas. Também tinha a liberdade de conversar com os cidadãos livres e ainda recebia uma parcela da remuneração proveniente do seu trabalho.

Contudo, como escreve Di Santis e Engbruch¹⁴², desde a promulgação do Código Criminal de 1830 já se percebia uma escassez de estabelecimentos para o cumprimento das penas previstas. E o problema continuou persistindo na aplicação do novo Código de 1890. Havia um déficit enorme de vagas uma vez que a maioria das penas era determinada a serem cumpridas em prisão celular, que envolvia trabalho dentro do presídio, sem que existissem estabelecimentos desse tipo.

No estado de São Paulo essa realidade era flagrante e no final do século XIX iniciava-se um movimento para a modernização do sistema penitenciário, o que incluía a construção de novos estabelecimentos e a reforma dos já existentes, bem como a alterações da legislação. A partir daquele momento, a proposta que imperaria nesse projeto de modernização era a criação de uma rede de prevenção e repressão ao crime e

¹⁴² SANTIS, op. cit.

de tratamento ao criminoso, como relata Fernando Salla.¹⁴³ Entretanto, o projeto não avança por conta dos custos envolvidos, mas em 1905 é aprovada uma lei para dar embasamento à substituição da antiga penitenciária e construção de uma nova. O novo estabelecimento teria 1.200 vagas, oficinas de trabalho, tamanho adequado de celas, com ventilação e iluminação. O projeto é enviado para estudo do arquiteto Ramos de Azevedo, que realiza pequenas adequações em sua estrutura. Sua inauguração é feita em 1920, mesmo sem a construção estar concluída. O projeto da nova penitenciária do estado de São Paulo era considerado modelo que deveria ser seguido pelos demais estabelecimentos do país. Tal estabelecimento mais tarde, em 1938, foi denominado pelo então governador Adhemar de Barros de Casa de Detenção e popularmente conhecida como Carandiru. O local foi desativado em 2002, dando lugar a um espaço cultural. O complexo do Carandiru foi palco de uma sangrenta invasão da Polícia Militar por causa de uma ameaça de rebelião, que em outubro de 1992 resultou na morte de 111 presos. O caso foi notícia em todo mundo evidenciando as profundas deficiências do sistema carcerário brasileiro e a maneira violenta pela qual a Polícia age em situações desse tipo. Pela primeira vez na história daquela instituição penal, o Estado, sob um regime democrático, tinha autorizado assassinar um grande contingente de pessoas que cumpriam suas penas mediante o devido processo legal. Outro fato gravíssimo que envolveu o episódio foi o de que boa parte dos mortos nem sequer havia sido condenada, pois cumpria apenas prisão cautelar.

Em que pese a intenção de a Penitenciária do Estado de São Paulo se tornar modelo, a prática que se observou nas décadas posteriores de funcionamento foi justamente no sentido contrário. Violência de seus agentes, punições internas desproporcionais aos desvios cometidos, confinamentos em “solitárias”, não concessão de pedidos de estágio de regime progressivo em consequência de exames criminológicos apócrifos, espúrios e deliberadamente realizados em prejuízo do interno, entre outras irregularidades.

A liberdade de expressão era suprimida na Penitenciária do Estado. Em análise histórico-documental, autores afirmam a existência de movimentos de presos a fim de reivindicar algo (ato de expressão natural, inerente à pessoa humana), mas não de forma violenta, apenas de forma petitoria. Tais manifestos eram a “força motriz deflagradora” para a imposição de punições internas (notem: em contraposição à lei penal da época), como privação de alimentos, submissão à degradação da

¹⁴³ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

peessoa mediante a enclausuração por tempo indeterminado ou, a mais branda de todas, perda de vantagens regulamentares.¹⁴⁴

As condições registradas na penitenciária de São Paulo e de outros estabelecimentos correlatos no mais rico estado do Brasil não é muito diferente do que se verifica em outras regiões do país, nestas, em muitos casos, em situações piores.

James Humberto Zomighani Júnior em sua tese de doutorado destaca que a escolha privilegiada da pena privativa de liberdade tem ocorrido em detrimento de muitas outras formas possíveis de ação política, jurídica e social para o enfrentamento das contradições e conflitividade resultantes das desigualdades nacionais¹⁴⁵. Desde o século XIX, continua o autor, a prisão no Brasil é o destino não apenas de delinquentes, mas também de negros fugidos e rebeldes, de imigrantes que contestavam o regime político ou de desajustados sociais. É revelada como instrumento de exploração humana nas disputas entre classes sociais nos embates pelo poder. Mais recentemente, a produção de desequilíbrios sociais ganha novos ritmos e grande velocidade, as prisões passam a ser requisitadas como instrumento de justiça criminal em esforço desproporcional ao da diminuição das desigualdades¹⁴⁶. Dados levantados pelo autor à época indicavam que em 2013 havia 500 mil pessoas encarceradas, além de 230 mil mandatos de prisão não cumpridos. É o Brasil mimetizando políticas de grande aprisionamento criadas principalmente nos EUA¹⁴⁶.

Essa política ocorre concomitantemente ao aumento das deficiências na assistência jurídica às pessoas encarceradas, da superlotação e da insalubridade dos cárceres. Situações com constantes críticas internas (OAB, Pastoral Carcerária, grupos de defesas dos Direitos Humanos etc), e de instituições nacionais como ONU e a *World Watch Rights*, além das próprias críticas feitas por alguns poucos, mas destemidos, intelectuais brasileiros.¹⁴⁷

A partir dos anos 1990, há de se considerar um ponto referencial no que tange o combate à violência no Brasil e ao sistema de punição executados nas penitenciárias

¹⁴⁴ SANTIS, Bruno Moraes Di e ENGBRUCH, Werner. *A evolução histórica do sistema prisional*. Revista Liberdades, Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, nº 11, setembro/dezembro de 2012, p. 159. Disponível em <https://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/pdf/11/integra.pdf>. Acesso em 07/10/2017.

¹⁴⁵ ZOMIGHANI Júnior, James Humberto. *Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal: fundamentos da insegurança no atual período*. 2013. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013. p. 20.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 21.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 21.

espalhadas pelo território nacional. Trata-se da Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8072/90) aprovada pela Câmara dos Deputados com pedido para ser votada em regime de “urgência urgentíssima” mediante projeto apresentado de última hora, sem que houvesse o devido debate entre os próprios deputados, muito menos com parcelas interessadas da sociedade civil organizada. Essa lei se configurou como uma vitória das forças conservadoras que vinham exigindo do poder público medidas mais “duras” de combate à violência. A primeira questão na época levantada pelos especialistas era sobre a vaga definição de “crime hediondo”, o que serviu para amplas interpretações e tentativas de enquadramento de diversos crimes sob a mesma nomenclatura, embora já estivessem mencionados na Constituição Federal de 1988 os delitos de “tortura” e “tráfico de entorpecentes”.

No projeto de lei original apresentado na Câmara dos Deputados era considerado crime hediondo o de extorsão mediante sequestro, com pena de reclusão, sem direito a fiança ou liberdade provisória, entre outras restrições. O assunto naquele momento estava em calorosa discussão na sociedade e era motivo de ampla cobertura pela imprensa por causa de uma série de sequestros de empresários famosos ocorridos entre 1989 e 1990. Dois deles foram amplamente divulgados: de Roberto Medina, promotor de grandes shows e eventos como o *Rock in Rio*, e de Abílio Diniz, que durante muito tempo foi presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar. O caso de ambos causou uma espécie de comoção nacional e levou os deputados a apresentarem um projeto de lei que supostamente pudesse ajudar a coibir a onda de sequestros noticiada na ocasião.

Contudo, o deputado Roberto Jefferson, do PTB do Rio de Janeiro, designado relator para cuidar do texto, apresentou um substitutivo acrescentando seis novos tipos penais, além do de sequestro, presente no projeto original: estupro, atentado violento ao pudor, latrocínio (roubo seguido de morte da vítima) e epidemia (propagação deliberada de germes patogênicos), além de “equiparados” a hediondo, o de terrorismo, tráfico de entorpecentes e tortura, como já figuravam na Constituição. E numa manobra regimental preparada pelo então presidente da Casa, Inocêncio de Oliveira, do PFL de Pernambuco, em conjunto com o próprio relator, o projeto foi aprovado em questão de horas.

A Lei de Crimes Hediondos deu início à interrupção de uma tendência que crescia no âmbito jurídico de garantia aos direitos individuais e à humanização do sistema penal, que vinha se alinhavando desde o início dos anos 1980. Em 1984, por exemplo, foram

aprovados o novo Código Penal e a Lei de Execução Penal (LEP), frutos de debates entre especialistas e a participação de grupos da sociedade civil, tendo como contexto sócio-político o processo de abertura democrática no final do regime civil-militar inaugurado por um golpe de Estado em 1964. O conteúdo dessas leis dava novos rumos à política criminal brasileira, cujo caráter anterior era notadamente autoritário, de restrições legais e quase nada afeito aos valores respaldados nos direitos humanos. As novas diretrizes expressavam pontos como o princípio da presunção de inocência, prisão apenas por decisão judicial, limites da prisão temporária, progressividade, prescrição de penas, bem como a inauguração de penas alternativas (como prestação de serviços à comunidade em meio aberto). Ficava claro que a prioridade era encontrar um tipo de intervenção penal em que a prisão seria seu último recurso e que pudesse ser cumprida por um menor tempo possível. A intenção era preparar as condições para que se estabelecesse de fato o processo de ressocialização dos presos.

Vários contratempos ocorreram no decorrer desse processo tornando a LEP praticamente letra morta. Muito por conta principalmente das omissões do Estado em fazer sua efetiva aplicação, da atuação do Ministério Público, no mesmo sentido, da ausência de estruturação das varas de execução penal em grande parte das comarcas do Judiciário e da não criação de defensorias públicas. Por outro lado, o aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, aliado ao desmonte de vários serviços públicos implementados no processo de privatização, agravando as condições de vidas dos mais pobres, forma-se um contexto social em que vinga com força um discurso conservador, que colocava em dúvida a eficiência de uma legislação de garantias aos direitos individuais sustentando um ideário que incentiva medidas de ressocialização dos presos. Ou, na síntese do professor de Direito Penal Nilo Batista: “—Θ paradoxo de que a um Estado social mínimo corresponda um Estado penal máximo conduz às consequências concomitantes de despolitização dos conflitos sociais e politização da questão criminal”.¹⁴⁸

Abria-se o caminho para retomar a necessidade de providências “—δuras” justificando, ademais, medidas de exceção para o eficaz combate à violência. Um tema, por sinal, suficientemente complexo e que certamente demanda várias linhas de argumentação e estudos para seu conhecimento livre de preconceitos. Contudo, sobre a

¹⁴⁸ BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. 2003, p. 14. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=734. Acesso em 10/10/2017.

violência substancialmente crescente no Brasil registrada naquela ocasião, e ainda muito presente nos dias atuais, Teresa Pires Caldeira apresenta como uma das justificativas o aumento da repressão pelas instituições responsáveis pela prevenção do crime e pela proteção dos cidadãos:

Para compreender o crescimento da violência é necessário considerar tanto o colapso das instituições da ordem (polícia e judiciário) e de tentativas de consolidar um Estado de direito, quanto a crescente adoção, tanto por agentes do Estado quanto por civis, de medidas extralegais e privadas para enfrentar o crime. É necessário também examinar as experiências dos moradores da cidade com a polícia e suas percepções sobre ela, assim como suas concepções de direitos individuais, punição e do corpo. O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população.¹⁴⁹

Em seguida à aprovação da Lei de Crimes Hediondos, outras de mesmo teor foram aprovadas dando sequência à onda conservadora fundamentada no medo da violência crescente. Entre elas a lei 8930/94 que qualifica de hediondo o homicídio qualificado, em qualquer hipótese (aprovada depois de intensa mobilização da novelista da Rede Globo Glória Perez em razão do assassinato da sua filha, a atriz Daniella Perez, morta dois anos antes pelo colega de elenco, Guilherme de Pádua, na novela *“De Corpo e Alma”*, com quem fazia um par romântico), e até as leis 9677/98 e 9695/98 sobre adulteração ou falsificação de produtos terapêuticos e medicinais.

A pesquisadora Alessandra Teixeira destaca que a Lei dos Crimes Hediondos tem contribuído de certa maneira para que juízes incluam determinados tipos de delitos em um escopo que fundamentalmente foge do alcance da lei. Ela cita alguns casos levantados pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais¹⁵⁰ – IBICRIM/Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDD, a partir do estudo *“Decisões judiciais nos crimes de roubo em São Paulo”*, publicado em 2005¹⁵¹. Nele, uma pesquisa realizada sobre as

¹⁴⁹ CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 – Edusp, 2003, p. 101.

¹⁵⁰ Uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública e promotora dos Direitos Humanos.

¹⁵¹ A metodologia estabelecida pelos pesquisadores enfocou os recursos julgados entre 1º de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2000, totalizando 6.530 processos, dos quais tirou uma amostra de 570 feitos.

decisões condenatórias nos crimes de roubo¹⁵², que analisou os fundamentos utilizados pelos juízes para a aplicação das penas, destacou uma série de “expressões estanques”, ou seja, usadas nos mesmos termos, por diferentes juízes para diferentes casos em diferentes réus. Essas expressões presentes nos processos foram classificadas em três categorias: “periculosidade”, “defesa da sociedade” e “gravidade do crime”, sendo cada uma delas correspondentes a percentuais importantes das decisões (56,9%, 41,6% e 60,8%, respectivamente), utilizadas como fundamento principal para o agravamento da pena e para imposição de regime fechado. O estudo do IBICRIM constatou que o emprego dos termos se dava de maneira abstrata para se referir aos réus, estes sempre denominados “perigosos”, de “personalidade distorcida” e executores de um crime “gravíssimo”. Outro dado que chamou a atenção dos pesquisadores foi o alto percentual, 78%, de indivíduos primários no contingente julgado, além de 77%, desse mesmo montante, não estarem em condições específicas que pudesse permitir o agravamento da pena-base acima do que se denomina “mínimo-legal” no cálculo total da condenação.

Essa avaliação do comportamento da justiça criminal pode demonstrar assim a apropriação de um certo conteúdo que a Lei dos Crimes Hediondos foi portadora, para além dos crimes que a integram. Esse conteúdo diz respeito a novas percepções sobre o crime e a punição, nas quais a restrição de direitos e a excepcionalidade das garantias dos acusados prevalecem para afirmar um direito penal que tem ainda no emprego indiscriminado da pena de prisão e na crença de sua aplicação desprovida de qualquer finalidade para além do encarceramento em si, sua manifestação aparente.¹⁵³

Embora Teixeira pondere que até o momento não existam pesquisas ou estudos científicos que tracem uma relação direta entre a Lei de Crimes Hediondos e o aumento do número de encarceramentos, o que se constata é um novo padrão punitivo tendo como sustentação uma legislação criminal forjada nos anos 1990, em que se evidencia seu caráter de exceção, com maior punitividade e restrição de direitos. Em outras

¹⁵² Segundo censo penitenciário do Estado de São Paulo realizado em 2002, de acordo com levantamento feito pela pesquisadora, 46,5% dos presos foram condenados por crime de roubo. Para os delitos de tráfico de entorpecentes e de homicídios, os números são 11% e 9%, respectivamente, contrariando o senso comum que supõe ter um número muito maior de traficantes e homicidas nas penitenciárias. Esses dados também revelam que o Estado pune predominantemente o crime patrimonial de roubo.

¹⁵³ TEIXEIRA, Alessandra. *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. p. 109.

palavras, um ~~n~~ovo *modus* punitivo, no qual o crime per si passa a ser tratado, para fins de sua reação, como hediondo”.¹⁵⁴

Por fim é importante mencionar diante do que foi exposto até aqui um elemento altamente controverso que tem protagonizado uma realidade cruel nos ambientes prisionais de São Paulo e por extensão de vários outros estabelecimentos pelo Brasil: o crime organizado. Muitos estudiosos estabelecem uma forte ligação entre a violência perpetrada pelos agentes públicos penitenciários e pelo Estado, como torturas, maus tratos e péssimas condições físicas das celas, e o surgimento, e posteriormente o fortalecimento, de organizações criminosas que atuam dentro dos presídios e fora dele, praticando assaltos, sequestros, tráfico e angariando enormes recursos financeiros. O caso do PCC (Primeiro Comando da Capital) é notório nesse aspecto, porém, não o único. Mesmo com a carência de informações importantes quanto à sua origem ou modo de atuação (haja vista a tática do governo do Estado de São Paulo de nos anos 1990 negar a existência do grupo) consta que o PCC foi criado logo depois do episódio conhecido como o massacre do Carandiru, em 1993, como já foi mencionado. Essa origem foi explicitada pelos próprios dirigentes da organização, como o de um dos seus fundadores, o “Geleirão” (José Márcio Felício), que como testemunha de acusação em depoimento ao Grupo de Atuação Especializada e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público (GAECO), em processo criminal por formação de quadrilha, em 2003, forneceu elementos sobre o seu nascedouro.

De acordo com o trabalho de pesquisa de Alessandra Teixeira o contexto que teria dado início à formação dessa facção criminosa foi a criação do Centro de Readaptação Penitenciária Anexo à Casa de Custódia de Taubaté, em junho de 1985, que se popularizou pelo nome de “Piranhão”, local onde teria sido selado o “pacto” entre os fundadores do PCC. Criado sem previsão legal, regulamentar e à revelia de formalidades exigidas, como pela Lei de Execuções Penais, por exemplo, o Piranhão tinha o objetivo de abrigar presos de “alta periculosidade”, ou seja, um local de “segurança máxima”, embora tenha sido usado desde o começo para o recolhimento de detentos com “problemas disciplinares”. Funcionando durante anos à margem da lei, sem que curiosamente fosse objeto de questionamento tanto do Ministério Público quanto da Justiça, o Anexo da Casa de Custódia de Taubaté só foi formalizado em 1987 por uma resolução da Secretaria de Justiça, então responsável pela administração

¹⁵⁴ Ibidem, p. 109.

penitenciária, sem que fosse dada, no entanto, detalhes do seu funcionamento como tempo de permanência do preso ou procedimento para o seu ingresso no Anexo. Em 1993, nova resolução foi editada, dando conta de que faltas como fugas com reféns, lesões corporais cometidas contra funcionários, homicídios e participação ativa em rebeliões, justificariam a reclusão no Piranhão.

Notadamente identificado como local onde se utilizava de normas de exceção, os poucos relatos que foram colhidos¹⁵⁵ ao longo dos anos revelam a truculência dos agentes, com espancamentos cotidianos (muitos deles com barras de ferro), péssimas condições de higiene, ambiente de tortura física e psicológica, incomunicabilidade, tempo de internação sem determinação formal, entre outros. Os castigos físicos, fazendo aqui outra digressão, em maior ou menor intensidade sempre fizeram parte do sistema prisional da história do Brasil, como já foi relatado. Isso remete inevitavelmente à avaliação de que nem sequer os preceitos liberais da tradição iluminista, que condenava o suplício ainda no século XVIII, foram efetivamente incorporados ao *modus operandi* das autoridades nacionais e na mentalidade das suas elites dirigentes, impregnadas de uma cultura escravocrata em que o castigo físico se aplica como remédio para quaisquer males criminosos.

Em agosto de 1993, os fundadores do PCC teriam firmado um “pacto” com o principal objetivo de melhorar as condições carcerárias através de uma guerra contra os principais responsáveis pelas torturas no sistema. As regras de convivência do grupo estariam prescritas a partir de um rígido código disciplinar cujo descumprimento seria pago comumente com a morte. Ainda que o conteúdo do manifesto do PCC divulgado para a imprensa em 2001 seja manifestadamente “político” por conta da denúncia de maus tratos especialmente no Anexo de Taubaté e no Carandiru, o que se verifica é sua atuação em atividades criminosas fora dos presídios como tráfico de entorpecentes, assalto a banco, sequestros, roubo de veículos etc, com o objetivo de angariar lucro, enriquecimento de seus membros e de seu poder nas penitenciárias, à custa inclusive de adesões forçadas de parte dos presos. Um dos momentos mais dramáticos protagonizados pelo PCC em São Paulo foi justamente em 2001 quando uma megarebelião realizada simultaneamente em 29 penitenciárias do estado de São Paulo foi comandada pela organização. Os presos protestavam contra a transferência de alguns

¹⁵⁵ Alguns desses relatos foram expostos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizada em 2001, em que foram ouvidos funcionários, promotores e Justiça, corregedores etc. incluindo Ana Maria Olivatto ex-esposa de Marco Willians Herbas Camacho o “Marcola”, apontado como o principal líder do PCC.

dos líderes do PCC, que estavam na extinta Casa de Detenção do Carandiru e haviam sido deslocados para penitenciárias do interior. A situação alcançou maior tensão exatamente no Carandiru, uma vez que quase 5.000 parentes e amigos de presos foram feitos reféns em um dia de vista. A rebelião foi controlada pela Polícia Militar que invadiu a penitenciária e conseguiu retomar seu controle, desta vez sem mortes. O episódio serviu para mostrar o poder e a capacidade de organização do PCC, lançando medo em todo o país.

Em maio de 2006, novamente a ação do PCC espalhou terror nas penitenciárias e nas ruas de cidades paulistas. Pouco antes do Dia das Mães, presídios de São Paulo passaram a registrar dezenas de rebeliões. A Secretaria de Administração Penitenciária havia decidido transferir 765 presos para a penitenciária de Presidente Venceslau, unidade de segurança máxima no interior paulista. As transferências ocorreram após escutas telefônicas terem revelado que facções criminosas planejavam rebeliões para o Dia das Mães. Entre os presos a serem transferidos estava Marcola (Marco Willians Herbas Camacho, apontado como líder do PCC). Em represália às medidas, o PCC articulou rebeliões em 74 penitenciárias do estado, além disso, policiais, viaturas, delegacias de polícia, cadeias e prédios públicos passaram a ser alvo de ataques da organização criminosa.

Pela primeira vez, ataques do PCC deixaram as prisões e foram para as ruas, segundo Camila Nunes Dias, socióloga, professora da Universidade Federal do ABC, pesquisadora e colaboradora do NEV (Núcleo de Estudos de Violência da USP), além de autora do livro “PCC - Hegemonia Nas Prisões e Monopólio da Violência”. “Em 2001, quando teve a primeira megarebelião do PCC, foi só dentro do sistema prisional. Em 2006, a grande novidade, além do aumento de unidades prisionais envolvidas, foram os ataques fora das prisões”, disse¹⁵⁶. Em resposta aos ataques articulados pelo PCC, agentes do Estado e grupos de extermínio saíram às ruas para retaliação. Toques de recolher foram dados ou boatos sobre esse tipo de procedimento de segurança assustaram a população. Supermercados, bares, escolas, universidades e comércio fecharam as portas. Ônibus pararam de funcionar. As ruas de São Paulo ficaram desertas.

Segundo relatório Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006, divulgado em

¹⁵⁶ CRUZ, Elaine Patricia. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006. *EBC - Agência Brasil*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>. Acesso em 21/10/2017.

2009 pelo Laboratório de Análises da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 2009, 505 mortos foram civis e 59, eram agentes públicos. Conforme o estudo, há indícios de participação de policiais em 122 execuções. —Os Crimes de Maio foram marcados pela violência brutal do PCC, mas também foram uma demonstração do preço da corrupção, da fúria da violência policial e da falência do sistema prisional”, conclui o relatório¹⁵⁷.

Diante de tudo isso, não é exagero dizer que a escalada de violência é realimentada pela repressão policial, pela ação de grupos organizados de criminosos e por um discurso conservador. Este, via de regra, vocalizado pela imprensa, quase sempre abrindo espaço para especialistas e líderes de opinião a exigirem atuação cada vez mais repressiva da polícia e dos órgãos de segurança, sobretudo nos presídios. Sobre isso, Nilo Batista menciona o novo *credo* criminológico apregoado pela mídia, que, segundo ele, crê na pena como “rito sagrado na solução de conflitos”. Batista assevera que pouco importa o fracasso histórico das políticas de prevenção ao crime nas sociedades capitalistas, sobretudo as de profundas desigualdades sociais, pois a imprensa continua a martelar a necessidade de mais segurança, presídios e policiamento. —A equação penal – se houve delito, tem que haver pena – é a lente ideológica que se interpõe entre o olhar da mídia e a vida, privada ou pública”¹⁵⁸.

Um dos exemplos de endurecimento das regras é o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) que estabelece maior grau de isolamento e restrições aos direitos dos presos¹⁵⁹. Junte-se a isso a atuação igualmente violenta da polícia nas periferias das grandes cidades e o encarceramento em massa superlotando os estabelecimentos penais. Por esse contexto, estamos todos imersos em um ambiente social em que o senso comum abraça a expressão tão estrategicamente disseminada, a de que os *direitos humanos são privilégios de bandidos*.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. 2003, p. 4. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=734. Acesso em 10/10/2017.

¹⁵⁹ O RDD foi introduzido pela Lei 10.792/2003 que alterou a Lei de Execuções Penais - LEP e o Código de Processo Penal - CPP, e consta do art. 52 da LEP.

3.3 A cobertura da imprensa pela pesquisa da Universidade Candido Mendes

A cobertura da imprensa diante de fatos envolvendo violência urbana contém características que não podem ser avaliadas sem um aprofundamento apropriado dessa questão. O caso do sistema penitenciário brasileiro é peculiar, exigindo atenção especial para a compreensão da criminalidade e na eficiência na formulação de políticas de segurança pública. Apesar de sua importância, contudo, trata-se de um assunto de presença reduzida nos jornais. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC)¹⁶⁰, em 2004, em que analisou 2.514 notícias publicadas na imprensa de três estados¹⁶¹, mostrou que 6,6% dos textos tinham como objeto de pauta prisões e presos. Dentre essas matérias, a maioria (47,6%) tratava de rebeliões e fugas.

Mas os pesquisadores constatavam também que já havia uma abordagem um pouco mais aprofundada sobre o sistema, falando de temas como condições nos presídios, superlotação, bloqueio de celulares etc, retratados em 24,1% dos textos. Os fatos envolvendo rebeliões e a ação de grupos organizados dentro dos presídios, no entanto, acabam obrigando os meios de comunicação de massa a ampliarem a cobertura em épocas definidas, mas assim que a “neblina” retorna nessas instituições o assunto é deixado de lado, observa a pesquisa do CESeC.

Esse trabalho realizado pela Universidade Candido Mendes foi o resultado de três anos de pesquisa (entre 2004 e 2006) sobre a produção diária de jornais e entrevistas com 90 jornalistas e especialistas em segurança pública. Uma das pessoas ouvidas no estudo Julita Lemgruber, socióloga e coordenadora do CESeC, afirmou que a cobertura limitada da imprensa reflete a atitude da sociedade para com a questão. “Em geral, o interesse por essas instituições é muito reduzido. A maior parte das pessoas gostaria de esquecer que elas existem”.¹⁶²

Apesar disso, algumas reportagens de abordagem bastante aprofundadas são veiculadas pela grande imprensa, como uma série publicada pelo jornal *O Dia*, do Rio,

¹⁶⁰ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

¹⁶¹ Para esse levantamento foram monitorados jornais nove jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, ao longo de 35 dias, distribuídos por cinco meses do ano de 2004 (maio a setembro). Os jornais analisados foram: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Agora São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, O Dia, Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia.

¹⁶² *Ibidem*, p. 70.

intitulada *Cemitério de Mulheres Vivas*¹⁶³. A jornalista Adriana Cruz passou 21 dias, das 8h às 21h, em janeiro de 2006, em três presídios femininos do Rio. Ela já tinha feito reportagens sobre a corrupção dentro da cadeia e outras de conteúdos semelhantes e resolveu apostar em uma cobertura mais ousada, com todo o apoio do jornal. Mas entre os próprios colegas de redação a série de Adriana Cruz foi classificada de “condescendente” ao mostrar os dramas cotidianos das presas, tais como separação dos filhos nascidos no cárcere, por exemplo. “O que eu recebi de críticas foi um absurdo. (...) As maiores eram: ‘Mas elas são bandidas!’”¹⁶⁴

As cartas dos leitores dirigidas aos jornais foram na mesma linha das críticas dos colegas da jornalista. Eles questionam o direito de condenados viverem em condições dignas, com respeito à sua individualidade e integridade psicológica. Dar condições humanas para os presos, na visão de boa parte dos leitores, equivale a ser conivente com os que continuam a atuar criminosamente atrás das grades. “Ao noticiar cotidianamente os casos de privilégios gozados por alguns presos, sem registrar com o mesmo destaque e frequência as más condições oferecidas à massa dos detidos, a imprensa reforça essas noções equivocadas”¹⁶⁵.

O historiador e pesquisador da ONG Justiça Global Marcelo Freixo, eleito deputado estadual no Rio de Janeiro e posteriormente candidato pelo PSOL derrotado à Prefeitura da Capital em 2006, também consultado no estudo do CESeC, deu um depoimento bastante elucidativo aos pesquisadores. Ele disse que em alguns órgãos de imprensa há uma campanha clara no sentido de endurecimento das penas. Sobre o desinteresse da sociedade e da imprensa quanto ao sistema penitenciário, ele nota que parte dos meios de comunicação tem a visão de que o problema da segurança pública acaba quando o criminoso é encarcerado, uma vez que a atenção está muito mais voltada à criminalidade na rua.

O que vai acontecer dentro da penitenciária, vai acontecer com o “outro”, com aquele com quem eu não tenho muita identidade – “eu não sou um deles”. Isso está muito forte na sociedade e está muito forte na imprensa. É claramente uma outra categoria que está ali dentro. Na verdade o que se nega não é o direito, é a humanidade. Esse discurso que está cada vez mais forte, é o discurso da guerra. É a guerra contra o tráfico, a guerra contra o crime.”¹⁶⁶

¹⁶³ Ibidem, p. 71.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 72.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 72.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 75.

O termo “guerra” usado com frequência na imprensa para caracterizar conflitos urbanos foi objeto de duras críticas pelas suas graves implicações. Críticas feitas pelo então assessor de Comunicação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, João Paulo Charleaux, no *workshop* Mídia e Violência, realizado pelo CESeC em 2006, no Rio de Janeiro¹⁶⁷. A primeira implicação, na avaliação do assessor, é que a imprensa contribui para uma sensação generalizada de permissividade a certos métodos usados pela força armada. Cria-se a noção de território inimigo, ou seja, o espaço em que o outro está não é o meu, e este território deve ser atacado e ocupado. A outra séria implicação é a de que o outro passa a ser visto como inimigo, alguém que deve ser eliminado, pois dentro de um conflito armado não é crime um combatente matar o outro. Charleaux segue ressaltando que o direito à vida, portanto, torna-se relativo nesse contexto. A ação da polícia, conclui o assessor, em uma situação de violência urbana não deveria ter por estratégia a morte do criminoso, ao qual se recorre como último recurso, em situações específicas.

Uma das razões desse tipo de cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade é o alto grau de dependência das fontes de informações policiais, destaca o estudo da CESeC. A polícia é a fonte principal, se não a única, na maioria esmagadora das reportagens analisadas entre os nove periódicos mencionados. Em 43,2% dos casos, era a principal fonte ouvida. “A consequência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança”¹⁶⁸, diz o estudo. A vítima, ainda segundo o levantamento, é a segunda fonte mais ouvida (9,7%), em terceiro ficam os poderes Executivo Federal, Estadual e Municipal (8,5%). Os especialistas aparecem em apenas 4,6% dos casos e a chamada sociedade civil organizada em menos de 1%. Outra constatação importante é a de que os textos sobre segurança pública raramente expõem vários pontos de vista sobre o mesmo assunto, pois mais de 60% das matérias analisadas citavam apenas uma fonte de informação, ou nenhuma. E mesmo quando a reportagem traz várias fontes, também raramente comparam pontos de vista diferentes, uma vez que em apenas 10,5% dos casos isso acontecia.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 57.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 37.

Capítulo 4

Capítulo 4 As formas do Silêncio

As formas do silêncio – O que não deve ser dito

O silêncio não designa simplesmente a ausência de som ou a falta de palavras na formação discursiva, se pensarmos em uma concepção puramente apriorística. O silêncio é em si também carregado de significado. –O silêncio é assim a ‘respiração’ da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”¹⁶⁹, afirma Eni Orlandi. Segundo a autora, em uma conjuntura dada as formações dos discursos determinam —o que pode e deve ser dito”.

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)¹⁷⁰.

Na definição de Orlandi, estamos tratando nesse caso de uma “política de silêncio”, ou silenciamento. Assim, alguns sentidos são censurados pelo sujeito de uma formação discursiva ou para toda uma comunidade em algum local historicamente determinado. –A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala”¹⁷¹.

Por princípio, a informação jornalística de qualidade não admitiria silêncios, omissões, falta de dados, fatos ou qualquer elemento ausente que sirva para compor a notícia em toda a sua completude, sejam essas omissões feitas de forma voluntária ou involuntária por parte de quem apura, edita ou publica. Portanto, o silenciamento de forma nenhuma condiz com o fazer jornalístico, pois fundamentalmente priva sua audiência de informações que a ajudam na composição do contexto noticioso, e notícia incompleta não cumpre seu principal papel de informar.

Quando se evidencia a importância da qualidade da informação, é necessário abordar de antemão dois direitos que são intrinsecamente ligados a ela: a liberdade de expressão e a liberdade de informação. O primeiro é previsto na Constituição Federal Brasileira como direito fundamental, haja vista o artigo 5º inciso IV, em que “é livre a

¹⁶⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 13.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 102.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 78.

manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Neste caso, trata-se de uma espécie de cláusula geral sobre liberdade de expressão cujo sentido se encontra também em outros dispositivos constitucionais formando um arcabouço jurídico constitucional que reconhece e protege a liberdade de expressão, conforme assinalam Eduardo Pires e Luiz Gonzaga Silva Adolfo¹⁷². O presente direito está na Constituição e ainda consta na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (artigo XIX), que se refere ao poder do indivíduo em expressar o que pensa, exprimir opiniões, juízo de valor a respeito de fatos e ideias sem nenhum tipo de obstáculo ou censura. Um pressuposto fundamental para a garantia da democracia.

Em sintonia com a liberdade de expressão, está a liberdade de informação, —que possui um caráter transindividual e bidirecional, pois se concretiza, por um lado, nos direitos de se informar, ou seja, no direito de imprensa e, por outro lado, no direito de ser informado, isto é, no direito da sociedade de acesso à informação”¹⁷³. É nesse contexto que se dá a relevância do papel da mídia, aqui entendida como os veículos de comunicação de massa: jornais, revistas, emissoras de TV e de rádio, bem como internet e seus sites noticiosos. Temos assim os direitos à liberdade de expressão e de informação, por conseguinte, o direito de imprensa e de uma mídia livre, sem interdições ou qualquer outro tipo de censura.

4.1 Silêncio e ideologia

O silenciamento é, portanto, uma maneira por vezes sutil de censura, ou, em outras palavras, um ato que interdita a livre expressão de opiniões, mensagens, ideias e, evidentemente, o da circulação de informações que possam receber tratamento jornalístico. E quando se trata de censura, pode-se dizer que esta é intrínseca à vida social desde os primórdios da civilização, por ser uma espécie de reação do indivíduo, no seio de uma coletividade, ao diverso, ao pensamento ou ponto de vista destoante do seu.

Porém, o exercício ou as práticas das restrições ao diferente, ao destoante, ao divergente, não se dão apenas pelo conflito do —e” em relação ao —outro”, mas,

¹⁷²PIRES, Eduardo; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. A concentração da mídia no Brasil: uma classe dominante contra a liberdade de informação e democracia. In: COSTA, Cristina (org.). *Liberdade e interdição: Pontos de vista*. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 201.

¹⁷³Ibidem, p. 199.

também, como resultado da desigual distribuição de poder na sociedade, que garante a determinados grupos o direito de legitimar, difundir ou tornar dominante uma determinada visão de mundo¹⁷⁴.

Como foi explicitado no capítulo 1, o poder hegemônico procura através dos instrumentos de controle e de comunicação presentes na sociedade e no Estado imprimir a falsa ideia de harmonia e unanimidade em uma sociedade de classes, mascarando as disputas entre grupos sociais desiguais em todos os seus aspectos. Como uma máquina ideológica em produção constante de disfarces, fingimentos e subterfúgios para encobrir os conflitos de ordem econômica, social e cultural que insistem em emergir, pois são inerentes às condições de desigualdades, de privilegiados em detrimento dos desprivilegiados, ambos convivendo no mesmo sistema socioeconômico e cultural.

Silenciar, omitir ou desconsiderar determinados fatos, conceitos ou opiniões que poderiam estar presentes no noticiário é fundamental para que o processo ideológico tenha eficácia. Assim como nos diz Marilena Chauí, o discurso ideológico só é coerente e racional porque entre suas frases há “brancos” e “lacunas” que se forem preenchidos fazem com que a pretensa coerência se desmorone, pois os conflitos, desigualdades e injustiças se tornariam incomodamente explícitos.

4.2 O silenciamento enraizado no Brasil Colônia

Abafar os sons dissonantes de uma orquestra que se pretende verdadeira na execução de sua sinfonia possui histórico e práticas de séculos na formação do Estado brasileiro. Dessa maneira, é relevante lançarmos mão de um dado fato histórico levantado por Venício Lima para auxiliar no entendimento dos processos de silenciamentos em voga na atualidade.

Em 1640 o Brasil era Colônia de Portugal, e no dia 2 de julho daquele ano o padre Antônio Vieira, jesuíta português cuja missão em terras brasileiras entregue por sua ordem religiosa era catequizar os índios, proferiu um sermão sobre a Visitação de Nossa Senhora, que está no capítulo 1 do Evangelho de São Lucas. Nessa passagem, Maria, mãe de Jesus, logo após a “anunciação” do Anjo, vai visitar sua prima Isabel, esta também grávida e que daria à luz João Batista. A ocasião dessa pregação de Vieira se

¹⁷⁴COSTA, Maria Cristina Castilho. Comunicação e o debate sobre a liberdade de expressão. In MORAIS, Osvando J. (org.). *Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI: conhecimento, leituras e práticas contemporâneas*. São Paulo: INTERCOM, 2014, p. 579.

dava pela cerimônia em que saudava a chegada à Bahia do Marques de Monte Alvão, indicado vice-rei. Era a mesma época em que a dinastia dos Bragança retomava da Espanha o controle de Portugal, à qual estava submetido desde 1580. O jesuíta aproveita o púlpito clerical, uma das poucas tribunas livres de então, para descrever um quadro sombrio da Colônia. Cita o versículo 44: Isabel recebe a prima Maria e diz que o menino (*infante*, na Vulgata Latina, lida por Vieira) pulou de alegria no seu ventre.

O significado de *infante* na língua latina, explicava Vieira aos que acompanhavam a cerimônia e principalmente ao recém-nomeado vice-rei, é aquele que não fala. Assim como João Batista no ventre de Isabel, o Brasil também estava havia muitos anos sem poder falar e, na visão do jesuíta, esse era o maior mal que pudesse acontecer ao Brasil. “O pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala”.¹⁷⁵

Essa passagem é descrita pelo historiador britânico Robert Southey (1774-1843) que escreveu *História do Brasil*, lançada em três volumes, em inglês, o primeiro deles em 1810. Foi a primeira história publicada do Brasil compreendendo o período colonial do “descobrimento” até a vinda da corte portuguesa em 1808. Venício Lima resgata esse episódio também mencionado por Eudoro Lincoln Berlinck (1899-1976), autor pouco conhecido e estudado por Paulo Freire, no qual Lima se baseia para falar da cultura do silêncio na história brasileira. Freire também entende o “mutismo” brasileiro como uma posição de “expectante”, ou seja, meramente de observador, que apenas espera sem que possa influir no processo histórico nacional. E quando quer participar,

ameaça as elites detentoras de privilégios. Agrupam-se então para defendê-los (...) E, em nome da liberdade ameaçada, repelem a participação do povo. Defendem uma democracia *sui generis* em que o povo é um enfermo a quem se aplicam remédios. E sua enfermidade esta precisamente em ter voz e participação. Toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda participar é sinal de que continua enfermo, necessitando assim, de mais remédio. A saúde para esta estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude¹⁷⁶.

Esse mutismo, ou alheamento à vida pública, é característico de uma sociedade a quem se nega a comunicação e o diálogo e, como escreve Freire, no seu lugar oferecem “comunicados”, em outras palavras, mensagens de mão única sem esperar algum retorno mais qualificado. Ou melhor: o mutismo “não significa ausência de resposta,

¹⁷⁵ LIMA, Venício A. de. *Cultura do Silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão* (1980-2015). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 59.

¹⁷⁶ FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967, apud LIMA, Venício A. op. cit. p. 62.

mas sim uma resposta que carece de criticidade”¹⁷⁷. O conceito freireano da cultura do silêncio remete à realidade dos países latino-americanos tendo as consequências das colonizações portuguesas e espanholas na formação da estrutura da propriedade da terra desses locais, onde a relação entre os proprietários e os camponeses se estabelece em termos de servidão, de dependência e sem direitos, incluindo o direito de falar.

Algumas décadas mais tarde, um colega de batina, pertencente à mesma ordem religiosa de Antonio Vieira, sofrera censura semelhante a que era submetida os povos das terras brasileiras. Entre 1663 e 1668 o padre Simão de Vasconcelos escreveu um conjunto de livros denominado *Chronicas da Companhia de Jesu no Estado do Brasil* que tinha por objetivo relatar e registrar características da colônia desde a chegada do também jesuíta Manuel da Nóbrega, ainda na primeira metade do século XVI¹⁷⁸. Partes importantes da obra de Vasconcelos foram suprimidas por ordem do Santo Ofício (órgão inquisitorial da Igreja Católica) e da própria direção jesuíta da Companhia de Jesus. Uma dessas partes censuradas descrevia que no Brasil havia um território, que estaria localizado na Amazônia, como lugar onde existiria o paraíso terrestre.

Conforme pesquisa de Daniela Dias, tal localidade apresentaria clima ameno para a convivência do homem, abundância de águas, peixes, aves e animais variados; grandes rios que só existiriam em verdadeiros Édens, além de muito verde, árvores diversas e pastos a perder de vista. Essa visão paradisíaca de terras em Colônia portuguesa se respaldava ademais em escritos antigos, como de São Tomás de Aquino, e em crenças que circulavam pela Europa desde os tempos mais remotos. Sucede que do relato do jesuíta depreende-se que essa localidade idílica seria alcançável ao homem, o que contradizia a visão católica de que ninguém poderia vivenciar o Éden, dado o permanente estado de pecado do ser-humano na Terra, originado em Adão.

As descrições de Vasconcelos contemplavam aspectos da cultura indígena, que também cultivavam lendas sobre um paraíso no Brasil. E ao incluir os relatos dos silvícolas para os quais veio catequisar, o autor posteriormente censurado permitiu dar-lhes condição de humanos, bem diferente de como os portugueses e a Igreja, de modo geral, os via: selvagens, passíveis de serem escravizados, sobretudo pela ótica dos desbravadores Bandeirantes.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 63.

¹⁷⁸ DIAS, Daniela Barroso Ferreira. *O Paraíso demoníaco – A censura inquisitorial na América a partir do veto às Chronicas da Companhia de Jesu, contexto e motivos*. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2015.

Mais do que selvagens, por vezes era atribuído aos nativos a condição de demoníacos, associando seus ritos religiosos à feitiçaria. Havia ainda a convicção de que o diabo habitava as terras distantes da Europa, de onde os demônios haviam sido expulsos. Por essas razões seria impossível que no Brasil pudesse existir qualquer espécie de paraíso como o mencionado pelo padre Vasconcelos. Ao censurar a obra do jesuíta, a Companhia de Jesus e o Santo Ofício retiravam indiretamente a oportunidade de voz, ainda que tênue, dos índios e de sua cultura.

4.3 O efeito silenciador do discurso

O conceito da cultura do silêncio explica ainda suas vastas áreas existentes na sociedade brasileira. Pode ainda ser relacionado ao *modus operandi* presente nas narrativas da mídia tradicional, utilizando o que o jurista norte-americano Owen Fiss define como “efeito silenciador do discurso”. Fiss levanta uma determinada discussão tendo como valor de referência a Constituição norte-americana, especificamente o que determina a Primeira Emenda¹⁷⁹, que trata da liberdade de expressão e de imprensa, entre outros assuntos. De cunho eminentemente liberal, sua análise se debruça sobre o silenciamento de certas vozes na sociedade civil e defende a intervenção do Estado em conflitos advindos de questões que envolvem o direito da fala de determinados grupos sociais. O jurista antes de entrar no mérito do tema, avisa de antemão que diferentemente do liberalismo do século XIX, definido pelas reivindicações por liberdade individual e como consequência da demanda de um governo limitado, o liberalismo atual abraça o valor da liberdade assim como o da igualdade. “Ademais, o liberalismo contemporâneo reconhece o papel que o Estado pode desempenhar assegurando igualdade e por vezes mesmo a liberdade”¹⁸⁰. Feito seu destaque inicial, o autor ressalta que algumas vezes o Estado, no caso o norte-americano, tem defendido no decorrer da história a regulação do discurso em nome da liberdade e da igualdade, haja vista inúmeras decisões da Suprema Corte dos EUA, ainda que os respectivos debates não estejam livres de controvérsias e embates profundos entre liberais e conservadores.

¹⁷⁹ A Primeira Emenda diz textualmente que: “O congresso não deve fazer leis a respeito de se estabelecer uma religião, ou proibir o seu livre exercício; ou diminuir a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações por ofensas.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Emenda_%C3%A0_Constitui%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Unidos. Acesso em 23/10/2017.

¹⁸⁰ FISS, Owen M. *A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 38.

Porém, Fiss chama a atenção para três temas que dominam as discussões públicas na atualidade no que se refere à liberdade de expressão: os discursos de incitação ao ódio, da pornografia e do financiamento de campanhas eleitorais.

Nesses três casos o que tem ocorrido é o impedimento da participação de certos grupos sociais no debate público em detrimento de outros. O autor evidencia os argumentos que são colocados no seio da discussão pelos especialistas no campo jurídico da seguinte maneira: o discurso da incitação ao ódio, por exemplo, tende a diminuir a autoestima das vítimas prejudicando ou barrando sua participação em várias atividades da sociedade civil. –Mesmo quando essas vítimas falam, falta autoridade às suas palavras, é como se elas nada dissessem”¹⁸¹. O mesmo acontece com as mulheres na pornografia, que as reduzem a objetos sexuais, comprometendo sua credibilidade, subordinando-as e silenciando-as.

Quanto aos gastos de campanhas, os candidatos ricos ou financiados por grande grupos econômicos podem dominar de tal forma o espaço publicitário ou em outras arenas públicas que à população, ou ao eleitorado, só restam ouvir a mensagem preponderante dos concorrentes mais abastados. –Consequentemente, a voz dos menos prósperos pode ser simplesmente soterrada”¹⁸².

Em cada uma dessas situações, a intervenção estatal não estaria ferindo a Primeira Emenda, uma vez que o silenciamento não parte do Estado, mas promoveria o debate aberto e integral, assegurando que o público possa ouvir a todos, sem que as mãos privadas abafem ou comprometam o discurso dos menos poderosos.

O Estado (...) está tentando estabelecer precondições essenciais para a auto-governança global, assegurando que todos os lados sejam apresentados ao público. Se isso pudesse ser realizado simplesmente pelo fortalecimento dos grupos desfavoráveis, o objetivo do Estado seria alcançado. Mas nossa experiência com programas de ação afirmativa e outros similares nos ensinou que a questão não é tão simples. Algumas vezes nós devemos reduzir as vozes de alguns para podermos ouvir as vozes de outros.¹⁸³

A questão de fundo que se coloca é a dinâmica da própria democracia, que exalta a escolha pública com informação integral e sob condições adequadas de reflexão, complementa o autor. Não deixa de ser curioso que a sugestão de Fiss, professor de perfil liberal da Universidade de Yale, é acionar os mecanismos de Estado para garantir

¹⁸¹Ibidem, p. 47.

¹⁸²Ibidem, p. 48.

¹⁸³Ibidem, p. 49.

a liberdade de expressão subjugada por poderosos grupos econômicos. Estamos, portanto, diante das regras de mercado que tolhem a circulação de determinadas ideias, de caráter e benefício público, que vão de encontro aos interesses de empresas particulares. Ou como resume Julian Petley, ao contextualizar o processo de privatização do setor de comunicação na Grã Bretanha no governo de Margareth Thatcher, no início da década de 1980: “a audiência é vista não como cidadãos com o direito de serem bem informados, mas como unidades de consumo para quem mercadorias e serviços necessitam ser vendidas”¹⁸⁴.

Na visão de Petley, manter o “mercado da notícia” à mercê da lei da oferta e da procura significa considerar a informação (componente fundamental para o cidadão poder tomar suas decisões e participar de qualquer processo democrático) como simples *commodity* negociável apenas para engordar o lucro privado. Para ele, nas sociedades modernas, a informação deve ser tratada como bem público e o “argumento central para a liberdade de expressão não é simplesmente o direito da mídia ‘falar’, mas o direito da audiência ouvir e participar das discussões e debates animada por uma multiplicidade de vozes”¹⁸⁵.

No Brasil, se a censura oficial, como instrumento ativo de interdição da liberdade de expressão e de pensamento exercida no aparato burocrático do Estado, teve fim com a Constituição promulgada em 1988, isso não significa que outros recursos censórios existam e atuem de forma indireta em pleno desenvolvimento das mídias digitais e dos inúmeros meios de comunicação do século XXI. As formas de censuras exercidas de maneira menos tradicional podem ser constatadas de diversas formas, como por meio de processos judiciais sob alegação de difamação, ou a pretexto de proteger a privacidade, ou ainda pela ausência de financiamento ou apoio financeiro na forma de patrocínio para publicações ou produções artísticas entendidas como inconvenientes.

Voltando ao caso do jornalismo, mais recentemente tem se tornado comum a tentativa de impedir o trabalho de profissionais da imprensa durante o seu ofício na cobertura de protestos ou de manifestações populares. É sintomática, por exemplo, a situação vivida pelo jornalista Caco Barcellos, da TV Globo, expulso por manifestantes, aos gritos de “golpista”¹⁸⁶, em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, por

¹⁸⁴ PETLEY, Julian. *Censoring the word*. London/New York/Calcuta: Seagull, 2007, p. 77.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 96.

¹⁸⁶ Na pessoa de Caco Barcellos, os manifestantes se referiam na verdade à TV Globo por considerarem que a emissora apoiou o impeachment contra Dilma Rousseff, pois julgam que o processo de afastamento não passou de um golpe jurídico-parlamentar a fim de tirar do poder uma presidente legitimamente eleita.

ocasião da votação de medidas de ajuste fiscal apresentadas pelo governo do Estado, ocorrido em 16 de novembro de 2016. Em São Paulo, no dia 24 de abril de 2015, um grupo de jornalistas foi agredido durante uma caminhada de professores na região onde fica a Secretaria Estadual de Educação, na Praça da República. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp) divulgou nota posteriormente afirmando que os agressores não eram professores. Tanto a Apeoesp quanto a Polícia Militar atribuíram as agressões a integrantes do grupo considerado de extrema direita denominado *black bloc*.

No caso específico desta pesquisa de mestrado, o silenciamento realizado pelos dois jornais em questão (O Globo e Folha de S. Paulo) no que se refere a assuntos ligados ao sistema prisional obedece a algumas características que partem do próprio processo interno de produção da notícia e dos interesses editoriais dessas empresas jornalísticas. Abordagem que será feita nos próximos capítulos.

Capítulo 5

Capítulo 5

Folha de S. Paulo e O Globo

Folha e O Globo - Periódicos frutos do seu tempo

Os quase centenários Folha de S. Paulo e O Globo foram criados em uma época em que a imprensa brasileira se modernizava. Os jornais mais importantes começavam a adotar medidas como gestão administrativa mais profissionalizada, investimentos em novos e mais rápidos processos de impressão, distribuição logística para atender maior número de leitores e, principalmente, de anunciantes. No início do século XX, notava-se ainda um expressivo crescimento de jornais, muitos deles destinados aos trabalhadores urbanos, que se avolumavam nas linhas de produção fabris, consequência do despontamento da industrialização tardia brasileira. Na Europa ocidental, comparativamente falando, a indústria floresceu cerca de 150 anos antes, enquanto o Brasil ainda era Colônia de Portugal. Em São Paulo, o final do século XIX e início do XX foi época fecunda de periódicos criados para a classe operária, muitos deles escritos em língua estrangeira, principalmente a italiana, por conta do grande contingente de imigrantes trabalhando nas fábricas. Dois terços da população da cidade de São Paulo era formada por estrangeiros e seus descendentes.

A grande imprensa paulista, no entanto, era constituída basicamente à época por dois diários. O Correio Paulistano, porta-voz do governista e conservador partido Republicano Paulista (PRP), era totalmente afeito à República Velha durante a chamada política do café-com-leite. Esta consistia em um grande acordo firmado entre a oligarquia cafeeira de São Paulo e a dos produtores de leite de Minas Gerais. Eram esses oligarcas que na verdade escolhiam os presidentes da República a cada quatro anos, pois forjavam um processo eleitoral eivado de vícios e de fraudes de todo tipo, impossibilitando a prevalência da vontade popular através das urnas. Alguns estudiosos denominam aquela prática de “voto de cabresto”, ou seja, votava-se em quem o “coronel” ou o líder político local mandava, uma vez que não havia a instituição do voto secreto.

O outro importante jornal representante da elite paulista era O Estado de São Paulo, de perfil mais liberal e por vezes crítico do PRP com posições de defesa à industrialização. Também foi o Estado, ainda no início do século XX, um dos primeiros

jornais brasileiros a adotar medidas de modernização e aumento de tiragem, capitaneadas pelo jornalista e proprietário Júlio Mesquita.

5.1 O Grupo Folha: de Olival Costa a Octavio Frias

E é em meio a esse contexto que em 19 de fevereiro de 1921 começou a circular em São Paulo o vespertino Folha da Noite, que mais tarde daria origem à Folha de S. Paulo. O periódico passou a ocupar o espaço editorial deixado pela publicação de O Estado de S. Paulo que começava a circular à tarde, conhecida como “Estadinho”, relata Oscar Pilagallo em “História da Imprensa Paulista”.¹⁸⁷

Ao contrário dos sisudos matutinos como O Estado e Correio Paulistano, que se dirigiam à elite econômica e intelectual, os vespertinos, voltados para os pequenos comerciantes e o funcionário público, adotavam uma linguagem menos empolada e privilegiavam assuntos urbanos. Para eles, o acidente com bonde tinha o mesmo peso da intriga palaciana (...).¹⁸⁸

A Folha da Noite tinha como sócios fundadores um grupo de jornalistas egressos do Estadinho com destaque para Olívio Olavo de Olival Costa, Pedro Cunha e, curiosamente, Júlio de Mesquita Filho, que logo sairia da Folha para suceder o pai no comando de O Estado de S. Paulo. Nos primeiros tempos, o recém-criado jornal era produzido na base do improvisado (com espaço de redação emprestado, mesas de bar como mobília de escritório e jornalistas sem salário), além de ser impresso nas oficinas do Estado de S. Paulo.

Com o tempo, a Folha da Noite foi se firmando como jornal popular promovendo campanhas em defesa da construção de moradias às pessoas de baixa renda, melhoria dos transportes urbanos, criação de hospitais, maternidades e creches, direito a férias, ampliação da rede escolar, entre outras. “Com um discurso crítico, transformou-se em fiscal do governo, algo de grande apelo para o seu público ‘o povo’, como dizia genericamente, para diferenciá-lo dos leitores do Estado.”¹⁸⁹

Embalada pelo aumento do público leitor de jornais e pela constatação de que os diários passaram a ser um bom negócio, em 1925 a Folha da Noite lança a Folha da

¹⁸⁷ PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 62.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 67.

Manhã. Lançamento para concorrer mais diretamente com o Estado de S. Paulo, ampliando seu alcance na classe média paulistana, principalmente entre pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais¹⁹⁰. Ocorre que em 1929, a Folha da Manhã passa a apoiar o candidato à presidência da República Júlio Prestes, indicado pelas oligarquias paulista e mineira, e em 1930, com a subida ao poder do grupo liderado por Getúlio Vargas, pondo fim à República Velha, o jornal sofre empastelamento¹⁹¹ promovido pelos partidários getulistas.

As “Folhas” só voltariam a circular em janeiro de 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, denominada Empresa Folha da Manhã Ltda. Fazendeiro e comerciante de café, os assuntos relativos à agricultura e à exportação do produto passaram a ser acompanhados de perto e o jornal abriu sucursais no interior. Ao defender a vocação agrária do país e criticar as medidas governamentais voltadas à industrialização, o público alvo deixou de se constituir principalmente de setores da classe média: o jornal voltava-se à elite¹⁹².

O controle de Octaviano Alves de Lima duraria até 1945 quando vendeu a empresa para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. Ao assumirem as redações, os novos proprietários afirmaram que pretendiam “defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos”¹⁹³. Em 1949, lançaram a Folha da Tarde, o terceiro jornal do grupo.

Elaine Pires relata que Nabantino foi capaz de implementar um processo de reformulação do jornal como a inauguração em 1953 da sede própria da empresa, na Alameda Barão de Limeira, centro de São Paulo, onde funciona até hoje; bem como a unificação das “Folhas” em 1º de janeiro de 1960, na Folha de S. Paulo, passando a ser a única publicação da empresa. Também foi sob a gestão de Nabantino que começou a vigorar na Folha as concepções de neutralidade e objetividade jornalística. As mudanças, no entanto, não resultaram em sucesso financeiro, obrigando-o a vendê-la os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em agosto de 1962.

¹⁹⁰PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978 a 2004). *Projeto História-Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em história*, São Paulo, n.35, dez. 2007. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em: 9 jul.2018.

¹⁹¹Empastelar é um ato que fere frontalmente a liberdade de imprensa, que consiste em invadir uma gráfica ou redação de jornal onde está sendo preparada a próxima edição para destruir os materiais, além de estragar equipamentos, máquinas e mobiliário necessários para a produção jornalística.

¹⁹²Ibidem, p. 306.

¹⁹³Ibidem, p. 306.

Frias era proprietário de empresas de variados ramos como a Estação Rodoviária de São Paulo (conhecida à época como Rodoviária da Luz) e a Transaco (Transações Comerciais), uma das primeiras firmas especializadas na venda de ações diretamente ao público, além de ser um dos maiores criadores de frangos do país. Caldeira tinha origens na construção civil. Durante os anos 60 e 70 os investimentos realizados na Folha resultaram no saneamento das dívidas, modernização tecnológica e do sistema de distribuição e a implementação de uma estratégia de crescimento voltada à compra de gráfica e publicações, como foram os jornais Última Hora e Notícias Populares, em 1965, e o relançamento da Folha da Tarde, em 1967.

A atuação da dupla Frias e Caldeira à frente da Folha foi permeada de controvérsias, ainda que ambos fizessem todos os esforços para manterem a imagem da discrição como homens públicos. No aspecto econômico, alçaram a empresa de comunicação como uma das mais importantes do país, com crescimento vigoroso e permanente culminando com a Folha de S. Paulo sendo o jornal com maior tiragem do país, ultrapassando a marca de um milhão de exemplares aos domingos, na década de 90. No que diz respeito ao aspecto político, o Grupo Folhas apoiou o golpe civil-militar de 1964, abrigou policiais que praticam a tortura no pior período da repressão política do país, a partir de 1968, e “emprestava” seus veículos aos órgãos policiais de repressão. Enquanto os grandes jornais durante o regime militar sofriam com a presença de agentes da censura oficial nas suas redações, a Folha os dispensava fazendo sua autocensura, sem incomodar o governo. Fatos como esses foram levantados na pesquisa realizada por Beatriz Kushnir em “Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”¹⁹⁴ em que relata os vínculos estreitos entre o jornal e figuras militares proeminentes no poder de então.

Em seguida ao período de abertura política, resumida pelo então presidente Ernesto Geisel (1974-1979) a ser “lenta, gradual e segura”, a Folha busca se afastar do colaboracionismo latente dos mais duros anos de repressão política. Aos poucos procurou imprimir nas páginas do seu periódico notícias, artigos e reportagens em sintonia com os movimentos em direção à redemocratização do país. Foi assim que o jornal se destacou ainda na década de 70 abrindo espaço para articulistas que defendiam abertamente a volta da democracia. Sob a direção editorial do jornalista Claudio

¹⁹⁴ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a Constituição de 1988*. 2001. 428p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000231037>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Abramo a quem, em um primeiro momento, Octavio Frias confiou a tarefa de adequar a Folha aos novos tempos de mais liberdades, iniciou-se um processo de reformulação editorial, com a criação de um Conselho Editorial que passou a indicar a postural a ser assumida pelo jornal, ao mesmo tempo em que eram projetadas as medidas necessárias para o crescimento da empresa, conforme destaca Elaine Muniz Pires.

A Folha foi o primeiro grande veículo da imprensa a cobrir amplamente e a dar ênfase às manifestações da campanha pelas eleições diretas a presidente da República, em 1984, movimento que aglutinou milhões de pessoas em todo país, ávidas por mudanças e mais democracia. Desde o golpe de 1964 que à população brasileira foi cassado o direito de eleger diretamente o presidente da República, fato que só foi se consumou em 1989, logo após a promulgação da nova Constituição, em 1988.

Concomitantemente ao período das “Diretas Já”, o jornal implementava um processo mais radical de normatização e padronização com a adoção de mudanças na produção de notícias, informatização da redação e principalmente com a imposição do Manual Geral de Redação. Essas mudanças acabaram gerando uma série de conflitos entre jornalistas e a direção do jornal, à época chefiada por Otavio Frias Filho, então com pouco menos de 30 anos. O saldo foi a demissão de dezenas de profissionais antigos e experientes que não se “encaixavam” nas novas normas da redação. Os preceitos contidos no Manual diziam que o jornalismo da Folha deveria ser apatidário, pluralista e objetivo. No fundo, autores como o jornalista Bernardo Kucinski consideram que as mudanças implementadas foram, antes de mais nada, uma estratégia competente de marketing para incrementar o negócio e os lucros.

Mas a democracia, mesmo quando adotada como produto para venda, nunca foi aceita no interior das redações brasileiras. E é na redação da Folha de S. Paulo, (...) que o processo social de construção da notícia, em vez de prazeroso, tornou-se doloroso, marcado por relações autoritárias e as mais altas taxas de rotatividade. Nesse tipo de redação exerce-se o medíocre micropoder do chefe sobre o subalterno, por meio do direito capitalista de demitir, de excluir o intransigente, de mexer nos textos dos repórteres e de humilhar com controles quantitativos de produção¹⁹⁵.

A partir do final dos anos 80 e início de 90, a Folha se consolida como o maior jornal do país em número de exemplares distribuídos, ultrapassando a marca de um milhão em 1994. Obteve destaque na cobertura da primeira eleição direta presidencial

¹⁹⁵ KUCISKI, Bernardo. *A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p.78.

em 1989, depois do fim do regime civil-militar de 1964 quando antecipou por meio de pesquisa do seu instituto Datafolha que os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), disputariam o segundo turno das eleições. Na época, o voto ainda era feito em papel e a contagem demorava dias para ser realizada. A antecipação, já no mesmo dia da eleição do primeiro turno e à frente de todos os veículos de comunicação, credenciou ainda mais a Folha e seu instituto de pesquisa.

Nas últimas décadas, o grupo manteve o primeiro lugar no ranking de maior tiragem entre os jornais tradicionais, investiu em negócios na internet como o Universo Online (UOL), mas teve seu número de leitores sensivelmente diminuído. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2017, segundo números oficiais do Instituto Verificador de Circulação (IVC), que audita a tiragem dos principais jornais do país, a circulação média impressa Folha caiu 42% (de 211,9 mil para 121 mil exemplares)¹⁹⁶.

Outro fato importante do periódico nos últimos anos foi seu posicionamento editorial frontalmente contrário aos governos do PT, tanto de Lula (2003-2006) e reeleito (2007-2010) quanto de Dilma Rousseff (2011-2014) e reeleita em 2015 e depois deposta por um processo de impeachment. Publicou inúmeras reportagens polêmicas, assim como seu congênere carioca O Globo, e passíveis de questionamentos quanto à sua veracidade, tendência, aliás, de boa parte da grande imprensa, às voltas com a crise no meio jornalístico em virtude do descomunal crescimento das mídias digitais, conforme analisado no Capítulo 1. No dia 5 de abril de 2009, por exemplo, a Folha publicou, junto com reportagem que tratava de um suposto plano para sequestrar o então ministro Delfim Netto, em 1969, um documento falso sobre a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Esse documento seria uma ficha criminal oriunda dos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) cuja cópia o jornal recebeu por e-mail. Contudo, semanas depois, após vários questionamentos e pedidos de desmentidos, incluindo da própria Dilma, a Folha reconheceu o erro dizendo que não seria possível afirmar como autêntico o tal documento, que, por sinal, nem sequer consta nos arquivos oficiais.

O Grupo Folha é formado atualmente pelos jornais Folha de S. Paulo e Agora, pela empresa UOL, pela editora Publifolha, a agência de pesquisas Datafolha, além de outras

¹⁹⁶ PODER360. Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. 20. fev.2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em 12 jul. 2018.

empresas gráficas e de produção da notícia, como a Folhapress. Dentro do UOL, hoje uma das principais empresas do grupo, existem o PagSeguro, serviço de pagamentos online, que encerrou o exercício de 2017 com lucro de R\$ 479 milhões; UOL Host, de hospedagem de sites e UOL Diveo, fornecedora de serviços de tecnologia da informação, que compõem computação em nuvem, segurança e gerenciamento de informações. Segundo reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico¹⁹⁷, no balanço de 2016, a receita consolidada do UOL foi de R\$ 1,9 bilhão.

Informações institucionais dão conta de que fazem parte ainda do grupo uma livraria virtual (Livraria da Folha), o parque gráfico (CTG-F), a Transfolha, dedicada à distribuição de produtos do Grupo Folha, uma gráfica dedicada a jornais e folhetos para empresas, editoras e agências de publicidade (FolhaGráfica) e a SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal O Estado de S. Paulo.

5.2. O Globo, Roberto Marinho, Rio de Janeiro e a classe média urbana

Fundado em julho de 1925 por Irineu Marinho para concorrer com os vários jornais na então capital da República, o jornal O Globo ao longo das décadas tem procurado manter seu papel de porta-voz da classe média urbana do Rio de Janeiro. Pouquíssimo tempo depois de sua fundação, seu fundador morre e deixa o diário para o seu primogênito, Roberto, na época com apenas 20 anos de idade.

Com a morte de Irineu, o comando de O Globo ficou a cargo do jornalista Eurycles de Matos, que integrava a direção da redação. Cinco anos depois, contudo, Roberto Marinho teve de assumir o controle por conta da morte de Eurycles. Naquele período, o primogênito havia obtido experiência como jornalista trabalhando na redação e conhecendo os processos de produção e distribuição do jornal. Roberto Marinho se manteve no comando até sua morte, em agosto de 2003. É considerado o principal responsável pela criação de um dos maiores grupos de comunicação do mundo, que até 2014 era denominado Organizações Globo. A partir daquele ano foi alterado para Grupo Globo.

No âmbito editorial, o jornal mantinha e mantém uma linha política conservadora, com forte vínculo com a cidade do Rio de Janeiro. Tem posicionamentos característicos

¹⁹⁷ MOREIRA, Talita; BRIGATTO, Gustavo; e ROSA, João Luiz. Após PagSeguro, UOL busca investidores para outros negócios. Valor Econômico, São Paulo, 4 abr. 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5427611/apos-pagseguro-uol-busca-investidores-para-outros-negocios>. Acesso em 16 jul. 2018.

como ser contrário a transformações sociais, defende com contundência a propriedade privada e manifesta amplo apoio ao capital estrangeiro. Também sempre foi fiel aos princípios moralistas de seus leitores, muitas vezes em amplas reportagens contra a corrupção de governos cujos dirigentes não se afinam com os interesses do Grupo Globo, por exemplo.

O site Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor* ou MOM)¹⁹⁸ publicou longo perfil do grupo conforme informações abaixo e mostra quão amplo e variado são os investimentos tanto nacionais quanto internacionais.

O Grupo Globo possui a segunda maior rede de TV do mundo, atrás apenas da ABC (do grupo Walt Disney), nos Estados Unidos. Os negócios impressos são controlados pela empresa guarda-chuva Infoglobo, totalmente sob comando do grupo. Mantém ainda o jornal Extra (de cunho popular) e o Expresso (jornal local). O grupo também controla a Editora Globo, fundada em 1952 sob o nome de Rio Gráfica (RGE), que publica 14 revistas, 16 portais e que realiza mais de 40 eventos anuais.

No Sistema Globo de Rádio (SGR), a holding mantém as redes da Rádio Globo (fundada em 1944), CBN, Sound! e BHFm, somando a mais de 50 afiliadas em todas as regiões do país. Na indústria fonográfica, a Globo atua pela editora, produtora e gravadora Som Livre (criada em 1969), que produz hoje mais de 100 artistas.

No ramo de produção e programação de TV paga surgido em 1991, o grupo possui, através da Globosat, 33 canais, sendo 22 com transmissão também em HD (*high definition*), 9 em PPV (*pay per view*), um internacional (de futebol, para o público fora do Brasil), além de 8 serviços de conteúdo sob demanda. Os canais da Globosat atingem, em todo o território nacional, cerca de 54 milhões de pessoas, distribuídas por mais de 17 milhões de domicílios¹⁹⁹.

O Grupo Globo também chegou a investir em outros negócios relacionados à produção de conteúdo de notícias e entretenimento. Em 1986, adquiriu a NEC do Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicações, vendendo-a em 1999 para a *NEC Corporation* do Japão, por ocasião da forte crise cambial decorrente da política econômica do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Em 1992, adquiriu 15% da SIC (Sociedade Independente de Comunicação), primeiro canal

¹⁹⁸ MEDIA OWNERSHIP MONITOR. *Grupo Globo* Disponível em: <http://brazil.momrsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em 13 jul. 2018.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

privado de Portugal, que continua exibindo novelas e séries da Globo. Porém, vendeu suas ações para o Banco Português de Investimento em 2003. Em 1985, comprou também o canal italiano TV Internazionale, detentor dos direitos de transmissão em italiano da *Tele Monte Carlo*, sediada no Principado de Mônaco, em sociedade com a rede estatal italiana RAI, ~~mas~~, constatando o fracasso do projeto, decidiu vender a participação em 1994 ao grupo italiano Ferruzzi”²⁰⁰.

Foi controlador acionário de duas operadoras de TV por assinatura: a NET (cabo) e a Sky (satélite). No ano de 2012, entretanto, vendeu as cotas da primeira para a Telmex (América Movil Brasil) e da segunda para a DirecTV América Latina (AT&T), permanecendo ainda com um percentual mínimo. Em 2001, comprou também o centenário jornal paulistano Diário Popular e mudou seu nome para Diário de S. Paulo. Oito anos depois, vendeu-o para o grupo Traffic, de J. Hawilla (também proprietário da Rede TEM, conjunto de afiliadas da Rede Globo no interior de São Paulo). Hawilla morreu em maio de 2018 e foi o principal delator na Justiça norte-americana de irregularidades sobre compra de direitos de transmissão de eventos esportivos, nas quais o Grupo Globo é acusado de estar envolvido. Hawilla havia se declarado culpado de quatro crimes: organização criminosa, fraude financeira, lavagem de dinheiro, envolvendo contratos da Copa América de futebol, e obstrução da Justiça.

Também em 2001, o Grupo Globo assinou contrato de cinco anos com a Telemundo (braço hispânico da rede americana NBC) para a produção de telenovelas em espanhol. A partir de 1999, a holding enfrentou sua mais grave crise econômica, declarando moratória do pagamento de dívidas em outubro de 2002. A recomposição do grupo se prolongou até 2006 e contou com a participação direta do braço operacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que aumentou a cota de participação para reabilitar a NET, uma das empresas que foram âncora da crise, uma operação que só foi finalizada em 2010. Apesar de não ter sido diretamente afetada, a TV Globo, principal veículo do grupo, foi empenhada como seguro no processo de negociação junto a credores internacionais.²⁰¹

Em 2005, faz acordo de distribuição de programação com a *Buena Vista Television International*, divisão de distribuição da *Walt Disney Television International*, para direitos de exibição exclusiva no Brasil de conteúdo da Disney. Em 2010, em parceria com a RBS, afiliada da Rede Globo, e da CBN no Rio Grande do Sul, fundou a empresa

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

Geo Eventos, que realizou festivais de música (como o Lollapaluza e o festival de música gospel Promessas). Em 2012, o grupo resolve se desfazer de parcela do capital social que detinha nas operadoras de telecomunicações NET (Amércia Movil) e Sky (DirecTV América Latina, controlada pela AT&T).

O Grupo Globo figura no ranking dos trinta principais proprietários de mídia do mundo, o *Zenith Top Thirty Global Media Owners*, publicado desde 2007. Na edição de 2017, que leva em consideração apenas uma parte da receita dos conglomerados, sua receita de publicidade, o grupo ocupou a 19ª posição do ranking, abaixo da 14ª posição que ocupou em 2016, e da 17ª em 2015.

5.3 A concentração da mídia no Brasil

Uma característica marcante do conjunto das principais empresas de comunicação de massa no Brasil é sua concentração em um reduzido número de grupos privados de mídia. Um dos exemplos mais contundentes é em relação às empresas de radiodifusão (rádio e TV). O Grupo Globo é considerado o maior conglomerado de comunicação do Brasil e, segundo o “Atlas de Cobertura” da Rede Globo, possui 122 emissoras que cobrem 92,8% do território nacional, com uma programação chegando potencialmente a 204,7 milhões de pessoas²⁰². E como já foi mencionado, a Rede Globo é parte do mesmo grupo onde está o jornal O Globo.

Além da Rede Globo, os grupos Record e SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) destacam-se como os principais conglomerados nacionais com programação atingindo quase a totalidade dos lares brasileiros. Ao todo são basicamente esses três grandes grupos (vindos em seguida o Grupo Bandeirantes e Rede TV), além de cinco outros regionais, a saber: Rede Brasil Sul, atingindo quase todos os domicílios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste), com a TV Anhanguera; a Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste), no Estado do Ceará²⁰³.

²⁰² Atlas de Cobertura da Rede Globo. Rede Globo. Disponível em <http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Brasil.aspx>. Acesso 07 jul. 2018.

²⁰³ CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. *Revista Eptic*. Vol. 17, nº 3, setembro-dezembro 2015, p. 16-28. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/4298/pdf>. Acesso em 07 jul. 2018.

Ainda no que se refere à abrangência das emissoras de TV e rádio, constata-se, por outro lado, que 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão em casa e 83,4% um rádio, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE de 2013. Os aparelhos celulares (*smartphones*) e acesso à internet vêm ganhando bastante terreno entre as preferências no consumo de informações para grande parte dos brasileiros. De acordo com pesquisa encomendada pelo governo federal em 2014 (Pesquisa Brasileira de Mídia 2015)²⁰⁴, os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira indicam que 95% dos entrevistados veem TV (sendo que 73%, fazem isso todos os dias), 55% ouvem rádio (sendo que 30%, todos os dias) e 48% acessam a Internet. 21% leem jornal e 13% revistas. –Observa-se, ainda, que os meios de comunicação e de telecomunicações chegam mais às pessoas do que o esgoto, a água e a energia elétrica”²⁰⁵.

A presença da mídia eletrônica nos lares brasileiros, portanto, é descomunal. Ocorre, contudo, que os conteúdos veiculados por esses meios têm como fontes restritos grupos de empresas dominadas por famílias proprietárias tradicionais no meio, por políticos e por religiosos. A pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervezes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF)²⁰⁶, concluiu que apenas cinco famílias controlam 26 veículos de comunicação entre os 50 com maior audiência no Brasil.

O Grupo Globo detém nove entre os 50 maiores veículos. Sozinho, atinge uma audiência maior que a soma dos outros quatro mais bem colocados grupos brasileiros de comunicação. Em seguida, aparecem a família Saad, dona do grupo Bandeirantes, e a família de Edir Macedo, da Record, com cinco veículos cada um. Depois, a família Sirotsky, da RBS (com abrangência na região Sul do país), com quatro veículos na lista, e a família Frias (Grupo Folha), com três veículos.

Outro dado importante é a participação de políticos (deputados, senadores, prefeitos, governadores e vereadores) como proprietários de outorgas, concedidas pela União²⁰⁷, de emissoras de rádio e TV. Os mais conhecidos são também pertencentes a oligarquias

²⁰⁴ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. SECOM. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 07 jul. 2018

²⁰⁵ CABRAL, Eula Dantas Taveira. Idem, p. 18.

²⁰⁶ MEDIA OWNERSHIP MONITOR. *Quem controla a mídia no Brasil?* Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 13 jul. 2018.

²⁰⁷ Segundo a Constituição, cabe à União, por meio do Ministério das Comunicações, conceder a empresas privadas, por meio de concessões, o direito de possuir um canal de rádio ou televisão no Brasil.

regionais, principalmente nos estados do Nordeste. Sobrenomes ligados a políticos tradicionais como Jader Barbalho, do Pará, José Sarney, do Maranhão, Fernando Collor de Mello, de Alagoas, José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, Antonio Carlos Magalhães Neto, da Bahia, são detentores de emissoras de rádio e TV comerciais, geralmente retransmissoras de boa parte da programação das grandes emissoras de rede nacional, com sede em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Venício de Lima ressalta que essas emissoras ligadas a políticos, mantidas em boa parte pela publicidade oficial de governos estaduais e federal, dão origem a um tipo de poder criador de “consensos políticos”. “São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema”.²⁰⁸

No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública.

O relatório da *Media Ownership Monitor* destaca ainda que a ausência de restrições à propriedade cruzada dos meios de comunicação, com exceção do mercado de TV paga, permite que os líderes de mercado dominem múltiplos segmentos do setor. Por conta disso, grandes redes nacionais de TV aberta pertencem a grupos que também controlam emissoras de rádio, portais de internet, revistas e jornais impressos; e o Grupo Globo é um exemplo típico dessa prática. A propriedade cruzada é uma “dimensão central da concentração na mídia brasileira”, segundo o relatório, sendo o principal fundamento do sistema de comunicação de massa nacional.

Ao comparar nossos indicadores de riscos à pluralidade na mídia com os de outros dez países analisados pelo *Media Ownership Monitor*, o Brasil apresenta o cenário mais grave de riscos ao pluralismo. A ausência de um marco legal eficiente que combata a monopolização e promova a pluralidade de vozes na comunicação brasileira é uma lacuna que traz graves consequências à circulação de ideias, à diversidade e à democracia²⁰⁹.

Em artigo sobre o assunto, produzido pelo coletivo Intervozes, o problema da concentração no seu aspecto político-ideológico fica mais evidente por conta de uma

²⁰⁸ LIMA, Venício A. de. *Cultura do Silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão* (1980-2015). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 328.

²⁰⁹ MEDIA OWNERSHIP MONITOR. *A hegemonia da concentração sem limites*. Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em 13 jul. 2018.

espécie de “discurso único” da mídia, “um sistema de reprodução de informações e pontos de vista que compartilha as mesmas fontes, agenda os mesmos temas e legitima os mesmos pontos de vista, no geral, com informações e declarações hegemônicas pelas classes dominantes”²¹⁰. Assim, continua o artigo, os programas jornalísticos nas emissoras de rádio e TV se alimentam de informações das agências de notícias, bem como de agências internacionais, que oligopolizam o mercado mundial e nacional, além das grandes empresas de assessoria de imprensa e das assessorias do Estado.

Cumprido destacar que esta conjuntura de concentração dos meios de comunicação é fato histórico no Brasil. Como causa pode-se apontar a falta de uma regulamentação específica que determine os parâmetros para uma democratização da mídia, além de uma estrutura que proporcione novas concessões de forma ágil e com menor burocratização. Assim, a própria política de Estado referente a distribuição de concessões permite a existência de estruturas dominantes na mídia brasileira²¹¹.

Considerando a importância capital da pluralidade de informações, de múltiplas fontes com o devido espaço ao contraditório, é por óbvio afirmar que a maneira como a mídia está configurada no Brasil se torna, ela mesma, deletéria à opinião pública e, por conseguinte, à democracia. E é nesse contexto que devemos considerar a existência dos jornais pesquisados nesta dissertação: Folha de S. Paulo e O Globo.

²¹⁰MARINONI, Bruno. *Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil*. Intervozes, nov. 2015, p. 17. Disponível em <http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>. Acesso em 15. Jul. 2018.

²¹¹PIRES, Eduardo; ADOLFO, Luiz Gonzaga S. *A concentração da mídia no Brasil: uma classe dominante contra a liberdade de informação e democracia*. In: COSTA, Cristina (org.). *Liberdade e interdição: pontos de vista*. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 207.

Capítulo 6

Capítulo 6

A pesquisa nos jornais

Das pesquisas de opinião ao processo de classificação das notícias

Um conjunto de pesquisas de opinião publicada pela imprensa entre os anos de 2015 e 2017 procurava identificar quais os temas que causavam mais apreensão à vida dos brasileiros naquele período. “Desemprego”, “problemas na saúde pública”, “corrupção”, “combate à violência” e “educação de qualidade” eram as maiores preocupações, segundo levantamentos realizados pelos institutos Datafolha²¹² e IBOPE²¹³, bem como pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)²¹⁴. A ordem de prioridade quanto aos assuntos destacados variava de acordo com o período em que as pesquisas foram realizadas.

Na pesquisa do Datafolha, feita em 2015, a corrupção chamava mais a atenção dos entrevistados. Na enquete do IBOPE, de 2016, a saúde foi a mais citada, e na da CNI, de 2017, o desemprego. O combate à violência, assunto que gera bastante interesse na população, muito por conta do destaque que recebe no meio televisivo, principalmente quando se aborda a delinquência nos centros urbanos, o tráfico de drogas e os roubos a mão armada, por exemplo, aparecia também entre as primeiras preocupações dos pesquisados. Nas pesquisas encomendadas pela CNT, o tema ocupou a segunda colocação na lista de prioridades nos anos de 2014 e 2015²¹⁵.

Todos esses assuntos foram inicialmente considerados nesta pesquisa de mestrado como possíveis suportes de investigação, o que auxiliaria na identificação dos processos de silenciamento na cobertura do noticiário. Posteriormente, porém, optou-se por apenas um tema: o sistema prisional, vinculado ao combate à violência, como será detalhado mais adiante. Portanto, este trabalho foi fundamentalmente o de detectar, separar e

²¹²MENDONÇA, Ricardo. Pela 1ª vez corrupção é vista como maior problema do país. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 nov. 2015, Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

²¹³GRANDELLE, Renato. Ibope: Saúde é a maior preocupação do eleitor em 19 capitais. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 ago. 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/ibope-saude-a-maior-preocupacao-do-eleitor-em-19-capitais-19996686>>. Acesso em: 30/05/2017.

²¹⁴G1. Para brasileiros, desemprego é o maior problema do país, diz pesquisa da CNI. *G1*, 1 fev. 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-foi-principal-problema-no-fim-de-2016-diz-pesquisa-da-cni.ghtml>>. Acesso em: 30/05/2017.

²¹⁵ Idem, *Ibidem*.

classificar informações relevantes que foram, por alguma razão, deliberadamente ou não, omitidas do noticiário.

Desde o início desta pesquisa de mestrado, a intenção foi justamente investigar o processo de silenciamento exclusivamente na imprensa escrita. Para isso, foi necessário delimitar o *corpus* da investigação, ou seja, escolher e selecionar os materiais que servem de fontes importantes para a investigação científica do trabalho. Optamos por trabalhar com as primeiras páginas diárias dos dois principais jornais brasileiros: Folha de S. Paulo, com sede na capital paulista, e O Globo, sediado no Rio de Janeiro.

São periódicos tradicionais, de distribuição nacional, perfis editoriais bastante semelhantes, com as maiores tiragens²¹⁶ do país e usados como referência por outros órgãos de imprensa, incluindo emissoras de rádio e TV, por repercutirem reportagens e “furos” jornalísticos. Julgamos necessário restringir-nos às primeiras páginas como fonte inicial de pesquisa por razões de ordem prática, além de se tratar da “vitrine” dos periódicos, sendo certamente a seção mais lida, ou, como afirma Ferreira Jr., tratar-se da “expressão imagética que primeiro impacta o leitor”²¹⁷. Sempre que necessário, contudo, a consulta das matérias de capa se estendeu ao conteúdo interno correspondente, para o levantamento de mais detalhes informativos. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada nas suas versões digitais cujo conteúdo integral é disponibilizado apenas para assinantes dos respectivos jornais.

Em um primeiro momento, optamos por iniciar a coleta de dados a partir de 2014, que foi um ano de eleições presidenciais, período em que os jornais costumam destacar assuntos de interesse direto do eleitor, e estendê-la até 2016. Nesses três anos, consideramos que pudesse ser suficiente para se averiguar eventuais desdobramentos dos principais assuntos que seriam tratados. Assim, no levantamento das primeiras páginas se procurou indícios de “silêncios” em todas as reportagens que se referiam a “desemprego”, “corrupção”, “saúde”, “educação” e “violência urbana”, conforme, aliás, tratavam as pesquisas de opinião mencionadas. Porém, o tema que mais chamou a atenção nos primeiros meses de 2014 foi o do sistema prisional, diretamente relacionado

²¹⁶De acordo com a ANJ, O Globo é o segundo maior jornal do país em número de exemplares: 193.079. Declara-se perseguir os princípios jornalísticos da isenção, da correção e da agilidade. A *Folha de S. Paulo* é o terceiro, com 189.254. Na sua linha editorial diz ser apartidário, plural e crítico. No ranking de 2015, o último disponibilizado pela Associação, o jornal de Minas Gerais *Super Notícia* é o primeiro em número de exemplares vendidos, com 249.297. Contudo, é uma publicação com perfil e linha editorial que se distingue da *Folha* e de *O Globo*, por se caracterizar pelo apelo popular, ter formato tabloide e por ser criado há apenas 15 anos.

²¹⁷FERRERIA JR. José. *Capas de jornal: a Primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003, p.15.

à violência. Naqueles meses, aconteceu uma série de rebeliões em vários presídios brasileiros, ocorrências, por sinal, cuja cobertura de imprensa já vinha sendo registrada desde o final de 2013 (caso do presídio de Pedrinhas, no Maranhão, por exemplo). Ao mesmo tempo, ficou evidente que seria quase impraticável trabalhar com cinco assuntos diferentes, considerando o tamanho do material pesquisado (as páginas diárias de três anos ininterruptos), a complexidade e abrangência de cada tema em questão e o tempo destinado à investigação, em se tratando de pesquisa de mestrado. A opção por restringir o levantamento a apenas um assunto proporcionou, contudo, mais possibilidades de aprofundamento na análise do conteúdo em si, assim como na quantidade de dados, mais facilmente administráveis. Seguindo essa linha de avaliação, depois de isolar as matérias que tratavam de sistema prisional dentro do período citado (entre 2014 e 2016) nas capas da Folha e de O Globo, foi realizada ainda uma classificação por subtemas, entre os quais *rebelião em presídios*, *superlotação*, *violência entre os presos etc.* Desse modo, foi possível identificar se houve determinados subtemas que possuem mais incidências que outros, ou ainda apontar a ausência de assuntos de bastante relevância na cobertura noticiosa.

O método principal utilizado para identificar possíveis omissões importantes dentro do conteúdo noticioso, os “silêncios”, obedeceu ao seguinte procedimento: primeiro, verificou-se se o texto das reportagens nas capas da Folha de S. Paulo e de O Globo mencionavam como fontes de suas informações referências de domínio público, como estudos, dados estatísticos ou pesquisas de instituições públicas ou privadas. Dessa forma, arquivos de entidades como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Abrinq, Portal da Câmara dos Deputados, Portal do Senado Federal, ONU (Organização das Nações Unidas) entre outras, poderiam também ser consultadas.

Assim, seria possível comparar a notícia que foi publicada com a fonte original de onde provieram as informações utilizadas pelo jornalista.

Ao confrontar a matéria publicada e a fonte da notícia correspondente, a tarefa seguinte foi identificar e separar o que de relevante, à primeira vista, foi omitido. Como foi analisado no capítulo 1, o processo de edição de materiais jornalísticos nas grandes empresas de comunicação seguem padrões definidos e muito semelhantes entre si. Grosso modo, o repórter, geralmente em conjunto com outros profissionais em funções como a de pauteiro ou de editor, determinam o que vai ou não ser publicado, tendo em

mãos um conjunto de informações apuradas que interessariam ao leitor. A decisão do que é ou não notícia se baseia, em termos formais, a uma regra geral de longa tradição profissional que se usa nas redações: o valor/notícia. E é essa mesma regra que foi aplicada nas informações omitidas no levantamento feito nas primeiras páginas.

Assim como foi apresentado, segundo Mauro Wolf, o valor/notícia é o que contém componentes de “noticiabilidade”, que pode ser representado por meio de resposta obtida a partir da seguinte pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?”²¹⁸

Muito embora a conceituação de valor/notícia empreendida por Wolf venha acompanhada da ideia de objetividade, uma vez que procura realçar as características do fato em si, passível de ser noticiado, a subjetividade do jornalista na escolha das notícias tem peso significativo, assim como os interesses econômicos, pessoais, organizacionais ou ideológicos envolvidos. A notícia publicada no jornal torna-se um “metafato”, observa Luiz Gonzaga Motta²¹⁹. “Não é o fato que conta, mas sim o conto do fato”. Para ele, “o real é apenas um vago referente, recontando com mais riqueza no enunciado do jornalista”.²²⁰ Ainda que o autor esteja se referindo substancialmente aos relatos noticiosos chamados de interesse humano, ou *fait divers*, na expressão francesa, a chamada *hard news* também recebe um tratamento narrativo em que o jornalista usa, e muitas vezes abusa, de sua capacidade inventiva procurando tornar o fato em si em algo notável, ou, diríamos, propositadamente adornado a ponto de poder merecer a manchete do jornal. Algo como o que foi dito por Perseu Abramo em “Padrões de Manipulação da Notícia”, citado no primeiro capítulo desta pesquisa.

De toda sorte, quando trabalhamos com o conceito de valor/notícia estamos considerando o aspecto pontuado por Mauro Wolf, com seu teor “objetivo”, mas também levando em conta o contexto da produção de determinada reportagem, incluindo a proporção de subjetividade envolvida e principalmente o jogo de interesses ideológicos por parte da empresa de comunicação em questão.

Diante do exposto, a proposta aqui não é esgotar a discussão sobre o valor/notícia, que por si só já carrega boa dose de abrangência e complexidade. Mas por se tratar de

²¹⁸WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 202.

²¹⁹MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In MOUILLAND, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.315.

²²⁰Ibidem, p.315

um elemento de grande importância na composição do noticiário no seio do jornalismo praticado no Brasil, e em boa parte dos países do mundo, utilizamo-lo como referência geral no trabalho com os textos jornalísticos escolhidos.

Assim, na comparação entre a reportagem publicada nos periódicos pesquisados e as fontes originais das quais foram obtidos os dados (públicos), o propósito foi o de verificar se a ou as informações que foram omitidas possuíam valor/notícia, ou, no jargão das redações, se seriam ou não “pauta” para publicação. Esse exercício criterioso permitiu analisar muitos pormenores no conteúdo veiculado nas primeiras páginas dos jornais e, conseqüentemente, na sua respectiva extensão interna no que tange aos temas ligados ao sistema prisional brasileiro.

Com esse material em mãos, procurou-se realizar um esforço de interpretação considerando o rigor da objetividade, mas sem deixar de oscilar pela “fecundidade da subjetividade” em cada ponto levantado. Um trabalho que leva o pesquisador aos significados recônditos das entrelinhas e que

absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de ‘desocultação’ (...) Analisar mensagens por essa dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião...²²¹

A referência ao trabalho de detetive mencionado por Laurence Bardin, por sinal, faz remeter à obra de Carlo Ginzburg que detalha o que ele denomina de paradigma indiciário. No capítulo sobre “sinais” de seu livro “Mitos, Emblemas, Sinais”, Ginzburg traça um curioso paralelo embasado em um método particular de avaliar quadros antigos, ao buscar comprovar a autenticidade de obras de arte através de pequenos indícios. Por esse método, denominado “morelliano”, até então inédito descrito pelo autor, e utilizado por alguns peritos, procura-se distinguir as pinturas originais das cópias pelos “pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o autor pertencia”²²². Diferentemente de se ater às características mais “vistosas” do quadro, ou seja, as facilmente imitáveis, são os detalhes que se escondem os traços presentes nos originais, e ausentes nas cópias: “os lóbulos das orelhas, as

²²¹ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 9.

²²² GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 144.

unhas, as formas dos dedos das mãos, dos pés”²²³, exemplifica. A identificação de indícios para se chegar a conclusões mais gerais também é fartamente utilizada em outros campos do conhecimento como na Medicina e na Psicanálise, para ficarmos apenas em dois exemplos. Acreditamos que esse paradigma, evidenciado pela didática analogia de Ginzburg, encaixa-se muito bem na análise de conteúdo dos textos jornalísticos em questão. Buscar os detalhes objetivos e subjetivos nas linhas e entrelinhas, levar em consideração o contexto da notícia e das condições de apuração do jornalista, bem como contemplar a influência exercida por interesses econômicos, ideológicos e organizacionais, são as principais matrizes de investigação deste trabalho.

6.1 O levantamento das notícias – As capas dos periódicos

Foram 2.192 primeiras páginas pesquisadas correspondentes às capas da Folha de S. Paulo e de O Globo entre os anos de 2014 e 2016. Como mencionado anteriormente, os levantamentos nos jornais foram feitos com suporte nas edições eletrônicas dos respectivos arquivos digitais disponibilizados como serviço de assinatura. Em ambos os casos foi utilizado o sistema digital de busca como auxílio de pesquisa por meio de palavras-chave que permitiram chegar ao assunto desejado. Os termos “sistema prisional”, “sistema carcerário”, “cadeia”, “presídio”, “cárcere” e “presos” serviram de base para o sistema de busca separar as capas que continham as reportagens que possuíam essas palavras. No sistema de O Globo, esse processo de “captura” teve de ser feito mês a mês no período que compreendeu a pesquisa, cruzando as palavras-chave com a seção “capa” presente como opção no dispositivo digital. À medida que este identificava o conjunto de páginas onde os termos estavam presentes, era preciso visualizá-las uma a uma e separar os conteúdos que diziam respeito ao sistema prisional. No caso da Folha de S. Paulo, o aparato digital permite a filtragem do conteúdo em períodos maiores, o que foi feito ano a ano. Contudo, não há a opção de escolha exclusiva para a seção “capa”, obrigando-nos a visualizar um conjunto grande de páginas de todos os “Primeiros Cadernos” (seção onde estão inclusas as capas) dos anos correspondentes em que apareciam os termos usados de base para a pesquisa.

Ocorre, porém, que nem todas as páginas com as respectivas reportagens selecionadas pelo processo de busca digital tratavam do sistema prisional, uma vez que

²²³ Ibidem, p. 144.

as palavras-chave “preso”, “cadeia” ou “cárcere”, por exemplo, também designavam assuntos não-relacionados ao tema pesquisado²²⁴. Portanto, entre essa diversidade de conteúdos, houve a necessidade de examinar, identificar e separar apenas as matérias que eram de interesse desta pesquisa.

Terminada essa etapa, chegou-se a um número de reportagens devidamente identificadas que tratavam exclusivamente do sistema prisional brasileiro. Das mais de 2.100 capas pesquisadas no período de três anos nos dois periódicos, apenas em 39 delas houve alguma notícia sobre o sistema prisional. Em O Globo, o assunto apareceu 23 vezes, na Folha, 16. A baixíssima incidência (1,7%) nas capas dos dois principais jornais do país dessa importantíssima questão relacionada diretamente ao combate da violência demonstrou já nesses primeiros momentos do levantamento se tratar de um assunto, que sob a ótica desses dois periódicos, tem pouca importância jornalística e que, portanto, demonstra um acentuado processo de quase omissão.

Debruçando sobre as 39 matérias²²⁵ referentes ao sistema prisional, inicialmente procuramos realizar uma segunda classificação, desta vez por subtemas, cujo resultado pode ser visualizado na tabela a seguir:

²²⁴ Um número bastante elevado de notícias sobre as prisões realizadas em virtude da chamada “Operação Lava Jato” foi incluído nos respectivos mecanismos de busca, além de outros assuntos alheios ao sistema prisional. A Lava Jato foi constituída por uma força-tarefa integrada por procuradores do Ministério Público Federal que começou os trabalhos investigando doleiros atuantes no mercado paralelo de câmbio, chegando a um esquema de corrupção na Petrobrás. O caso envolveu executivos da companhia estatal e políticos. Grande número de juristas e especialistas do Direito criticaram os métodos usados nessa operação, sobretudo quanto ao expediente da “delação premiada” em que suspeitos presos eram forçados a delatar supostos outros envolvidos, caso contrário, permaneceriam na prisão. Tudo isso antes da conclusão dos processos criminais.

²²⁵ Usamos o termo “matéria” para designar genericamente um texto jornalístico, que pode ser uma reportagem ou uma notícia longa ou curta.

SUBTEMAS	REPORTAGENS
Rebelião no presídio de Pedrinhas (MA)	
O Globo	3
Folha	7
Superlotação em presídios	
O Globo	4
Folha	2
Violência interna	
O Globo	2
Folha	2
Sistema carcerário	
O Globo	3
Folha	0
Falhas no sistema/Legislação	
O Globo	8
Folha	2
Revista íntima	
O Globo	0
Folha	2
Privilegio de presos	
O Globo	0
Folha	1
Funcionamento interno	
O Globo	2
Folha	0
Perfil dos presidiários	
O Globo	1
Folha	0
Subtotal O Globo	23
Subtotal Folha	16
TOTAL	39

Os três subtemas que aparecem com mais frequência no universo pesquisado (com 20 matérias entre as 39 levantadas): “rebelião no presídio de Pedrinhas, no Maranhão”, “superlotação nos presídios” e “violência interna nos cárceres” remetem diretamente às condições precárias em que vivem os presidiários, principalmente no que se refere ao aspecto físico da infraestrutura e habitabilidade das edificações prisionais. Assuntos que ganham destaque nas primeiras páginas porque são, sobretudo, decorrentes das ocorrências de rebeliões que de tempos em tempos emergem em vários presídios brasileiros. Rebeliões deflagradas, aliás, não apenas por causa das péssimas condições

dos presídios, mas em consequência das disputas sangrentas entre as facções criminosas que dominam a quase totalidade dos estabelecimentos prisionais do país. Outra observação importante nesse conjunto de matérias é quanto ao enfoque sobre a superlotação do sistema. O Brasil, em dados de 2017 do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), ligado ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional), possui cerca de 700 mil presos, o que equivale à terceira maior população carcerária do mundo.

O outro subtema com incidência a se destacar (8 matérias) é o que trata de “falhas” na legislação atrelada ao sistema prisional, como o código penal e a Lei de Execuções Penais. Boa parte dos casos são abordagens ligadas à discussões sobre leis mais rígidas, e mais punitivas, e de problemas quanto à morosidade da Justiça no julgamento de suspeitos.

Embora os conteúdos contidos nas 39 matérias sejam de um modo geral de interesse jornalístico por preencher os requisitos sugeridos no conceito de valor/notícia, há de considerar, contudo, que assuntos de muita relevância para o sistema prisional e importantes para se levar ao conhecimento da população não estiveram presentes nos três anos correspondentes ao tempo de análise desta pesquisa. Citaremos dois: *reincidência de condenados que cumpriram penas e reintegração social*. Há ainda uma terceira ausência igualmente importante, mas decorrente, e persistente, de todas as matérias analisadas. No noticiário de O Globo e da Folha sempre houve espaço para opiniões, análises, declarações e outras formas de expressão vindas de pesquisadores, advogados, juízes, policiais, especialistas, políticos, jornalistas e demais vozes que pudessem de alguma forma contribuir para a compreensão dos problemas envolvidos no sistema carcerário nacional. Mas em quase nenhum caso abriu-se espaço para a voz do próprio presidiário emergir no que seria a visão de quem vive, e muitas vezes perece, em meio ao caos das instituições presidiárias.

Estenderemos um pouco mais sobre esses assuntos começando pela problemática da reincidência. Uma pesquisa quantitativa e qualitativa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre reincidência criminal no Brasil²²⁶, realizada em acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em alguns estados da Federação, trouxe dados de relevância inédita quanto a essa prática (cujo

²²⁶ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Reincidência Criminal no Brasil, Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em 13 mar. 2018.

índice geralmente é considerado *a priori*, até por alguns especialistas, muito alto no Brasil). O objetivo do CNJ, contudo, como consta na pesquisa, consistiu na obtenção de dados que pudessem auxiliar no planejamento do Poder Judiciário, tornando-o mais eficiente e efetivo, uma vez que há disponíveis apenas escassos estudos a respeito. De início, o Ipea ressalva que o termo reincidência criminal é “geralmente utilizado de forma indiscriminada, às vezes para descrever fenômenos bastante distintos”²²⁷. Seu uso significa no mais das vezes a reiteração em atos criminosos e a permanência no mundo do crime como se esse fosse uma carreira “profissional” seguida pelo contraventor.

Esta pesquisa ocupa-se da reincidência em sua concepção estritamente legal, aplicável apenas aos casos em que há condenações de um indivíduo em diferentes ações penais, ocasionadas por fatos diversos, desde que a diferença entre o cumprimento de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos – Código Penal (CP), artigos 63 e 64. A reincidência legal atém-se ao parâmetro de que ninguém pode ser considerado culpado de nenhum delito, a não ser que tenha sido processado criminalmente e, após o julgamento, seja sentenciada a culpa, devidamente comprovada²²⁸.

Pelo levantamento do Ipea, portanto, existem variados conceitos de reincidência criminal. E a depender de qual deles é adotado para efeito de análise, estabelece-se um índice-referência cujo intuito é medir o tamanho do problema a ser enfrentado pelas autoridades nacionais ou estaduais. Reproduzimos abaixo um quadro resumo elaborado pelo Ipea indicando os índices de reincidência apontados por instituições e pesquisadores diferentes.

²²⁷ Ibidem, p. 7.

²²⁸ Ibidem p. 7.

Principais pesquisas nacionais sobre reincidência ²²⁹

Autor	Título	Conceito de reincidência utilizado na pesquisa	Taxa de reincidência
Sérgio Adorno; Eliana Bordini	A Prisão sob a Ótica de seus Protagonistas: itinerário de uma pesquisa.	Reincidência criminal – mais de um crime, condenação em dois deles, independentemente dos cinco anos.	São Paulo: 29,34%.
Sérgio Adorno; Eliana Bordini	Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo (1974-1985).	Reincidência penitenciária – reingresso no sistema penitenciário para cumprir pena ou medida de segurança.	São Paulo: 46,3%.
Julita Lemgruber	Reincidência e Reincidentes Penitenciários no Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro.	Reincidência penitenciária – reingresso no sistema penitenciário para cumprir pena ou medida de segurança. Segundo a autora: –compreende reincidente penitenciário como quem tendo cumprido (tal) pena ou (tal) medida de segurança, veio a ser novamente recolhido a estabelecimento penal para cumprir nova pena ou medida de segurança ²³⁰ .	Rio de Janeiro: 30,7%.
Túlio Kahn	Além das Grades: radiografia e alternativas ao sistema prisional.	Reincidência penal – nova condenação, mas não necessariamente para cumprimento de pena de prisão. Segundo Kahn, pode-se assumir que nos casos de crimes mais graves os conceitos de reincidência penal e reincidência penitenciária medem basicamente as mesmas coisas, uma vez que crimes graves quase sempre são punidos com prisão.	São Paulo: 50%, em 1994; 45,2%, em 1995; 47%, em 1996; na década de 1970, a taxa não passou de 32%.
Depen	Dados de 2001 para Brasil e de 2006 para Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.	Reincidência penitenciária – considerando presos condenados e provisórios com passagem anterior no sistema prisional.	Brasil: 70%; e Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro: 55,15%.

Fonte: Pesquisa Ipea/CNJ, 2013 (revisão bibliográfica).
Elaboração dos autores.

Embora bastante diferentes entre si, os números sobre reincidência são, de fato, bastante altos no país, o que obriga o poder público e a sociedade a refletirem sobre a atual política de execução penal e a necessidade de repensá-la, ressalta ainda o relatório

²²⁹ Ibidem, p. 13.

²³⁰ LEMGRUBER, Julita. Reincidência e reincidentes penitenciários no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro. *Revista da Escola de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 45-76, jan./fev./mar. 1989, p. 45 (Apud Ipea, idem).

de pesquisa do Ipea. (...) que, na prática (a política de execução penal), privilegia o encarceramento maciço, a construção de novos presídios e a criação de mais vagas em detrimento de outras políticas”.²³¹ De toda forma, um das constatações da pesquisa dá conta de que o vício em drogas foi apontado como o principal fator que contribuiria com o retorno de um interno ao mundo do crime. Deixar de ser usuário foi visto pelos próprios presos como um caminho importante para a não reincidência.

*Só de você largar a droga você ganha noventa pontos. Porque se você voltar lá para fora e mexer com droga você começa a pensar em roubar, te incentiva em tudo que não presta. A droga hoje é o ninho do crime (Interno do Módulo de Respeito, preso provisório)*²³².

Como foi já identificado no levantamento desta dissertação, o mote que diz respeito à superpopulação nas penitenciárias do país aparece em seis grandes reportagens tanto em O Globo (4 vezes) quanto na Folha (2 vezes), consequência direta do “encarceramento maciço” como se refere a pesquisa do Ipea. Entretanto, o tópico umbilicalmente ligado a isso, no caso a reincidência, não aparece em nenhuma reportagem de destaque, pelo menos não nas primeiras páginas dos referidos periódicos.

Se os dois principais jornais do país se ocupassem de cobrir efetivamente esse tema, poderiam, por exemplo, encontrar dados bastante curiosos no cruzamento de informações relativas à raça e cor dos apenados. Na mesma pesquisa do Ipea, as estatísticas mostram que não há diferenças entre pardos ou pretos em relação aos brancos quanto a reincidência de crimes. Considerando os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma o Ipea, pretos e pardos perfaziam 60,8% da população carcerária brasileira em 2012, “dados muito próximos da quantidade geral de apenados pretos e pardos na amostra (60,3%)”²³³.

O outro assunto ausente nas capas dos jornais pesquisados é a reintegração social dos presos, que é uma indicação clara contida na Lei de Execuções Penais (LEP), considerada uma das mais modernas do mundo. O artigo 1º trata dessa questão nos seguintes termos: “efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. O artigo 10 é ainda mais preciso: “a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em

²³¹ Ibidem, p. 12.

²³² Ibidem, p. 111.

²³³ Ibidem, p. 24. Mais adiante, serão fornecidas mais informações sobre a metodologia e o universo pesquisado pelo Ipea.

sociedade, estendendo-se esta ao egresso”. Além disso, a LEP prevê, entre as atenções básicas que devem ser prestadas aos presos, assistência à saúde, assistência psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social e material. Embora a lei seja bastante avançada, seu cumprimento, no entanto, enfrenta muitos obstáculos na aplicação, principalmente por conta da Justiça, conforme apontado no capítulo 2 desta pesquisa de mestrado.

A pesquisa do Ipea também abordou as questões ligadas à reintegração social e tomou como referência alguns prisms provenientes de especialistas neste campo de estudo. E a opinião quase que consensual entre eles é a de que a prisão é incapaz de ressocializar. Autores como Alessandro Baratta, citado no relatório do Ipea, destacam que o atual sistema carcerário produz obstáculos para alcançar a reintegração daqueles que cumpriram sua pena. Mas apesar dos graves problemas enfrentados, Baratta defende que esse objetivo não deve ser abandonado, mas reconstruído, começando pela substituição dos termos *ressocialização e tratamento* pelo de reintegração social. Segundo ele, os dois primeiros denotam:

uma postura passiva do detento e ativa das instituições: são heranças anacrônicas da velha criminologia positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade, considerando acriticamente esta como boa e aquele como mau.²³⁴

Por outro lado, o termo reintegração social pressupõe a igualdade entre as partes envolvidas, uma vez que requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão”²³⁵. Baratta defende ainda uma política de menor encarceramento, pois não existe nenhuma prisão suficientemente boa para proporcionar a reintegração. Contudo, essa questão deve ser tratada de modo que a vida do sentenciado não seja transformada em um inferno. Há uma urgente necessidade de estabelecer as bases para que o cumprimento da pena seja menos dolorosa e menos prejudicial ao futuro retorno do apenado ao convívio social.

O grande desafio é, portanto, como transformar os presídios brasileiros, considerados “universidades do crime”, em lugares com condições para efetivamente, com respeito e sem ferir a dignidade humana, recuperar as pessoas.

²³⁴ BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. 1990, (apud IPEA idem, p. 14).

²³⁵ Ibidem, p. 14.

As instituições penitenciárias pesquisadas pelo Ipea²³⁶, assim como outras pelo Brasil, tem a obrigação de oferecer trabalho prisional ao detento, que pode aceitá-lo ou não. Isso faz parte de uma das atividades internas cujo objetivo é “reeducar” o preso, assim como o cumprimento dos direitos à assistência material à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Em um dos casos pesquisados, por exemplo, a maioria dos funcionários penitenciários ouvidos afirmou que enxergava o trabalho dos presos como a principal via da reintegração social. É importante destacar que pela lei, além de haver um desconto de um dia na pena a cada três dias de trabalho, o interno ainda recebe um pecúlio por hora de ocupação laboral, que se constitui para muitos no único meio de obter recursos financeiros²³⁷. Por conta disso, afirma um profissional da instituição pesquisada²³⁸, há vários pedidos por trabalho, uma vez que, além de diminuir a penas, o dinheiro recebido serve para enviar às famílias, já que muitas delas não têm condições de se sustentarem sozinhas.

De acordo com a pesquisa do Ipea, os funcionários penitenciários e o juiz da Vara de Execuções Penais ouvidos destacaram que as oportunidades de trabalho eram reduzidas, e apesar de serem muitos os que queriam uma chance, poucos conseguiam.

Ainda não temos condições de oferecer trabalho para todos. Mas muitos querem trabalhar, principalmente porque têm consciência de que o trabalho é o grande diminuidor de pena. Eu gostaria que tivessem mais empresas que fizessem convênios, só que temos um problema grave de preconceito. Se o empresário descobre que determinado funcionário é reeducando, ele muitas vezes o demite, demite sumariamente (Juiz de execução penal)²³⁹.

Se na sociedade o trabalho é valorizado, tem função de sustentar a família, no sistema prisional isso é ampliado. Para o reeducando, o trabalho não tem primordialmente a função de sustentar, é mais valorizado

²³⁶ O universo empírico do estudo foi de 936 apenados em cinco estados da Federação (Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco), no que se refere à porção quantitativa da pesquisa.

²³⁷ O valor mensal é de três quartos de um salário mínimo.

²³⁸ As atividades da parte qualitativa da pesquisa, em três estados da Federação, ocorrida em 2013, tiveram como foco atores participantes da administração do sistema prisional na elaboração e execução de programas, projetos e ações voltados à reintegração social, atores do sistema de justiça, além dos apenados. Ninguém que participou das pesquisas foi identificado, conforme compromisso assumido com as pessoas envolvidas. A pesquisa em fontes primárias foi realizada por meio de entrevistas individuais, grupos de discussão e observação direta. No caso das pesquisas em fontes secundárias, houve a organização dos dados disponíveis sobre a política de reintegração social nos sistemas prisionais dos estados visitados. De acordo com o relatório do Ipea, o objetivo deste levantamento foi instrumentalizar o pesquisador com informações que o subsidiassem na escolha das experiências e das unidades prisionais que seriam objeto de investigação mais aprofundada.

²³⁹ Ibidem, p. 39.

pela questão da remição da pena, significa conquista da liberdade (Profissional da equipe de assistência social)²⁴⁰.

Esse é apenas um dos problemas apontados no que tange às possibilidades de trabalho do apenado, assim como outros relacionados aos critérios de escolha dos que podem trabalhar. Não raro, há situações de impedimento pelas facções criminosas pelo fato de muitos presidiários não terem “proximidade” ou a confiança destas.

De toda sorte é sintomático que o assunto reintegração social não tenha aparecido como reportagem ou simples notícia nas páginas dos dois jornais pesquisados.

A visão dos presos sobre as condições em que pagam suas penas, ou sobre o sistema e procedimentos prisionais é o terceiro ponto levantado por esta pesquisa de dissertação e que está totalmente ausente nas reportagens de capa. Exceto na reportagem publicada no dia 14 de janeiro de 2014 em O Globo, sobre a Penitenciária de Pedrinhas, em que na página interna há informações sobre o relato de presos quanto às péssimas condições do local.

Uma parte da pesquisa do Ipea foi dedicada a ouvir os internos nos complexos penitenciários visitados, por meio de entrevistas individuais e grupos de discussão. A seguir, separamos alguns depoimentos de apenados sobre reincidência e reintegração. Os entrevistados nos regimes fechado e semiaberto disseram acreditar que os esforços pessoais são a principal maneira de se reinserirem socialmente, além de combater os efeitos nefastos que o cárcere deixou no corpo e na mente. Todos descreveram essa experiência como a pior de suas vidas.

O sistema é uma coisa que nunca vai sair da minha cabeça porque sempre lembro. A experiência é só sofrimento e desprezo. Fica esquecido ali dentro. Só quem passa sabe, é muito sofrimento. Nós somos humilhados o tempo todo lá dentro. Aqui fora eu reflito para que eu não volte mais a cometer o que cometi. Pretendo fazer as coisas certas para nunca mais entrar ali, passar o que eu passei, não voltar para ali, nem passar na frente. Bola pra frente, seguir para criar os nossos filhos. Mas trauma, pensamento, a gente sempre tem (Condenado do regime semiaberto)²⁴¹.

Alguns, ao mesmo tempo, acreditam que a existência da prisão é absolutamente necessária, mas teria de ser em moldes diferentes.

²⁴⁰ Ibidem, p. 40.

²⁴¹ Ibidem, p. 103.

Tem que ter prisão porque se não tiver prisão o mundo ia ficar doido. Já tendo prisão o mundo vai de ré, se não tivesse (...). Tem que existir. Mas acho assim: na prisão, pegam os presos e misturam tudo. Misturam homicida com ladrão de celular, ladrão de bicicleta com assaltante de banco, sai misturando tudo, fica todo mundo misturado. Aí vira faculdade do crime, a realidade é essa. (...) Eles dizem: “você é um frojado” (pessoa que sempre vacila; pessoa que não é de sua estima; pessoa simulada; otário). Para eles, tem que ser bandido mesmo. Tinha que ter uma separação: matador com matador, assaltante de banco com assaltante de banco. E eles que se entendam (Condenado do regime fechado)²⁴².

O estigma de quem foi presidiário e precisa voltar ao convívio da sociedade é bastante grande e frequentemente citado pelos presos. Há muito preconceito e discriminação.

A sociedade não liga não. Todo preso é lixo. Tipo assim, é um bando de ratos, é lixo. Eu sinto um pouco de revolta de ser discriminado como ex-presidiário, por causa desse preconceito. Eu tenho esperança de melhorar isso, com fé em Deus, acabar com o preconceito (...). Minha revolta não é porque eu fui preso, é a discriminação que tem hoje com o ex-presidiário. Minha revolta não é porque eu fui preso não, porque ali eu paguei pelo o que eu cometi. Minha esperança é melhorar essa discriminação (Condenado do regime semiaberto)²⁴³.

Também há vários relatos sobre dificuldades de internos que participam de programas de educação, particularmente quanto ao tenso relacionamento com os agentes penitenciários.

A gente está tendo que passar por constrangimento para vir para a escola. O procedimento de uns dias para cá está sendo abusivo. Rasgam os cadernos, há certa desconfiança com relação aos alunos e até aos professores. A gente está fazendo um procedimento diferenciado em relação aos demais, para estudar aqui. Cada um mora em um pavilhão diferente, a gente tem que passar por uma geral para ir e por uma geral para voltar, baixa a roupa, senta num banquinho; volta, senta num banquinho. Está difícil (Preso em unidade comum)²⁴⁴.

²⁴² Ibidem, p. 104.

²⁴³ Ibidem, p. 104.

²⁴⁴ Ibidem, p. 109.

Fica bastante claro na pesquisa do Ipea que há urgência em construir e aprimorar caminhos que possibilitem a reinserção de condenados que cumpriram pena e que precisam de oportunidades para reconstruírem suas vidas e em muitos casos da própria família. Há muito preconceito que, por definição, se origina da falta de informação ampla e de qualidade. Papel que os meios de comunicação deveriam ocupar, direcionando um pouco mais de luz a uma problemática complexa. Escamotear a realidade prisional no país (incluindo as páginas dos jornais) como se fosse um problema exclusivo da Justiça e do aparato policial está longe de resolver a total falência do sistema.

6.2 As condições sub-humanas nas prisões do país

As reportagens escolhidas que serão avaliadas a seguir têm em comum a citação de fontes de informações de domínio público. Assim, foi possível comparar os respectivos textos das reportagens com o conteúdo disponível nas fontes, conforme proposta metodológica explicitada no capítulo anterior. Na separação das reportagens e das fontes em que foi possível fazer o cruzamento das informações, não foi identificada nenhuma matéria da Folha de S. Paulo. Ou seja, só houve possibilidade de realizar esse exercício comparativo com reportagens do jornal O Globo.

A primeira reportagem do periódico carioca analisada tem quatro páginas, publicada no dia 12 de janeiro de 2014 com título na primeira página “País se divide entre o colapso e casos de recuperação” (Ver Anexo 1, pgs. 203 a 207).²⁴⁵ Nela, há relatos estarrecedores das péssimas condições de alguns presídios brasileiros. O texto que se seguiu nas páginas internas²⁴⁶ se debruçou em especial sobre instituições localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Amazonas e no Rio Grande do Norte. Outras penitenciárias, contudo, em Rondônia, Espírito Santo e Goiás são citadas pelo jornal como locais em que medidas emergenciais foram tomadas depois da ocorrência de problemas graves, com alguns efeitos positivos obtidos.

Entre esses efeitos está o da Casa de Detenção José Mario Alves da Silva, conhecida como Urso Branco, em Porto Velho (RO). Uma das primeiras medidas foi separar os líderes de facções criminosas, encaminhando-os para outras unidades. Outra ação foi diminuir a população carcerária, que caiu de 1,3 mil para 600, 60 a menos que a

²⁴⁵ As chamadas de capas foram destacadas com um fio vermelho para serem mais bem visualizadas.

²⁴⁶ O GLOBO. Um rastro de barbárie. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 jan. 2014, O País, p. 3.

capacidade total da detenção, além de criar cursos para que os internos possam completar o ensino médio e fundamental. No Espírito Santo, medidas semelhantes foram tomadas para abertura de novas vagas. O texto de O Globo relata que eram deploráveis as condições em que presos cumpriam penas, instalados em compartimentos de metal, tipo contêineres, onde a temperatura chegava a 50 graus centígrados. Segundo o secretário estadual de Justiça, Sérgio Alves Pereira, três fatores foram fundamentais para a melhoria do sistema: investimento em infraestrutura, capacitação de agentes penitenciários e ressocialização. Contudo, diz a reportagem, mesmo depois das modificações nos estabelecimentos capixabas, a ONG Conectas colheu testemunhos de agressões físicas por parte dos agentes penitenciários, falta de alimentação adequada e ventilação em celas, além de presos que aguardam julgamentos por cinco anos. Uma ausência importante nesse relato do jornal é a total falta de detalhes no que se refere à “ressocialização” a qual o secretário se referiu. A reportagem não explora o assunto, que é um princípio fundamental dentro da Lei de Execuções Penais. Como seria na prática esse processo de ressocialização nos presídios do Espírito Santo? Quem participa? Quais as condições? Qual é o índice de reincidência? São perguntas jornalísticas cujas respostas foram omitidas do leitor do jornal. No caso de Goiás, menciona-se no texto medidas adotadas como revista humanizada, progressão da pena pela leitura e apresentação de resenhas de livros, bem como oferta de cursos profissionalizantes. Até uma parceria com uma empresa de confecção é citada. De dentro do Presídio de Aparecida de Goiânia, por exemplo, vem a segunda maior produção de envelopamento de roupas da marca Hering, junto com a cadeia de Anápolis, com mais de 30 mil peças empacotadas por dia, relata a reportagem.

Nos piores presídios, reportados nas páginas de O Globo, o estado do Amazonas apresenta como problema mais sério, em conjunto com a superlotação e as constantes rebeliões, a falta de juízes e defensores públicos no interior do estado. Como consequência direta dessa carência, 78% dos processos são de presos provisórios, ou seja, ainda aguardando julgamento, um dos maiores índices do país. “Um cara que furtou um celular está ao lado de um homicida”, diz o texto do jornal reproduzindo a declaração do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-AM, Epitácio Almeida. Também com graves problemas, a reportagem relata o que acontece no Rio Grande do Sul por meio de informações obtidas pelo juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEC) Sidnei Brzuskas. Nas palavras dele, assassinatos dentro do Presídio Central de Porto Alegre, cometidos por facções criminosas que dominam a

unidade, são camuflados pelo governo do estado. O governo, ainda segundo o juiz, relatado pelo jornal, não tem interesse em investigar essas mortes porque isso poderia desestabilizar o sistema penitenciário do estado, com déficit de 7,5 mil vagas. Ocorreram nove mortes entre 2011 e 2013. O juiz diz que foram homicídios. O governo, no entanto, declara que foram mortes naturais. Segundo a reportagem, Brzuskas afirma que possui laudos e depoimentos de presos que provam pelo menos seis assassinatos, feitos em geral com doses letais de cocaína. O texto de *O Globo*, porém, limita-se às informações do juiz e as contestações do governo do estado, sem, contudo, aprofundar as informações, o que poderia ser feito publicando, por exemplo, os laudos mencionados pelo magistrado, ou buscando outras fontes para ajudar na composição mais completa daquele quadro prisional.

De todos os relatos feitos pelo jornal nessa longa reportagem, no entanto, o que chama mais atenção são as condições dos presídios do Rio Grande do Norte²⁴⁷. A maior unidade do estado, no município de Nísia Floresta, há na Penitenciária de Alcaçuz, além de superlotação com 705 presidiários para um local com 420 vagas, esgoto a céu aberto, pavilhões depredados e, desde 2007, a ocorrência de 20 mortes violentas de presos. As informações constam de um relatório de 2013 elaborado como resultado de um mutirão carcerário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no estado. Segundo o relatório, o sistema carcerário do Rio Grande do Norte “está em colapso”. O texto de *O Globo* pontua, com base no documento, que existe um déficit de pelo menos 2,1 mil vagas, com população carcerária de pouco mais de seis mil presos. Casos de extrema selvageria são descritos e publicados na reportagem, como o de um preso que já matou cinco naquela unidade, “esfaqueou outro, decapitou-o e o estripou, espalhando suas vísceras pela cela e ainda comeu parte do fígado da vítima”. No texto do relatório, reproduzido pelo jornal “quem matar o outro preso com requintes de crueldade ganha prestígio e se torna líder”.

O jornal enumera ainda os outros problemas nos presídios do estado: 21 Centros de Detenção Provisórias (CDP) que deveriam estar desativados por ser antigas carceragens de delegacias e viraram presídios, mas não foram feitas para tal fim; falta de atendimento médico e odontológico aos presos, à exceção da unidade de Parnamirim e do CPD feminino do mesmo município; inexistência de sistema e registro de controle de dados (os membros do CNJ do mutirão, por exemplo, não conseguiram sequer uma

²⁴⁷ DUARTE, Alessandra. No RN ‘masmorra’ e preso que até já comeu fígado do outro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2014. *O País*, p. 3.

listagem completa de nomes e números de condenados ou de provisórios, que deveriam estar separados, nem mesmo a lista dos que estão com doenças contagiosas como Aids e tuberculose foi obtida). Também faltam recursos humanos, com agentes penitenciários muito aquém da população carcerária, que cresceu 400% nos últimos dez anos (enquanto os agentes aumentaram em 70%). Por fim, o jornal cita a declaração do coordenador de Administração Penitenciária do estado, o major da PM Mairton Castelo Branco, dizendo que há R\$ 16 milhões do Fundo Penitenciário do governo federal que serão usados para construir mais presídios, em Ceará-Mirim, na grande Natal, e em Mossoró, além da ampliação no presídio do Seridó, que terá mais 80 vagas, e a reforma de um prédio que será utilizado para abrir 400 vagas presos em regime semiaberto, dali a seis meses.

A íntegra do relatório final do Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte, realizado entre os dias 2 de abril e 3 de maio de 2013, possui 777 páginas com fotografias, resultado da inspeção feita em todas as unidades prisionais do estado com a participação de magistrados, servidores estaduais, promotores e assessores do Ministério Público e integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção Rio Grande do Norte. De acordo com o relatório: “O Projeto Mutirão Carcerário”, coordenado conjuntamente pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, tem por objeto primordial o reexame de todos os processos relativos a presos provisórios e condenados, notadamente para decidir a respeito da manutenção ou não da prisão, bem como acerca da concessão de benefícios previstos na Lei de Execução Penal”²⁴⁸.

De um modo geral, a reportagem de O Globo abordou quase todos os pontos principais do relatório que deveriam se tornar públicos, informando os leitores sobre as péssimas condições dos presídios brasileiros, em particular os do Rio Grande do Norte, uma vez que tinha em mãos a íntegra do documento produzido pelo CNJ. Mas é importante destacar que pelas informações contidas nas páginas do Mutirão Carcerário, a reportagem deixou de citar alguns aspectos relevantes presentes no relato das vistorias. O principal deles é o que está nas “conclusões e considerações finais” à página

²⁴⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte - Relatório Final 2013. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/programas/mutirao-carcerario/relatorios/relatorio_final_rn_2013.pdf. Acesso em 14/11/2017.

102, referindo-se à condição digna com a qual o apenado deve ser tratado em uma instituição do Estado:

Deve o Poder Executivo assumir a responsabilidade que é sua, transformando o Sistema Prisional em programa de Estado e não de Governo, buscando esclarecer à sociedade a necessidade de tratamento digno aos reclusos que, além de ser questão de humanidade, retrata verdadeira política de segurança, pois o delinquente tratado com dignidade e respeito representa menor risco à sociedade quando de seu retorno ao convívio social.²⁴⁹

Outras questões que, embora estejam mencionadas na reportagem, não receberam destaque necessário pela sua importância e caráter de interesse público, como nas sugestões que o relatório faz à solução de problemas vividos nas prisões potiguaras. Podemos destacar três: a primeira é aumentar, urgentemente, o número de defensores públicos em pelo menos três vezes mais o existente na ocasião a fim de evitar a superlotação nas unidades prisionais e tantas irregularidades legais quanto aos direitos dos presos²⁵⁰. A segunda é “profissionalizar minimamente a administração das unidades, já que há diretores que desconhecem o básico da legislação”²⁵¹. E a terceira é “criar meios de informação ao preso, repassando-lhe sua situação processual, seja na ação penal, seja na execução”²⁵², uma vez que ao estar desassistido juridicamente, lhe é retirado o direito de acompanhar o desenrolar do seu próprio processo penal.

O Globo destaca ainda nessa reportagem uma entrevista com o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, que também foi presidente do Conselho Nacional de Justiça e “ajudou a criar os mutirões carcerários”, de acordo com o texto do jornal. Gilmar Mendes é perguntado sobre questões fundamentais que envolvem o sistema penal brasileiro como ressocialização e penas alternativas, cujas respostas poderiam trazer mais luz ao debate sobre o problema do sistema penal brasileiro. Mas com respostas curtas o que se lê de substancial nessas questões é que “não falta dinheiro, falta gestão”²⁵³. O ministro do STJ critica duramente o governo federal por este segurar ou “contingenciar” os recursos financeiros necessários para a melhoria do sistema prisional, na construção e reforma de penitenciárias e na compra de equipamentos que auxiliem a vigilância dos presos no regime semiaberto, como tornozeleiras eletrônicas.

²⁴⁹ Ibidem p. 102.

²⁵⁰ Ibidem p. 93.

²⁵¹ Ibidem p. 93.

²⁵² Ibidem p. 94.

²⁵³ BRÍGIDO, Carolina, LEALI, Francisco. ‘Não falta dinheiro, falta gestão’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2014, O País, p.4.

De R\$ 2 bilhões disponíveis no Fundo Penitenciário (Funpem), boa parte o governo impede que se gaste, afirma Gilmar Mendes. Diante do “caos” do sistema prisional de um lado e do contingenciamento de recursos de outro “é caso de se pensar em crime de responsabilidade”, sugere o ministro. O que se nota na reportagem de O Globo, em que pese as denúncias feitas por Gilmar Mendes contra o governo federal, é não haver nenhum contraponto à fala do ministro. O jornal não publicou declaração, notas, informativos ou qualquer outra informação que contemplasse a posição do governo diante das críticas.

6.3 Complexo de Pedrinhas e o caos no sistema maranhense

O Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, foi objeto de mais uma reportagem publicada em O Globo no dia 14 de janeiro de 2014 (Anexo 1, p. 208), com título na primeira página “Senadores têm acesso restrito em Pedrinhas” e texto na página 4²⁵⁴. Já a Folha de S. Paulo reservou espaço para um editorial²⁵⁵ contundente condenando com veemência o sistema prisional brasileiro, tachando-o de “medieval” e defendendo que as penas privativas de liberdade deveriam ser reservadas apenas a infratores que empregam violência ou grande ameaça em seus crimes, defendendo, portanto, um amplo esvaziamento das penitenciárias no país (Anexo 1, pgs. 210 e 211).

Na reportagem de O Globo, trata-se de uma cobertura factual em que um grupo de senadores da República ligados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado foi realizar uma visita ao complexo, além de uma série de reuniões com entidades da sociedade civil, também ligadas aos direitos humanos, e autoridades. O grupo foi formado pela presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES) e o vice-presidente, João Capiberibe (PSB-AP), além dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE). João Alberto Souza e Lobão Filho, ambos do PMDB do Maranhão, também fizeram parte da comitiva.

Os senadores foram ouvir e colher informações da governadora do estado, Roseana Sarney, da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire e a da procuradora da República, Carolina da Hora Mesquita. Estiveram reunidos ainda com integrantes da Defensoria Pública, Ministério Público do estado do Maranhão e

²⁵⁴ ÉBOLI, Evandro, VIVIANI, Oswaldo. Em Pedrinhas, senadores são impedidos de ver área crítica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jan. 2014, O País, p. 4.

²⁵⁵ FOLHA DE S. PAULO. Prisões para quem? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jan. 2014, Opinião, p. A2.

vítimas de violência determinada supostamente por líderes de facções criminosas. A reportagem não menciona a reunião dos senadores com as entidades de direitos humanos.

Pelo texto, o leitor é informado que a Comissão de Direitos Humanos do Senado realizou uma visita, no dia anterior à data da reportagem, ao Complexo de Pedrinhas que durou cerca de duas horas. Mas a ~~ala~~ mais crítica do presídio, onde ocorreram decapitações, não foi vista pelos senadores, pois não havia como garantir a segurança dos visitantes”. O título da matéria na página 4 afirma, no entanto, que o grupo foi ~~impedido~~” de ver área crítica do local. No ~~Relatório da Diligência Realizada Pela CDH ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas~~”²⁵⁶ composto de 9 páginas, produzido pela comissão do Senado, não há referência a nenhum tipo de impedimento dos senadores. O Complexo de Pedrinhas é constituído por nove unidades e apenas duas delas foram visitadas: a da Casa de Detenção e a Penitenciária São Luis 1. O jornal publicou as declarações dos senadores João Capiberibe e Humberto Costa. O primeiro descreve a penitenciária como ~~depósito de seres humanos~~”, ~~degradante~~” e ~~sub-humano~~”. Costa vai na mesma linha: ~~superlotação~~”, falta de higiene e queixas dos presos como a ausência de acompanhamento nos processos de cada um, bem como da controversa presença armada da Polícia Militar dentro do presídio. Os senadores foram acompanhados por homens encapuzados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP), ligada à secretaria estadual de Justiça e Administração Penitenciária. Os integrantes do GEOP impediram a entrada nas unidades visitadas de representantes da seccional maranhense da Comissão de Direitos Humanos da OAB e de pessoas de entidades da sociedade civil, relata o jornal. Nas palavras de Antonio Pedrosa, da OAB, a proibição da entrada das entidades ~~demonstra a desorganização do sistema prisional do Maranhão~~”. Ele acusou o governo do estado de ~~maquiar~~” e ~~amufiar~~” a verdadeira situação de superlotação das celas.

No texto de O Globo é descrito ainda a entrada de cerca de 20 jornalistas na Casa de Custódia devido a uma falha da segurança. Lá ouviram relatos de detentos dando conta de que a lotação das celas existe por causa da morosidade da Justiça em liberar os presos que já tinham cumprido pena no regime fechado e deveriam seguir para o semiaberto e aberto. A capacidade do Complexo de Pedrinhas é de, segundo a

²⁵⁶BRASIL. Senado Federal. Relatório da diligência realizada pela CDH ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Estado do Maranhão. *Biblioteca digital*, Brasília, 13 jan. 2014. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/503000>. Acesso em 28 nov. 2017.

reportagem, 1.770 vagas, mas tem 2.196 presos. A superlotação e a guerra existente entre duas facções criminosas pelo comando do complexo foram responsáveis pela morte de 59 presos no ano passado, afirma o texto. O endurecimento da disciplina interna nos presídios nas últimas semanas, por parte da Administração Penitenciária, levou à retaliação dos presos, que ordenaram ataques a ônibus e a delegacias de polícia, de acordo com interceptações telefônicas realizadas pela polícia. Uma menina de seis anos, Ana Clara, morreu em decorrência de queimaduras em um desses ataques, em um ônibus incendiado em São Luís, e sua mãe, Juliane Carvalho Santos, estava em estado grave no hospital, depois de se submeter a cirurgia para retirada de tecido morto por causa das queimaduras. Por fim, a reportagem de O Globo publicou as declarações do senador Edison Lobão Filho, aliado político da governadora Roseana Sarney, segundo as quais a preocupação da comissão dos senadores com os direitos humanos dos presos é um “equivoco”. Segundo ele, a prioridade deveria ser com as vítimas como a menina Ana Clara, “depois com os policiais, que foram alvo da violência e, no final da fila, os presidiários”.

A discussão em torno dos direitos humanos cuja abordagem nos grandes meios de comunicação geralmente carece de profundidade tem nessa reportagem mais um exemplo de como o assunto poderia ser mais bem explorado, não apenas fazendo um simples contraponto entre senadores favoráveis aos direitos dos presos e os contrários. A reunião que o grupo de senadores realizou com as entidades da sociedade civil ligada aos direitos humanos nem sequer foi mencionada pela reportagem. Nesse encontro, por exemplo, como consta no relatório dos senadores, foi reivindicada das autoridades a instituição do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura e do Mecanismo Estadual de Prevenção à Tortura no Maranhão. Esse mecanismo, no âmbito federal, se constitui no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), instituído pela Lei nº 12.847 de 2 de agosto de 2013, que também criou o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Com a criação desses recursos legais, o Estado brasileiro chegou a formalizar uma rede que favorece a articulação de ações para prevenção e combate à tortura. O sistema era então composto por 11 especialistas independentes, que tinham acesso às unidades de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, comunidade terapêutica, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar. Constatadas violações, os

especialistas elaboram relatórios com recomendações às demais autoridades competentes, que poderão usá-los para adotar as devidas providências²⁵⁷.

Outro pedido que os senadores ouviram na reunião com as entidades, e ausente no texto de O Globo, foi a “efetiva participação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, de âmbito nacional e local, nas instâncias de controle das instituições penitenciárias, de segurança pública e judiciária”²⁵⁸. A má qualidade dos serviços terceirizados, e constatados pelos senadores, também fez parte do relatório.

Em relação aos serviços constatou-se que cerca de 70% do pessoal que trabalha diretamente com os presos são contratados por empresas terceirizadas. O Sindicato dos Agentes penitenciários denunciou que as empresas não sabem preparar os monitores para lidar com os presos, o que gera uma precarização das relações de trabalho com baixos salários, facilitando a corrupção, a entrada de drogas, armas brancas e a organização criminosas entre os presos.²⁵⁹

Cabem ainda evidenciar outros dados importantes ausentes na reportagem, como o total de presos provisórios, que à época era de 57%, ou seja, mais da metade das pessoas encarceradas no Maranhão ainda não tinha sido julgadas, e o fato de que apenas 77 comarcas do estado terem defensores públicos, em um total de mais de 100.

6.4 No Rio de Janeiro, muitos detidos provisórios e poucos condenados

No dia 21 de janeiro de 2014, O Globo volta a destacar os problemas do sistema prisional brasileiro com outra reportagem de página inteira e com o seguinte título na capa: “Maioria dos presos provisórios no Rio não é condenada à prisão” (Anexo 1, p. 212). Bem detalhada e com informações de extrema relevância, esse texto²⁶⁰ tem como base principal de informações a publicação “Usos e abusos da prisão provisória no Rio de Janeiro – Avaliação do impacto da Lei 12.403/2011”²⁶¹, um estudo feito pelo Centro

²⁵⁷ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Prevenção e combate à tortura. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/assuntos/prevencao-e-combate-a-tortura/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura>. Acesso em 15/11/2017.

²⁵⁸ BRASIL. Senado Federal. Relatório da diligência realizada pela CDH ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Estado do Maranhão. Biblioteca digital, Brasília, 13 jan. 2014. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/503000>. Acesso em 28 nov. 2017, p.4.

²⁵⁹ Ibidem, p. 5.

²⁶⁰ BENEVIDES, Carolina. Cadeia agora, sentença depois. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2014. O País, p. 3.

²⁶¹ LEMGRUBER, Julita; FERNANDES, Marcia; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. *Usos e abusos da prisão provisória no Rio de Janeiro: Avaliação do impacto da Lei 12.403/2011*. Rio de

de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, e Associação pela Reforma Prisional (ARP) (Anexo 1, p. 213). A reportagem começa destacando o gigantesco salto no crescimento da população carcerária no país entre 2002 e 2012, que foi de 128%, segundo dados do Departamento de Execução Penal (Depen), ligado ao Ministério da Justiça. Ainda no primeiro parágrafo informa que 40% das pessoas que estão atrás das grades são provisórias, e que no estado do Rio esse número é de 39% (o equivalente a 11 mil pessoas). Entretanto, o mais impressionante é o que constatou o estudo do CESeC, ao acompanhar os resultados de processos iniciados em 2011 e concluídos até janeiro de 2013 sobre a prisão em flagrante de 3.672 pessoas. Descobriu-se que apenas 37,5% desses presos foram condenados ao regime fechado ou semiaberto. Em outros termos, contra 62,5% das pessoas que foram encarcerados e ficaram praticamente três anos reclusas não foram encontradas provas suficientes que justificassem suas prisões. Isso revela a injustiça de um sistema em que mais da metade dos cidadãos que foram presos naquele período cumpriu uma “pena” que possivelmente não deveriam ter cumprido.

A coordenadora do estudo, a socióloga Julita Lemgruber, afirma no texto da reportagem que as pessoas têm todos os seus direitos violados. “É um escândalo”. Ela ainda conjectura como deve ser no resto do país, onde em muitos estados os recursos são mais precários que no Rio (que tem Tribunal de Justiça informatizado e a Defensoria Pública mais antiga). O texto segue enumerando a grande quantidade de presos provisórios (60%) nos outros estados como no Piauí e no Maranhão. Quando aborda a situação de São Paulo, o texto de O Globo reproduz a declaração da integrante da Pastoral Carcerária Heide Cerneka, bastante reveladora quanto ao elevado número de presos: “É a demanda da sociedade, que acredita que o melhor é prender”. A Pastoral é ligada à Igreja Católica e presta serviços de assistência religiosa a presidiários e presidiárias. O trabalho de Heide é feito na Penitenciária Feminina no bairro de Santana e no Centro de Detenção Provisória I, de Pinheiros. Segundo levantamento feito pelo serviço religioso, a maioria (54%) tem de 18 a 25 anos, é parda, com um ou dois filhos, baixa escolaridade e emprego informal. Na maior parte foram presas acusadas de tráfico de drogas, furto ou roubo. “A maioria das mulheres presas por tráfico não cometeu crime violento, se elas esperarem o julgamento cumprindo medidas alternativas, não

serão separadas dos filhos, não ficarão estigmatizadas e com grandes dificuldades de conseguir emprego”, declarou Heide.

A reportagem toca também em um ponto muito pouco levantado pelo noticiário, o das penas alternativas. A Lei de Medidas Cautelares (a lei 12.403/2011 à qual se refere o título do estudo do CESeC), lembra o jornal, entrou em vigor no Brasil em 2011 e possibilitou aos juízes uma série de opções à prisão como o comparecimento em juízo, fiança em sede policial e em juízo, monitoração eletrônica, proibição de se ausentar da Comarca e frequentar determinados lugares. (É importante lembrar ainda que essa lei alterou o Código de Processo Penal estabelecendo mecanismos alternativos que podem ser usados pelo juiz durante um processo em lugar da prisão preventiva para réus primários, cuja pena máxima não supere quatro anos).

A pesquisa feita pela Universidade Candido Mendes, porém, mostrou que mesmo com a vigência da nova legislação a prisão provisória ainda é a mais utilizada pelos juízes (73% dos casos). Entre as medidas alternativas, contudo, o número de fianças foi o que mais cresceu: passou de 5,1% em sede policial para 14,1%, desde que a lei entrou em vigor em julho de 2011. No fim da reportagem, a declaração de Julita Lemgruber resume as consequências geradas pelo funcionamento do sistema penitenciário da seguinte maneira: “as pessoas esquecem que os presos entram e saem do sistema, que no país não há pena de morte e prisão perpétua. É um bumerangue. Com esse tratamento desumano e cruel, não se pode esperar que saiam cordeiros”.

Essa reportagem de O Globo muito bem produzida e bastante informativa é uma das exceções no noticiário em se tratando do levantamento realizado por esta pesquisa. Temas como medidas alternativas, irregularidades em processos penais e encarceramento usado como padrão, não como último recurso para a reabilitação do condenado, deveriam figurar com muito mais frequência no noticiário dos veículos de comunicação de massa. Assim, seria possível enriquecer o debate sobre o problema, que não possui soluções fáceis, mas precisa ser posto à luz em todos os seus aspectos, para o conhecimento amplo da opinião pública.

Por outro lado, logo no prefácio do estudo do CESeC, escrito pela magistrada do Tribunal de Justiça de São Paulo Kenarik Boujikian²⁶², também presidente e co-

²⁶² Um fato curioso envolvendo a juíza no dia 8 de fevereiro de 2017 fornece uma dimensão de como é o ambiente entre os magistrados. Na ocasião Kenarik Boujikian recebeu pena de censura por ter assinado decisões libertando 11 réus que estavam presos preventivamente por mais tempo do que a pena fixada em suas sentenças. Situações que, como relatam as reportagens desta pesquisa, são muito comuns no país. A

fundadora da Associação Juízes para a Democracia, são apontadas situações graves que constam no estudo e que foram ignoradas pelo O Globo. Uma delas é o aumento em 9% de concessão de fianças pela autoridade policial. Ao mesmo tempo, há uma redução da concessão de liberdade provisória mediante termo de comparecimento, que decresce 7%. Diante desse fato, a magistrada desconfia que a alternativa aberta pela lei esteja sendo usada como comércio na soltura de suspeitos. —Antes os presos saíam em liberdade sem despende dinheiro e agora só conseguem a liberdade mediante pagamento? Qual a significação que podemos dar para tal quadro? Radicalizamos mais a seletividade do direito penal, punindo ainda mais os mais pobres?”²⁶³

A outra observação de Boujikian diz respeito ao tráfico de drogas e o peso que a condenação por esse crime é transferido ao condenado, bem como a extensa cobertura que os meios de comunicação dedicam ao problema, quase sempre com viés criminal ou policialesco. A prisão provisória do suspeito de tráfico é mantida até o julgamento em quase a totalidade dos casos (98%). —Portanto, aplicação zero da lei de medidas cautelares para o crime que tem o maior aumento processual penal”.

Pode-se afirmar que os indivíduos que de algum modo tangenciam os crimes previstos na lei de entorpecentes são os que exponencialmente representam o ‘inimigo’ nos dias de hoje, e sabemos que os ‘inimigos’ são destituídos de natureza humana, razão pela qual lhe são subtraídos os atributos da humanidade e por consequência da cidadania. Importante lembrar que foi no período das ditaduras da América Latina que se lançou fortemente a guerra contra as drogas. Até hoje colhemos tal fruto, ainda plantamos a mesma árvore e a regamos com o máximo midiático possível²⁶⁴.

Outra questão relevante assinalada pelo estudo coordenado por Julita Lemgruber, sem ser registrada na reportagem de O Globo, está na expressão —“garantia da ordem pública” que figurava no antigo Código de Processo Penal, decretado em 1941, e mantida na Lei 12.403. Muitos doutrinadores do Direito fazem críticas a essa expressão por dar margem a ampla interpretação, pois quando se trata da privação da liberdade de acusados é necessário formular um conteúdo acusatório claro e preciso, sob risco de ferir o chamado —“princípio da legalidade”. À luz da doutrina do Direito, portanto, para prender o acusado é preciso que se tenham motivos suficientemente fortes e que estejam

condenação, contudo, foi anulada pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 29 de agosto do mesmo ano, determinando por 10 votos a 1 anular a aplicação de pena de censura contra a magistrada.

²⁶³ Ibidem, p. 3.

²⁶⁴ Ibidem, p. 4.

expostos com exatidão e clareza. —Ao contrário do que seria de esperar, a Lei das Cautelares não resolveu essa contradição, pois manteve a garantia da ordem pública‘ como possível justificativa para a prisão provisória, sem esclarecer minimamente o significado do termo”²⁶⁵.

O corolário disso, que acontecia antes e que continua ocorrendo, é a invocação dessa garantia” de maneira exacerbada por magistrados e promotores públicos para fundamentar a manutenção dos réus em prisão cautelar. Ainda segundo a pesquisa da Universidade Candido Mendes, foi perguntado diretamente a juízes, promotores e delegados como eles definiam a expressão. —As respostas foram invariavelmente vagas, evasivas e subjetivas”²⁶⁶.

Seja como for, a imprecisão do termo parece ter sua funcionalidade, pois permite aumentar o leque de justificativas para privar os réus do direito à liberdade processual mesmo quando facultada por lei e mesmo diante de provas inexistentes, falhas ou ilegais. E preserva também o largo espaço de aplicação seletiva da lei segundo o perfil socioeconômico dos acusados, usos e abusos da prisão provisória no Rio de Janeiro — característica do sistema judiciário brasileiro desde o período colonial, quando indicadores de espetabilidade” social (riqueza, propriedade, moradia fixa, ocupação honrada”) isentavam o réu de tratamento ruel e degradante”, independentemente da gravidade do crime que tivesse cometido. Como diz o historiador Ronald Raminelli, —Num ambiente em que todos sempre foram desiguais perante a lei, a desigualdade não é problema. É tradição”²⁶⁷.

O frequente recurso de se valer da garantia da ordem pública” ou da paz social” como justificativa para manter o acusado atrás das grades está também no já mencionado, e demonizado, tráfico de drogas, considerado legalmente como crime hediondo”. Promotores e juízes, fazendo coro ou alimentados pelos meios de comunicação, políticos e por boa parte da população encaram o tráfico como uma guerra civil” que castiga a sociedade refém de traficantes altamente perigosos. O tráfico é o delito que mais tem contribuído para a superpopulação carcerária no Brasil e na América Latina, aqui, o número de presos por tráfico triplicou em apenas cinco anos (2005-2010) e hoje representa quase ¼ do total de presos provisórios e condenados

²⁶⁵ Ibidem, p. 46.

²⁶⁶ Ibidem, p. 47.

²⁶⁷ Ibidem, p. 47.

existentes no país”²⁶⁸. Ao olharmos com mais proximidade os números desse tipo de delito, aparece, porém, uma outra realidade. Há uma série de pesquisas que indicam que o perfil da grande maioria das pessoas presas por tráfico de entorpecentes está longe da imagem do traficante violento que povoa o imaginário nacional. –Analisando mais de mil sentenças judiciais consultadas no Rio de Janeiro e em Brasília, de outubro de 2006 a maio de 2008, (...) dos presos acusados de tráfico de drogas nessas duas cidades, 84% eram réus primários, 65% não tinham nenhum vínculo com organizações criminosas, 60% eram o único réu do processo e só 14% portavam arma no momento da prisão”²⁶⁹.

Como afirma o estudo do CESeC, a tradição da Justiça brasileira é a de trancafiar as pessoas acusadas que são destituídas de posses, na maioria das vezes obrigando-as a apresentar provas de residência e emprego para a concessão de liberdade processual, o que fere o princípio constitucional contido no seu artigo quinto. Isso em um país onde o desemprego atinge mais de 13 milhões de pessoas, de acordo com dados do IBGE de outubro de 2017. A criminalização da pobreza infelizmente é a regra na Justiça e a face mais visível nas cadeias do país.

6.5 O endurecimento da legislação contra o crime, mais uma vez

Cinco meses e treze dias depois que publicou a reportagem com fartas informações a partir do estudo realizado pela Universidade Candido Mendes, o Globo volta ao assunto sobre medidas alternativas à privação de liberdade (Anexo 1, p. 214). Só que dessa vez para atacar a lei 12.403/2011, publicando dados e pontos de vista de autoridades em segurança pública que são contrários aos benefícios da nova legislação. Mais uma vez a tônica é o endurecimento da repressão contra o crime. O jornal elege o assunto como o mais importante do dia com a seguinte manchete, publicada em 5 de junho de 2014: –Metade dos detidos do Rio não ficam na cadeia” (Anexo 1, p. 215). Na página 14, com o título –Antídoto para a impunidade”²⁷⁰ o texto reporta a preocupação dos secretários de segurança dos estados do Sudeste, mobilizados pelo secretário do Rio, José Mariano Beltrame, quanto à aplicação da Lei 12.403 –que tornou mais branda a punição para crimes considerados menos graves (...) como furtos, receptação, danos ao patrimônio e agressão e homicídio culposo”. O primeiro parágrafo da reportagem é concluído com a

²⁶⁸ Ibidem, p. 49.

²⁶⁹ Ibidem, p. 49.

²⁷⁰ BOTTARI, Elenilce. Antídoto para a impunidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jun. 2014. Rio, p. 14.

seguinte frase: “Ao criar o conceito de liberdade provisória, a lei 12.403 tornou ainda mais difícil manter um bandido na cadeia”.

O grupo de secretários capitaneados por Beltrame, diz a reportagem, foi levar ao Congresso Nacional uma proposta de mudança da legislação. Para o secretário do Rio “está claro que a nova lei vem tendo um impacto negativo sobre os índices de criminalidade do estado”. E complementa: “prendemos três vezes mais. Não se pode dizer que a polícia não está trabalhando. A polícia está sobrecarregada e deve bater o recorde de prisões neste ano”. Para corroborar as declarações de Beltrame, o jornal informa, com os dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (uma autarquia estadual ligada à própria Secretaria de Segurança), que de 16 mil pessoas presas em flagrante no estado do Rio nos primeiros meses de 2014, “apenas” 8.009 ficaram atrás das grades. “A outra metade foi apenas notificada e solta ainda na delegacia”. Outro número usado na reportagem para ajudar a evidenciar a “impunidade” fazia referência ao Complexo da Maré, “uma das regiões mais violentas da capital”. Dos 1.345 capturados pela polícia de janeiro a março do mesmo ano, “apenas” 148 ficaram presos na delegacia daquela localidade. De todos os números expostos, o Globo não detalha o perfil dos que foram soltos, nem menciona os casos e as suas circunstâncias, uma vez que simplesmente lança mão dos dados frios da estatística fornecida pela própria secretaria de Segurança.

Mais adiante a reportagem afirma que os secretários que estiveram em Brasília criaram um grupo de estudos para fundamentar o pleito de mudanças, consideradas urgentes. Eles afirmaram que o crescimento da criminalidade depois que a lei entrou em vigor não se deve à falta de policiamento, pois as estatísticas do Rio, por exemplo, mostram que houve “aumento da produtividade policial”. Em 2010 foram presas 10.998 pessoas e em 2013 esse número saltou para 29.042, produzindo crescimento de 164%. Entre as propostas das autoridades de segurança para “frear a escalada da violência” está o aumento da pena para receptação e furto com uso de explosivo, “muito comum em casos de roubo a caixas eletrônicos”. Ainda de acordo com o texto do jornal, a lei é “polêmica” ainda que tenha sido criada para acabar com o problema de manter o preso na cadeia por anos sem julgamento devido à morosidade e desorganização de muitas varas de Justiça. A esta altura da reportagem, o jornal publica a opinião do presidente do III Tribunal do Júri, Murilo Kieling, para quem a “presunção da inocência para condenados é um erro”. Diz o magistrado: “a legislação é extremamente branda e traz uma visão equivocada do estado de liberdade”. Ele acredita ser errado o conceito de que

o condenado, mesmo depois de passar por duas instâncias judiciais de julgamento, ainda seja considerado “presumidamente inocente”, pois pelo processo penal brasileiro, o réu só é apontado legalmente culpado depois de transitado em julgado (que significa ter uma decisão ou acórdão judicial do qual não se pode mais recorrer, porque já passou por todos os recursos possíveis, ou porque o prazo para isso terminou)²⁷¹. Kieling conclui sua opinião dizendo que “a prisão ainda é uma resposta importante para a sociedade”.

No mesmo texto da reportagem, o jornal aproveita para também atacar a lei que regulamentou as medidas socioeducativas para menores de idade. Assim como o abrandamento da legislação trouxe resultados negativos para os adultos, o mesmo acontece com os adolescentes, ressalta o jornal. Com dados do mesmo Instituto de Segurança Pública, O Globo informa que nos primeiros meses de 2014, 25.961 jovens foram recolhidos pela polícia e receberam nota de culpa, mas “só” 13.114 entraram no sistema do Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). “O restante voltou às ruas”. E mesmo os que foram apreendidos, continua o texto, 28% ficaram no máximo 30 dias detidos. “O prende e solta tem consequências. De acordo com Beltrame, 58% dos adolescentes internados nos últimos três anos voltaram a ser apreendidos cometendo crimes”. O site da secretaria de Educação do Rio descreve o Degase como “um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária”²⁷². O jornal ouviu ainda um outro especialista, o coronel Paulo Augusto Teixeira, diretor presidente do Instituto de Segurança Pública, e segundo ele, a forma como foi regulamentado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir da Lei 12.594, de 2012 (que regula as medidas socioeducativas), agravou ainda mais a situação permitindo a liberdade de menores infratores. A proposta defendida pelo grupo de estudos é aumentar o tempo de internação de três para oito anos em casos de crimes análogos ao hediondo, como homicídios.

Na mesma página da reportagem, O Globo deu destaque a uma entrevista com o próprio secretário Mariano Beltrame sob o título “O modelo de segurança está doente”. Nas palavras dele o Estado teria de ter “polícia valorizada, leis modernas, celeridade nas

²⁷¹ Em 2016 o Supremo Tribunal Federal por maioria apertada, 6 votos a 5, autorizou a execução provisória da pena antes de esgotados os recursos nos tribunais superiores.

²⁷² RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Educação. Quem Somos. Disponível em http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp. Acesso em 18 nov. 2017.

punições, presídios decentes, controle de fronteiras e do contrabando de armas e mais participação da sociedade”. –Prender resolve?”, pergunta o jornal. –Se é para ser mais tolerante, ótimo, que fique acordado. Quando o problema aparecer, não culpe a polícia, que prende a mesma pessoa muitas vezes”.

Há algumas considerações a serem feitas nessa reportagem no que concerne ao processo de silenciamento de vozes ou de visões sobre a realidade. Mas antes de evidenciá-las se faz necessário algumas observações preliminares.

Em primeiro lugar, é bastante razoável deduzir de que se trata de um caso em que a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro –pautou” o jornal, isto é, encaminhou à redação do periódico uma sugestão de assunto garantindo notícia –quente” e declarações *on the record* (em que a –fonte” assume a autoria da informação transmitida). E o jornal –comprou” a pauta e efetivamente publicou a longa matéria. Infelizmente, não dispomos de dados que confirme isso, mas a se considerar que todas as informações (e opiniões) contidas na notícia são lastreadas em fontes oficiais (declaração do secretário, dados do Instituto de Segurança Pública, considerações do magistrado do III Tribunal do Júri e do coronel Paulo Augusto Teixeira) é evidente que, no mínimo, houve total disposição das autoridades em fornecer o conteúdo jornalístico ao diário. E, principalmente, não houve no decorrer da matéria nenhuma –voz”, informação, estudo, relato, declaração etc que fizesse um contraponto, ou seja, –o outro lado” dos dados oficiais.

Certamente era de total interesse do secretário que o jornal noticiasse sua ida com um grupo de outros secretários a Brasília para solicitar a alteração da lei 12.403. Fez-se, portanto, a publicidade de uma ação como prestação de contas a certa parte da sociedade, justamente a porção social mais privilegiada e cujos crimes contra o patrimônio lhe traz muitos prejuízos (os citados assaltos a caixas eletrônicos são absolutamente sintomáticos nesse caso). Pois é disso que se trata toda a movimentação das autoridades e o discurso em uníssono pelo endurecimento da lei e por maior encarceramento de detidos em flagrante, que são majoritariamente cidadãos de baixa ou baixíssima renda. Não são furtivos os números citados e, principalmente, os que dizem respeito ao Complexo da Maré, um conglomerado de 16 favelas com 130 mil moradores, o que representa 2% da população da cidade do Rio de Janeiro²⁷³. Estudo

²⁷³ SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. 2016, Rio de Janeiro, RJ. *Quem vive na maré? Um perfil socioeconômico dos moradores do complexo da maré*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p. 6.

feito por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio colheu dados indicando que “no Complexo os índices de educação e de renda estão abaixo do nível da cidade e que sua população morre mais jovem e em maior número”²⁷⁴. E nesse aspecto, a mensagem divulgada pela reportagem é clara: a polícia está fazendo seu papel recolhendo suspeitos em maior número, mas a lei não favorece a prisão dos delinquentes, como os que vivem na Maré.

De outro lado, ao jornal O Globo também parece haver grande interesse em publicar esse tipo de reportagem, levando ao seu leitor, de perfil classe média ou média alta, o trabalho desenvolvido pela polícia do Rio de Janeiro no combate ao crime e, sobretudo, o esforço para haver leis mais rígidas contra a impunidade. Um discurso, por sinal, que permeia a esmagadora maioria das notícias publicadas pelo diário. É preciso registrar também que nos meses de março e abril de 2014, portanto menos de dois meses de antecedência dessa reportagem, as primeiras páginas de O Globo, com base no levantamento feito para esta dissertação, estamparam uma sequência de matérias²⁷⁵ sobre confrontos entre manifestantes e policiais das Unidades de Polícia Pacificadora por ocasião do assassinato do dançarino Douglas Rafael Pereira no morro Pavão Pavãozinho²⁷⁶, no bairro de Copacabana. As chamadas UPPs foram uma iniciativa do governo do estado para combater a criminalidade nas favelas, instalando unidades policiais em várias delas sob a estratégia, segundo a secretaria de Segurança Pública, de fundamentar uma parceria entre a população e as instituições da área de segurança. “A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades”²⁷⁷. Com cerca de 9 mil policiais fazendo o efetivo nas UPPs, o programa, iniciado no final de 2008 sob a coordenação de Mariano Beltrame, vem enfrentando uma série de críticas de moradores e de especialistas, além de denúncias de abuso policial e dificuldade com a falta de recursos.

A série de matérias publicadas em março e abril de 2014 mostrava os conflitos entre polícia e manifestantes revoltados com a morte do dançarino, bem como da constante

²⁷⁴ Ibidem, p.1.

²⁷⁵ Exceto na primeira semana de março e 15 dias alternados em abril.

²⁷⁶ Investigação feita pela Polícia chegou à conclusão de que o dançarino, integrante do programa “Esquentar” da TV Globo, comandado pela atriz Regina Casé, foi morto com um tiro disparado por um policial.

²⁷⁷ GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 17/11/2017.

presença das facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas que usam as favelas do Rio como base de suas operações. Um dos objetivos das UPPs seria justamente o de afastar os traficantes das comunidades, o que ocorre com enfrentamentos violentos entre tiros, balas perdidas e muitas mortes, como a do dançarino Douglas. O tom da cobertura de O Globo, porém, sempre foi favorável ao programa das UPPs. Nos dias 26 e 27 de abril, por exemplo, o colunista Merval Pereira, uma espécie de voz oficiosa dos irmãos proprietários das Organizações Globo, faz defesa enfática das UPPs em sua coluna diária, com chamada de capa, no dia 26, sob o título “Em defesa da UPP”²⁷⁸. O colunista escreve que as unidades são o “símbolo da política de Segurança mais efetiva já colocada em prática no Rio nos últimos muitos anos”. Havia, portanto, uma aliança circunstancial entre o secretário Mariano Beltrame e o jornal para legitimar o tipo de política de segurança adotada na cidade do Rio de Janeiro.

Feitas essas primeiras observações sobre a reportagem publicada no dia 5 de junho de 2014, a questão mais diretamente ligada ao objeto desta dissertação é que enquanto o jornal dá plena voz à autoridade da Segurança Pública do estado, não abre espaço para pontos de vista diferentes ou fatos que pudessem ampliar o foco na interpretação da realidade reportada. São omitidas informações importantíssimas, como as da reportagem publicada pelo mesmo jornal cinco meses antes, como mencionado, que apontava os casos de mais da metade dos presos provisórios no Rio inocentados por falta de provas, depois de passarem anos na cadeia. Outro ponto: será que o leitor de O Globo não tinha o direito de se deparar com pelo menos uma outra opinião diferente da do presidente do III Tribunal do Júri que discorda de uma das garantias básicas no processo penal que é o princípio da presunção da inocência? Mesmo o dado sobre o índice de presos provisórios no Brasil, que chega a 60% em alguns estados como no Piauí, e 39% no Rio, foi privado do leitor na reportagem do dia 5 de junho. E quanto às pessoas que foram “presas e soltas” no Complexo da Maré? Qual delito praticaram exatamente? A Lei 12.403 só concede o benefício de pagamento de fiança e liberdade provisória, por exemplo, quando envolve delitos de menor potencial ofensivo, ficando afastados crimes como homicídios, roubo com violência, sequestro etc. Há de se constatar, portanto, que as pessoas apreendidas no Complexo da Maré, e que foram soltas, sob o protesto do secretário de Segurança, frise-se, eram suspeitas de pequenas

²⁷⁸ PEREIRA, Merval. Sim às UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2015. País, p. 4.

transgressões, possivelmente muito longe de pôr em desequilíbrio a “ordem pública”. Por que no texto de O Globo não havia o depoimento de nenhuma dessas pessoas?

De toda forma, não foi oferecido ao leitor do diário carioca as informações e respectivos contrapontos mínimos para refletir de maneira ponderada sobre o objeto da reportagem, uma vez que o que prevaleceu no texto foi apenas uma visão de um problema que certamente não se resolve colocando mais gente nas cadeias.

Na mesma edição do dia 5 de junho, à página 3, o jornal publicou outra reportagem sobre o mesmo tema, desta vez com base em um levantamento do Conselho Nacional de Justiça indicando que as prisões no país têm déficit de 210.436 vagas. O estudo do CNJ, relata o texto, revela que existem 567.655 pessoas presas, mas o sistema penitenciário tem capacidade para 357.219, “portanto há no país 37% mais presos do que o sistema comporta”. A grande novidade no levantamento, segundo o coordenador do estudo, o conselheiro do órgão, Guilherme Calmon, é que existem 147.937 presos que cumprem pena em casa e, segundo o CNJ, essas pessoas não estão na cadeia por falta de vagas no sistema aberto. O conselheiro afirma ainda que o problema de superlotação nos presídios é maior do que se imaginava. Se for contabilizar também os mandados de prisão aguardando cumprimento, diz a reportagem, que são 373.991, o número de presos seria ainda maior, passando de um milhão de pessoas. Na ocasião, isso fazia o Brasil ocupar o quarto lugar entre os países com maior população prisional, ficando atrás dos Estados Unidos, China e Rússia. Se fosse considerar também os presos domiciliares, o país passaria para o terceiro lugar²⁷⁹.

Não deixa de ser no mínimo curiosa essa edição de O Globo onde em uma página há a defesa ostensiva por mais encarceramento, em nome do combate à impunidade, e em uma outra, a exposição do retrato mais recente do sistema penitenciário, com excesso de presos e a insuficiência de vagas. Junta-se a isso outro detalhe curioso: publicadas no mesmo dia, no mesmo jornal e sem nenhuma remissão entre ambas, como se fossem realidades que acontecem em países diferentes, sobre assuntos que não possuem relação entre si.

²⁷⁹ Novos números divulgados pelo Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) mostraram que em 2016 a população carcerária atingiu 726,7 mil presos. Esse contingente de pessoas nas prisões faz o Brasil ultrapassar a Rússia e ocupar o terceiro lugar no ranking de países com maior população de presos. EUA lideram a lista, com 2,1 milhões, seguido da China, com 1,6 milhão de encarcerados. ERDELYI, Maria Fernanda. Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados. *GI*. Brasília, 8 dez. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>. Acesso em 9 dez. 2017.

6.6 População carcerária e violência contra a juventude negra

–Número de presos subiu 87% em oito anos no país” foi a manchete de O Globo no dia 4 de junho de 2015 (Anexo 1, p. 217). A superlotação carcerária é tema relativamente recorrente no jornal e nessa edição a reportagem tomou como base o estudo denominado –Mapa do encarceramento”²⁸⁰, lançado pela Secretaria Geral da Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Juventude, do governo federal, no dia anterior à publicação. O estudo realizado pela professora Jaqueline Sinhoretto, do departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, debruçou-se sobre a violência contra a juventude negra no Brasil, incluindo os menores de 18 anos, considerada pela então presidente Dilma Rousseff um –problema de Estado”, conforme registro no prefácio da obra²⁸¹. Ao utilizar algumas informações do estudo e de –dados oficiais” (mais adiante no texto da reportagem é dito que se trata de números do Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça), o jornal publicou na página 3 o título –Explosão Carcerária”²⁸² (Anexo 1, p. 218). No texto, entretanto, não foi mencionado que se tratava de um levantamento sobre a violência contra a juventude negra. A reportagem longa, quase de página inteira, só faz referência aos negros na segunda metade da matéria, mesmo assim tratando-os de um modo geral, ao focar que o perfil da população prisional é predominantemente negra, 60,8%, de acordo com dados de 2012.

A reportagem começa informando que –em meio ao debate sobre endurecimento de penas para conter a escalada do crime”, a população carcerária no Brasil subiu 87,7% em oito anos, saltando de 296.919 para 557.286 presos. No período analisado, entre 2005 e 2013, o déficit de vagas em presídios aumentou 139%, continua o texto, contra um crescimento bem menor no número de vagas criadas, de 65%, –a superpopulação é alarmante”, destaca o jornal. Os estados de Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro estão entre os que apresentam os piores índices de lotação, de acordo com o Mapa. Minas Gerais, no entanto, foi o estado com maior aumento em oito anos: cresceu 729% (de 6.289 em 2005 para 52.154 em 2013). A grande quantidade de presos provisórios

²⁸⁰ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf. Acesso em 19 nov. 2017.

²⁸¹ Ibidem, p. 7.

²⁸² MARIZ, Renata. Explosão Carcerária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun. 2015. País, p. 3.

também é informada, 40%, na média nacional, citando o estado do Piauí como exemplo extremo (65,7%) e o estado do Paraná, como o de menor índice do país (12,2%).

Em seguida, só no sexto parágrafo, a matéria expõe a declaração do secretário nacional da Juventude, Gabriel Medina, que, segundo o jornal, “apresentou” a pesquisa em questão. Para Medina, o estudo do governo federal é uma evidência de que aumentar penas não reduz a criminalidade. A observação do secretário, registrou O Globo, foi uma referência à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de diminuir de 18 para 16 anos a idade mínima para uma pessoa ser julgada criminalmente como adulto. A chamada “PEC da maioria penal” estava sendo discutida na Câmara dos Deputados com o apoio de parlamentares de perfil conservador, reunidos em uma frente relativamente coesa que vota, ou propõe, projetos que preveem medidas consideradas mais duras contra a violência. No caso da PEC, o principal argumento desses políticos é o de que os menores que cometem homicídios precisam ser urgentemente contidos, encarcerando-os junto com adultos, pois apesar da idade, nada os diferem dos criminosos homicidas. Entre esses parlamentares, destaca-se, por exemplo, o grupo apelidado pejorativamente pela imprensa de “Bancada da Bala”, por lutarem pelo direito de a população civil ter acesso a armas de fogo, entre outras medidas similares. Para compreender melhor esse contexto, convém citar uma notícia anterior publicada também pelo O Globo, no dia 16 de abril de 2015, com chamada de capa “Bancada da Bala domina comissões” e título na página 8 “Ex-delegado comandará debate sobre maioria”²⁸³ (Anexo 1, p. 219). A notícia se refere ao relator na comissão especial na Câmara dos Deputados que analisa a PEC, o deputado Laerte Bessa (PR-DF), ex-delegado da Polícia Civil que é, assim como a maioria dos parlamentares da comissão, favoráveis à redução da maioria penal. Ele foi escolhido pelo presidente da comissão, André Moura (PSC-SE), que também é a favor da PEC. Ainda segundo o texto da notícia, Bessa destacou que a alta aceitação da proposta dentro da Câmara “é reflexo do posicionamento da sociedade”, referindo-se a uma pesquisa feita pelo instituto Datafolha mostrando que 87% dos brasileiros querem a maioria penal.

Voltando à reportagem sobre o Mapa do Encarceramento, o secretário nacional da Juventude afirma que “o Congresso, que demonstra bastante disposição de votar de forma acelerada o projeto (*sic*) da redução da maioria, deveria se atentar para o fato de que o jovem já vem sendo encarcerado, mas nem por isso o crime diminuiu”. Depois

²⁸³ O GLOBO. Ex-delegado comandará debate sobre maioria. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 abril 2014. País, p.8.

de Medina, a reportagem segue com a declaração da autora do Mapa do Encarceramento, Jaqueline Sinhoretto, esta dizendo que o aumento maior de presos em alguns estados pode ser resultado de um programa forte de repressão. Na avaliação dela, de início, o recrudescimento no número de prisões consegue reduzir a violência, mas as consequências ruins para o sistema prisional são consideráveis e o efeito que seria benéfico para a sociedade torna-se pouco duradouro. —Em Minas Gerais, num primeiro momento, houve mais encarceramento e redução de homicídios, logo depois se viu um aumento de homicídios, e o encarceramento continuou”, explicou Sinhoretto.

A reportagem menciona, no 11º parágrafo, um número bastante relevante sobre os principais tipos de crimes responsáveis pelas condenações dos que estão atrás das grades. Ao todo, 49,1% dos presos foram condenados por crimes relacionados ao patrimônio, como roubo e furto. Quando esse percentual é somado aos que cometeram algum delito ligado a drogas, chega-se a 74,4%. Os criminosos por homicídios representam 11,9% dos presos do país, de acordo com o Mapa do Encarceramento. —Isso nos mostra que não há uma priorização dos crimes violentos, dos homicídios. A Justiça criminal hoje não está focada nos crimes contra a vida, e sim, na circulação de riqueza”, criticou Jaqueline. E continuou: —Ao contrário do que se pode imaginar, não é o preso perigoso, o *serial killer*, que está na cadeia”. Outra informação registrada pelo jornal, a partir da análise da professora, é o tempo das penas, uma vez que 29,2% dos presos foram condenados entre 4 e 8 anos de prisão, o que sugere que tenham cometido crimes de média gravidade. Além disso, 18,7% dos que cumprem pena em regime fechado, poderiam cumprir medidas alternativas, por terem sido condenados, no máximo, a 4 anos de reclusão.

Somente no 14º parágrafo do texto, a reportagem cita a situação dos menores de idade, um dos objetos principais do levantamento contido no Mapa do Encarceramento. Entre os 20 mil adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no Brasil, em 2012, 9% haviam cometido homicídio. Na população adulta presa, o percentual é de 11%. A comparação, afirma o jornal, foi feita pelo secretário Gabriel Medina como sinal de que a violência entre os jovens não é maior que a verificada na população adulta. Ainda segundo o secretário, a sociedade precisa ser convencida de que os adolescentes infratores são punidos com medidas socioeducativas, inclusive com a privação da liberdade, e que em alguns casos são até mais rígidas quando comparadas à dos adultos. —Se um adulto comete homicídio simples, dentro de um ano ele pode estar fora. O adolescente passará os três anos internado”, afirmou o secretário na reportagem de O

Globo. A matéria também informa sobre a baixíssima escolaridade da maioria dos presos, uma vez que 67% deles são analfabetos, semialfabetizados ou apenas com o ensino fundamental.

Por fim, o jornal ouviu ainda o representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Jorge Chediek, órgão parceiro do governo federal na produção do Mapa. Ele criticou a repressão à violência que se faz no Brasil, que não é “sofisticada” (a expressão está no texto do jornal, mas não se sabe se foi exatamente usada pelo representante, já que não está entre aspas). No Brasil, diz o representante, a repressão precisa ser aperfeiçoada, e a prova disso é o elevado percentual de presos condenados por crimes de roubo e furto e os relacionados a drogas. Na contramão disso, continuou Chediek, 10% dos homicídios cometidos no Brasil não têm a autoria identificada. O representante afirmou ainda que a entidade à qual pertence é contra a maioria penal por achar que a medida “criará mais problemas” do que os que precisam ser enfrentados.

Essa reportagem de O Globo possui pelo menos uma característica circunstancial muito parecida com a publicada no dia 5 de junho de 2014, que abordou as consequências da Lei 12.403. Assim como a matéria de um ano antes, essa foi originalmente “pautada” fora do ambiente da redação de O Globo. Na verdade se trata de um procedimento muito comum nas redações, o de receber *press releases* e outros tipos de sugestões de pautas, por exemplo, vindas de órgãos públicos, empresas privadas ou entidades diversas. Se o assunto interessar sob o ponto de vista jornalístico, tira-se proveito dele buscando outras fontes e dados para enriquecer o material contido no *press release* para, obviamente, publicar o resultado dessa apuração. Como mencionado anteriormente, possivelmente foi isso o que aconteceu com a reportagem do dia 5 de junho de 2014 e o que ocorreu com essa, de 4 de junho de 2015. A diferença fundamental entre uma e outra, contudo, foi o enfoque dado ao ponto considerado principal do material oferecido como assunto, que no jargão jornalístico é denominado “gancho”. Naquela, o gancho foi o esforço dos secretários de segurança para mudar a legislação a fim de combater a “impunidade”. Foi esse o teor de todas as declarações presentes na reportagem, acompanhada dos números dando conta dos suspeitos presos e soltos logo em seguida, todos beneficiados pela nova lei. Fica clara a coerência das opiniões com o desenvolvimento do texto e consequentemente com a “defesa” do gancho principal da matéria. Para se ter certeza absoluta disso, porém, seria necessário ter acesso à íntegra das entrevistas realizadas pelo jornal, coisa que esta pesquisa de

dissertação não teve, e verificar se o uso das declarações obedeceu exatamente ao enfoque dado e que foi publicado. Mas não é forçoso afirmar que se publicou fundamentalmente o que a secretaria de governo do estado do Rio queria que fosse publicado.

Situação muito diferente aconteceu com a reportagem de 4/06/2015. O assunto sugerido ao jornal foi o estudo sobre a violência contra a juventude negra no Brasil, como está expresso no Mapa do Encarceramento, com o subtítulo “Os Jovens do Brasil”, oferecido ao jornal para o desenvolvimento da reportagem. Uma das principais intenções por parte do governo federal com essa pauta fica evidente: fazer um contraponto à PEC da maioria penal em discussão no Congresso, com grande possibilidade de ser aprovada à época. Cabe ressaltar que o governo da presidente Dilma Rousseff era contra a proposta. O Globo, no entanto, “transformou” o levantamento divulgado pela Secretaria Nacional de Juventude em outro assunto, o do crescimento incomum da população carcerária, tópico, por sinal, já explorado pelo periódico outras vezes. Para isso, teve de lançar mão de outra fonte de informações (os números do Depen) conjugada com os dados do Mapa. Nem ao menos citou que o levantamento do governo federal dizia respeito à juventude negra. Não obstante o fato de o jornal ter total liberdade de tratar os assuntos que lhe cai nas mãos, a novidade nesse caso, com forte gancho jornalístico e valor/notícia, portanto, seria justamente o conteúdo inédito ofertado pela Secretaria da Juventude, que deveria figurar logo no título, subtítulo e nos primeiros parágrafos da reportagem. Esta, porém, só começa a falar dos dados do Mapa do Encarceramento no quinto parágrafo.

Mesmo uma informação de bastante peso jornalístico (a de que mais de 70% dos presos brasileiros foram condenados por crimes relacionados ao patrimônio e às drogas) e que poderia, inclusive, ser perfeitamente vinculada ao enfoque principal que o jornal preferiu dar, só vai aparecer no 11º parágrafo. Ou ainda, no 13º parágrafo (quase no final do texto) constar a informação sobre o tempo da pena de 29,2% dos condenados, que é de 4 a 8 anos, e de outros 18%, que poderiam cumprir penas alternativas, sendo ambos os casos referentes a crimes de média e baixa gravidade. Isso significa, em outras palavras, que quase metade dos presos no país, pelo perfil dos delitos, está longe de ser os facínoras que habitam o imaginário popular.

A Folha de S. Paulo também usou a pauta sobre Mapa do Encarceramento, mas dedicou espaço bem menor (uma coluna de 12 pequenos parágrafos) na página B6 do

caderno Cotidiano: –Em sete anos, dobra o número de presos sem condenação”²⁸⁴ (sem chamada de capa) (Anexo 1, p. 220). O jornal paulista preferiu destacar nas primeiras linhas o alto número de presos provisórios nos presídios do país e, em seguida, tratou do crescimento da população prisional. Falou ainda dos 18,7% dos presos condenados que poderiam estar cumprindo penas alternativas, e quase no fim do texto abordou a situação dos jovens negros entre 18 e 29 anos que são maioria entre os presos do país. A Folha reproduziu declaração do secretário Gabriel Medina dizendo que o jovem negro tem sido mais vítima do sistema, que prende mais pessoas dessa etnia quando comparados às prisões de brancos. E por último, o jornal menciona os crimes contra o patrimônio e os relacionados a drogas, a grande maioria que motiva as condenações, contra 12% das que respondem por homicídios. Não há referência aos menores de idade nem à PEC sobre a maioridade penal.

Verifica-se, portanto, que tanto a Folha como O Globo não quiseram destacar as novidades maiores da pauta, como as que tratam da violência contra o jovem negro, a quantidade de condenados por crimes de baixa e média gravidade e o número de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por crimes graves, como homicídio.

Entretanto, quando tomamos contato com o estudo original, ou seja, com a íntegra do Mapa do Encarceramento, podemos destacar algumas informações extremamente relevantes que foram ignoradas pelos dois periódicos. A primeira delas é que –os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos”²⁸⁵. De acordo com o Mapa, dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Datasus, do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios em 2012 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino.

Quanto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o estudo destaca a dificuldade de se traçar um perfil mais detalhado desses jovens pela incompletude dos dados oficiais disponíveis. Diz o Mapa:

²⁸⁴ CANCIAN, Natália. Em sete anos, dobra o número de presos sem condenação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2015. Cotidiano, B6.

²⁸⁵ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015, p. 9.

Atualmente, as formas de tratamento reguladas pelo ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) para os adolescentes autores de atos infracionais têm sido alvo de críticas por parte de segmentos da sociedade civil e da mídia. Neste contexto verifica-se a emergência dos debates acerca da redução da maioridade penal para 16 anos. O principal argumento, por parte dos defensores da redução da maioridade penal, gira em torno da suposta ineficácia das medidas socioeducativas no controle de criminalidades juvenis diante de novas configurações do crime e da violência urbana. Entretanto, tal debate é realizado sem ter por base a realidade do sistema de justiça juvenil. E, uma vez que são escassos os dados que permitiriam visualizar o perfil destes jovens e dos atos infracionais que eles comentem, a tarefa de monitorar a qualidade e eficácia das medidas socioeducativas é prejudicada. Portanto, o esforço para conhecer o perfil do adolescente que cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade é importante para o fortalecimento do sistema de justiça juvenil.

Segundo o estudo do governo federal, fica evidente também que as afirmações de parlamentares defensores da PEC da maioridade penal, por exemplo, repercutidas pelos meios de comunicação de massa quanto à adoção de leis mais duras ou da ineficiência de medidas socioeducativas, carecem de bases informativas, prejudicando dessa forma uma avaliação mais condizente com a realidade dos menores infratores e menores carentes no Brasil.

Finalmente, destacamos duas das seis recomendações contidas no Mapa do Encarceramento e que poderiam ter sido mencionadas nas reportagens aqui analisadas, por conta da sua relevância e interesse público. Estimular e fortalecer políticas públicas que ampliem o acesso à justiça por parte de jovens, negros e mulheres, além de ações no âmbito do processo penal, que reduzam o número de pessoas encarceradas, com o fortalecimento da assistência jurídica, revisão de processos de execução penal e aplicação de penas alternativas à prisão”.²⁸⁶

As considerações finais a serem feitas na análise dessa reportagem podem ser sintetizadas nas palavras da professora Jaqueline Sinhoretto, segundo as quais a “Justiça criminal hoje não está focada nos crimes contra a vida, e sim, na circulação de riqueza”. A maneira como a Justiça no Brasil encara a população pobre e negra é muito parecida com que o Globo e a Folha também as encaram, a julgar pela escolha dos enfoques jornalísticos. São seguidores de uma tradição arraigada nas elites do país desde sua fundação, a de que a questão social precisa antes de tudo ser tratada como caso de

²⁸⁶ Ibidem, p. 98.

polícia. E a política do encarceramento levado à cabo em praticamente todos os estados da Federação é apenas uma consequência desse tipo de mentalidade. Tal constatação feita pelas estatísticas, inclusive, não recebe o tratamento claro que poderiam receber por parte desses periódicos, frequentemente –silenciando” vozes, escamoteando dados e invertendo prioridades de pauta.

6.7 Origem geográfica dos presos no Rio de Janeiro

Um grande levantamento inédito realizado pela Diretoria de Análises de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), com base nos números da Secretaria estadual de Administração Penitenciária (Seap), serviu de base para O Globo publicar no dia 13 de dezembro de 2015 uma reportagem com chamada de capa –Pesquisa revela origem de presos” (Anexo1, p. 221), e internamente com o título –Geografia do encarceramento”²⁸⁷ (Anexo1, p. 222). O levantamento revela que a origem geográfica dos presos do sistema penitenciário do Rio está mais concentrada em alguns bairros da capital. A ideia, diz o texto da reportagem, –é que o mapeamento ajude o poder público a priorizar investimentos em cidadania e prevenção da violência nesses locais”.

Pelo mapeamento, os bairros de Bangu e Bonsucesso têm o maior número de endereços declarados pelos que entraram no sistema prisional. Os pesquisadores analisaram, nos sete primeiros meses de 2015, fichas de 18.438 presos que passaram por prisões na cidade do Rio. Esse universo representa 38% de todos os 48.479 presos do estado. A reportagem continua afirmando que em números absolutos, 875 presos declararam que moravam em Bangu. Em Bonsucesso — que passa a ser o primeiro do ranking se considerada a taxa de criminosos por cem mil habitantes —, viviam 603 encarcerados. A lista segue com Campo Grande (541 presos), Santa Cruz (479) e Cidade de Deus (473). Em uma cidade com 160 bairros (segundo o Instituto Pereira Passos), só nesses cinco primeiros viviam 16% dos detentos do universo pesquisado.

Os pesquisadores ressaltaram, conforme registra o jornal, que o levantamento não pretende –estigmatizar moradores”, mas auxiliar o poder público a direcionar investimentos em programas sociais que ajudem a prevenir a entrada de jovens no crime. –Os analistas observam que o percentual de presos, em todos os bairros citados, é

²⁸⁷ BACELAR, Carina. Geografia do encarceramento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 dez. 2015. Rio, p. 12.

ínfimo em relação a suas populações totais. Em Bonsucesso, por exemplo, que tem a maior taxa de presos por habitantes, a porcentagem de encarcerados sobre o total de moradores é de 3,2%.” O coordenador da pesquisa, Marco Aurelio Ruediger, diretor da DAPP, afirmou que “existe um foco muito grande em cima da repressão ao crime. No entanto, isso não é suficiente, porque falta o outro lado, que é o de não deixar o jovem ser cooptado pelo crime”. Ainda de acordo com o texto da reportagem, nos dois bairros que encabeçam o ranking, a concentração de endereços declarados pelos presos fica majoritariamente em favelas. No caso de Bonsucesso, muitos presos que afirmaram morar no bairro na verdade viviam no Complexo da Maré. Em Bangu, Vila Kennedy e Vila Aliança apareceram como os principais locais de residência, segundo o estudo. Em comum entre esses bairros, de acordo com a socióloga Roberta Novis, uma das pesquisadoras do mapeamento, há um “histórico de abandono pelo poder público”. Diz Roberta: “Podemos dizer que não só há convergência de endereços desses presos, mas de questões sócio demográficas. Temos índices baixos de renda per capita e de renda média familiar”.

O levantamento também apontou o bairro do Grajaú como o de maior incidência de crimes, o que, segundo O Globo, surpreendeu os especialistas e policiais militares que atuam na região. “O tenente-coronel Marcelo Rocha, comandante do 6º BPM (Tijuca), afirmou não poder apontar causas para o resultado, mas ressaltou que o bairro é residencial, com muitos idosos e rodeado por comunidades pacificadas”. O policial se referia à Unidades de Polícia Pacificadoras existentes na região justamente com o objetivo de controlar o crime nos morros do Rio. “O levantamento da FGV identificou ainda que a maioria dos presos da cidade sequer concluiu o ensino fundamental (52,2%). Apenas 0,6% deles tem ensino superior completo. A cor de pele declarada mais comum é parda (45,7%), seguida pela branca (26,7%). Negros são 25,9%”.

A reportagem obteve o depoimento de João Paulo Garcia, de 35 anos, que foi presidiário no Rio, por tráfico, e nasceu no Complexo da Maré. “Para quem é muito novo, a cadeia é uma oficina do crime. O cara muitas vezes é ladrão de celular e sai como gerente da boca de fumo. Não se ressocializa. Conheci vários lá dentro que continuaram no crime. Eu diria que 99%.” Hoje, continua o texto, Garcia está fora da prisão e coordena o projeto “Segunda Chance”, iniciativa do Grupo Cultural AfroReggae, encaminhando ex-presos ao mercado de trabalho, além de continuar indo à Maré, estimulando alguns jovens a desistirem do caminho que um dia já seguiu.

Quando se analisa diretamente a pesquisa realizada pela FGV-Rio –Geografia do encarceramento – estudo sobre a origem de apenados e crimes no Rio de Janeiro”²⁸⁸ pode-se identificar que a reportagem contemplou as principais informações presentes no trabalho, chamando a atenção dos bairros de origem dos presos e da desatenção por parte do Estado nessas localidades. Mas o Globo deixou de destacar um ponto quase nunca explorado pela imprensa quando se trata de sistema penitenciário: a reincidência de presos ao sistema. Como já foi citado nesta pesquisa, no país não há números confiáveis que possam referenciar a real situação de egressos que retornam ao sistema depois de uma pena ou por medida de segurança, segundo o conceito de reincidência penitenciária. No estudo da FGV-Rio, a proporção de reincidente no sistema penal do Rio vem caindo, mas ainda é muito alta. Em 2013 era 73%, em 2014, 65% e em 2015 chegou a 51%. São índices preocupantes, mostrando que a ideia de ressocialização dos presos precisa ser urgentemente reavaliada no Brasil. Um assunto por si só absolutamente fundamental e de interesse público, pois é provavelmente um dos motivos da superlotação nos presídios, tópico que deveria ser objeto de pautas dos meios de comunicação, mas não são.

Outra informação contida no mapeamento, e que o leitor de O Globo ficou sem ter acesso, refere-se à importante recomendação que os especialistas deixam para os agentes públicos responsáveis pelo setor. –O encarceramento é a última linha de ação da justiça criminal, e deve ser aplicado como tal. Faz-se necessário recuperar uma política de segurança pública que busque a intervenção mais qualificada agregando à repressão elementos de justiça e integração entre estado e comunidade”.

²⁸⁸ RUEDIGER, Marco Aurélio (Coord.). *Geografia do encarceramento – estudo sobre a origem de apenados e crimes no Rio de Janeiro*. Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://infogram.com/geografia_do_encarceramento. Acesso em 20/11/2017.

Capitulo 7

Capítulo 7 Maioridade Penal ***

Maioridade penal: discussões e consequências

Na sequência de reportagens que serão analisadas a seguir, o tópico principal está ligado às notícias sobre a diminuição da maioridade de 18 para 16 anos, assunto que tem forte relação com o sistema presidiário e que apareceu várias vezes no levantamento realizado nas primeiras páginas dos jornais pesquisados. A análise desse tema foi acrescentada a esta pesquisa por conta de um encadeamento de acontecimentos surpreendentes sobre violência urbana publicados em O Globo (além de algumas outras matérias mais dispersas na Folha) que aconteceram simultaneamente às discussões na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional em questão, isto é, a PEC da maioridade penal.

7.1 Menores de idade: as vítimas

Por ocasião da aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dois dias antes, o Globo publicou no dia 2 de abril de 2015 reportagem ligada ao tema com uma pequena chamada de capa: “Menores cometem 1% dos homicídios” (Anexo 1, p. 223). Na página interna, o texto destaca uma estimativa das Nações Unidas para a Infância (Unicef) referente a 2012 em que 1% dos homicídios registrados no país é cometido por adolescentes entre 16 e 17 anos²⁸⁹ (Anexo 1, p. 224). Em números absolutos, continua o jornal, isso equivaleria a algo em torno de 500 casos por ano. “Apesar da baixa incidência dos assassinatos praticados por menores, eles têm sido usados como principal argumento para a redução da maioridade penal no Brasil”.

Em seguida, o jornal faz duas observações. A primeira é se a PEC for aprovada sem alterações vai ampliar a população carcerária, estimada em mais de 500 mil presos e com déficit de vagas de 40%. A segunda, cerca de 75% dos adolescentes que estão cumprindo medida de internação têm mais de 16 anos, o que corresponde a 16.014 internos, o equivalente a 3% da população carcerária (números ainda com base em dados de 2012). Em que pese o debate ganhar força na ocasião, o jornal informa que não

²⁸⁹ AMORIM, Silvia. Unicef estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 2015. O País, p. 6.

existem dados oficiais sobre o número de homicídios praticados por adolescentes no Brasil, pois tentou levantar informações nas secretarias nacionais de Direitos Humanos e de Segurança Pública, ligadas à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, respectivamente, e estas informaram que não detêm esse tipo de estatística. –O cálculo de 1% feito pelo Unicef é uma estimativa com base em relatórios de violência divulgados pelo governo e por estudiosos entre 2002 e 2012”, diz o texto de O Globo.

Uma declaração do representante do Unicef Mário Volpi, contida no texto, afirma que o Brasil precisa ter um sistema de informação mais preciso sobre a situação. Estatísticas oficiais de menores internados no Rio de Janeiro e em São Paulo mostram, segundo O Globo, que o homicídio não é a principal razão de internação, fica apenas em quarto lugar, atrás de roubo, tráfico de drogas e furto. Curiosamente, a reportagem nesta altura do texto apresenta números da Secretaria de Direitos Humanos que em parágrafo anterior afirmava que não existiam. –Segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 9% dos adolescentes internados em 2012 praticaram homicídio. Roubo foi o ato infracional mais cometido (38%), seguido de tráfico (27%)”.

A reportagem é finalizada com duas declarações, a favor e contrária à PEC. A membro-auxiliar da Comissão de Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público Helena Marques diz que antes de discutir mudanças sobre maioria penal é preciso implantar de maneira integral o plano de medidas socioeducativas. Segundo ela, não é correto dizer que o sistema de acolhimento para os adolescentes é ineficiente se ele não está 100% implementado, como manda a lei. –É preciso aperfeiçoar esse atendimento antes de querer reduzir a maioria”. O juiz José Brandão Netto, porém, –conhecido por determinar o toque de recolher para jovens em municípios da Bahia”, afirmou ao jornal que a PEC é –a única solução”. Para ele, –existe a ideia disseminada nas comunidades mais pobres de que não dá em nada o crime cometido por menor de idade. Essa lei com certeza pode mudar esse pensamento”. No pé do texto da reportagem, há ainda a informação de que a Secretaria de Direitos Humanos divulgou uma nota afirmando que –não existe comprovação de que a redução da maioria penal traz a redução da violência”. Em 54 países onde foram reduzidas a maioria, ainda de acordo com a nota, não se registrou queda na violência.

Na mesma página da reportagem, O Globo publicou, em matéria separada, as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello e do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, sobre o assunto. Segundo o ministro, a idade

de 18 anos para a maioria penal ~~–~~ não é uma cláusula pétrea da Constituição” e poderia ser modificada pelo Congresso Nacional através de emenda. Contudo, ele entende que não é a melhor saída para a delinquência juvenil, diz o texto. O governador, por seu lado, defendeu a redução da maioria penal para crimes hediondos como latrocínio, estupro e homicídio. Em destaque na reportagem (por meio um quadro quase no centro da página) o Globo publicou também sua opinião favorável à PEC, dizendo que ~~–~~ a medida precisa tramitar sem obstrução para que o país adeque a legislação penal ao que acontece nas ruas”.

Embora O Globo tenha tomado o cuidado de publicar de maneira relativamente equilibrada as posições de especialistas favoráveis e contrárias à PEC, procurou, por outro lado, conferir ~~–~~ peso” à reportagem lançando mão de uma estimativa do Unicef (uma entidade ligada à ONU, com ações de apoio à infância e adolescência e de reconhecimento internacional), sobre o número de homicídios cometidos por adolescentes no Brasil. E destacou esse dado no título principal da página, incluindo a chamada de capa. Todavia, alguns dias antes da publicação da reportagem de O Globo, o Unicef havia divulgado um comunicado à imprensa com um enfoque diferente dos que vinham sendo publicados nos meios de comunicação, baseado em uma informação de expressivo interesse público, e infelizmente absolutamente ignorada pelo jornal. No dia 18 de março de 2015, a entidade disponibilizou à imprensa um texto intitulado ~~–~~ UNICEF é contra a redução da maioria penal”²⁹⁰, assinado por Gary Stahl, representante do órgão no Brasil. No comunicado, o Unicef afirma que no Brasil ~~–~~ os adolescentes são mais vítimas do que autores de atos de violência. Dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,01% cometeu atos contra a vida”. Ainda segundo o comunicado, os menores de idade no Brasil estão sendo ~~–~~ assassinados sistematicamente”, pois é o segundo país no mundo em número absoluto de homicídio de adolescente, atrás somente da Nigéria. Os homicídios são a causa de 36,5% das mortes desses jovens, enquanto para a população total correspondem a 4,8%.

Mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. Se as condições atuais prevalecerem, outros 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídio entre 2013 e 2019.

²⁹⁰ UNICEF. UNICEF é contra a redução da maioria penal. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 18 mar. 2015. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/media_29163.html. Acesso em 24 nov. 2017.

As vítimas têm cor, classe social e endereço. Em sua grande maioria, são meninos negros, pobres, que vivem nas periferias das grandes cidades.

Estamos diante de um grave problema social que, se tratado exclusivamente como caso de polícia, poderá agravar a situação de violência no País.

O UNICEF é contra qualquer forma de violência, incluindo a praticada por adolescentes.

Porém, o sistema atual de medidas socioeducativas precisa ser aperfeiçoado para responder aos atuais desafios do País. Só assim o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) poderá garantir a responsabilização dos adolescentes autores de ato infracional e, ao mesmo tempo, a sua integração na sociedade.²⁹¹

Em nenhuma edição anterior O Globo mencionou essas informações, nem mesmo nos dias que se sucederam a divulgação do comunicado do Unicef. A Folha de S. Paulo nesse período também não mobilizou nenhum esforço de sua equipe de redação para explorar melhor o enfoque abordado pela entidade, embora o assunto tenha sido mencionado em dois artigos escritos por um colunista e por um especialista. No dia 3 de abril, na página de Opinião (Anexo 1, p. 225), Luiz Fernando Vianna²⁹² cita os dados do Unicef que ele tomou contato por meio do site do jornal espanhol “El País”, publicado na sua versão brasileira, com texto de autoria da jornalista Eliane Brum. No artigo, Vianna ataca a PEC da maioria penal ao afirmar que o encarceramento maior de jovens não vai resolver o problema da violência, apenas aumentará a reincidência ao crime dos menores infratores, e o ódio contra eles. No dia seguinte ao texto de Vianna, o jornal de São Paulo publica outro artigo, desta vez do professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, Oscar Vilhena Vieira²⁹³ (Anexo 1 p. 226). Ele também condena a aprovação da PEC usando como um dos argumentos os dados do Unicef sobre o grande número de adolescentes assassinados. Diferentemente da interpretação do ministro do STF Marco Aurélio Mello, no entanto, o professor da FGV escreve que a maioria penal aos 18 anos, como consta na Constituição brasileira, é sim “cláusula pétrea”.

De toda forma, O Globo e Folha de S. Paulo não viram importância no comunicado do Unicef, ainda que o jornal carioca tenha usado dados da entidade para tentar reforçar

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² VIANNA, Luiz Fernando. Ódio de gente grande. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 abr. 2015, Opinião, p. A2.

²⁹³ VIEIRA, Oscar Vilhena. Maioridade Constitucional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2015, Cotidiano, p. B2.

seu posicionamento favorável à aprovação da PEC, sem, no entanto, publicar a informação sobre o posicionamento contrário da entidade internacional quanto ao tema em debate no Congresso.

Um editorial²⁹⁴ (Anexo 1, p. 227) indignado por ocasião da morte de um médico com o envolvimento de adolescentes, publicado no dia 22 de maio, deixa bem claro o posicionamento do periódico sobre o tema (em relação a esse episódio, esta pesquisa trará mais detalhes em seguida). Cabe notar neste caso, no que diz respeito ao O Globo, a falta de limites quanto a deixar claro para o leitor o que é opinião e o que é notícia. Os tratamentos dados aos posicionamentos favoráveis à PEC, em declarações e opiniões de entrevistados no corpo das matérias que deveriam ser notícia, são visivelmente mais privilegiados, enquanto outras informações são omitidas ou subutilizadas. Trataremos um pouco mais sobre isso adiante.

Por uma infeliz coincidência, no mesmo dia em que o jornal carioca publicou a reportagem com o título “Unicef estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil” um garoto de 10 anos morreu baleado na comunidade do Areal, no Complexo do Alemão, no Rio, durante confronto entre policiais e traficantes, conforme reportou o próprio O Globo no dia 3 de abril²⁹⁵ (Anexo 1, p. 228). Segundo a Coordenadoria da Polícia Pacificadora (CPP), afirma o jornal, policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) patrulhavam o local quando foram recebidos a tiros por bandidos. No tiroteio, o menino Eduardo Ferreira teria sido atingido pela arma de um dos policiais e morreu. A Polícia Militar instaurou inquérito para apurar a conduta dos policiais, informou o jornal, e mencionou ainda que o garoto foi a quarta vítima em dois dias de tiroteios no Alemão.

Nos dois dias posteriores, O Globo continuou noticiando o caso por conta dos protestos violentos dos moradores daquela comunidade, indignados com a morte do menino. No terceiro dia, relata também uma “caminhada pela paz” dos moradores com a participação dos pais de Eduardo Ferreira. No dia 8 de abril, em chamada na capa, o jornal publica a informação de que um policial admitiu em depoimento à própria corporação que pode ter sido autor do disparo que matou o menino. No dia seguinte, é noticiado que policiais suspeitos da morte do garoto passariam por exames psicológicos. Enquanto nas páginas do caderno “Rio” de O Globo (seção dedicada a notícias locais)

²⁹⁴ O GLOBO. Crime reforça pressão por nova maioria penal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 maio 2015, Opinião, p 18.

²⁹⁵ GOULART, Gustavo. ARAÚJO, Vera. Menino morre em novo tiroteio no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de abr. 2015, Rio, p. 12.

são publicadas as notícias do Complexo do Alemão, no caderno “O País” (que reúne reportagens sobre política e assuntos de âmbito nacional), o jornal acompanha os desdobramentos das discussões quanto à PEC da maioria penal na Câmara dos Deputados. Em 9 de abril, “Maioridade: bancada da bala comandará comissão”²⁹⁶ (Anexo 1, p. 229), e em 16 de abril, “Ex-delegado comandará debate sobre maioria”.

O jornal do Rio, no dia 17 de maio, ainda tratou da morte do menino devido à informação de que a mãe de Eduardo Ferreira iria processar José Júnior, fundador da ONG Afroreggae. Júnior é personagem com certa exposição na imprensa por causa de declarações polêmicas envolvendo seu trabalho cultural e social e por suspeitas de enriquecimento ilícito a partir de verbas públicas obtidas para sua organização. Na sua página do Facebook ele fez um comentário sugerindo que o garoto tinha envolvimento com o crime organizado. Posteriormente, por causa da repercussão negativa, José Júnior retirou seu comentário da mídia social e declarou que suas palavras foram distorcidas. Mas o assunto da morte de Eduardo só será retomado pelo jornal seis meses depois, no dia 4 de novembro, com a chamada de primeira página: “PMs atiraram mas não serão punidos”, e na página 9, “Um erro fatal, nenhum culpado”²⁹⁷ (Anexo 1, p. 230). Segundo a reportagem, a polícia concluiu que o tiro que matou Eduardo Ferreira partiu de um fuzil de um policial militar, contudo, a Divisão de Homicídios da Polícia Civil, que conduziu a investigação, não apontou um culpado. Os PMs envolvidos Marcus Vinicius Nogueira Bevitori e Rafael de Freitas Monteiro Rodrigues foram inocentados, pois “agiram em legítima defesa e não tinham a intenção de atirar no menino”. Na mesma página, o Globo publicou a versão da mãe do garoto, a diarista Terezinha Maria de Jesus, que afirmou ao jornal que não houve tiroteio naquele fatídico dia, nem sequer ocorreu operação policial no local. Segundo ela, os policiais confundiram um celular que o menino carregava com uma arma e dispararam. Ela contou que ouviu o tiro, foi ao socorro do filho, viu o policial perto do corpo e avançou nele. Nesse momento, foi ameaçada pelo PM, dizendo que este a mataria também. O jornal informou que a mãe de Eduardo manteve essa versão durante todo o processo de investigação.

A morte violenta de um garoto de 10 anos em uma comunidade carente do Rio de Janeiro foi mais um exemplo entre milhares que acontecem no Brasil, conforme destacou o Unicef em seu comunicado disponibilizado à imprensa brasileira. Como foi

²⁹⁶ SOUZA, André de. Maioridade: bancada da bala comandará comissão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abr. 2015, O País, p. 7

²⁹⁷ WERNECK, Antônio. BOECHAT, Breno. GRILLO, Marco. NASCIMENTO, Rafael. Um erro fatal, nenhum culpado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2015, Rio, p. 9.

mencionado anteriormente, os leitores de *O Globo*, contudo, não puderam ser informados pelo jornal sobre esse dado, tampouco houve algum tipo de associação entre as estatísticas dos assassinatos de adolescentes e a morte do menino no Complexo do Alemão, a julgar pela cobertura feita pelo jornal carioca.

7.2 A morte de um médico por um menor de idade

Outra infeliz ocorrência tomou parte em 20 de maio de 2015, dia em que o cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, morreu em decorrência de um ataque à faca cometido por assaltantes enquanto pedalava na ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas. No dia 21, o *Globo* fez uma reportagem ocupando seis páginas para falar da morte do cardiologista²⁹⁸ (Anexo 1, pgs. 231 a 233). Na primeira página, o assunto foi manchete: “Crime na Lagoa”, “Fragédia anunciada choca Rio”. Nas páginas internas, o periódico descreve o perfil de Jaime Gold como o de um médico “dedicado” e pai exemplar que assumiu sozinho a criação dos dois filhos. “Era atleta por paixão, e quando passava pela portaria do seu prédio, sempre cumprimentava o porteiro, quando não se estendia em dois dedos de prosa”. Naquele dia, porém, havia apenas suspeitas de que o crime tinha sido cometido por adolescentes, mas em um quadro destacado à página 14, o título “Maioridade penal em discussão”²⁹⁹ indicava a conexão direta que o jornal fazia entre o crime e a PEC em discussão no Congresso. No texto, especialistas favoráveis e contrários apresentam seus argumentos, não muito diferentes dos que o periódico carioca já havia publicado anteriormente. Na mesma página 14, havia ainda uma matéria³⁰⁰ dizendo que o número de adolescentes detidos no mês anterior na região onde está a Lagoa é maior do que o de adultos. São 40 jovens contra 30 adultos, proporção maior que em todo o estado, afirma o texto.

No dia seguinte, 22 de maio, *O Globo* elege novamente a morte do médico como um dos assuntos principais da edição, com o título no alto da capa: “Suspeito tem 16 anos e 15 crimes” (Anexo 1, pgs. 234 e 235), reservando três páginas para o caso. Internamente³⁰¹, o jornal traçou o perfil do rapaz, filho de uma catadora de lixo que cinco anos antes havia sido chamada a comparecer a uma delegacia no Leblon pela

²⁹⁸ O GLOBO. Adeus, doutor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio, p. 8.

²⁹⁹ O GLOBO. Maioridade penal em discussão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio, p. 14.

³⁰⁰ O GLOBO. Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio, p. 14.

³⁰¹ BOTTARI, Elenice. GOULART, Gustavo. Uma história cruel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio, p. 8.

acusação de abandono de incapaz, na ocasião, uma criança de 12 anos, apreendida correndo “em atitude suspeita” pela avenida Bartolomeu Mitre, no mesmo bairro carioca. A criança de cinco anos antes e a que a catadora tinha à sua frente na Divisão de Homicídios naquele dia eram a mesma pessoa: o suspeito da morte do cardiologista. A mãe contou à polícia ainda em 2010, quando foi chamada pela primeira vez na delegacia, que era obrigada a trabalhar o dia inteiro para criar seus três filhos, sem a companhia do marido que a havia abandonado. “Além disso, só tinha o Bolsa-Família” (programa de transferência de renda do governo federal destinada a famílias pobres, com rendimento inferior a R\$ 180,00 mensais, e que tenham em sua composição crianças ou adolescentes). A catadora foi chamada novamente à delegacia para tomar conhecimento da situação do seu filho, desta vez com 16 anos e uma suspeita de assassinato nos ombros.

De acordo com o texto do jornal, uma testemunha teria reconhecido o jovem que golpeou o médico pelas costas com uma faca antes mesmo de anunciar o roubo. Ao ver a vítima no chão, ainda segundo a testemunha, o adolescente voltou a golpeá-lo “num longo e profundo corte de baixo para cima, que atingiu quatro órgãos e tirou de Jaime qualquer chance de sobreviver ao ataque, mesmo depois de oito horas de cirurgia”, descreve o jornal. Na ficha do jovem, continua O Globo, há 15 passagens por delegacias da cidade, “quase sempre flagrantes de furto e roubo. Em pelo menos cinco deles, o adolescente usou faca”. Apesar da crescente atitude de violência apresentada nas ocorrências de assalto, ele nunca recebeu uma medida de internação em regime fechado, diz o texto. Em 2013, ficou num abrigo provisório durante 39 dias e em uma de suas curtas passagens pelo sistema socioeducativo, descreve O Globo com base na ficha do adolescente, foi torturado por agentes da Escola João Luiz Alves, em crime denunciado pelo Ministério Público em 2014. Mas perante do episódio envolvendo o cardiologista, o delegado da Divisão de Homicídios, à frente do caso, mostrou-se chocado com a frieza do rapaz. “Ele não demonstra nenhum sentimento pelo outro ser humano”. Depois de ser reconhecido pela testemunha através de fotografias, a polícia foi até o condomínio de moradias populares em Manguinhos, onde mora com a mãe, irmã, irmão e cunhado, e o prendeu. Junto com o menor, tinham nove bicicletas, um facão “com cerca de 30 centímetros de lâmina”, três facas pequenas e duas tesouras. O adolescente negou na delegacia ter assassinado o médico, mas confirmou a prática de roubos na região. Na reportagem, o jornal publicou ainda a declaração do psicanalista Luiz Alberto Py dizendo que o autor das facadas “tem traços de psicopatia”.

Na página seguinte dessa mesma edição, mais uma vez o jornal destaca a proposta que reduz a maioria penal³⁰², relacionando-a ao crime contra o médico. Logo abaixo dessa matéria, o jornal publica dois artigos de especialistas, um contrário à PEC, do defensor público do estado do Rio André Luís Machado de Castro³⁰³, e outro do ex-presidente do STF Carlos Velloso³⁰⁴, favorável (Anexo 1, p. 236).

Entre os dias 23 e 28 de maio, o jornal publicou diariamente pelo menos uma matéria sobre o assassinato do médico ou sobre fatos relacionados ao crime. Nesse período, o noticiário tratou de ocorrências como caminhadas pela paz realizadas por ciclistas e de outros crimes à faca no Rio de Janeiro. No dia 26, o jornal publicou que até as vendas de coco na região da Lagoa (Anexo 1, p. 237), onde ocorreu o crime, foram prejudicadas pela violência³⁰⁵.

7.2.1 Um fato novo nas investigações

No dia 28 de maio, porém, o jornal relatou a existência de um fato novo nas investigações³⁰⁶. Um segundo adolescente, de 15 anos de idade, confessou para a própria mãe que teria participado do assalto ao médico (Anexo 1, p. 240). A avó e o padrasto desse jovem foram à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social contar às autoridades a confissão do segundo adolescente. Desde o mês anterior, de acordo com o texto dessa reportagem, ele estava sendo acompanhado por uma assistente social, pois permanecia em liberdade assistida depois de cumprir medida socioeducativa por furto. No depoimento à polícia, o segundo adolescente disse que a bicicleta onde estava, na companhia do outro suspeito, bateu de frente à de Jaime Gold. Os dois anunciaram o assalto e mandaram que o médico entregasse a bicicleta, quando este se levantou e levou três facadas. Pelo relato do segundo jovem, o autor das facadas fatais foi o primeiro adolescente. Diante do aparecimento desse segundo envolvido, pelas provas colhidas, e pelo relato de uma testemunha a polícia deu o caso por encerrado. Mas o texto de O Globo trazia ainda duas outras informações importantes. Antes de o caso ser

³⁰² SOUZA, André. Projeto que reduz maioria penal divide opiniões. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio, p. 9.

³⁰³ CASTRO, André Luís Machado de. Menos presídios e mais escolas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio, p. 9.

³⁰⁴ VELLOSO, Carlos. Capacidade de entender a conduta criminosa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio, p. 9.

³⁰⁵ ROGERO, Tiago. Violência afeta mercado de coco. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 mai. 2015, Rio, p. 12.

³⁰⁶ GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Mais um jovem no crime. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio, p. 9.

dado como esclarecido, houve uma pequena confusão na entrevista coletiva porque a Secretaria de Desenvolvimento Social chegou a informar que o segundo adolescente apreendido no dia anterior teria confessado o esfaqueamento do médico. Durante a entrevista, contudo, a delegada responsável pelo inquérito, Patrícia Aguiar, disse não ter dúvidas de que Jaime Gold foi esfaqueado pelo primeiro adolescente detido, uma vez que o relato do segundo suspeito é coerente com as provas obtidas e com o depoimento da testemunha que reconheceu o primeiro adolescente. A segunda informação relevante que consta no texto de O Globo diz que o primeiro adolescente voltou a negar o envolvimento no caso e que a família e o advogado de defesa do jovem sustentam que ele estava em casa no momento do assalto.

Na mesma página, em outra matéria³⁰⁷, à direita, o jornal faz uma pequena reconstituição do caso para ajudar a situar o leitor no contexto da notícia. Vale a pena destacar alguns dados nesse texto para mostrar, segundo o relato do jornal, a grande repercussão na população e a mobilização do poder público em decorrência da morte do cardiologista. O texto afirma que o médico foi mais uma vítima de adolescentes que “vêm atacando diante de um dos cenários mais bonitos da cidade e palco de provas das Olimpíadas de 2016”. (...) “A resposta ao crime que chocou a cidade foi imediata. (...) A PM reforçou, com agentes em quadriciclos e a cavalo, o patrulhamento na Lagoa, onde frequentadores não costumavam ver tantos policiais havia muito tempo.” Deputados federais vão retomar a votação de um projeto de lei, parado há mais de dez anos, que criminaliza o uso de arma branca (como facas) em vias pública, continua o texto de O Globo, e a Assembleia Legislativa do Rio aprovou em primeira discussão outro projeto que inclui nas estatísticas de violência roubos e furtos de bicicletas. Até a Câmara de Vereadores se mobilizou diante dos acontecimentos: criou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a receptação de bicicletas roubadas.

Esse caso que chocou o Rio, bem como de outros ataques à faca, foi também objeto de reportagem do Fantástico, da TV Globo, devidamente registrada nas páginas de O Globo, no dia 25 de maio³⁰⁸ (Anexo 1, p. 241), mostrando o poder de articulação de um grande grupo de comunicação, acionando seus mais diversos meios no destaque de situações que são de interesse da sua direção ou de uma parcela da sociedade com poder suficiente de influência. Uma análise realizada pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio,

³⁰⁷ O GLOBO. Crime num cartão-postal. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio, p. 9.

³⁰⁸ FRANÇA, Renan. ROSA, Gabriel. SCHIMITT, Gustavo. Oito vítimas em oito dias. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 mai. 2015, Rio, p. 6.

sobre as repercussões do caso do médico nas redes sociais, evidencia que também nas mídias digitais a presença de conteúdos gerados pela grande mídia tradicional responde por considerável influência nos debates travados naquele ambiente. A FGV coletou cerca de 36 mil menções ao assunto no Twitter, entre os dias 19 (dia do assalto contra o médico) e 21 de maio, e construiu um gráfico³⁰⁹ para ilustrar como os diferentes debates e posicionamentos estão articulados nas redes sociais. No relatório a FGV ressalta que – a imprensa, que noticiou com amplo destaque a morte de Jaime Gold em um dos locais mais famosos do Rio, é o polo com maior movimentação no Twitter (16% de presença), – a conta do jornal carioca ‘_O Globo’ age como a principal interlocutora do debate”.

Fora do mundo virtual, por outro lado, entre as “pedaladas pela paz” e outras manifestações que ocorreram na Lagoa Rodrigo de Freitas não é difícil reconhecer pelas páginas do jornal a presença majoritária de pessoas de classe média, a mesma à qual o médico Jaime Gold fazia parte. No caso das mortes que aconteceram nas comunidades carentes sob o acompanhamento das UPPs, incluindo a de crianças, como o do garoto Eduardo Ferreira, de 10 anos, houve também manifestações dos moradores exigindo providências das autoridades quanto à violência da qual sofrem cotidianamente. Se ocorreram medidas efetivas do poder público (fora a instalação das unidades pacificadoras e os constantes embates entre polícia e integrantes de organizações ligados ao tráfico de drogas), estas não foram publicadas nos jornais. Há de se notar, contudo, a diferença na capacidade de ingerência dos indignados de classe média, e sua correspondente reverberação nos grandes meios de comunicação, e daqueles habitantes dos morros e favelas cariocas que eventualmente (ou nunca) passam pelas calçadas em torno da Lagoa e dos demais bairros da zona sul. Estes últimos gritam, mas permanecem sem voz.

Apesar de a polícia dizer que o assassinato do cardiologista Jaime Gold já tinha sido resolvido, com a acusação de dois adolescentes, nos dias posteriores, entretanto, apareceram outras evidências que colocariam em xeque as conclusões policiais. No dia 29 de maio, O Globo publica em página interna que a testemunha-chave do crime

³⁰⁹ NOVIS, Roberta. CALIL Lucas. DUARTE, Fernanda. *Morte de ciclista no Rio desencadeia debate sobre segurança pública*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 28 mai. 2015, p. 2. Disponível em

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13773/Morte%20de%20ciclista%20no%20Rio%20desencadeia%20debate%20sobre%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABblica%20%282%29.pdf>. Acesso em 26 nov. 2017.

afirmou que um dos jovens que atacou o médico era branco³¹⁰ (Anexo 1, p. 243). Ocorre que os dois adolescentes apreendidos pela polícia são negros. A reportagem afirma ainda que essa nova informação foi obtida por meio do relato da testemunha que havia prestado depoimento na Divisão de Homicídios ao qual o jornal teve acesso. Ainda de acordo com o texto de O Globo, na coletiva de imprensa em que a polícia anunciou a conclusão do inquérito, realizada dois dias antes, a delegada responsável pela investigação, Patrícia Aguiar, tinha sido questionada se a testemunha havia citado a participação de um rapaz branco no crime. A delegada, porém, negou que houve tal citação. A Polícia Civil continuou sustentando que o responsável pelos golpes que matou o médico foi o primeiro adolescente detido. Mas o advogado de defesa dele, Alberto de Oliveira Júnior, afirmou ao jornal que o caso ainda não estava encerrado. –A gente vai provar que ele (o primeiro menor apreendido) não estava lá (na Lagoa), vai ser um caso emblemático”, declarou.

O jornal também lembrou quanto à divergência existente entre a polícia e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Esta teria afirmado que o segundo adolescente confessou ser ele o autor das facadas, diferentemente da informação divulgada pela polícia, que tentou esclarecer a contradição dizendo que houve erro de informação. Segundo o jornal, a secretaria se retratou posteriormente confirmando a versão dos policiais. Para aumentar a polêmica, escreve ainda o jornal, a delegada Monique Vidal, que havia iniciado a apuração do crime, comentou no *Facebook* que a testemunha-chave, ao ser ouvida por um delegado-adjunto, afirmou não ter condições de reconhecer os criminosos. Em outra delegacia, dias depois, ela os reconheceu através de fotos, dizia a mensagem da delegada. O texto conclui dizendo que a postagem de Monique foi apagada depois que o –RJ-TV”, da TV Globo, (telejornal que vai ao ar duas vezes ao dia) veiculou matéria –revelando” o conteúdo na rede social. Foram procurados pelo jornal para comentar a postagem a própria delegada Monique Vidal, o delegado-titular da Divisão de Homicídios, Rivaldo Barbosa, a Chefia da Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública. Ninguém quis comentar a mensagem de Monique, informou O Globo.

³¹⁰ GRILLO, Marco. Lagoa: testemunha diz que um dos jovens era branco. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio, p. 10.

7.2.2 Reviravolta no caso do médico

No dia 3 de junho, o jornal volta à tona com o caso por meio da seguinte chamada na capa: “Reviravolta: surge 3º suspeito” (Anexo 1, p. 244). No texto da página interna³¹¹ é informado que na madrugada do dia anterior um adolescente que seria da favela do Jacarezinho compareceu à delegacia do Engenho Novo acompanhado da irmã e do padrasto para confessar sua participação no crime (Anexo 1, p. 245). O suspeito inocentou o primeiro adolescente e afirmou que o autor das facadas foi o segundo rapaz detido. Ele disse ainda, em depoimento para promotores do Ministério Público estadual, que assaltou o médico em companhia do segundo jovem, apenas. A matéria de quase página inteira nessa edição informa que os policiais envolvidos na investigação viram com desconfiança o depoimento do terceiro jovem. “Eles estranham o que chamam de ‘crise de consciência’” do adolescente. Em mensagem publicada na internet, afirma O Globo com base em informações dadas pelos investigadores, o terceiro rapaz escreveu que estava arrependido por ter deixado o primeiro jovem responder por um crime que não cometeu. O advogado do primeiro adolescente detido, Oliveira Júnior, disse ao jornal que, por causa do novo depoimento, entraria com um pedido de *habeas corpus*, chamou o trabalho da polícia de “lambança” e também iria processar o governo do estado pela confusão formada.

Seis dias depois, O Globo informa que o segundo adolescente mudou sua versão na participação no crime³¹² (Anexo 1, p. 246). A partir de informações transmitidas pelo advogado Alberto de Oliveira Júnior, o jornal destaca que este segundo jovem teria inocentado o primeiro. Os três adolescentes presos tinham prestado novos depoimentos na Vara da Infância e da Juventude, no fórum de Olaria, aos quais o advogado do primeiro adolescente teve acesso. Sem poder divulgar o teor dos depoimentos por estar em segredo de Justiça, alertou o advogado em declaração ao jornal, o que pode ser dito foi que o segundo adolescente confirmou o que ele (advogado) já havia afirmado, ou seja, seu cliente não estava no local do crime no dia da morte do cardiologista. Embora os depoimentos estivessem em segredo de Justiça, a matéria de O Globo curiosamente traz detalhes do que o segundo jovem disse na Vara da Infância. Seu depoimento durou uma hora e 40 minutos, disse que mentiu anteriormente porque estava “com medo” e

³¹¹ BOTTARI, Elenilce; GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Reviravolta no crime da Lagoa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 jun. 2015, Rio, p.10.

³¹² ROBERTO Júnior, Paulo; HERINGER, Carolina. Suspeito de matar médico na Lagoa dá nova versão. *O Globo*, Rio de Janeiro. 9 jun. 2015, Rio.p. 8.

contou que quem o acompanhava no momento do assalto era o terceiro adolescente, o último a ser preso. O terceiro jovem, continua a matéria, manteve a versão que dera à polícia: confessou que participou do assalto e apontou o segundo adolescente como autor das facadas.

O desfecho desse confuso caso só veio a acontecer, nas páginas de *O Globo*, no dia 30 de junho, com a chamada de capa: “Justiça condena adolescentes” (Anexo 1, p. 247). Na página interna, “Três anos de pena máxima”³¹³ (Anexo 1, p. 248). Diz o texto do jornal: “A Justiça condenou ontem, por crime análogo ao latrocínio (roubo com morte), o primeiro e o terceiro adolescentes apreendidos por participação no assassinato do médico Jaime Gold”. (...) “Segundo a decisão judicial, o jovem de 16 anos detido dois dias depois após o crime foi o autor das facadas. Ele foi reconhecido pela única testemunha do caso”. (...) “A juíza Michelle de Gouveia Pestana Sampaio, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, absolveu o segundo jovem detido”. (...) “A decisão judicial não seguiu a vontade do Ministério Público, que havia pedido a condenação do primeiro adolescente e a absolvição dos outros dois.” (...) “Uma fonte com acesso ao processo, que corre em segredo de Justiça, contou que a juíza levou em consideração dados do GPS do celular do médico, que comprovariam a participação do terceiro adolescente no caso.”

A decisão da Justiça surpreendeu a todos, afirmou ao jornal o defensor público Fabio Schwartz que assistia o terceiro adolescente. De fato, nessa matéria de *O Globo*, aparece uma série de informações que até então não havia sido divulgada:

- 1) A testemunha-chave reconheceu o primeiro adolescente por foto e também presencialmente, através de uma parede de vidro antes da audiência de instrução no fórum de Olaria;
- 2) Houve inconsistências apresentadas por testemunhas da defesa do primeiro jovem, quando falaram de locais e horários em que estaria no momento do crime. A principal testemunha de defesa, dono de um trailer onde supostamente o rapaz estaria na hora do assassinato, responde processo por receptação e já chegou a ser preso pelo delito;

³¹³ GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Três anos de pena máxima. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 jun. 2015, Rio, p. 7.

3) Informações colhidas ao longo das investigações indicam que o primeiro adolescente está numa posição de destaque na hierarquia da facção criminosa que domina a região do Jacarezinho;

4) O terceiro adolescente confessou a participação no crime porque foi coagido pelo tráfico do Jacarezinho, segundo o defensor público Fabio Schwartz. –“que ele disse não foi corroborado pelas testemunhas”, afirmou o defensor.

Ainda de acordo com o texto da matéria, o advogado de defesa do primeiro adolescente não retornou as ligações feitas pelo jornal para poder comentar a decisão sobre seu cliente.

No final da matéria, o jornal publicou declaração da ex-esposa de Jaime Gold e mãe dos seus dois filhos. Disse a designer de interiores Marcia Amil que não estava acompanhando os desdobramentos do caso, e que pouco mais de um mês depois, a morte do ex-marido virou –“estatística”. Diante do teor da declaração da ex-esposa ao jornal, e de sua visão particular de Justiça e de Direitos Humanos, vale a pena expô-la na íntegra:

Não sei dizer se foram dois, três ou quatro porque não estou acompanhando nada. Só sei que a bicicleta não apareceu. A morte virou nossas vidas completamente de cabeça para baixo. Neste momento se for maior (de idade), rico, pobre, não faz a menor diferença. Não vai trazê-lo de volta. O fato é que estamos revirando nossas vidas e ninguém nos procurou. A (presidente) Dilma (Rousseff) não ligou para nossa casa. Ninguém dos direitos humanos ligou para nossa casa para saber se a faculdade (dos filhos) estava paga.³¹⁴

Depois do resultado do julgamento dos adolescentes e da extensa cobertura da imprensa no caso parece evidente que houve uma tentativa por parte da polícia e da Justiça de divulgar informações de última hora com o intuito de preencher os buracos da narrativa que fundamentou o veredito. Dir-se-ia que à opinião pública, o julgamento precisa parecer justo e coerente como resultado de uma investigação isenta diante do ocorrido no dia do assassinato do cardiologista Jaime Gold, na ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ocorre que as informações veiculadas pelo jornal dias antes mostravam várias divergências entre os depoimentos de testemunha e de suspeitos, as alegações da defesa e as declarações oficiais da polícia. A primeira delas era o que teria dito o segundo

³¹⁴ GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Três anos de pena máxima. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 jun. 2015, Rio, p. 7.

adolescente (inocentado o primeiro) e desmentido pela polícia. Também o depoimento da testemunha-chave afirmando que o autor das facadas seria branco (não negros como os suspeitos presos), além do álibi apresentado pelo advogado do primeiro adolescente ligando-o ao dono do trailer.

Como parte desta pesquisa, a fim de tentar identificar com mais precisão a ação de silenciar e suas circunstâncias no contexto dessa cobertura do jornal, decidimos entrar em contato com o advogado Alberto de Oliveira Júnior, que defendeu o primeiro adolescente, e com o repórter Marco Grillo, que acompanhou o caso desde o começo e foi autor de várias reportagens sobre o crime da Lagoa. Desses contatos, foi possível obter outras informações que auxiliaram, pelo menos, a entender melhor como se deu o processo de produção dessa cobertura jornalística, repleta de lacunas e falhas.

Em conversa por telefone, o advogado afirmou que ao ouvir os relatos da família do adolescente e dos vizinhos na visita que fez a Manguinhos, sobre a ação policial que resultou na prisão do primeiro adolescente, há fortes suspeitas de que a polícia forjou provas para poder incriminar seu cliente. Segundo os relatos, os policiais chegaram ao local e começaram a interpelar várias pessoas que trafegavam com bicicletas pelas ruas do bairro, exigindo nota-fiscal de compra de cada uma delas. Como os ocupantes não tinham como apresentá-las, as bicicletas eram apreendidas. Em seguida, eles invadiram a casa do adolescente, foram à cozinha, apanharam algumas facas e lá mesmo enrolaram fita adesiva nos cabos (aparentemente para diferenciá-las de facas comuns). Uma tesoura que também estava na residência foi igualmente apreendida. Tanto as bicicletas (em um total de nove, conforme posteriormente publicado em *O Globo*, a partir das informações fornecidas pela polícia) quanto as facas foram apresentadas à imprensa como prova de que o primeiro adolescente possuía indícios de que havia participado do crime.

Ainda segundo os relatos ouvidos pelo advogado, o segundo adolescente só se entregou à Polícia porque foi forçado pelos chefes da facção criminosa Comando Vermelho³¹⁵, que exerce grande influência naquela região. A intenção era mostrar à polícia que o primeiro adolescente preso não havia participado do crime.

³¹⁵ O Comando Vermelho, conhecido pela sigla CV, é uma das maiores organizações criminosas do país, criada na década de 1970 no presídio fluminense de Ilha Grande. Recentemente acirrou sua rivalidade com o PCC (Primeiro Comando da Capital) por conta de disputas envolvendo principalmente o mercado de entorpecentes e de outros negócios criminosos, como o tráfico de armas e o roubo de cargas. Boa parte dos presídios do país é dominada por essas organizações.

As informações que foram colhidas pelo advogado Alberto Júnior, e que poderiam ter servido de subsídio às reportagens de O Globo, não chegaram ao conhecimento do jornalista Marco Grillo. Este, em resposta aos nossos questionamentos feitos por e-mail, afirmou que suas fontes de informação eram exclusivamente oficiais: Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como os advogados que acompanhavam o caso. O jornalista disse que chegou a conversar com Alberto Júnior e este teria chamado sua atenção para o depoimento da testemunha-chave que afirmara ser branco, não negro, o adolescente que esfaqueou o médico. Essa informação, como já mencionado, de fato foi publicada em reportagem do dia 28 de maio, um dia antes do julgamento que condenou dois dos três adolescentes presos. O jornalista disse ainda que só obteve a informação de que um dos adolescentes teria envolvimento com o crime organizado no dia do julgamento, ou seja, também por intermédio das autoridades oficiais. O repórter afirmou que houve um esforço extra por parte dos profissionais envolvidos na cobertura de conseguir mais informações por meio da testemunha-chave do caso, igualmente sem sucesso.

Ainda de acordo com as respostas fornecidas por e-mail pelo jornalista, não foi possível, nem incentivado pela direção do jornal, aumentar os esforços de investigação jornalística para o caso. A razão principal seria o perigo de violência contra os repórteres que eventualmente fossem apurar mais dados em Manguinhos, uma vez que, segundo Marco Grillo, os dirigentes do crime organizado não permitem a presença de jornalistas naquela localidade e em outras onde há o domínio dessas organizações.

Não é o objetivo desta pesquisa analisar o mérito do julgamento ou a decisão da Justiça, bem como a ação policial no caso do crime da Lagoa. Contudo, é notória que a atividade do exercício jornalístico tenha sido extremamente prejudicada na apuração dos fatos, levando ao surgimento de “lacunas”, divergências e contradições na narrativa publicada. Isso significa, mesmo para o leitor comum, que a história do assassinato do cardiologista Jaime Gold e da condenação de dois adolescentes contada em O Globo não ficou completa, ou pelo menos que tenha chegado ao máximo possível de uma conclusão obtida em decorrência do trabalho jornalístico empenhado. No final, o que predominou foi a visão da polícia e da Justiça, com sérias dúvidas sobre a conduta de parcialidade de ambas, como pautar suas atitudes para única e exclusivamente dar uma resposta rápida a um segmento da opinião pública, moradora dos bairros nobres da zona Sul carioca, nem que para isso condene sem suficiência de provas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio para com determinados assuntos no processo de produção de notícias que estarão impressas nas páginas dos jornais é praticado sob circunstâncias que envolvem fatores que vão além da mera falha de edição ou da falta de espaço editorial. Esta pesquisa pôde identificar algumas causas, além de fortes indícios, de que interesses políticos, ideológicos e socioeconômicos das empresas jornalísticas em questão, falta de disposição dos próprios leitores em lidar com alguns tipos de conteúdos, ou mesmo ausência de condições materiais do profissional diante da apuração da notícia, acabam determinando a não abordagem ou, em muitos casos, o silenciamento, de certos temas ainda que tenham profunda relevância do ponto de vista jornalístico.

Inicialmente é preciso destacar que o processo de produção de notícias nas redações das grandes empresas jornalísticas mudou muito nos últimos anos, e isso tem influenciado os próprios critérios de noticiabilidade nas pautas dos jornais .

Uma das razões dessas mudanças se dá pelas novas tecnologias de informação juntamente com as imensas possibilidades de comunicação propiciadas pelo ambiente em rede da internet. Há hoje um enfraquecimento das principais bases que sustentam os produtores tradicionais de notícia. Os jornais sofrem com uma acentuada queda de receita e de leitores. Perderam a preferência nos investimentos publicitários para os meios digitais, uma vez que estes angariam velhos e novos públicos não apenas dos diários impressos, mas da audiência de toda a mídia tradicional.

É evidente que existe uma crise minando a capacidade de sustentação financeira das empresas jornalísticas. Grosso modo, pode-se dizer que estas vêm sucumbindo ante a concorrência com a internet, ainda que todos os grandes jornais também tenham sua edição equivalente no ambiente virtual. A verba publicitária se pulverizou e cada vez mais se assenta fora dos departamentos comerciais da mídia impressa.

As novas tecnologias de informação também mudaram o ambiente de trabalho nas redações. A possibilidade de transmissão e recepção online de dados, aliada à disponibilidade de notícias igualmente instantâneas oriundas de agências nacionais e internacionais, além de uma infinidade de fontes públicas e privadas de informações, têm feito o jornalista permanecer mais tempo na redação. Em grande parte das vezes seu

trabalho se limita a ~~empacotar~~³¹⁶ notícias ou mesmo produzir material ~~inédito~~ a partir de entrevistas feitas pelo telefone. Funções que outrora eram realizadas por vários profissionais dentro da redação, agora são acumuladas por um número reduzido de jornalistas, corolário dos brutais cortes de postos de trabalho por conta das sucessivas quedas de receitas.

Diante de tamanhas transformações, o próprio caráter do que é considerado notícia tem sofrido alterações. Na tentativa de emular o que está no mundo virtual, os jornais tentam recuperar, ou pelo menos manter seus leitores, adotando os mesmos preceitos de escolha das informações veiculadas na internet. Mais do que o interesse público e regras convencionais de noticiabilidade, a informação no ambiente de rede digital obedece à ~~guerra dos clicks~~, ou seja, o que recebe o maior número de acessos se torna o mais importante. Por esse critério, são os internautas que acabam elegendo o que é ou não relevante. Não raro, espaços nobres do noticiário passam a conter tópicos com pouquíssima importância se avaliados sob os tradicionais fundamentos jornalísticos. Assim, a nova cirurgia plástica de certa celebridade televisiva ou a opinião polêmica de um estipulado cantor sertanejo tomam o espaço editorial que poderia ser mais bem dedicado a temas que efetivamente afetam a vida da sociedade, mas absolutamente ficam carentes de destaque.

É razoável supor que em tais condições de fragilidade econômica, corte nos postos de trabalho e mudanças de critérios nos padrões históricos do jornalismo o nível da qualidade das coberturas tenha caído, prejudicando o conteúdo principal da notícia. Estamos falando de um ambiente em que o jornalismo tal qual conhecemos, como instrumento de informação crítica, plural e imparcial numa democracia, torna-se vulnerável a interesses ideológicos, políticos e econômicos tanto de governos quanto do mercado. A análise de conteúdo das primeiras páginas da Folha de S. Paulo e de O Globo, em se tratando de sistema prisional brasileiro, levantou fortes indícios de prejuízos quanto à qualidade do conteúdo de uma série de notícias publicadas, e notadamente o silenciamento é o principal deles.

O fato de no conjunto de matérias dentro do período analisado de três anos, a incidência do tema ~~sistema prisional~~ aparecer em apenas 1,7%, é sintomático. Em

³¹⁶ Empacotar no jargão do jornalismo digital significa, segundo Pollyana Ferrari, receber um material produzido, na maioria das vezes por uma agência de notícia conveniada, mudar o título, a abertura do texto, bem como alguns parágrafos e inserir links (que podem ser de outros textos, sons e vídeo). Dessa forma, ~~empacotador~~ tem como função codificar, ou seja, traduzir uma notícia para uma linguagem aceita na web. (FERRARI, Pollyana. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Contexto, 2012.).

mais de 2.100 capas avaliadas, o assunto foi abordado 39 vezes. E quando é feito, a preferência se dá pela cobertura de rebeliões em presídios e pela superpopulação carcerária. Sem dúvida, a temática sobre presídios, presidiários, execuções penais e tudo que envolve esse sistema é complexa e muitíssimo pouco explorada pelos periódicos em questão, ainda que sua relevância no contexto da segurança pública no país seja de importância capital.

Mas o que caracteriza de maneira contundente o silenciamento, em um dos principais pontos desta pesquisa, é quanto à total ausência de matérias que pudessem abordar a história e o ponto de vista do presidiário. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar que nos três anos pesquisados nenhum jornal manifestou interesse jornalístico de levar à opinião pública informações que mostrassem o que pensa, quais expectativas, como avalia ou que tipo de opiniões tem o interno no que concerne ao sistema penitenciário dentro do qual cumpre pena. É possível que uma das explicações para tal constatação esteja nas convicções dos leitores dos respectivos diários, cujo perfil predominante pertença à classe média, segundo os próprios jornais pesquisados. Para eles, simplesmente não interessa saber como os condenados cumprem suas penas. Pouco importa se sofrem com as péssimas consequências de problemas como superlotação, submissão imposta pelo crime organizado, insalubridade ou violência. Há uma forte tendência de considerar que o condenado não possa viver em condições dignas dentro dos presídios.

Nas palavras da pesquisadora Julita Lemgruber, diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, o pouco caso da imprensa reflete a atitude da sociedade para com o assunto. “Em geral o interesse por essas instituições (penitenciárias) é muito reduzido. A maior parte das pessoas gostaria de esquecer que elas existem”.³¹⁷ Assim como na cultura do silêncio conceituada por Paulo Freire, como herança da dominação durante séculos da colonização portuguesa, a sociedade nega o direito à comunicação e ao diálogo. Para tanto, bastam “comunicados”, sem interação ou participação de interlocutores, prevalecendo uma espécie de mutismo que “não significa ausência de resposta, mas sim uma resposta que carece de criticidade”³¹⁸.

Outros assuntos igualmente substanciais para o conhecimento dos leitores como reincidência do condenado ao mundo do crime e reintegração social dos presos, que é

³¹⁷ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p. 70.

³¹⁸ LIMA, Venício A. de. *Cultura do Silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 63.

uma indicação contida na Lei de Execuções Penais, não mereceram nenhuma abordagem nos três anos das primeiras páginas averiguadas. Ausências tanto mais graves a se considerar o fato de que o Brasil já ocupa o quarto lugar no mundo em número de presidiários.

Com efeito, a superpopulação de presos no país não é fato aleatório senão decorrência de mudanças na legislação tornada ~~mais~~ “mais dura” nos últimos anos, do marasmo dos processos judiciais e da pouca disposição de juízes em aplicar penas alternativas a réus primários para crimes de baixa violência. Quanto aos magistrados, ficou constatado em pesquisa do mesmo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania que a principal justificativa manifestada por eles para a privação da liberdade de acusados se dá por meio da expressão ~~garantia~~ “garantia da ordem pública”, conceito tão genérico quanto impreciso. Sustentadas em tal expressão, decisões judiciais são emitidas sem que haja o devido esclarecimento no que concerne à clareza e precisão dos motivos pelos quais justifiquem o encarceramento da pessoa. Reportagem de O Globo do dia 21 de janeiro de 2014, baseada nas informações do Centro de Estudos, foi capaz de abordar o problema da superpopulação e das questões que envolvem a aplicação de penas alternativas, mas curiosamente nem sequer mencionou esse dado da pesquisa. Juízes do Rio de Janeiro demonstram muita facilidade em trancafiar acusados pobres em sua maioria, sobretudo quando se trata de envolvidos em tráfico de drogas, crime que recebe tratamento da imprensa como se a sociedade estivesse em guerra contra o problema, não sob a égide de um Estado Democrático de Direito.

Outras omissões foram ainda mais flagrantes em reportagens publicadas pelo O Globo, como em 5 de junho de 2014, quando o jornal dedicou a manchete do dia e página inteira para dar voz a especialistas e principalmente ao então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Todas as ~~fontes~~ “fontes” ouvidas na reportagem atacaram a Lei 12.403, que tornou mais branda a punição para crimes considerados menos graves, como os de danos ao patrimônio, por exemplo, além de adotar o conceito de ~~liberdade~~ “liberdade provisória”. Até o direito da presunção da inocência, um princípio fundamental do Direito e parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo XI), foi duramente questionado por um magistrado ouvido pelo jornal. Entretanto, a reportagem não contemplou nenhuma voz contrária ao posicionamento dos especialistas ouvidos, como se a verdade já estivesse repousada nas declarações de autoridades que apontam para um único caminho: o do encarceramento maciço como solução para a violência urbana.

Infelizmente, um exemplo peculiar de reportagem que ao invés de esclarecer e trazer à luz dados e informações necessários para uma abordagem aprofundada diante da complexidade do assunto, apenas reforça o preconceito e a desinformação. Defender a ideia de colocar na prisão todos aqueles suspeitos de cometerem pequenos delitos e atentarem contra o patrimônio privado das famílias “de bem” do Rio de Janeiro, incluindo os menores de idade, talvez receba os aplausos de parte considerável da classe média, a mesma que compõe o perfil do referido diário. No entanto, é de se supor também que reportagens periódicas favorecendo múltiplas abordagens com ênfase aos pontos de vistas contraditórios (preceito básico dentro dos critérios jornalísticos) e, sobretudo, editadas de maneira que o enfoque não gire em torno de preconceitos, possam contribuir para uma opinião pública responsável e comprometida com os direitos fundamentais de um Estado democrático e republicano.

Por fim, podemos destacar as questões envolvendo a violência com menores de idade e a polêmica PEC da diminuição da maioria penal, defendida pelo O Globo em editoriais e indiretamente pelo peso desproporcional conferido a artigos e enfoques favoráveis à diminuição. Ao assassinato do cardiologista na Lagoa Rodrigo de Freitas com ampla cobertura conferida pelo O Globo, crime cometido por um menor de idade do subúrbio, soma-se uma série de textos pretensamente analíticos claramente em defesa de punição maior de adolescentes infratores, a fim de jogá-los nas prisões já superlotadas em companhia de presos adultos. Mas quando uma criança morre em decorrência de violência policial no morro do Alemão, o jornal carioca noticia o fato com matérias que não mencionam a polêmica PEC, muito menos estatísticas ou análises indicando que os adolescentes pobres no Brasil são muito mais vítimas do que autores de atos de violência.

A morte do cardiologista, por sinal, é mais um caso nebuloso de investigação criminal. As contradições e lacunas que ficaram evidentes a partir da cobertura realizada pelo O Globo lançam suspeitas de que a condenação dos adolescentes foi feita sem provas suficientes. Mesmo as limitações da própria cobertura em si impondo ao repórter, segundo ele mesmo, restrições ao acesso ao bairro onde morava o adolescente suspeito a fim de apurar outras informações que não fossem das fontes oficiais, é um fator de silenciamento presente no exercício do jornalismo.

Portanto, reiterando algumas razões que levam ao silenciamento, conforme levantadas nesta dissertação, fica evidente que a situação socioeconômica das personagens que são notícia muitas vezes é fator preponderante em garantir ou não voz

na narração jornalística. Os casos dos jovens adolescentes condenados, ou da criança assassinada no morro do Alemão, e o do médico cardiologista da zona Sul carioca mostram a enorme diferença de tratamento na cobertura de fatos com indivíduos de classes sociais diferentes. E quando essa cobertura diz respeito aos aspectos relacionados à violência urbana, a regra nos periódicos pesquisados é sempre pender a balança para soluções envolvendo o aparato policial e medidas mais duras na legislação penal. Haja vista a desproporção de vozes e opiniões corroborando essa posição e o quase silêncio dos que defendem pontos de vistas diferentes da simples repressão e punição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ADGHIRNI, Zélia Leal. *O Jornalista: do mito ao mercado*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 2, Nº 1 – 1º semestre 2005, p. 45 a 57. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12442/1/ARTIGO_JornalismoMitoMercado.pdf.

AMARAL, Márcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

ANJ. *Relatório de Atividades*. Agosto de 2014 a agosto de 2016. Brasília. Disponível em: <http://www.anj.org.br/relatorios-2/>. Acesso em 20/05/2017.

AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. 1990, (apud IPEA Ibidem).

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATELLE, John. *A busca* (como o Google e seus competidores reinventaram os negócios e estão transformando as nossas vidas). São Paulo, SP: Elsevier/Campus, 2006.

BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. 2003, p. 14. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=734

BECCARIA, Cesare Marchesi di. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral de política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não Existe, in THIOLENT, Michel J.M. *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. São Paulo: Editora Polis, 1981.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Prevenção e combate à tortura. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/assuntos/prevencao-e-combate-a-tortura/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura>.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. - Brasília: SDH/PR, 2010, p. 164. Disponível em <http://www.pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>.

_____. Senado Federal. Relatório da diligência realizada pela CDH ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Estado do Maranhão. *Biblioteca digital*, Brasília, 13 jan. 2014. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/503000>.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 – Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande Do Norte - Relatório Final 2013. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/programas/mutirao-carcerario/relatorios/relatorio_final_rn_2013.pdf.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Comunicação e o debate sobre a liberdade de expressão. In MORAIS, Osvando J. (org.). *Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI: conhecimento, leituras e práticas contemporâneas*. São Paulo: INTERCOM, 2014.

_____. Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. In COSTA, Cristina (org.). *Comunicação, mídias e liberdade de expressão*. São Paulo: Intercom, 2013.

CRISTOFOLETTI, Rogério. *Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros*. SÉRIE Debates CI N°3 - Novembro de 2010. Brasília: Unesco.

DANTAS, Marcos. *Mais-valia 2.0: Produção e apropriação de valor nas redes do capital*. Revista Eptic Online Vol.16 n.2 p.89-112 mai-ago 2014.

DIAS, Daniela Barroso Ferreira. *O Paraíso demoníaco – A censura inquisitorial na América a partir do veto às Crônicas da Companhia de Jesu, contexto e motivos*. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2015.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios I: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERRERIA JR. José. *Capas de jornal: a Primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.

FIGARO, Roseli (org.). *O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo: um estudo de mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo*. Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp (2009-2012). Pesquisa concluída, p. 148. Disponível em http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/wp-content/uploads/relatorio_final_2012.pdf.

FISS, Owen M. *A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2003.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREDERICO, Celso. A desintegração de um modelo e a permanência do marxismo. In: SOBRINHO, Pedro Vivente (org.). *Reflexões sobre a desintegração do comunismo soviético*. São Paulo: Editor Alfa-Omega, 1995.

GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (v. 2).

_____. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (v. 3), p. 265. *Apud* MORAES, Dênis. *A batalha da mídia: Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>.

GUZMAN, Luis Garrido. *Compendio de Ciencia Penitenciaria*. Valencia: Universidade de Valencia, Graficas Soler, 1976.

HABERMAS, Jürgen. Do Jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairos, 1984.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001. Apud. FONSECA, Virgínia e SOUZA, Paulo H. Rodrigues de. O pós-fordismo na produção jornalística. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, nº 15. p. 1-18, julho/dezembro 2006.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Reincidência Criminal no Brasil, Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf.

KUCISKI, Bernardo. *A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 9, Nº 1 – janeiro a junho de 2012.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a Constituição de 1988*. 2001. 428p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000231037>>.

LEMGRUBER, Julita. Reincidência e reincidentes penitenciários no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro. *Revista da Escola de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 45-76, jan./fev./mar. 1989. (Apud Ipea, Ibidem).

_____; FERNANDES, Marcia; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. *Usos e abusos da prisão provisória no Rio de Janeiro: Avaliação do impacto da Lei 12.403/2011*. Rio de Janeiro: ARP/CESec, 2013. Disponível em <https://www.ucamcesec.com.br/livro/usos-e-abusos-da-prisao-provisoria-no-rio-de-janeiro-avaliacao-do-impacto-da-lei-12-4032011/>.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de. *Cultura do Silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

LINS e Silva, Evandro. *O Salão dos Passos Perdidos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia. Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Notícias e atividade mercantil. In MARCONDES Filho, Ciro (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairos, 1984.

_____. *Ser Jornalista: O desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 176.

MARQUES DE MELO, José. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1978.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.

MORAES, Dênis. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010, p. 61. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298>.

_____. *A batalha da mídia: Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia. *Repórter no volante*. São Paulo: Publifolha, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In MOUILLAND, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

MOTTA, Manoel Barros. *Crítica da razão punitiva: nascimento da prisão no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NASCIMENTO, Milton Meira. *Opinião pública e revolução. Aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo: Edusp, 1989.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social*. Florianópolis: Editora Estudos Nacionais, 2017.

NOVIS, Roberta. CALIL Lucas. DUARTE, Fernanda. *Morte de ciclista no Rio desencadeia debate sobre segurança pública*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro:

FGV/DAPP, 28 mai. 2015. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13773/Morte%20de%20ciclista%20no%20Rio%20desencadeia%20debate%20sobre%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABlica%20%282%29.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 21).

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2007.

PETLEY, Julian. *Censoring the word*. London/New York/Calcuta: Seagull, 2007.

PIRES, Eduardo; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. A concentração da mídia no Brasil: uma classe dominante contra a liberdade de informação e democracia. In: COSTA, Cristina (org.). *Liberdade e interdição: Pontos de vista*. São Paulo: ECA-USP, 2016.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978 a 2004). *Projeto História-Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em história*, São Paulo, n.35, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RUEDIGER, Marco Aurélio (Coord.). *Geografia do encarceramento – estudo sobre a origem de apenados e crimes no Rio de Janeiro*. Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://infogram.com/geografia_do_encarceramento.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SANTIS, Bruno Moraes Di e ENGBRUCH, Werner. *A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo*. Revista Liberdades. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, nº 11, setembro/dezembro de 2012, ps. 143-160. Disponível em <<https://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/pdf/11/integra.pdf>>.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. 2016, Rio de Janeiro, RJ. *Quem vive na maré? Um perfil socioeconômico dos moradores do complexo da maré*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do espelho e das construções*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

TEIXEIRA, Alessandra. *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Structural Crisis, or why capitalism may no longer find capitalism rewarding*. In: *Does capitalism have a future?* Org.: Wallerstein, I.; Collins, R.; Mann, M.; Derluguian, G.; Calhoun, C. New York: Oxford University Press, 2013.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZOMIGHANI Júnior, James Humberto. *Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal: fundamentos da insegurança no atual período*. 2013. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

JORNAIS E PUBLICAÇÕES NA INTERNET

AMORIM, Silvia. Unicef estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 2015. O País.

BACELAR, Carina. Geografia do encarceramento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 dez. 2015. Rio.

BENEVIDES, Carolina. Cadeia agora, sentença depois. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2014. O País.

BOTTARI, Elenilce. Antídoto para a impunidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jun. 2014. Rio.

BOTTARI, Elenilce; GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Reviravolta no crime da Lagoa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 jun. 2015, Rio.

BOTTARI, Elenilce. GOULART, Gustavo. Uma história cruel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio.

BRÍGIDO, Carolina, LEALI, Francisco. ‘Não falta dinheiro, falta gestão’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2014, O País.

CANCIAN, Natália. Em sete anos, dobra o número de presos sem condenação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2015. Cotidiano.

CASTRO, André Luís Machado de. Menos presídios e mais escolas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio.

CRUZ, Elaine Patrícia. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006. *EBC - Agência Brasil*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>.

DUARTE, Alessandra. No RN ‘mãemorra’ e preso que até já comeu figado do outro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2014. O País.

ÉBOLI, Evandro, VIVIANI, Oswaldo. Em Pedrinhas, senadores são impedidos de ver área crítica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jan. 2014, O País.

Época Negócios. Quanto movimentada o mercado de internet no Brasil? *Época Negócios*. São Paulo, 8 abr. 2011. Disponível em: <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/tecneira/2011/04/08/quanto-movimentado-mercado-de-internet-no-brasil/>.

FARAH, Tatiana. Ações contra tentativa de cercear a imprensa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 mar. 2010, p. 19.

G1. Para brasileiros, desemprego é o maior problema do país, diz pesquisa da CNI. *G1*, 1 fev. 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-foi-principal-problema-no-fim-de-2016-diz-pesquisa-da-cni.ghtml>>.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Educação. Quem Somos. Disponível em http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp.

FOLHA DE S. PAULO. Prisões para quem? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jan. 2014, Opinião.

FRANÇA, Renan. ROSA, Gabriel. SCHIMITT, Gustavo. Oito vítimas em oito dias. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 mai. 2015, Rio.

GOULART, Gustavo. ARAÚJO, Vera. Menino morre em novo tiroteio no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de abr. 2015, Rio.

GRILLO, Marco. Lagoa: testemunha diz que um dos jovens era branco. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio.

GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Mais um jovem no crime. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio.

GRILLO, Marco. ARAÚJO, Vera. Três anos de pena máxima. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 jun. 2015, Rio.

GRANDELLE, Renato. Ibope: Saúde é a maior preocupação do eleitor em 19 capitais. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 ago. 2016. Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/brasil/ibope-saude-a-maior-preocupacao-do-eleitor-em-19-capitais-19996686>>.

MANS, Matheus. Mais de 100 milhões de brasileiros acessam a internet, diz IBGE. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 nov. 2016. Link. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-ja-acessam-a-internet-diz-ibge,10000090597>.

MARINONI, Bruno. *Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil*. Intervezes, nov. 2015, p. 17. Disponível em <http://intervezes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>.

MARIZ, Renata. Explosão Carcerária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun. 2015. País.

MOREIRA, Talita; BRIGATTO, Gustavo; e ROSA, João Luiz. Após PagSeguro, UOL busca investidores para outros negócios. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 abr. 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5427611/apos-pagseguro-uol-busca-investidores-para-outros-negocios>.

MORENO. João Brunelli. Google ganha mais com publicidade que toda a mídia impressa dos EUA. *Terra Tecnologia*. São Paulo. Disponível em <https://tecnoblog.net/118429/google-lucra-com-publicidade/>.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. *Grupo Globo* Disponível em: <http://brazil.momrsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo>.

MENDONÇA, Ricardo. Pela 1ª vez corrupção é vista como maior problema do país. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 nov. 2015, Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>>.

O GLOBO. Adeus, doutor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio..

O GLOBO. Crime reforça pressão por nova maioria penal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 maio 2015, Opinião.

O GLOBO. Crime num cartão-postal. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2015, Rio.

O GLOBO. Ex-delegado comandará debate sobre maioria penal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 abril 2014. País.

O GLOBO. Maioria penal em discussão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio.

O GLOBO. Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015, Rio.

O GLOBO. Um rastro de barbárie. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 jan. 2014, O País.

PEREIRA, Merval. Sim às UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2015.

PODER360. Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. 20. fev.2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>.

PORTAL IMPRENSA. Facebook supera mídia tradicional e fatura R\$ 24 milhões de publicidade federal em 2014. *Portal Imprensa*. São Paulo, 3 jul. 2015. Disponível em <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73103/facebook+supera+mídia+tradicional+e+fatura+r+24+milhoes+de+publicidade+federal+em+2014>.

ROBERTO Júnior, Paulo; HERINGER, Carolina. Suspeito de matar médico na Lagoa dá nova versão. *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 jun. 2015, Rio.

ROGERO, Tiago. Violência afeta mercado de coco. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 mai. 2015, Rio.

SOUZA, André de. Maioridade: bancada da bala comandará comissão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abr. 2015, O País.

SOUZA, André. Projeto que reduz maioria penal divide opiniões. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio.

UNICEF. UNICEF é contra a redução da maioria penal. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 18 mar. 2015. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/media_29163.html.

VELLOSO, Carlos. Capacidade de entender a conduta criminosa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 2015, Rio.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Maioridade Constitucional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2015, Cotidiano.

VIANNA, Luiz Fernando. Ódio de gente grande. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 abr. 2015, Opinião.

WERNECK, Antônio. BOECHAT, Breno. GRILLO, Marco. NASCIMENTO, Rafael. Um erro fatal, nenhum culpado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2015, Rio.

ANEXO 1

O Globo, 12 de janeiro de 2014, Capa.

DOMINGO

O GLOBO

DOMINGO, 12 DE JANEIRO DE 2014 ANO LXXXX - Nº 29.378 Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

REVISTA DATV



Manoel Carlos
AUTOR FALA DA
PROFISSÃO E DA
PRÓXIMA NOVELA

REVISTA O GLOBO

O PODEROSO GARÇOM

Dono de um mau humor lendário no Bar Lagna, Godoy rumo aos 100 anos.



CIÊNCIA

AS LOUCURAS DO TEMPO PÁGINA 37



SEGUNDO CADERNO

CAETANO VELOSO
BOAS LEITURAS, DE ELIO GASPARI A EICH-BAUER

GLOBO DE OURO
PRÊMIO ANUNCIA VENCEDORES HOJE

ESPORTES

O que pensam os técnicos do Rio EM BUSCA DO TÍTULO INÉDITO PÁGINA 42



Botafogo: Eduardo Húngaro
Flamengo: Jayme de Almeida
Fluminense: Renato Gaúcho
Vasco: Adilson Batista

BOA CHANCE

ESTÁGIO EM JOGO
Game gratuito dá dicas para jovem profissional.

MORAR BEM

CASO DE JUSTIÇA
Nova polêmica sobre atraso de condomínio.

SAÚDE

'ELA' E O AMOR
O impacto da tecnologia nas relações. PÁGINA 37

OBITUÁRIO

Morre Ariel Sharon aos 85 anos PÁGINA 34



Em ritmo chinês

Transporte pelo litoral cresce 28%

Com as estradas saturadas e a modernização dos portos, a cabotagem avança no país. Em 2013, o tráfego de contêineres, que levam carga industrial, cresceu 28%. O crescimento econômico do Nordeste deu impulso a novas rotas. PÁGINA 27

Eleições 2014

Pezão e Lindbergh reforçam campanha

De olho nas pesquisas e na obrigação de se reforçar junto aos próprios aliados, o vice-governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) e o senador Lindbergh Farias (PT) acionaram suas tropas de choque e montaram ações para ficarem mais próximos ao eleitorado. PÁGINA 13

COLUMNISTAS

ELIO GASPARI

Agências de risco também especulam nas eleições. PÁGINA 12

DORRIT HARAZIM

O comentário é livre, mas os fatos são sagrados. PÁGINA 16

ANCELMO GOIS

Brigitte Bardot comemorou, no Rio, o Golpe de 64. PÁGINA 21

GENTE BOA

Zaha Hadid quer encontrar Eduardo Paes. **SEGUNDO CADERNO**

Além dos números

'Erro nas contas

ESTACIONAMENTO NAS RUAS

Sensores vão substituir guardadores de carros

Em novo sistema automatizado, pagamento será feito por SMS ou cartão

Centro e Zona Sul terão valores variáveis, e central de operações fiscalizará serviço à distância

A prefeitura adotará, a partir do segundo semestre deste ano, um novo modelo de estacionamento no Rio, todo automatizado, em que guardadores não serão mais usados. Sensores serão instalados nas 37.760 vagas

e, pela internet, os motoristas poderão saber se as áreas estão livres ou ocupadas. O pagamento será feito por SMS ou por cartões de crédito, débito ou pré-pago em parquímetros. No Centro e na Zona Sul, os valores serão variáveis, podendo chegar a R\$ 8. Uma central de operações fiscalizará à distância o serviço, podendo acionar a Guarda Municipal no caso de irregularidades. A licitação será feita até abril. PÁGINA 14

AS PRISÕES DO BRASIL

País se divide entre o colapso e casos em recuperação



Presídios superlotados, que se transformaram em lixões, onde o Estado perdeu o controle e presos são mortos cruelmente, com vísceras espalhadas pelas celas. No outro extremo, chefes de facções criminosas que usufruem regalias como refrigeradores e aparelhos de som. Esse é o quadro do sistema prisional do país traçado por magistrados que conhecem de perto a vida nas cadeias, em inspeções especiais ou no cotidiano das Varas de Execuções Penais. Há, porém, prisões que chegaram ao fundo do poço, com rebeliões e mortes por decapitação — a exemplo do que ocorreu no presídio de Pedrinhas, em São Luís —, mas hoje acabaram com a superlotação e transferiram presos perigosos. Ex-presidente do CNJ, o ministro do STF Gilmar Mendes diz que é preciso uma ação coordenada de todos os poderes para evitar que as cadeias continuem sendo "escolas do crime". PÁGINAS 8 e 9

ENQUANTO ISSO...

Amigos de Roseana levam R\$ 274 milhões

Justiça faz possível no Maranhão: Empresas de parentes e aliados da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), recebe-

Novo i30. Agora com 6 marchas e motor 1.8 mais potente e mais econômico que o 2.0.



Domingo 12.1.2014

País

O GLOBO 3

AS PRISÕES DO BRASIL

Um rastro de barbárie

Presídios repetem quadro caótico de Pedrinhas, em São Luís, mas há casos de recuperação

As cenas de barbárie no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, se repetem em outras prisões do país, diante da falta de controle do Estado sobre o que ocorre no sistema prisional brasileiro, alertam magistrados. Em inspeções especiais ou no dia a dia nas Varas de Execuções Penais, eles souberam de casos chocantes de decapitação e vísceras espalhadas pelas celas, como no Rio Grande do Norte, governado por Rosalba Cifalini (DEM). No outro extremo do país, o governo do Rio Grande do Sul, sob administração de Tarso Genro (PT), tem até esta semana para cumprir o prazo estipulado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e adotar medidas para retornar o controle do Presídio Central

de Porto Alegre, onde facções criminosas executam desfeitos com doses letais de cocaína, para mascarar os assassinatos, denunciou o juiz Sidinei Brzaska.

Tal quadro de desconcerto — em um universo de 548 mil presos para apenas 238 mil vagas em todo o país — precisa ser enfrentado com uma ação coordenada entre Executivo, Judiciário, defensorias públicas e o Ministério Público, afirma o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. Quando esteve à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele ajudou a criar os múltiplos pareceres que percorrer o país, para cobrar providências que eliminem esse quadro caótico. Se propõe

uma atuação conjunta, Gilmar é duro ao cobrar da União que não retinha as verbas destinadas ao setor, o que, na sua opinião, configura "um crime de responsabilidade".

— As cadeias são escolas do crime. Se o Estado não propicia o mínimo de garantia, alguém proficia. A seu modo. E exige contrapartida — alerta Gilmar numa referência à ação das facções criminosas dentro dos presídios.

Há, porém, exemplos de prisões que chegaram ao fundo do poço e, aos poucos, começaram a implantar um sistema que, ao menos, interrompe a sequência de crimes bárbaros. Na Casa de Detenção conhecida como Urso Branco, em Rondônia, onde 27 presos

foram decapitados em 2002 e outras 24 mortes ocorreram dois anos depois, não há registro de assassinatos desde 2009. Segundo a orientação da OEA, os presos mais perigosos foram transferidos para outra unidade e o número de detentos — que chegou a 1,3 mil para 680 vagas — hoje é de 600.

A redução do déficit de vagas também foi um dos fatores que reduziu a tensão no Espírito Santo, onde há quatro anos presos chegam a ficar em contêineres, sem grades e janelas. A população carcerária, que em 2012 era de 8.784 pessoas para 4.058 vagas, hoje chega a 15.187 presos. No entanto, o déficit caiu para 1.847. ■



Regalia. Vitoria Rugalji está de volta da freguesia com galinhas e aparelho de som no Presídio Central de Porto Alegre.



Esquecido. Preso achado morto, em insuflável e "chão de fôrça" no Centro do Detranjo Provisória da Zona Norte, Natal.

Juiz diz que assassinatos dentro de presídio no Sul são camuflados

Esta semana termina prazo dado pela OEA ao governo gaúcho para adotar medidas urgentes

FLÁVIO ILLIA
opias@globo.com.br

PORTO ALEGRE Alvo de uma ação da Comissão de Direitos Humanos da OEA para garantir a integridade dos mais de quatro mil detentos, o Presídio Central de Porto Alegre, o maior do Rio Grande do Sul, registrou nove homicídios de presos entre 2011 e 2013, segundo a 2ª Vara de Execuções Criminais (VEC). Esses dados contrastam com informações da Secretaria estadual de Segurança, que não contabilizou assassinatos no local nesse período.

A discrepância tem uma explicação, segundo Sidinei Brzaska, titular da VEC: as mortes cometidas pelas facções criminosas dentro da penitenciária são camufladas para que pareçam naturais diante das autoridades. A quantidade de presos egressos do Presídio Central mortos durante a progressão de regime também não consta nas estatísticas oficiais. Segundo a VEC, houve 26 homicídios de detentos no regime semiliberato oriundos do presídio no mesmo período — a maior parte-morta de forma violenta.

O governo, segundo o juiz, não tem interesse em investigar essas mortes porque isso poderia desestabilizar o sistema penitenciário do estado, que tem um déficit de 7,5 mil vagas.

Em 30 de dezembro do ano passado, a OEA notificou o governo brasileiro para adotar, em 15 dias, medidas como a redução no número de detentos e a retomada do controle penitenciário pelo estado. A Secretaria de Direitos Humanos do governo federal tem até terça-feira para responder à notificação.

O Presídio Central abriga o dobro da sua capacidade. Mesmo com a superlotação, a penitenciária não registra conflitos desde dezembro de

2009. Segundo Brzaska, a aparente calma é fruto da organização. Da grade para fora, o local é administrado pela Brigada Militar, da grade para dentro, pelas facções criminosas que dominam os dez pavilhões e ditam as regras.

Homicídios violentos, como os que ocorreram no Maranhão, revelam desorganização. A regra de convivência no (presídio) Central é rígida e não é quebrada porque todos ganham com ela, desde o Estado até os presos. Há muito dinheiro em jogo num presídio desse tamanho, por isso o método das mortes camufladas não incomoda ninguém — disse o juiz.

Os nove homicídios foram considerados pelo sistema penitenciário gaúcho como mortes naturais ou provocadas por causas desconhecidas. Brzaska diz, no entanto, que conseguiu documentar, com laudos e depoimentos de detentos, pelo menos seis desses assassinatos. Nos outros três, as evidências são grandes, mas ainda não há provas materiais. Em geral, os presos são mortos com doses letais de cocaína.

De acordo com o magistrado, o que mantém o presídio funcionando sem conflitos é o laço obtido pelas facções e pelo Estado com o modelo de organização adotado no local. Em alas dominadas por criminosos, as celas estão limpas e não necessitam de manutenção — responsabilidade da Superintendência Estadual dos Serviços Penitenciários (Susepe). Na cantina, os detentos têm acesso a alimentos industrializados, o que gera um mercado paralelo nos pavilhões que movimenta mais de R\$ 100 mil mensais e faz o Estado lucrar, diz Brzaska.

O presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuiz), Pio Giovanni Dresch, prometeu cobrar uma solução definitiva para a situação do presídio. Em 2009, a CPI do Sistema Carcerário classificou o Presídio Central como a "masmorra do século XXI".

ESTADO NEGA HOMICÍDIOS

Em nota, o governo do Rio Grande do Sul afirmou que compartilha das mesmas preocupações com relação à situação do Presídio Central e que "trabalha desde o início da atual gestão para resolver esse problema histórico". O documento contesta os dados do Judiciário e afirma que, nos últimos três anos, "não houve nenhum homicídio no estabelecimento".

As mortes causadas por problemas de saúde, segundo o governo, caíram de 47, entre 2006 e 2010, para 15, entre 2011 e 2013. A promessa do governo do estado é criar, até o fim deste ano, 6.340 vagas no regime fechado e 450 no semiliberato para desafogar as prisões gaúchas. A nota realinha que não houve homicídio no Presídio Central nos últimos anos e que "a situação do Presídio Central de Porto Alegre será resolvida até o final de 2014". ■

No RN, 'masmorra' e preso que até já comeu fígado de outro

Alvo do Mutirão do CNJ em 2013, sistema carcerário do estado tem déficit de pelo menos 2 mil vagas

ALESSANDRA DUARTE
duarte@globo.com.br

No Rio Grande do Norte, há prisão chamada de "masmorra" outra que é um "budo" e preso que comeu, literalmente, fígado de outro: após mandá-lo decapitado e espalhar suas vísceras pela cela. As denúncias fazem parte do relatório de 2013 do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no estado. Segundo o relatório, o sistema prisional do RN está "em colapso". O estado é um dos três, ao lado do Maranhão e do Rio Grande do Sul, em que o supervisor de Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, Guilherme Calmon, defendeu intervenção federal no sistema prisional, em entrevista ao GLOBO em dezembro.

Com pouco mais de seis mil presos, o RN tem déficit de pelo menos 2,1 mil vagas nas suas prisões. Exemplos do quadro estão no Complexo João Chaves, em Natal, os presos "amontoados" da unidade masculina de regime fechado não têm banho de sol e a unidade semiliberata "mal parece um lixão", diz o CNJ, que visitou o estado em abril e maio.

No maior unidade do RN, a Penitenciária de Alcaçuz, em Nísia Floresta, há, além da superlotação (705 presos para 420 vagas), esgoto a céu aberto e pavilhões deprecados — "não há mais grades de contenção ou que isolem os andares". Desde 2007, foram 20 mortes violentas de presos na unidade: "quem mata o outro preso com maiores requisitos de crueldade ganha presépio e se torna líder. Houve uma morte (em 2011) em que um preso, que já matou cinco na unidade, esfaqueou outro, decapitou-o e o estripou, espalhando suas vísceras pela cela e ainda comeu parte do fígado da vítima. Uma total selvageria", afirma o relatório.

Além de presídios, o estado tem 21 Centros de Detenção Provisória (CDPs) — e todos deveriam

ser desativados, diz Henrique Baltazar, juiz de Execuções Penais de Natal e Nísia Floresta, e que participou da coordenação do Mutirão no RN em 2013.

São antigos carcereiros de delegacia que viraram presídios, mas não foram feitas para isso. O esgotamento, por exemplo, são fôssos sépticos que transbordam, foram feitas para bem menos gente.

O prédio do CDP da Ribeira, dos anos 1960, "assemelha-se a uma masmorra, posto que escuro, úmido e sem ventilação". No CDP da Zona Norte, o Mutirão encontrou um preso cego, que não conseguia se movimentar, "em total estado de inanição", jogado num colchete numa cela, "chão de fezes, já que não consegue se limpar". Não bastassem essas condições, quando o Mutirão levou o caso ao juiz responsável pela unidade, viu-se que o preso já tinha direito à progressão para regime semiliberato e ele foi entregue a um familiar.

E o sistema prisional potiguar não tem atendimento médico: "à exceção da Penitenciária de Paracuru e do CDP Feminino da mesma cidade, nenhuma outra possui assistência médica na unidade, nem qualquer enfermeira".

Um dos principais problemas é a falta de registro e controle de dados. A Secretaria estadual de Justiça "não possui sistema informatizado de controle dos presos". E "há unidades que não possuem internet ou sequer telefone fixo". O resultado é que não foi possível ser obtida "sequer uma lista dos nomes e números de presos, seja ela de provisórios ou condenados". Também não se sabe quantos presos estão em tratamento de doenças como Aids e tuberculose.

A falta de estrutura, somou-se aumento de quase 400% no número de presos nos últimos dez anos: de 1.729 para 6.474. O número de agentes penitenciários, hoje cerca de 900, cresceu só 70%.

Para Baltazar, a prisão hoje com mais riscos de segurança é Alcaçuz. Lá, houve uma morte em 2013 e três em 2012. E, em 2011, uma grande rebelião incluiu atentados nas ruas, com ônibus queimados. Também em Alcaçuz já teria se infiltrado a maior facção criminosa paulista, além de se formar uma facção local, denomina Baltazar.

O coordenador de Administração Penitenciária do estado, o major da PM Maltrun Castelo Branco, diz que há R\$ 16 milhões federais, do Fundo Penitenciário, garantidos para construir um presídio em Ceará-Mirim, no Grande Natal, com 603 vagas. A previsão é que as obras comecem no 1º semestre.

Outra unidade prevista é em Mossoró, também com 603 vagas, mas esta deve demorar mais, pois ainda estamos negociando a verba.

O que já está em obra hoje afirma o major são a ampliação do presídio da Senidó, criando mais 80 vagas ali junto; e a reforma de um prédio para receber uma unidade semiliberata em Natal, com 400 vagas também para junto. ■

www.globo.com.br

MERVAL PEREIRA



A romã

O movimento dos moderados na Malásia foi definitivamente o ponto de destaque do seminário que se encerrou em Kuala Lumpur. E a romã, fruta que simboliza a Academia da Latimidade porque se tornou símbolo de renovação, multiplicidade, fecundidade, universalidade e, sobretudo, diversidade, acabou transformando-se no símbolo da reunião da Academia da Latimidade com o Movimento Global de Moderados, lançado em 2010 pelo primeiro-ministro da Malásia, Najib Razak, em discurso na ONU.

Coube à embaixadora brasileira Maria Auxiliadora Fagundes assumir os objetivos comuns dessa união: a Academia da Latimidade tem a intenção de fortalecer os laços entre pessoas de cultura latina para promover o diálogo entre nações de diferentes heranças. O Movimento Global de Moderados, de seu lado, trabalha para criar ou fortalecer presente em várias religiões e avançar com a modernização conceitual considerado indispensável ao intercâmbio de pessoas de diferentes credos, culturas e valores.

Como lembrou a embaixadora Maria Auxiliadora, a romã foi uma das primeiras frutas cultivadas pelo homem, ainda na Idade do Bronze, por volta de 3500 a.C. Ela passou pela História da Humanidade, tornando-se sempre à tona os símbolos que acompanham a romã nesse trajeto. De acordo com a mitologia chinesa, começa a romã a simbolizar uma vida mais longa e produtiva. Na Armênia, a romã é servida costumeiramente em casamentos por simbolizar a fertilidade do novo casal, e as mulheres árabes usam as sementes da romã para prever sua fertilidade. Por volta de 1690 a.C., a romã foi levada pela Síria para o Egito, onde foi valorizada como alimento e fazia parte do pagamento obrigatório da casa de um fante. Tomou-se lá a veneração que desenhos de romãs foram encontrados em paredes de túmulos, simbolizando a vida depois da morte. Quando o Templo de Salomão foi construído, seus pilares foram decorados com a romã, e desenhos da fruta foram incluídos nas vestes dos sacerdotes locais.

Assim mesmo circulou a versão de que a fruta vemida por Adão e Eva no Paraíso foi uma romã, e não maçã, lembrou a embaixadora. Quando o zoroastrianismo tornou-se a maior religião da antiga Pérsia, romãs eram associadas à fertilidade. Anvozes de romãs foram plantadas nos jardins dos templos de Zoroastro porque suas folhas permanecem verdes a maior parte do ano, tornando-se símbolo da vida eterna.

No budismo, a romã é uma das três frutas sagradas e representa as influências favoráveis. O profeta Mironé considerava as romãs frutas preciosas para a nutrição, trazendo equilíbrio emocional e físico.

Em plantas de Botticelli, Raphael e Filippino Lippi, a Virgem Maria aparece com o Menino Jesus e uma romã, símbolo da ressurreição de Jesus e vida eterna. Também os moderados movimentos artísticos como fauvismo, cubismo e surrealismo, através de artistas como Paul Cézanne, Henri Matisse, Pablo Picasso e Salvador Dalí, plantaram romãs.

Assim, a romã tornou-se o símbolo para que todo esse simbolismo em favor da diversidade e da convivência entre os continentes se torne realidade de tanto dentro da Malásia quanto no mundo que o Movimento Global de Moderados pretende representar.

Confrontado com a quase inexistência de miscigenação no país, e com a lei que protege a maioria malaia com cotas e reservas de mercado no serviço público, prejudicando as minorias chinesa e indiana, Razali Ismail, presidente da Fundação do Movimento Global de Moderados, admitiu que "nunca conseguimos chegar ao ideal, mas estamos criando condições para isso".

Restou torcer para que todo esse simbolismo em favor da diversidade e da convivência entre os continentes se torne realidade de tanto dentro da Malásia quanto no mundo que o Movimento Global de Moderados pretende representar.

São de férias. A coluna volta a ser publicada no dia 4 de fevereiro.

AS PRISÕES DO BRASIL

ENTREVISTA Gilmar Mendes

'Não falta dinheiro. Falta gestão'

Ex-presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) critica a retenção de recursos pelo governo federal

CAROLINA BRUNDO carolina@sbj.globo.com.br FRANCISCO LEAL francisco@sbj.globo.com.br

BRASÍLIA. O ministro, que ajudou a criar os milhares de vagas em 350 mil presas para 340 mil vagas. Só isso já mostra um descompasso. Estamos falando apenas do regime prisional completo. Faltam talvez 20 a 30 mil vagas para o semiaberto. Faltam vagas, há presas amontoadas em delegacias, o que é flagrantemente ilegal.

• Como vê o sistema penitenciário brasileiro?

Hoje faltam mais ou menos em 350 mil presas para 340 mil vagas. Só isso já mostra um descompasso. Estamos falando apenas do regime prisional completo. Faltam talvez 20 a 30 mil vagas para o semiaberto. Faltam vagas, há presas amontoadas em delegacias, o que é flagrantemente ilegal.

• O Judiciário tem parcela de culpa?

Os governadores, os gestores reclamam que a Justiça não consegue dar fluxo, prende provisoriamente e depois não decide. No caso de homicídio, demora para fazer juízo. Por isso, o tema tem que ser tratado de forma integrada, tem que haver uma estratégia global. Não pode ser nem só o Judiciário, nem só o Executivo, as defensorias públicas, o Ministério Público.

• Após o que houve no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, o senhor considera a situação do estado mais grave que a de outros?

Os fatos são de extrema gravidade. Mas na audiência pública que tivemos (no STF) sobre o regime semiaberto, o juiz da Vara de Execuções Penais de Porto Alegre disse que ninguém mais tem comando sobre o Presídio Central. Tem um preso encarregado de fechar a sala, e esse é um candidato a morrer porque está de alguma forma prestando serviço. Acredito que um quadro de desorganização, de caos, existe em vários lugares do Brasil.

• Falta dinheiro para o sistema carcerário?

Essa é uma exigência de participação da União. E a União faz um jogo um pouco falcatão. No que diz respeito à contratação de presidiários, libera os recursos e, depois, contingência. Aconteceu na mi-



Vídeo: 'Se o Estado não propõe a umidade da garantia, alguém propõe'

de a gente discutir um sistema integrado de segurança pública. Um SUS (Sistema Único de Saúde) de segurança pública. Por outro lado, é inequívoco que é a União que detém, nesse sistema federativo assimétrico, a concentração de recursos.

• As penas alternativas são pouco aplicadas?

Essa questão de desconexão que se manifesta no sistema prisional também tem a ver com as medidas alternativas. Aprovamos a lei das medidas cautelares, alteramos a prisão com o colar de pulso eletrônico, o monitoramento eletrônico. Algum está cuidando de comprar esse material e de coordenar a aplicação dessas medidas? Se os estados não têm recursos para comprar material para preso, vão comprar sistema de monitoramento eletrônico? Isso é um quadro de vergonha. Mas não é por falta de recursos. É por falta de gestão.

• Quem deveria organizar esse quadro caótico?

No que diz respeito a provimento de recursos, o papel central, de protagonista, é do Ministério da Justiça.

• Há perspectiva para ressocializar presos hoje?

As coisas são escusas do crime. Se o Estado não propõe a umidade da garantia, alguém propõe. A meu modo, eu vejo contingência. Na questão da ressocialização, o Brasil tem um dos maiores quadros de reincidência.

• Como a defesa dos direitos dos presos pode ser melhorada?

Uma série de violações aos direitos dos presos decorre da falta de efetividade de defensorias públicas. Talvez pudéssemos criar a advocacia civil obrigatória para quem se forma na universidade pública ou mediante autarquias públicas, como o Fies (Fundos de Financiamento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos).

No Amazonas, maioria dos presos não foi julgada

LETICIA FERNANDES leticia.fernandes@infoglobo.com.br

Além da superlotação e do alto número de rebeldes nos presídios — só em 2013, foram quatro, com a fuga de 176 presas —, o problema mais flagrante no Amazonas é a ausência de juizes e defensores públicos no interior. Essa carência contribui para o índice considerado mais alarmante pelo Ministério Carcerário realiza-

do pelo CNJ no ano passado: os processos de presas provisórias (ainda não julgados) correspondem a 78% em dos maiores índices do país. Dentro da massa carcerária do estado, de 8.870 detidos (para 3.811 vagas disponíveis), o número de presas provisórias chega a 5.418.

O relatório alerta ainda para a infraestrutura precária da Vara de Execução Penal de Manaus, onde transitam 8.454 processos,

mas há só seis funcionários para movimentá-los. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-AM, Epifânio Almeida diz que a falta de triagem, que separa presos por tipo de crime e pena, agrava a situação.

Um caso que furtou um celular está ao lado do homicídio, is-gem violência. Vivemos as agruras de um sistema falido, que não resolve. É um banal de

póvoa. Manaus é a sexta capital mais violenta do país, ultrapassando Rio e São Paulo.

Vice-coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, Petra Piller diz que "o que vive no interior do estado é o retrato do que acontece em todo o Brasil". Especialmente no interior, a maioria das cidades só tem delegacias superficiais que estão ficando presídios, sem condições mínimas de higiene. ■

LOUCURA! LOUCURA! LOUCURA!

CAMBIO TURISMO COM TAXAS IMPERDÍVEIS!

TAXAS VÁLIDAS PARA DOMINGO E SEGUNDA				
DÓLAR	LIBRA	EURO	PESO	FRANCO
2,46	4,19	3,40	0,35	2,80

CONSULTE SOBRE OUTRAS MOEDAS!

Ligue! (21) 3202-5800

Capacabura (21) 2227-8300 | Ipanema (21) 3936-3800 | Centro (21) 2524-7560

ABERTO 24H

SEMPRE COM O SEU PASSAPORTE

www.globo.com.br

SELO, CORTA E ENTREGUE DE NOVO. C/FORMA DE DEPOSITO. *SABER O APERTE DO SEU PASSAPORTE

09/01/2014

PAÍS

09/01/14

AS PRISÕES DO BRASIL

No Espírito Santo, o fim de presos em contêineres

Após denúncias de detentos mantidos até em camburões, déficit de vagas cai no estado e pode ser zerado este ano

Por Bruno Bizarro

Após denúncias de detentos mantidos até em camburões, déficit de vagas cai no estado e pode ser zerado este ano

que 34 presos foram colocados em contêineres metálicos, sem aquecimento, sem água, sem luz e sem janelas. A superlotação chegou ao ponto de pessoas mantidas presas em caminhões.

Desde então, a falta de vagas tem diminuído significativamente, de 10 mil detentos em novembro de 2013 para 6 mil em dezembro de 2013.

O estado criou a Escola Prisional que dá cursos de formação profissional e reabilitação. O estado criou a Escola Prisional que dá cursos de formação profissional e reabilitação.

Após os ataques, em janeiro de 2013, o USF Carceres, as unidades de segurança de presos, foram fechadas e os presos foram encaminhados ao Centro de

Atenção Psicossocial do Terceiro Grau de Presos, com 100 vagas. Há cerca de cinco meses os presos ficam no Centro de Atenção Psicossocial do Terceiro Grau de Presos, com 100 vagas.

74x sem entrada & sem juros

No cartão **Tele-Rio** VISA

CONFORTAL REFRIGERADOR RFR2 529 Frost Free - 2.124,00

CONSUL REFRIGERADOR RFR 30 - 898,80

FRIGERER FRIREFRAL RFR 24 - 1.998,00

MESTRE PRO PULVIDOR DE AGUA COMPRESSOR INOX - 564,00

TELEVISOR WINDY L2 25 C 310 - 658,80

PARANÁ TELEVISOR TCE L24 B - 1.098,00

PHILIPS TELEVISOR PFL 5066 G - 2.076,00

DVD PORTÁVEL VU 8008 CANE - 258,00

VIDEO DISC DP 122 - 144,00

VIDEO VISA SUPERIOR PDA TV LED PLASMA LED - 138,00

TELEFONE SEM FIO 2.000 R3 - 108,00

TELEFONE SEM FIO 2.000 R3 - 178,80

CELULAR IDEA P21 B - 84,00

SMARTPHONE FEM D00 3 8812 - 579,00

TABLET COM TV PC Y N3 04 - 398,40

SMARTPHONE FEM D00 3 8812 - 198,00

DEPTO. DE ATACADO E LOJA DEPOSITO-3037-7643 - 3037-7643 - 3037-7644

Venha e aproveite as melhores condições. R. A. Ingo, 100, J. México, 250 - Bonsucesso

Outras lojas do Grupo Ingo: 14002214 (Bom Retiro) - 14002215 (Faria Lima) - 14002216 (Jardim Botânico) - 14002217 (Lapa) - 14002218 (Vila Militar) - 14002219 (Vila Olímpica) - 14002220 (Vila Rica) - 14002221 (Vila Santa Cruz) - 14002222 (Vila Ypiranga) - 14002223 (Vila Zelândia) - 14002224 (Vila Zumbi) - 14002225 (Vila Zelândia) - 14002226 (Vila Zelândia) - 14002227 (Vila Zelândia) - 14002228 (Vila Zelândia) - 14002229 (Vila Zelândia) - 14002230 (Vila Zelândia) - 14002231 (Vila Zelândia) - 14002232 (Vila Zelândia) - 14002233 (Vila Zelândia) - 14002234 (Vila Zelândia) - 14002235 (Vila Zelândia) - 14002236 (Vila Zelândia) - 14002237 (Vila Zelândia) - 14002238 (Vila Zelândia) - 14002239 (Vila Zelândia) - 14002240 (Vila Zelândia) - 14002241 (Vila Zelândia) - 14002242 (Vila Zelândia) - 14002243 (Vila Zelândia) - 14002244 (Vila Zelândia) - 14002245 (Vila Zelândia) - 14002246 (Vila Zelândia) - 14002247 (Vila Zelândia) - 14002248 (Vila Zelândia) - 14002249 (Vila Zelândia) - 14002250 (Vila Zelândia) - 14002251 (Vila Zelândia) - 14002252 (Vila Zelândia) - 14002253 (Vila Zelândia) - 14002254 (Vila Zelândia) - 14002255 (Vila Zelândia) - 14002256 (Vila Zelândia) - 14002257 (Vila Zelândia) - 14002258 (Vila Zelândia) - 14002259 (Vila Zelândia) - 14002260 (Vila Zelândia) - 14002261 (Vila Zelândia) - 14002262 (Vila Zelândia) - 14002263 (Vila Zelândia) - 14002264 (Vila Zelândia) - 14002265 (Vila Zelândia) - 14002266 (Vila Zelândia) - 14002267 (Vila Zelândia) - 14002268 (Vila Zelândia) - 14002269 (Vila Zelândia) - 14002270 (Vila Zelândia) - 14002271 (Vila Zelândia) - 14002272 (Vila Zelândia) - 14002273 (Vila Zelândia) - 14002274 (Vila Zelândia) - 14002275 (Vila Zelândia) - 14002276 (Vila Zelândia) - 14002277 (Vila Zelândia) - 14002278 (Vila Zelândia) - 14002279 (Vila Zelândia) - 14002280 (Vila Zelândia) - 14002281 (Vila Zelândia) - 14002282 (Vila Zelândia) - 14002283 (Vila Zelândia) - 14002284 (Vila Zelândia) - 14002285 (Vila Zelândia) - 14002286 (Vila Zelândia) - 14002287 (Vila Zelândia) - 14002288 (Vila Zelândia) - 14002289 (Vila Zelândia) - 14002290 (Vila Zelândia) - 14002291 (Vila Zelândia) - 14002292 (Vila Zelândia) - 14002293 (Vila Zelândia) - 14002294 (Vila Zelândia) - 14002295 (Vila Zelândia) - 14002296 (Vila Zelândia) - 14002297 (Vila Zelândia) - 14002298 (Vila Zelândia) - 14002299 (Vila Zelândia) - 14002300 (Vila Zelândia)

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão

Iniciativa foi adotada em 20 dos 36 presídios do estado

Por Letícia Fernandes

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão. A iniciativa foi adotada em 20 dos 36 presídios do estado.

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão. A iniciativa foi adotada em 20 dos 36 presídios do estado.

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão. A iniciativa foi adotada em 20 dos 36 presídios do estado.

Em Goiás, 'módulos de respeito' reduzem tensão. A iniciativa foi adotada em 20 dos 36 presídios do estado.

O Globo, 14 de janeiro de 2014, Capa.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2014 ANO LXXXIV - Nº 28.980 | **Érika Marinho** (3476-1925) | **Roberto Marinho** (3904-2005) | **eglobo.com.br**

Crise nas universidades MEC decide descredenciar a Gama Filho

O Ministério da Educação (MEC) decidiu ontem descredenciar a Universidade Gama Filho e o Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), o que deverá levar ao fechamento das instituições. A decisão será publicada hoje no Diário Oficial. O MEC ainda vai definir as regras para a transferência dos alunos para outras faculdades. **PÁGINA 16**

Sisu Engenharia foi a maior nota de corte

Lucro inflado Manobra desgasta direção da Caixa

O uso de recursos de cerca de 500 mil contas de poupança para inflar o lucro em 2013 desgastou a direção da Caixa, mas seu presidente deve ser mantido. Para Dilma, o resultado foi superado. **PÁGINA 18 e Matéria Especial**

Apoio em Itanema Prejuízo de lojas chega a R\$ 500 mil

As perdas causadas pelo apoio que deixou lojas de Itanema sem luz, por 15 horas, no domingo, são estimadas em R\$ 500 mil. Light pode ser acionada na Justiça. **PÁGINA 2**

Poderes limitados MP quer reverter resolução do TSE

Emiões do Ministério Público não hoje desobediência contra a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que limita poder de investigação do órgão em crimes eleitorais. **PÁGINA 7**

Eleições 2014 PMDB diz que não abre mão de Pezão

Para manter a aliança com o PT, o PMDB do Rio afirma que Sérgio Cabral pode desistir da disputa ao Senado, desde que os petistas apoiem o nome de Pezão para o governo. **PÁGINA 7**

DOIS ANOS DEPOIS DA TRAGÉDIA

Só 2% dos prédios no Rio fizeram autovistoria

Lei que exige inspeção foi criada após desabamento de edifícios, que deixou 22 mortos, no Centro

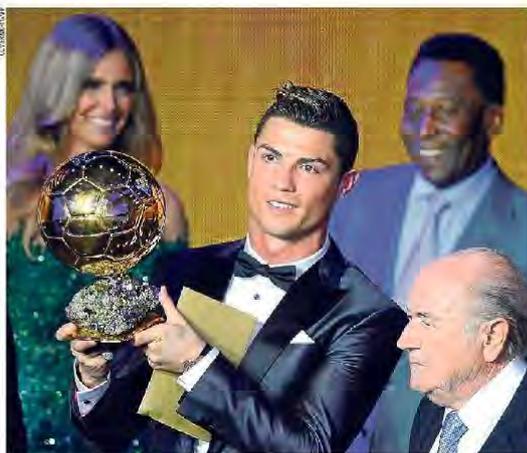
Condomínios reclamam de preços cobrados por empresas, mas têm até 1º de julho para se enquadrar

Às vésperas de o desabamento de três prédios na Avenida Treze de Maio, no Centro, completar dois anos, a tragédia que matou 22 pessoas não mobilizou os condomínios do Rio. Segundo a prefeitura,

desde que a lei de autovistoria entrou em vigor, em julho do ano passado, até ontem, só 2% dos 250 mil prédios do cidade — 5.073 — fizeram a inspeção. Desde então, metade foi considerada adequada e o

restante precisa de obras. Falta de comprometimento da lei é apontada por especialistas pelo desabamento. Condomínios reclamam que escritórios de engenharia cobram até R\$ 10 mil por laudo. **PÁGINA 6**

ESPORTES



Melhor do mundo. Observado por Ferrarese, o troféu foi entregue a Cristiano Ronaldo pelo presidente da Fifa, Sepp Blatter, em Zurique, na Suíça, em dezembro de 2008.

Bola de Ouro FESTA EM PORTUGUÊS

Cristiano Ronaldo, do Real Madrid, ganhou o troféu, em Zurique, a Bola de Ouro, como melhor jogador do mundo em 2008. Em cerimônia na qual o idioma português estava em alta, o futebol brasileiro foi homenageado por causa da Copa no Brasil. País ganhou prêmio especial. **PÁGINA 28**

Dia D alvinegro SEEDORF DECIDE SEU FUTURO HOJE

740 ANOS 27

RENATO MAURÍCIO PRADO CBF já estudou fazer o próximo Campeonato Brasileiro com 22 ou 24 clubes. **PÁGINA 26**



— Vai que é tua, Cristiano Ronaldo!

Em 2013, 8.375 mortes em rodovias federais

Relatório da Polícia Rodoviária Federal informa que, só em 2013, 8.375 pessoas morreram (média de 23 por dia) e 104.075 ficaram feridas em 105.877 acidentes nas estradas federais. Além disso, 38.079 motoristas foram flagrados dirigindo em horários proibidos e 11.698 acidentaram pessoas. Mas houve redução de 10% no número de mortes em relação a 2012. **PÁGINA 4**

Senadores têm acesso restrito em Pedrinhas

Comitiva do Senado não pôde entrar na área mais crítica do complexo penalitenciário da Maracá, onde houve decapitações, por falta de segurança. Parlamentares descrevem local como "sub-terráneo". **PÁGINA 4**

Em Campinas, 12 pessoas são executadas

Crimes ocorreram depois que um PM foi assassinado, durante assalto. As mortes provocaram uma onda de vandalismo na cidade paulista. Delegado investiga o envolvimento de policiais na chacota. **PÁGINA 9**

Ciência Começar de novo OS CONCEITOS QUE VOCÊ DEVE ESQUECER

Especialistas definem para o site Edgears noções que devem ser abandonadas, como o altruísmo, livre arbítrio e felicidade. **PÁGINA 23**



Planeta sob estresse

Centenas tentam escapar como as espécies se adaptando às alterações extremas que os ecossistemas estão sofrendo

SEGUNDO CADerno Gilles Peterson TOQUE EUROPEU NA MÚSICA BRASILEIRA

Globo de Ouro O TRIUNFO DA TEMÁTICA RACIAL E OUTROS DESTAQUES

COLOMBIANISTAS JOSÉ CASADO Nova fronteira entre Chile e Peru pôs fina a guerra de 155 anos. **PÁGINA 11**

GENTE BOA A reinvenção do trazezirinho, para retrair marcas de sul indesejadas. Cléo Guimarães. **SEGUNDO CADerno**

ARNALDO JABOR "Temos nozes até para desconforto estímulo". **SEGUNDO CADerno**

MARCUS FAUSTINI Um megafone no altifone de nossas hemibras. **SEGUNDO CADerno**

109

País

14/01/2014

Em Pedrinhas, senadores são impedidos de ver área crítica

Falta de segurança foi justificativa; parlamentares descrevem cenário de caos

EVANDRO CARLI
evandroc@globo.com.br
OSWALDO VIEIRA*
oswaldov@globo.com.br

MADEIRA E SÃO LUÍS. O Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, recebeu ontem a visita de integrantes da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que descreberam no relatório para o fim do ano o estado do sistema prisional. A visita durou pouco mais de duas horas, mas a sala mais crítica do presídio, onde ocorreram desaparecimentos, não foi vista pelos senadores, pois não havia como passar ile e a segurança dos visitantes. Durante todo o tempo em que estiveram no complexo, os senadores foram acompanhados por homens encapuzados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop), ligado à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária.

Os senadores descreveram um cenário de caos e afirmaram que ouviram as mais variadas justificativas e desculpas. Com seus olhos, eles encontraram, pelas superlotadas e condições precárias de higiene nas presídios do complexo, Advogado político da família Sarney, o senador João Capiberibe (PSB-AP), vice-presidente da comissão do Senado. Foi mais crítica na avaliação.

— O que encontramos ali foi um depósito de seres humanos. Não é uma penitenciária. É um local degradante e sub humano, sem qualquer higiene. Há até paciente mental no local, que não deveria estar ali. É um lugar sem regras. Em todos os pavilhões, há pouquíssimos agentes penitenciários — disse Capiberibe.

O senador Humberto Costa (PT-PE) também criticou as condições do Pedrinhas.

— Encontramos superlotação, precariedade e falta de higiene em muitos pavilhões, mesmo a falta de funcionamento dos processos, a presença da Polícia Militar, armada, dentro do presídio. Em preso que já poderia ter se beneficiado da progressão de pena, mas não há quem cuide disso.

INTEGRANTES DA CASA SÃO BARRADOS
Capiberibe relatou que a situação do Maranhão não é muito diferente de outras locais e insulações do país. Também participou da comissão os senadores Ana Iliá (PT-ES, presidente da comissão) e Ronaldo Fiodin (PSDB-AP).

Os integrantes do Geop impediram a entrada de representantes do setor nacional maranhense da Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Rafael Silva e Antonio Pedrosa, e de pessoas ligadas a outras entidades de sociedade civil, da Central de Custódia de Presos de Justiça, na Casa de Detenção e no presídio São Luís I, que integram o complexo.

As entidades estaduais impedidas de acompanhar a visita denunciaram a proibição à imprensa. Segundo Pedrosa, a proibição do acesso das entidades “denuncia a desorganização do sistema prisional do Maranhão”.

“Não somos estranhos nem alheios a situação dos presos. Nós nos identificamos para compreender que somos advogados e temos as nossas prerrogativas, que, infelizmente, foram violadas — disse Pedrosa. — Essa visita dos senadores e Fedrinhas foi guiada e impiedada pela Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária. Sabemos que houve maquiagem e camuflagem de algumas celas onde o cenário de superlotação é visível.

Deixei a taxa falta de segurança, cerca de 20 jornalistas entraram na Central de Custódia. Os presos relataram que a superlotação decorre da insuficiência da Unidade de Internação de detentos que sejam cumprido parte de suas penas no regime fechado e deveriam migrar para os regimes semiaberto e aberto.

— Minha taxa tem capacidade para seis presos, mas hoje somos dez a ocupar um espaço



Direitos humanos. Detentos em cela superlotada no Complexo de Pedrinhas durante a visita dos senadores

Opinião

LONGE DA ÉTICA

NA EDIÇÃO de domingo, O GLOBO mostrou como aliados políticos, amigos e familiares de Roseana Sarney são beneficiados por contratos e nomeações no seu governo.

ESSE ESTILO oportunista e clientelista da governadora do Maranhão diz muito sobre a qualidade em geral de uma gestão, da qual as chacinhas entre posses é um aspecto.

A ASSESSORIA da governadora garante que tudo o que entra na lei, pode ser, mas não é feito, tampouco com os recursos da boa administração pública.

PARAS-NA-ADOR, UM SÓ FIM (3)

LOBÃO FILHO CRITICA PREOCUPAÇÃO COM PRESOS

Governador João Lobão Filho (PMDB-MA) criticou a falta de transparência do Departamento de Direitos Humanos do Estado do Maranhão em relação à visita de Pedrinhas. Para ele, a segurança prioritária com os presos não é a mesma das coisas de um “topo”.

A rede de governadores Roseana Sarney, e a visita que a comissão deveria ser acompanhada com os visitantes, como a irmã Ana Cláudia, que viveu no complexo de Pedrinhas em São Luís.

— A rede de governadores não tem o poder que se acredita ter, mas, depois, se cobra que tenham a mesma transparência, por final de fim, as possibilidades — disse Lobão Filho. — No local em que se acredita ter a pena de encarceramento, a transparência, a prestação de contas e a equidade.

inimizado. Na cela seguinte hoje, cabem 15 pessoas, mas tem 31 — afirmou o detento Marcelo Nunes, de 28 anos, condenado por roubo.

Depois de a segurança da Central de Custódia impedir a presença da imprensa no ambiente, os jornalistas foram levados ao local, o que gerou insatisfação nos presos, que ficaram obesos e queriam nos monitorar. Uma greve de fome coletiva foi iniciada ontem de manhã, em três pavilhões do complexo, segundo o site OI.

Após a visita a Pedrinhas, a comissão de operações reunida com representantes do Ministério Público de Maranhão e com a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. À noite, a comissão se reuniu com a governadora Roseana Sarney (PMDB).

NO ANO PASSADO, 59 MORTES
Com capacidade para abrigar 1.770 detentos, o Complexo de Pedrinhas tem 2.136 presos. A superlotação e a guerra entre blocos ilegais criminosos pelo comando da complexos foram responsáveis pela morte de 59 detentos no ano passado. Este ano, já foram assassinados dois.

O endurecimento na disciplina do presídio, nas últimas semanas, levou à realização dos presos, que ordenaram segundo interceptações telefônicas que ônibus e delegações de polícia fossem atacadas. Uma manifestação de 6 anos, Ana Clara Santos Sousa, morreu no dia 6, após sofrer de um ataque que levou a sua morte.

A mãe de Ana Clara, Jiliane Cordeiro Santos, foi operada novamente ontem. Ela passou por uma cirurgia para retirada de tecido morto. Na sexta-feira, ela já havia passado por um procedimento cirúrgico do mesmo tipo. Jiliane está internada no Hospital Regional da Ass. Norte, em Brasília, especializado no tratamento de queimados. Segundo coletiva médica divulgada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o quadro clínico continua grave, mas está estável.

O presidente da OAB-MA, Mário Maciel, defendeu a retirada da FPM do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em reunião realizada ontem com a comissão de senadores em São Luís.

— Estamos cobrando denúncias por conta da atuação da PM que merecem ser apuradas — afirmou Maciel. ■

* Especial para O GLOBO

Chuva no interior de SP deixa pelo menos 8 mortos

Rio em Itaoca, no Vale do Ribeira, transbordou: 12 pessoas continuam desaparecidas

MARCELO RIBEIRO
marcelor@globo.com.br

SÃO PAULO. A prefeitura de Itaipava, no interior de São Paulo, decretou estado de calamidade pública devido às chuvas que causaram a morte de oito pessoas na madrugada de ontem. Pelo menos outras 12 continuam desaparecidas e pelo menos seis famílias que vivem na cidade de 3 mil habitantes estão sem moradia, segundo a Defesa Civil de São Paulo. Trabalham nas busas 15 bombeiros, que chegaram em cinco viaturas. Quatro cães farejadores ajudaram nos trabalhos.

As chuvas provocaram a queda de três barrancas, dificultando o acesso à cidade. A água atingiu níveis de emergência e abriu de áreas nas casas, e o trabalho ao longo do dia de ontem foi de resgatar também famílias ilhadas. A cidade ficou sem energia elétrica por algumas horas, problema só resolvido no final da manhã. Também há água em Itaoca. O centro da cidade também foi inundado, queda zidou uma rua de lama pelas ruas e calçadas. A prefeitura iniciou ontem o trabalho de limpeza das ruas.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, alertou a sua agenda de ontem para ir à cidade conferir a situação. A cidade de Itaipava fica perto da divisa com o Estado de Rio de Janeiro, no Vale do Ribeira. O rio se elevou mais de um metro e meio acima de seu nível normal.

Os ribeirões, já intransitáveis, e pessoas desaparecidas — disse Alckmin, que informou o Ministério Público de Itaipava na cidade. Ele deixou uma cidade vizinha e seguiu de carro com sua comitiva até Itaipava.

Com a chuva forte, um reservatório de água do estado se rompeu, formando uma grande mancha no Rio Itaipava. A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesp), do governo do estado, está preocupada com a contaminação de cidades vizinhas, pois há risco de enchentes e enchentes chegam à cidade de Itaipava e teria provocado a morte de pessoas.

OUTRAS CIDADES ATINGIDAS
Outra cidade do Vale do Ribeira, Apiaí, também foi atingida pelo temporal: 50 casas foram inundadas na madrugada de ontem.

Em Miracatu, também no estado de São Paulo, oito casas foram destruídas após uma forte chuva com rajadas de vento no domingo. Uma árvore caiu em cima de uma residência, que foi destruída. No município, 16 pessoas se saíram descoladas. Segundo o chefe de Gabinete da prefeitura, João Batista Felício, o cenário é trágico na região.

Dois pessoas morreram quando um carro rodou em uma ponte e caiu dentro do rio. Várias outras morreram no bairro de Santa Maria. As casas foram arrasadas pela chuva com as máquinas e demolido dentro de casa — disse Felício.

No início da manhã, o prefeito da cidade, Rafael Rodrigues, de Camargo (PSD), decretou estado de calamidade pública em Itaoca.

As chuvas foram denunciadas para os próximos dias, e funcionários da secretaria de Itaipava foram enviados para o trabalho de atendimento médico da cidade. ■

Acoluna de Mercado Personalizada para participantes em 4 de fevereiro.

Microsoft

Kalunga

COMPRAR AQUI POR R\$ 120,00

Ensino Fundamental e Médio

COLEGIO WAKIGAWA

Capitão 334-151

Tijucas 357-4577 Via Isabel 257-9797

Novaes 335-2444 Praça José 336-9988

wakigawa.com.br

Sistema de **DEPENDÊNCIAS**

DÓLAR AMERICANO

2,46

Ligue! (21) 3202-5800

www.dgcambio.com.br

Hoje na web

ESTRADAS: Cai número de acidentes nas rodovias federais no fim do ano

INFOGRÁFICO: Confira os dados socioeconômicos do Maranhão

VIDEO: Três ônibus são incendiados em onda de violência em Campinas (SP)

ROLEZINHO: Vídeo mostra ação da PM para conter movimento em shopping de São Paulo

ELEIÇÕES 2014: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia realização de envelopes e cartilhas

ELEIÇÕES NO RIO: Prefeitura escolhe o PMDB para sobre candidatura de Pezão

FUNDO PARTIDÁRIO: TSE reserva dinheiro do Fundo Partidário para o Sulista

NO TWITTER: Twitter comemora 10 anos

NO GOOGLE+: Google.com+ Jorna O Globo Acompanha O GLOBO no Google Plus

Camaval RUMS DO HEXA

SIMBA

AMERICA

2534-4333

08 HORAS

Folha de S. Paulo, 14 de janeiro de 2014, Capa.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br
 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 93 • TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2014 • Nº 30.967 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08H07 • R\$ 3,00

Contra aborto, papa Francisco critica 'cultura do descarte'

Em sua declaração mais dura contra o aborto, o papa Francisco disse que "causa horror pensar que existam crianças que jamais poderão ver a luz do dia". A prática, segundo ele, evidencia a "cultura do descarte", não só de comida, mas também de seres humanos.

Embora já tivesse criticado o excesso de ênfase da igreja sobre temas como os gays, o papa tem reafirmado de forma incisiva pontos como o aborto. **Mundo A10**

JOÃO PEREIRA COUTINHO

Soa estranha a festa em Gaza pela morte de Sharon

Não esperava que palestinos chorassem a morte de Ariel Sharon. Acontece que os festejos na faixa de Gaza soam estranhos quando nenhum outro prêmio israelense fez no território o que os palestinos queriam: retirada do Exército de Israel. **Ilustrada E8**

Calor leva à produção recorde de energia e a risco de falta de luz

As altas temperaturas no país levaram as usinas elétricas a bater recorde de produção de energia na sexta-feira ao alcançar 79.962 MW. Especialistas alertam para o risco de falha nos equipamentos de transmissão e distribuição, o que pode gerar casos localizados e pontuais de falta de luz. **Mercado B1**
 Chuvas causam ao menos dez mortes no Estado de SP. **Cotidiano C7**

Russo admitiu 'dor espiritual' por ter criado fuzil AK-47

Mundo A11

Brasileiro é preso nos EUA por fazer ameaça de bomba

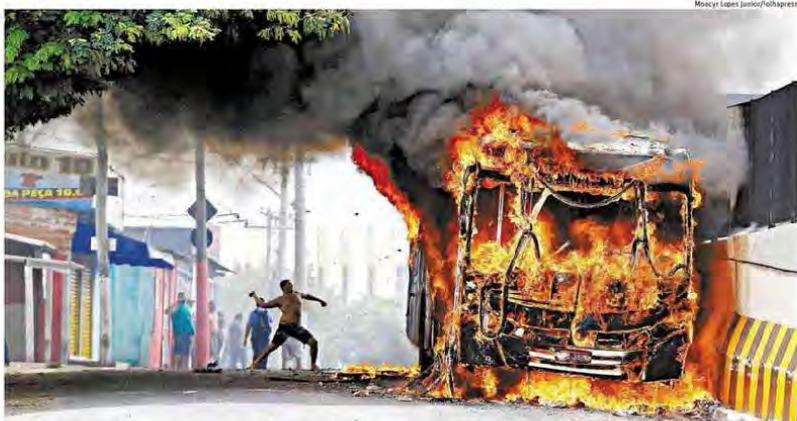
Cotidiano C3

The New York Times

Suplemento volta a circular na próxima terça-feira

RODÍZIO SUSPENSO

2 ônibus municipais de veículos volta a vigiar no próximo dia 20



Em protesto de moradores em reação aos ataques da noite anterior na periferia de Campinas, ônibus é incendiado ao lado do terminal Vida Nova

EQUILÍBRIO
 Autodepreciação marca relatos de quem tem vício por sexo **C8**

NIRIAN GOLDENBERG
 Mulher precisa da dose certa de 'borogodó', dizem homens **C8**

ILUSTRADA
 Sem favorito, Globo de Ouro revela boa fase de Hollywood **E1**

ESPORTE
 Cristiano Ronaldo impede penta de Messi e é o melhor do mundo **E1**

ATMOSFERA Cotidiano C2
 Calor e chuva na capital paulista
 Mínima 22°C Máxima 31°C

FALE COM A FOLHA
 Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, se editoriar e a onde estamos. folha.com.br

309.729 exemplares impressos + digitais

Em 5 ataques, 12 homens são mortos em Campinas

Polícia investiga se crimes foram retaliação a assassinato de PM em assalto

Quatro ataques em menos de três horas deixaram 12 mortos da noite de domingo à madrugada de ontem na periferia de Campinas (SP). Os crimes ocorreram em bairros próximos na zona oeste da cidade, depois de um PM ser morto numa tentativa de assalto na região. Policiais civis investigam se as mortes foram retaliação a esse crime. A hipótese de disputa de gangues não foi descartada. Todas as vítimas eram homens desarmados, com idade de 17 a 30 anos. Seis deles tinham passagem pela polícia. Nenhum era foragido da Justiça. Quatro rapazes morreram na primeira chacina. Sentados na calçada, comiam pizza quando encapuzados desceram de um carro. Mandaram a irmã de dois deles e uma amiga voltarem para casa e fecharem a porta. Os jovens foram então baleados. Morreram na rua. Inconformados com os ataques, moradores queimaram três ônibus. Um terminal foi fechado. Dois corpos foram retirados de veículo, a poucos minutos do enterro, para "exames complementares", segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado. **Cotidiano C1**



Com o filho, seu zará, Cristiano Ronaldo chora aplaudido por Pelé, que foi homenageado pela Fifa

Polícia abre inquérito para investigar ação de 'rolezinhos'

Jovens que participaram do "rolezinho" no Shopping Metrô Itaquera no sábado serão investigados por furto, roubo e perturbação do sossego. A polícia usará imagens de circuito interno para identificá-los. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que a Corregedoria da PM vai investigar abusos na ação para coibir o evento. **Cotidiano C4**

EDITORIAIS Opinião A2
 Leia "Prisões para quem?", a respeito de deficiências do sistema carcerário brasileiro e necessidade de rediscutir penas privativas de liberdade.

OS PROGRAMAS DE DOUTORADO E MESTRADO DA UNINOVE ATINGEM NÍVEL DE EXCELÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL DA CAPES/MEC.

UNINOVE
 Universidade Nove de Julho
 A UNINOVE É SEMPRE 10

Confira na página 5

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MARIÁ S.A.

Presidente: LUIZ FARIAS
Diretor Editorial: OTAVIANO FARIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MARINHA, TERESA ARAÚJO e JOURN BRUNO
Editor-executivo: GÉRGIO BAVILLA
Conselho Editorial: ROGERIO CEARÉ DE CERQUEIRA LITE, MARCELO COLUCCI, LÁZARO DE FREITAS, CLOVIS ROSSETI, CARLOS PRUDENÇINI, CELSO PIRELLI, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MORAES, LUIZ FARIAS e OTAVIANO FARIAS FILHO (coordenador)
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (responsável), MURIEL BISSACI (coordenadora), MARCELO MACEDO GONÇALVES (responsável) e FÁBIO MARTINS AL CARMO (administrativo e recursos humanos)

EDITORIAIS

Prisões para quem?

Sistema carcerário brasileiro não cumpre sua missão; país precisa aprofundar debate sobre função das penas privativas de liberdade

Para que servem as prisões? A pergunta precisa ser levada a sério. Deveria ser o ponto de partida de toda discussão a respeito do sistema carcerário brasileiro. De sua resposta depende o encaminhamento de soluções para monstruosidades como as registradas em Pedrinhas, maior penitenciária do Maranhão.

Até o século 18, prevalecia a noção de que a finalidade das sanções penais era fazer o criminoso pagar por seus atos delituosos. Regras como "olho por olho, dente por dente" ou os castigos físicos infligidos nas mãos e nos pés constituíam o único desdobramento dessa tese.

Desse ponto de vista, quem ainda hoje nega direitos humanos a delinquentes talvez entenda que ninguém deveria se preocupar com a selvageria dentro das cadeias; os maus-tratos seriam espécie de bônus não previsto no Código Penal.

Mas entre os 548 mil indivíduos entalhados em 310 mil vagas sob a custódia do Estado brasileiro, 195 mil são presos provisórios — sem condenação definitiva. Além disso, calcula-se que mais de 2% estejam indevidentemente encarcerados.

Mesmo que se evitassem ainda fossem acatadas nas democracias atuais, seria forçoso reconhecer que, nas penitenciárias brasileiras, o suplício não preserva nem pessoas que podem ser inocentes.

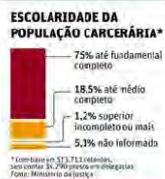
A humanidade, felizmente, avançou muito desde o final da Idade Média. O Estado moderno não abra mão — ao menos em teoria — de proteger os direitos humanos de todos, indistintamente.

No que respeita às sanções penais, também houve notáveis progressos. Ao caráter punitivo acrescentaram-se três funções: evitar novos delitos à sociedade; dissuadir outros cidadãos de cometer um delito; ressocializar o criminoso.

Não é preciso esperar para notar que o sistema carcerário brasileiro é mais medieval do que moderno. As punições, no cotidiano prisional, extrapolam o aceitável e não guardam proporção com o crime cometido. Há muito tempo o horror das cadeias é descrito em relatórios da ONU do Conselho Nacional de Justiça, mas o vídeo divulgado por esta Folha com imagens de Pedrinhas mostrou que qualquer adjetivo é merecedor.

Chega a ser surreal esperar ressocialização após uma temporada numa instituição mais propensa a retirar dos prisioneiros o que lhes resta de humanidade. As penitenciarías antes escolas do crime, e estinas-se que mais de 60% dos detentos retornem a elas.

Diante de reincidência tão elevada, só pueril falar em dissuasão. De resto, a certeza da condenação presta-se mais a esse propósito do que a gravidade da pena. No



Brasil, porém, menos de 10% dos homicídios resultam em prisão.

Sobriaria ao cárcere a função de afastar bandidos do convívio social, protegendo os demais cidadãos. Mas nem isso ocorre. Partem, de dentro das celas, ordens de comando para ações criminosas nas ruas, como o ataque cruel que matou Ana Clara, 6, na região metropolitana de São Luís.

As prisões, como se vê, têm servido para muito pouco, ou nada.

O momento é oportuno para discutir uma reorientação radical do sistema. Esta Folha tem defendido há mais de uma década que as penas privativas de liberdade deveriam ser reservadas apenas a infratores que empreguem violência ou grave ameaça em seus crimes.

A tese pode causar surpresa, mas seu fundamento é racional. Bastaria, no princípio, de que o encarceramento só é necessário a fim de apartar indivíduos violentos da sociedade, interrompendo a ameaça que representam; nos demais casos, as funções da pena deveriam ser atendidas com medidas de natureza menos medievais.

A punição pode ocorrer na forma de multa, restrições de direitos (impedimento de viajar ou de exercer uma atividade, por exemplo) e sanções alternativas — desde que suficientemente duras e proporcionais ao delito.

Além de implicarem uma retrabalho, ao social existente na prisão, as alternativas penais, segundo diversos estudos, são muito mais eficientes para prevenir novas infrações, com índice de reincidência oscilando entre 5% e 12%.

O custo também é muito menor. Um preso comum não sai por menos de R\$ 24 mil/ano (sem contar a construção de presídios, que demanda R\$ 3 mil por vaga); o gasto anual com pena alternativa pode ficar abaixo de R\$ 500 por pessoa.

Some-se ainda outra vantagem: a diminuição da população carcerária, tornando mais fácil monitorar os prisioneiros. Como consequência, ações criminosas seriam afetadas, já que a superlotação é benéfica para elas. Hoje, indivíduos pouco perigosos terminam, voluntariamente ou à força, servindo aos interesses dos chefes dentro das cadeias.

Não há, portanto, razão para manter o sistema prisional brasileiro inalterado. Dos pontos de vista pragmático e filosófico ou da perspectiva dos direitos humanos, sobram motivos para o país iniciar um novo debate sobre o tema.



- Quer saber? Eu gostei.

DAVID ENJELANDER

Dilma e os tigres do mercado

SÃO PAULO - No filme "As aventuras de Pi", um sucesso no ano passado, um garoto é forçado a dividir um bote com um tigre de bengala para se salvar de um naufrágio. Foram 227 dias à deriva, iniciados com medo e desconfiança de parte a parte. Ao longo da jornada, os dois conseguiram estabelecer uma trégua, que os salvou. O Fórum Econômico Mundial, na próxima semana em Davos, na Suíça, é o bote da presidente Dilma e dos tigres do mercado.

Dilma não está indo pela primeira vez a Davos por ter sido capturada pelas forças do mercado. É uma tentativa de acalmar as feras. Lá estarão os empresários e investidores mais ricos do mundo. A maioria tem um pé atrás em relação a ela.

Descrevem seu governo como um repente contra investidores: intervencionista, estatizante e fraco em matéria econômica. Alguns começam a dizer que ela vai radicalizar esse modelo, caso vença a eleição. E o sentimento negativo pode ficar ainda pior se o país vier a ser rebai-

xado pelas agências de risco. Dilma e sua equipe agora recebem que seja a volatilização do setor privado não há política econômica que dê certo. Já subiram os juros para combater a inflação, ajoelharam as regras de concessões do jato que o mercado queria, mas nada surtiu efeito. Por isso, apostam alto em Davos para quebra a tensão. Acham que a força da estratégia não está na mensagem, mas na mensageira.

A primeira vez da presidente em Davos seria um sinal de atenção para com o mercado. Ela vai falar de seu compromisso com o combate à inflação, o equilíbrio das contas públicas e com a continuidade das concessões. Tudo isso já foi dito várias vezes pelos ministros e não adiantou. O que pode fazer a diferença, espera-se, é que ela tenha as concessões de estradas e aeroportos do fim do ano passado para apresentar. Mais do que isso, o escudo desta vez será dado pela própria presidente — que tem poucas chances de continuar no cargo por outros quatro anos.

ELIANE CANTANHÊDE

"Rolezinho" na elite

BRASÍLIA - Assim como poderosos em Brasília, políticos em particular e a mídia se surpreenderam com as manifestações de junho de 2013, ninguém sabe agora como agir diante dos "rolezinhos". Isso vai longe.

As manifestações embolaram ricos e classe média, velhos e jovens, letados e uma minúcia anacrônica. O movimento paulista é de jovens de periferia que nem são adolescentes em situação de risco, que rubam bens de R\$ 500 dos "riquinhos", nem se contentam em serem olhados como cidadãos de segunda e os "rolezinhos". Proibem aglomeração em locais públicos; fazer triagem; jogar a polícia em cima; Repórter com cassete? E lenha na fogueira.

Se alguns de nossos ricos quando têm mais a ALN, a Polp, o partido, nem ditadura, para protestar decidem agir, vai ficar engraçado. Mesmo que não, como deixar uns entrar e os outros não nos shopping? Pela cor, roupa, sapato ou o jeito? Talvez os cifões na cartela...

Os que agora invadem os shopping contra a discriminação e o preconceito refletem a grande maioria e se organizam, também sem líderes, para "zoar, dar uns beijos, rolar umas paqueras" ou "umullhar, pegar geral, se divertir sem nozes". O separador a cara de fora, carter as fúrias e dividir o ar condicionado. Também foram recebidos com perplexidade, agora com bronchadas e tentem a se multiplicar por outros Estados.

No administro shopping, não tenho lo nem moro em São Paulo, mas, à distância, acho inacreditável a situação de segurança e os "rolezinhos". Proibem aglomeração em locais públicos; fazer triagem; jogar a polícia em cima; Repórter com cassete? E lenha na fogueira.

Não vai dar certo. Le Copa vem aí.

Se alguns de nossos ricos quando têm mais a ALN, a Polp, o partido, nem ditadura, para protestar decidem agir, vai ficar engraçado. Mesmo que não, como deixar uns entrar e os outros não nos shopping? Pela cor, roupa, sapato ou o jeito? Talvez os cifões na cartela...

No administro shopping, não tenho lo nem moro em São Paulo, mas, à distância, acho inacreditável a situação de segurança e os "rolezinhos". Proibem aglomeração em locais públicos; fazer triagem; jogar a polícia em cima; Repórter com cassete? E lenha na fogueira.

Se alguns de nossos ricos quando têm mais a ALN, a Polp, o partido, nem ditadura, para protestar decidem agir, vai ficar engraçado. Mesmo que não, como deixar uns entrar e os outros não nos shopping? Pela cor, roupa, sapato ou o jeito? Talvez os cifões na cartela...

Os que agora invadem os shopping contra a discriminação e o preconceito refletem a grande maioria e se organizam, também sem líderes, para "zoar, dar uns beijos, rolar umas paqueras" ou "umullhar, pegar geral, se divertir sem nozes". O separador a cara de fora, carter as fúrias e dividir o ar condicionado. Também foram recebidos com perplexidade, agora com bronchadas e tentem a se multiplicar por outros Estados.

No administro shopping, não tenho lo nem moro em São Paulo, mas, à distância, acho inacreditável a situação de segurança e os "rolezinhos". Proibem aglomeração em locais públicos; fazer triagem; jogar a polícia em cima; Repórter com cassete? E lenha na fogueira.

Não vai dar certo. Le Copa vem aí.

VLADIMIR SAFATLE

O Estado

Poucos problemas políticos filosóficos têm o dom de produzir tantos conflitos quanto aquele a respeito da função do Estado. A divisão entre aqueles que querem pensar uma sociedade sem Estado e os que não vem sentido algum nessa empreitada ultrapassa a dicotomia tradicional entre esquerda e direita. De toda forma, qualquer reflexão possível sobre o Estado na política contemporânea deve partir da internalização das críticas por ele sofridas nos últimos quarenta anos.

Muitos deles insistem no Estado como aparato disciplinar responsável pela perpetuação de uma vida social normatizada na figura do direito. O cidadão do Estado era, acima de tudo, aquele que deveria se conformar a um aparato normativo legal e um formador a fim de ser reconhecido como pessoa capaz de contratar contratos, assumir promessas, direitos positivos, deveres e funções sociais.

A crítica, peça maior de uma teoria renovada do poder, era pertinente. No entanto, ela não implicava, necessariamente, o abandono do reconhecimento do Estado como instituição política central, mas, sim, sua metamorfose. Pois seu puro e simples abandono trazia problemas insolvíveis.

Não queremos apenas a possibilidade de se desenvolver como singularidades, queremos ser reconhecidos enquanto indivíduos. Mas não quero ser reconhecido apenas na minha comunidade, entre os meus amigos. Quero ser reconhecido em todo e qualquer contexto social do qual participo e poventura participarei.

Abre-se assim uma dimensão de demanda de universalidade que nos impulsiona em direção a um arranjo institucional de garantias de reconhecimento que nos leva, necessariamente, a um conceito pós-nacional do Estado. Sem tal arranjo, demandas dessa natureza perdem seu efeito.

Por outro lado, a atividade econômica é produtora de desigualdades. A ampliação da posse comum rrinora tais desigualdades, mas uma defesa abstrata do fim da propriedade de apenas faria com que o des- de individualização presente na propriedade se voltasse contra o espaço comum. Hegel era suficientemente astuto para perceber que a propriedade não era o problema, mas sua generalização a toda a esfera social e sua transformação em direito fundamental acima de todos os outros.

Mas que instituição tem a força de quebrar os interesses individuais no campo da economia a fim de impedir o desenvolvimento da desigualdade? Claro que poderíamos recorrer a teoria do Estado como agente de classe dominante, mas, mais de uma vez na história, foi a pressão das classes desfavorecidas sobre o Estado que quebrou tais interesses de classe. O que nos obriga a desenvolver, no mínimo, uma figura um pouco mais contraditória do Estado.

VLADIMIR SAFATLE escreve na Folha de São Paulo.

O Globo, 21 de janeiro de 2014, Capa.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2014 ANO LXXXIX - Nº 28387 **Érika Marinho** (1875-1925) **Roberto Marinho** (1904-2005) **Roberto Marinho** RIO DE JANEIRO **oglobo.com.br**

Santa Teresa

Morador de volta à área condenada

Quatro anos após a tragédia das chaves que deixou 96 mortos no Mar dos Praxeres, em Santa Teresa, moradores recuperaram casas interditadas por risco de deslizamento. Algumas foram invadidas. Elas não concordam com os valores das indenizações propostas pela prefeitura e estimam que 300 pessoas permanecerem em imóveis interditados. **PÁGINA 7**

Eleito roteirista

Ameaça derrubou vendas nas lojas

A ameaça de rufim do deputado por três dias seguidos no Shopping Leblon. Queda no movimento começou na vespa, prosseguiu domingo, quando o shopping, de novo, e continua, embora com redução de até 60% nas vendas. **PÁGINA 5**
Rafael de Castro e outro foi "dublado" e mascarado

Degelo com os Castro

OEA e UE fazem aceno a Cuba

O secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, vai visitar Cuba, na próxima viagem de um chefe de organização à ilha em mais de 50 anos. Por sua vez, a União Europeia prepara a revisão da política de diálogo ao diálogo com o país. **PÁGINA 20**

Gigante asiático

China cresce 7,7%, e Bovespa cai

A economia chinesa cresceu 7,7% em 2013, menos que em 2012 e menor nível em 14 anos. O país de sinais de esfriamento da indústria e do consumo. Carr. 1880, a Bovespa caiu 0,94%, pressionada por ações da Vale. **PÁGINA 10 e 11**
Alcides e Alcides

Gama Filho

Polícia do DF prende alunos

Um grupo de 26 alunos da Gama Filho foi detido ontem por Pólis do Distrito Federal. Eles estavam acampados em um terreno atrás do Congresso Nacional. **PÁGINA 6**



A FESTA DO PADROEIRO

A imagem do São Sebastião é levada em procissão pelas ruas do Centro, no dia do padroeiro do Rio. Restos montes de casacos que podem ser beneficiados foram apresentados a fiéis na Igreja dos Capuchinhos, no Tijuca. **PÁGINA 16**

GARGALO DE 3º MUNDO

Internet móvel pode falhar na Copa

Celulares e tablets vão criar avalanche de tráfego de dados

Especialistas e telefônicas preveem uso 65% maior da rede. Instalação de equipamentos nos estádios deve ser concluída só em abril

Com os brasileiros cada vez mais usando tablets e smartphones, a internet móvel pode falhar durante a Copa. O alerta é de especialistas e empresas de telefonia. A projeção é que sejam consumidos até o início de maio 19,2 bilhões de gigabytes de dados, uma taxa de 65% sobre 2013. A Anatel admite que

pode haver dificuldade manuseio no serviço. Para tentar atender à demanda, as telas investem US\$ 200 milhões na instalação dos equipamentos nos estádios só será concluída em abril, às vésperas do Mundial. O Maracanã terá rede equivalente a de uma cidade de 100 mil habitantes. **PÁGINA 10**



Emprego novo. Cálculo: Sorens deve preferir por 11 dias no Brasil. **PÁGINA 11**

CASTIGO SEM CRIME

Maioria de presos provisórios no Rio não é condenada à prisão

Estudo mostra que só 37,5% desses detentos acabaram sentenciados

Só 37,5% dos presos provisórios no Estado do Rio em 2013, e que tiveram seus processos concluídos em 2013, foram sentenciados à prisão. Os demais não foram condenados, mas passaram esse tempo na cadeia, segundo Julia Lemgruber, coordenadora do estudo. "Essas pessoas são todos os seus direitos violados", diz ela. **PÁGINA 8**

Grupo de Valério não paga multa de R\$ 11 milhões

Manoel Valério e doleiros só do grupo não pagaram a multa de R\$ 11 milhões, estipulada pelo STJ como parte da pena no processo do mensalão. José Genoino quitou sua dívida, depois de

campanha no Internet, que teve o apoio do PT e será repetida para ajudar outros réus, como José Dirceu. Ozenir, Delúbio Soares começou a trabalhar, na sede do CDT. **PÁGINA 6**

Para acalmar PMDB, Dilma e Lula oferecem mais apoio ao aliado nos estados

PÁGINA 6

CIÊNCIA

Raios do bem BAIHQ DE SOL REDUZ PRESSÃO CARDÍACA



NAVE ACORDA PARA ENCONTRAR COMETA

SEGUNDO CADENERO

Nuno Ramos ARTE A PARTIR DO LUTO

Artista abre hoje mostra em tributo à mãe, morta em 2011, unindo a tristeza do símbolo "Mora do nada" de Betsabé a "Negrão" de Inês de Medeiros sobre estruturas de metal e vidro.

ORFEDÁRIO

Claudio Abbado, maestro, aos 80

Italiano foi diretor musical do Teatro Scala de Milão e da Filarmônica de Berlim.

COMUNISTAS

JOSÉ CASADO

Burocrata, neto nacional da terra, as pesquisas de pé, las-ronco **PÁGINA 11**

MARCUS FAUSTINI

Tem um depósito alativo com os vendedores de sua **SEGUNDO CADENERO**

CHICO

Enquanto isso, na Casa Civil...



1 de janeiro de 2014

País

O GLOBO 3

CAOS PENITENCIÁRIO

Carcela agora, sentença depois

Pesquisa mostra que só 37,5% dos presos provisórios no Rio foram condenados à prisão

CAROLINA BENEVIDES carolina.benevides@globo.com.br

Em uma década, entre 2002 e 2012, a população carcerária do Brasil deu um salto: passou de 255 mil para mais de um milhão de presos. Crescimento de 138%, segundo dados do Departamento de Educação Penal (Depen), ligado ao Ministério da Justiça. Com unidades cada vez mais superlotadas — o déficit de vagas é de 230 mil —, presídios sendo construídos em vários estados e defensores públicos acusados de 40% dos que estão atrás das grades, os presos provisórios, não são, ainda, os mais julgados. Estando inclusive condenado por falta de recursos, do Centro de Dados de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes apontou que, no Estado do Rio, 35% — 11 mil pessoas — estão nessa condição. E foi último levantamento e resultado dos processos iniciados em 2011 com prazo em flagrante: de 3.672 detentos que foram concluídas no primeiro de 2013, constatou que só 37,5% foram condenados ao regime fechado ou ao semilivre.

O sistema penitenciário vive sob o manto da ilegalidade. A Justiça acusa de cometer o crime, quando não, ao fim, não consegue pagar multa. E o escândalo. As pessoas têm todos os direitos violados — de falta, a primeira mulher a dirigir o sistema penitenciário do Rio — O Tribunal de Justiça do estado é o mais bem informado da país, se tem a defesa mais antiga. Pode-se imaginar que a situação seja pior nos outros estados.

No Piauí e no Maranhão, o índice de presos provisórios chega a 60%. Sobretudo no Piauí, que em 1975 anos aguardando a sentença. Foi Inquisição (INAI) o nome que recebeu. Foi quem em 2011, o então governador do Amazonas e no Pará — o então governador Valdir João Silva, coordenador nacional da Pastoral Carcerária.

PERFIL DE 18 A 25 ANOS, COM 1 OU 2 FILHOS

Em São Paulo, de acordo com pesquisa feita pelo Instituto São da Paz, 22% dos detentos são presos provisórios. Ao todo, são 18 milhões de 25 anos. Levantamento da pastoral feito na Penitenciária Feminina de Santarém e no Centro de Detenção Provisória 1 de Pinheiro, em São Paulo, concluiu que a maioria tem de 18 a 25 anos, é solteiro, com um ou dois filhos, baixa escolaridade e origem nordestina. Na maior parte dos casos, foram presos acusados de furto, roubo ou tráfico de drogas. No Rio, furto e tráfico representam, em 2012, 54% e 18%, respectivamente.

A demanda da sociedade, que acredita que o perfil é perigoso. A maioria das mulheres, presa por roubo, não cometeu crime violento. Se, elas esperam a julgamento cumprindo medidas alternativas, não sendo apenadas com filhas, não ficaram estigmatizadas e com grande dificuldade de conseguir emprego — diz Heidi Carneiro, da Pastoral Carcerária.

Festa provisoriamente no Rio, em novembro de 2013 pelo furto de pedras de quartzo em um supermercado. L.C. de 23 anos, é piratista e teve o pedido de liberdade negado pelo defensor. Também no Rio, J.L., de 20 anos, foi preso em dezembro de 2011 e sentença de 18 meses. Foi, primeiro, teve a primeira audiência em maio de 2012, quando o juiz determinou que detentor e Ministério Público enviassem as últimas manifestações por escrito. No entanto, o processo só foi enviado ao promotor quase um ano depois, em abril de 2013. No mês seguinte, o juiz negou a liberdade provisória.

A pena básica para furto é de cinco anos. Se esse for o caso, condenado ele pode ser comparecido ao juiz antes de ser julgado — diz Leonardo Mariz, defensor público e subcoordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen), no Rio, denunciando que, no estado, as três principais causas de julgamento são tráfico, roubo e furto. — Mesmo o juiz sabendo que a pena vai ser alternativa, ele decide a prisão provisória. Depois, há audiência para conceder a liberdade.

No Brasil, a Lei das Medidas Cautelares entrou em vigor em 2011 e deu aos juizes uma série de alternativas à prisão. Entre elas, comparecimento em juízo fixando em sede policial e em juízo monitoração eletrônica, proibição de se ausentar da comarca e de frequentar determinados lugares. A pesquisa realizada no Rio, no entanto, mostrou que a prisão provisória ainda é a medida mais aplicada. Deu a decisão tomada em 73,3% dos casos. Depois de ser ter condenado a vigia, em julho de 2011.



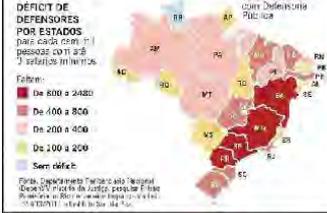
Situação precária. Defensor público assiste detento no Presídio Central de Porto Alegre: 60% de presos não foram condenados



POPULAÇÃO CARCERÁRIA: 548.003 em maio de 2012. PRESOS PROVISÓRIOS: 236 mil (43%).

Table with 2 columns: Sentença and Value. Rows include 'Condenação a regime fechado' (1.136), 'Condenação a regime aberto' (269), 'Quilotele penais' (584), 'Absolvição' (288), and 'Outras situações processuais' (759).

DEFICIT DE DEFENSORES PÚBLICOS: Mais de 2.630 em falta.



Nas mesas anteriores, representou 84,1%. O número de faltas foi o que mais cresceu: passou de 5,1% em sede policial para 19,2%. Monitoração eletrônica, no entanto, não ultrapassou 0,1%. Há muitas falhas da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Luiz Carlos Frenede diz que 'os mecanismos de vigilância para que não sejam os presos em liberdade não estão se solidificando'. — Não existem políticas públicas que deem segurança para que as alternativas adotadas se tornem dissemelhantes, pontos positivos para diminuir a superlotação — diz Frenede, lembrando que o CNJ está fazendo um levantamento em todos os estados para saber o índice de presos provisórios. — Com esse dado, vamos estabelecer um novo critério de monitoração. O número de presos provisórios no país é a base para aplicação das medidas cautelares

se o mesmo mais desmilitarizado quando é analisado o número de defensores públicos. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), só não há déficit no Distrito Federal e em Roraima. Para cada um mil pessoas com até três salários mínimos, faltam de 400 a 2.400 defensores no Brasil, em Minas, em São Paulo e no Paraná. No Rio, o déficit é de 400 a 800. Goiás não conta com defensoria. Em Santa Catarina, os defensores não são empregados em abril de 2013. No Paraná, chegam em maio.

O problema dos provisórios é sério, e a defensoria é absolutamente importante por conta de questões jurídicas. Defensores são meios de controle do número de prisões, e de justiça. Em alguns estados, a defensoria é rudimentar e nem funciona bem — diz Patricia Keitmann, presidente do Associação Nacional dos Defensores Públicos — Existe projeto de lei no Senado para que presos e detidos possam ter um advogado. Melhoraria a situação, mas não basta. Tem que ter presença profissionalizada de defesa. E tem que não só o veja o momento antes da audiência.

DEFEN-47 MIL NOVAS VAGAS

No Rio, de acordo com Felipe Almeida, coordenador da Vigia, em média, são presas diariamente 130 pessoas. — A atual situação da prisão é um caos. O sujeito é detido provisoriamente por um ano, e condenado ao regime aberto e fica preso sempre castigadamente. A integração é difícil. Dependendo da natureza criminal, um defensor cubra de mal processado. E um processo, às vezes tem 40 meses. No Brasil, a cultura da prisão faz com que se prendam muito e se solte pouco. E prende-se muito e põe de chinelo e que é primário quando chega à porta da prisão e que, se fiscal, um tratamento faz preso. Tudo isso é multirracista — diz Almeida.

Classe de alto número de presos provisórios, o Depen lançou em 2011 o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Penal para a construção e reforma de unidades prisionais. Até todos 47 mil vagas serão abertas. O programa disponibiliza ainda R\$ 4 bilhões para compra de equipamentos de monitoração eletrônica. De acordo com o Depen, o objetivo é diminuir o déficit de vagas para presos provisórios. Além disso, o governo federal investiu na criação de centrais integradas para acompanhar e fiscalizar as penas e medidas alternativas. No entanto, reconhece que "muitas pessoas de 40% que aguardam julgamento estão presas por crimes como furto, invasão, apropriação indébita, lesão corporal, falsificação, que, mesmo após uma possível condenação, poderão ser punidos substituídas por penas restritivas de liberdade". — Não se pode desocupar a Lei de Execução Penal é de 1981, e grande parte nunca saiu do papel. A Lei das Medidas Cautelares de 2011 e a legislação não funciona. A sociedade espera que os presos tenham o direito de saber que seu país não há pena de morte ou prisão perpétua. É um burburinho. Com esse tratamento desumano e cruel, não se pode esperar que saiam como condetidos — diz Jilka.

Em presídio gaúcho, 60% dos presos são provisórios

Para 4,7 mil detentos, há só quatro defensores, metade do recomendado

FELIX ILHA felixil@ig.com.br

—Normalmente a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul tem quatro profissionais para atender 4,7 mil presos no Presídio Central de Porto Alegre, o maior do estado e alvo de críticas do Organismo dos Estados Americanos (OEA) por sua superlotação. A equipe estava composta de onze de Colégio Nacional de Defensores Gaus (CNDG), que recomenda um defensor para cada 500 detentos. No entanto, cada defensor precisa dar conta de 1.175 detentos, quase o dobro da recomendação.

Mesmo precária, essa equipe garante os direitos a respeito da pena ou a liberdade, cubra milhões, para cerca de 25 mil presos em todo o estado. Presídios não são condenados, sem terem sido condenados: 60% do total de presos. Até dois meses atrás, eram só dois defensores públicos no penitenciário.

Segundo o coordenador do CNDG, oito defensores devem atender a massa carcerária do Presídio Central. O dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal da Defensoria Pública do Estado (DPE), Ivete Antunes Vieira Ilha, diz que o equívoco, embora pequeno, tem conseguido ampliar a situação legal dos detentos, que, muitas vezes, já deviam ter sido libertados ou não deviam ter sido presos.

Até 2012, a lista de presos aos defensores não correspondia aos grupos, que cobriam por um número de atendimento. Vieira Ilha reconhece pontos, que um detento sair do Central ainda é difícil.

— A estrutura do Instituto é melhor o aparelho empregado mesmo antes de entrar em funcionamento da grandeza da acusação. Em alguns casos ocorrem de furto e tratado como crime hediondo.

Os quatro advogados fazem em média 250 atendimentos por mês e levam cerca de dois meses para analisar e emitir o parecer. É um trabalho que não é pago. A Defensoria ainda tem a missão de valorizar os condições estruturais da cadeia e de movimentar os presídios. Os presos são chamados nas galeias e esperam a sua vez na agenda de atendimento, numa sala batizada de "jambôes".

O defensor Bernardo Carvalho Silveira relata que a quantidade de obstáculos para garantir acesso aos presos é muito grande. E que muitos detentos preferem permanecer no presídio devido à facilidade de acesso às famílias. — Quem garante a sobrevivência da maioria dos presos não ligados a famílias é a família. O Estado não dá a comida. Mas eles precisam de roupas, de material de higiene de remédios. Por isso, são por questões geográficas, os detentos não querem sair do Central, pois não podem a ajuda, mesmo com o envio de R\$ 10. Não há uma política do estado para facilitar o acesso familiar aos apenados.

Segurança: Último dia do governo no Rio de Janeiro, página 4

“A Justiça acusa de cometer o crime, prende e, ao fim, não consegue provar nada. É um escândalo”

Julia Lenguaer, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes

O Globo, 5 de junho de 2014, Capa.

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2014 A\$0,202X - M\$9,822 *Erinea Marinho* (1876-1925) *osso* (1904-2003) *Roberto Marinho* R\$0,0000 **oglobo.com.br**

SÓ NO SITE

oglobo.com.br

CULTURA
OS FILMES DA SEMANA NA VISÃO DO BONDUNHO

SOCIEDADE
SELTIE FAZ PLÁSTICA DISPARAR NOS EUA

ESPORTES
FOTOS MOSTRAM AS MULHERES EM CAMPO

RIO
VIDEO: VOZ DO GALEÃO VIAJA DE ÔNIBUS

Ajuda à Petruhos

Governo quer mais álcool na gasolina

O governo pretende ampliar a mistura de etanol na gasolina de 25% para 27,3%, informou o ministro Edison Lobão. Para isso, só espera concluir o estudo sobre o impacto nos custos das autoavaliadoras. Com a medida, a Petrobras economizará US\$ 1 bilhão em importações de gasolina, estimam analistas. **PÁGINA 23**

Alta de IPI deve ser menor
O IPI para carros populares, que deveria subir de 3% para 7% no mês que vem, terá um reajuste menor. **PÁGINA 24**

Indústria tem queda de 0,3%
Produção caiu em 79% dos itens pesquisados pelo IBGE. Para analistas, não se trata de recessão no setor. **PÁGINA 25 e Síntese Língua**

Privilégio hácer

Lei da Palmada é aprovada no Senado

O Senado aprovou ontem a Lei da Palmada, que proíbe impor castigo físico aos filhos, mas não prevê pena de prisão. A norma, que vai a sanção da presidente Dilma, divide pais e é elogiada por especialistas. **PÁGINA 28**

DÚDIA DE NOVO 'Mensalón' na Colômbia?

Envolvimento no mensalão de PT, o publicitário Duda Mensalón deve ser investigado na Colômbia por suposto caso de doação de oposição à Zúñiga. Ele nega. **PÁGINA 34**

LEI BRANDA

Metade dos detidos no Rio não fica na cadeia

'Batemos o recorde de prisões e o crime não caiu', afirma Beltrame

Secretários de Segurança da Região Sudeste se reúnem em Brasília e apresentam ao Congresso proposta de mudanças para tornar a legislação mais rigorosa, como o aumento da pena para jovens infratores

Cerca de 16 mil pessoas foram presas no Estado do Rio nos três primeiros meses deste ano, mas a maioria não ficou na cadeia por causa de uma lei de 2011, que tornou mais branda a punição para crimes com

penas de até quatro anos. A nova legislação, segundo o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, teve impacto negativo nos índices de violência. Por isso, ele propõe penas mais rigorosas para crimes

como receptação e furto com uso de explosivo. Secretários de Segurança do Sudeste propuseram ontem ao Congresso diversas mudanças para garantir punição e conter o aumento da violência. **PÁGINA 14**

Prisões: faltam 210 mil vagas

Estudo do CNI mostra que país tem 865 mil presas para 357 mil vagas. Dificuldade não é maior porque muitos crimes não ficam presos. **PÁGINA 3**

Corrida pelos últimos ingressos
TUMULTO NAS FILAS E NA WEB

A oferta do último lote de 180 mil ingressos causou corrida na internet e a hipnose empurra nas filas. Bilhetes para a abertura e a final acabaram em uma hora. **CRÔNICA ESPECIAL**

Treino cancelado na Bahía
CALOR CASTIGA SELEÇÃO CROATA
CRÔNICA ESPECIAL

Atraso no Itaquerão
NEM COL SÁBE LOTAÇÃO DO ESTÁDIO
CRÔNICA ESPECIAL



VERÍSSIMO
Os melhores momentos das Copas.

FERNANDO CALAZANS
Só se fala em parar a seleção.

RENATO M. PRADO
Willian vai bater Oscar?

PAULO CEZAR CAJU
Ganhar do Panamá não é nada.

ANCELMO GOIS
Torcer contra é lobagem.

Engarrafamento à vista em terminais JATOS EM HANGAR SEM TETO

Para minimizar a falta de vagas para jatinhos, serão criadas vagas a céu aberto no Galeão e no outro aeroporto. Mil jatos são esperados, mesmo com a Copa da Alemanha, em 2016. **PÁGINA 9**

As vésperas do Mundial
AEROPORTO DE BRASÍLIA SOFRE ALAGAMENTO
PÁGINA 10

Ainda no papel
EM CUIABÁ, OBRAS FICAM PELA METADE
PÁGINA 10 E 11



CORREDOR EXPRESSO NO TEMPO DA CARROÇA

Na primeira viagem do BRT Transcar local entre o Galeão e o Barro, o trem, uma carroça movida a pedras, que também pode ser usado por carros e até por pedestres. O percurso levou 50 minutos, mais que os 70 previstos. Os ônibus poderão tranquilizar os passageiros devido à redução do corredor. **PÁGINA 15**

DOA VIAGEM
Croácia NO (BELO) CAMPO DO ADVERSÁRIO
As viagens de Mar Adriático, país que enfrenta o Brasil na abertura da Copa, vão aumentar o número de visitantes. **Dubrovnik, Protegido por muros**

SEGUNDO CADERNO
'Meus quintais' AS LEMBRANÇAS DE BETHÂNIA
Caricatura revisita momentos de infância e do Brasil. Dado em novo livro.

MEIO AMBIENTE
Verdes S.A. SUSTENTÁVEIS E LUCRATIVAS
Consultorias e corretoras fazem empresas tornarem produção mais sustentável. **CADERNO ESPECIAL**

POR UMA LEGISLAÇÃO MAIS RIGOROSA

Antídoto para impunidade

Beltrame faz proposta para combater distorções de lei que favorece libertação de criminosos



Força de tarefa. O secretário de Segurança do RJ, José Mariano Beltrame, e outros titulares de pasta são recebidos pelo presidente da Câmara, Henrique Alves (ao fundo). Na pauta, uma ação para reduzir os efeitos negativos da lei

Força de tarefa. O secretário de Segurança do RJ, José Mariano Beltrame, e outros titulares de pasta são recebidos pelo presidente da Câmara, Henrique Alves (ao fundo). Na pauta, uma ação para reduzir os efeitos negativos da lei

Em 2011, quando a lei foi aprovada, não está relacionado à falta de policiamento. As estatísticas de Rio, inclusive, indicam aumento da produtividade de polícia. Em 2010, 11.950 pessoas foram presas no estado. Em 2013, esse número atingiu a marca de 20.012, um aumento de 67%. Apesar disso, nos primeiros três meses deste ano, os indicadores mostram que o crime nesse período se assemelha a transmissões saltaram 46,2%. No Complexo da Maré, o mesmo índice sobiu 65,8%.

Para tentar frear a escalada da violência, o grupo de Beltrame propôs, por exemplo, o aumento da pena para receptação e furto sem uso de explosivo, muito comum em casos de roubo de cabos eletrônicos.

Essa é a principal preocupação do grupo formado por titulares da pasta de segurança na Região Sudeste, mobilizada pelo secretário do Rio, José Mariano Beltrame, que uniram forças para impulsionar mudança da legislação ao Congresso. Para Beltrame, está claro que a nova lei vem tendo um impacto negativo sobre os índices de criminalidade do estado. E, segundo o ISP, 16 dos estados brasileiros enfrentam o mesmo problema.

— Precisamos fazer mais. Não se pode dizer que a polícia não está trabalhando. A polícia está sobrecarregada e deve bater o recorde de prisões este ano — defende Beltrame.

Penas mais duras para alguns crimes

Os secretários, que se reuniram em Brasília para um grupo de estudos para fundamentar o projeto de mudança de lei. Eles acreditam que o estímulo da criminalidade, em especial a partir de

2011, quando a lei foi aprovada, não está relacionado à falta de policiamento. As estatísticas de Rio, inclusive, indicam aumento da produtividade de polícia. Em 2010, 11.950 pessoas foram presas no estado. Em 2013, esse número atingiu a marca de 20.012, um aumento de 67%. Apesar disso, nos primeiros três meses deste ano, os indicadores mostram que o crime nesse período se assemelha a transmissões saltaram 46,2%. No Complexo da Maré, o mesmo índice sobiu 65,8%.

Para tentar frear a escalada da violência, o grupo de Beltrame propôs, por exemplo, o aumento da pena para receptação e furto sem uso de explosivo, muito comum em casos de roubo de cabos eletrônicos.

Essa é a principal preocupação do grupo formado por titulares da pasta de segurança na Região Sudeste, mobilizada pelo secretário do Rio, José Mariano Beltrame, que uniram forças para impulsionar mudança da legislação ao Congresso. Para Beltrame, está claro que a nova lei vem tendo um impacto negativo sobre os índices de criminalidade do estado. E, segundo o ISP, 16 dos estados brasileiros enfrentam o mesmo problema.

— Precisamos fazer mais. Não se pode dizer que a polícia não está trabalhando. A polícia está sobrecarregada e deve bater o recorde de prisões este ano — defende Beltrame.

Penas mais duras para alguns crimes

Os secretários, que se reuniram em Brasília para um grupo de estudos para fundamentar o projeto de mudança de lei. Eles acreditam que o estímulo da criminalidade, em especial a partir de

Opinião

NO ATACADO

AS PROPOSTAS de endurecimento da legislação criminal levadas a Brasília pelos secretários de Segurança dos estados do Sudeste fazem sentido em si.

MAS o problema da segurança pública no Brasil necessita cada vez mais de uma abordagem ampla, interconectada entre as diversas esferas do poder público.

TRAZA SE de passar do varejo para o atacado.

Muito Kieling, a presunção de inocência para emendados é um erro.

A legislação é extremamente branda e traz uma visão equivocada do estado de liberdade. Mesmo nos crimes com flagrantes de violência e graves danos, o juiz ainda tem o direito à presunção da inocência até o final do processo. Ele só é considerado culpado após o rito em juízo. Está errado isso. Ele pode ser legalmente culpado até o último minuto, mas depois de emendado em duas instâncias, não tinha que ser presumidamente inocente e, sim, presumidamente culpado — diz Kieling, para quem a prisão antes é uma resposta importante para a sociedade. — Ela mantém a fé na Justiça, enquanto a impunidade abscisa a violência.

Do grave quanto esse caso é o da lei que regulamentou a execução das medidas socioeducativas para menores. Na prática, o resultado é paradoxal. Um levantamento do ISP revela que, também nos primeiros três meses deste ano, 25.361 jovens foram creditados pela polícia e receberam nota de culpa. Mas se 13.111, quase a metade, entram no sistema de Degase (fabrico para menores infratores). O restante voltou à rua. É mais. Mesmo com os que foram apreendidos, 228 ficaram no sistema 50 dias ou mais. O preço e o custo são astronômicos. De acordo com Beltrame, 58% dos adolescentes internados nos últimos três anos voltaram a ser apreendidos no mesmo crime.

Um dos coordenadores do grupo de estudos, o diretor-presidente do ISE, coronel Paulo Augusto Lorenzi, afirma que a forma como foi regulamentado o Estatuto da Criança e do Adolescente a partir da Lei 12.594, de 2012, agravou ainda mais a situação. A proposta é aumentar o tempo de internação de menores de três para cinco anos em caso de crimes onde há uso de violência, como homicídios. — Adolescentes são apreendidos repetidamente, gerando um profundo sentimento de impunidade — observa ele. ■

Corpo a corpo

JOSÉ MARIANO BELTRAME

'O modelo de segurança está doente'

Secretário diz que é preciso haver mais que polícia no combate ao crime

■ O número de prisões no Sudeste cresceu em 2013, mas a criminalidade aumentou, sobretudo a partir de 2011. Seis mil da lei 12.403? O crime cresceu em quase todo o país a partir de 2011, quando mudamos o Código de Processo Penal. Temos um fenômeno, mas a resposta não está somente, nem com a polícia. Segurança pública não é só polícia. Quando mudamos uma lei os efeitos podem ser imprevisíveis.

■ Aumento a reincidência ou produzidos mais criminosos? Não sei, é uma questão. O que eu sei é que a polícia tem que trabalhar com a polícia. Segurança pública não é só polícia. Quando mudamos uma lei os efeitos podem ser imprevisíveis.

■ ITPV, maior efetivo etc. Chegamos ao limite da resposta policial? [Precamos de] uma polícia mais eficiente, mas não necessariamente uma polícia maior. A melhor polícia do mundo será inútil se não fizer frente às expectativas da população, se o resto do sistema não andar junto. Fazemos o recorde de prisões no ano passado, e o crime não caiu.

■ O modelo brasileiro de segurança está falido? Falido não sei, não sei se é doente. Polícia militarizada, leis modernas, sociedade nas punições, perdidos decorrentes, controle de fronteiras e de contrabando de armas e mais participação da sociedade. É isso que temos de defender.

■ Precisar resolver? Se é para ser mais eficiente, ótimo, que fique acordado. Quando o problema aparece, não culpe a polícia, que precisa de mais pessoas muitas vezes. ■

Punição maior para assassinato de agentes do estado

Sugestões de secretários de Segurança tentam fazer frente ao crescimento da violência

FRANCISCO BRUNO/AGÊNCIA O GLOBO

BRASÍLIA. Os secretários de Segurança de Rio, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo também incluem entre suas propostas levadas ao Congresso o aumento de pena e a classificação como crime hediondo com maior dificuldade na concessão de regime, de homicídios contra agentes do estado, receptação de roubo e furto com uso de explosivo. Eles defendem a duplicação do tempo máximo de prisão em regime de liberdade diferenciada, o aumento de efetivo e flexibilização nas fronteiras o fim do contingenciamento de verbas para as áreas policiais e de segurança pública e a dispensa de licit

ção em alguns crimes. Na lista estão ainda a criação de julgados especiais estaduais para tratar agilizar tratamentos e internações de usuários de drogas e a adoção de medidas para bloquear celulares roubados, além do aumento do tempo de internação de menores infratores.

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, disse que o sistema de segurança tem uma "doença séria" e que não se pode esperar que o problema se resolva apenas com a polícia.

De acordo com os secretários, os presidentes da Câmara e do Senado se comprometeram a debater as propostas em plenário nos próximos meses. No caso do Senado, o debate será feito junto com a proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que permite a prisão de criminosos antes de se esgotarem todos os recursos.

Beltrame defendeu as propostas afirmando que o resultado do trabalho das polícias nos esta

dos do Sudeste tem aumentado nos últimos anos, mas sem conseguir fazer frente ao crescimento da violência. Na visão dele, isso ocorre porque falta um sistema de segurança capaz de levar adiante o trabalho das forças policiais.

— Temos que ver todo o sistema. A situação de impunidade começa no ISP, quando não há vítimas, até quando sai uma sentença da Justiça — afirmou Beltrame. — Em delegacias, 80% das pessoas conduzidas não são presas, não por culpa do delegado, do policial, mas sim porque é facultado a essa pessoa sair — reiterou.

O secretário de Segurança de São Paulo, Fernando Colla, disse que, por falta de mecanismos legais e de eficiência em outros ângulos do sistema, o trabalho da polícia acaba não sendo mais eficaz.

— As polícias ficam com uma sensação de que estão esgotando pelo sem que seu trabalho resulte em resultados positivos para as sociedades disse Fernando Colla. ■

País

RETRATO DO CAOS

Prisões no país têm déficit de 210 mil vagas

Situação só não é mais grave porque 147 mil condenados cumprem pena em casa

Carolina Brito
carolina@oglobo.com.br

BRASIL—Estado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que 567.655 pessoas vivem atrás das grades, hoje, no Brasil. Como o sistema carcerário só tem capacidade para 357.219 presos, o déficit chega a 210.436 vagas. Portanto, há no país 37% mais presos do que o sistema comporta. A falta de vagas é mais aguda se se considera o número de pessoas que cumprem pena em casa: 147.937. Segundo o CNJ, essas pessoas não estão na cadeia por falta de vagas no sistema interno.

— Agora sabemos que o número de pessoas presas é bem maior do que imaginávamos. Constatado nos prisões domiciliares, são mais de 147 mil. Até hoje, não havia referências nos prisões domiciliares, só a quem estava em unidade prisional. Essa é a grande novidade — avalia o conselheiro Guilherme Calmon, coordenador do levantamento.

Em dezembro de 2012, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgou dados resumidos da população carcerária. Os números consolidados do órgão, referentes a dezembro de 2009, indicavam uma população de sistema penitenciário de 417.112 pessoas e, das delegacias, de 56.511 (total de 473.623 presos). Em 2012, essa população chegou a 548.005.

Cum base nos novos dados, o CNJ deverá recomendar aos governos estaduais que reformulem as unidades prisionais e construam novas presídios, para amenizar a superlotação nas cadeias. Em flexibilizações nas penitenciárias, o CNJ tem flagado a falta de vagas e de respeito aos direitos humanos. Se existe um problema de superlotação carcerária hoje, esse problema é maior do que a gente imaginava. Precisamos garantir condições dignas aos presos — afirma Calmon.

Intitulado "Novo diagnóstico do sistema prisional no Brasil", o estudo do CNJ mostra que, no total de presos, 41% são provisórios — ainda não foram julgados, mas cumprem pena. O levantamento, concluído segunda-feira, foi elaborado com base em informações repassadas pelas Tribunais de Justiça de todo o país e em relatório do sistema carcerário de maio deste ano.

Apesar de alarmantes, o número de presos poderia ser maior. Isso porque há no Brasil 728.000 mandados de prisão aguardando cumprimento. São pessoas que deveriam estar presas, mas estão em liberdade porque as autoridades não as encarceraram no sequer processaram.

O CNJ mostra que o Brasil ocupa o quinto lugar na lista de países com maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Considerando os presos domiciliares, o Brasil sobe para a terceira

posição, perdendo apenas para Estados Unidos e China. O órgão também compara o número de presos por habitante no Brasil com o quadro em outros países. Se aqui temos 358 presos a cada 100 mil habitantes, esse índice é 294 na África do Sul, 212 no México, 149 na Argentina e 78 na Alemanha.

Além segundo o CNJ, o estado com maior população carcerária é São Paulo, com 204.346 presos, seguido por Minas Gerais, com 57.498 e Rio de Janeiro, com 35.611. A menor população carcerária está em Roraima, com 1.676 presos. Em Alagoas, eles são 2.531. Faltam vagas nos presídios de todos os estados da Federação. O déficit de vagas é de 58.448 em São Paulo, em Minas Gerais, faltam 21.400 vagas e em Pernambuco, 21.193. Faltam menos vagas em Roraima (488) e Piauí (468).

Analisando o quadro sob o paradigma de presos provisórios, a situação é mais grave em Sergipe, onde 75% dos 4.656 detentos cumprem pena sem terem sido condenados. Na Bahia, os presos provisórios são 84% do total e no Ceará, 56%. As situações são menos alarmantes em Roraima (20%) e Acre (23%).

O estado com maior número de presos cumprendo pena em regime domiciliar é São Paulo, com os 139.000 presos nessa situação. Em seguida, surge Santa Catarina, com 13.472, e Minas Gerais, com 10.254. Na Paraíba, apenas oito presos cumprem pena em casa e no Espírito Santo, 27.

Série estatística elaborada pelo Depen mostra que a população de presos no Brasil cresce a cada ano. Em 2009, eram 308 mil. Em 2004, a 336 mil. No ano seguinte, 381 mil. Depois, o número passou para 401 mil. Em 2007, eram 422 mil presos no Brasil. E em 2008, 451 mil. Antes de compilar seus próprios dados, o

CNJ usava os números do Depen para planejar suas ações. A principal crítica dos juristas carcerários — juízes, defensores, membros de Ministério Público e advogados aos presídios para detectar eventual irregularidade. O paradigma foi criado em 2008, pelo então presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF). De agosto de 2008 a abril de 2011, os ministros analisaram 47.957 processos e concederam 91.695 benefícios a presos — como a liberdade, o direito ao trabalho externo e a progressão de regime.

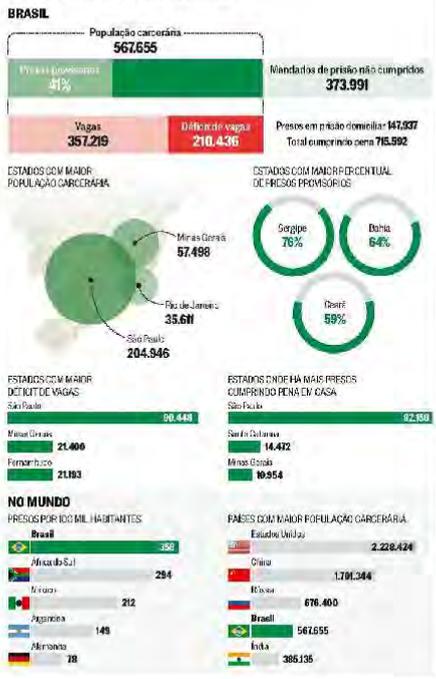
Veja mais: far proposta para combater as superlotações carcerárias por tel de 2011 que favorecem criminosos, na página 14

WEB
globo@Globo A
Presídios brasileiros têm colônias de autoridades e trabalho



Deceasa: Presos superlotados em Sergipe. Os prisioneiros que faltam vagas em todas as unidades da Federação

O SISTEMA PRISIONAL NO PAÍS



PROJETO SOBRE GUARDAS MUNICIPAIS COMISSÃO DO SENADO AMPLIA PORTE DE ARMAS

BRASIL—A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo do Senado aprovou o projeto de lei criando o Estatuto Geral das Guardas Municipais, que dá poderes de polícia às autoridades locais. Todos os estados terão que aderir. Hoje, o Estatuto do Departamento Penal do Brasil não prevê a existência municipal de polícia, apenas nas regiões metropolitanas e municípios com mais de 50 mil habitantes. O projeto dá a votação no plenário do Senado.

A comissão está pedindo a criação de guardas municipais para atuar em áreas de segurança pública, serviços e instalações. Tem caráter de polícia e de polícia comunitária, com o objetivo de garantir a segurança pública em áreas urbanas. E se houver conflito com órgãos de segurança estaduais ou municipais, as guardas poderão fiscalizar o trânsito e a circulação.

Outra proposta em pauta é a criação de guardas municipais. Uma delas é a proposta de criação de guardas municipais em áreas de segurança pública, serviços e instalações. Tem caráter de polícia e de polícia comunitária, com o objetivo de garantir a segurança pública em áreas urbanas. E se houver conflito com órgãos de segurança estaduais ou municipais, as guardas poderão fiscalizar o trânsito e a circulação.

O GLOBO 90 ANOS

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2015 ANO XXXI Nº 23898 Irineu Marinho (1876-1925) — 1904-2003 Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Lava-Jato STJ quebra sigilo de Cabral e Pezão

Investigados na Operação Lava-Jato, o governador Luiz Fernando Pezão e o ex-governador Sérgio Cabral tiveram o sigilo telefônico quebrado por decisão do ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). **PÁGINA 4**

Para segurar a inflação BC sobe juros pela sexta vez

Apesar da queda no PIB no 1º trimestre e do aumento do desemprego para 8% em abril, o BC elevou a taxa básica de juros para 13,75% ao ano, para tentar conter a inflação. **PÁGINA 21**

Lei das estatais Renan recua sobre sabatinas

Após reação da presidente Dilma e de proposta alternativa do PSDB, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse abrir mão das sabatinas de presidentes de estatais. **PÁGINA 8**

HERÓI DO MORRO Jiu-jitsu da UPP é ouro

Treinado por soldados da UPP do Morro da Providência, Gabriel Monteiro, de 16 anos, ganhou campeonato mundial de jiu-jitsu. **PÁGINA 18**

Crime em Botafogo Suspeitos da morte de Alex identificados

Dois assaltantes presos em Botafogo há 15 dias são acusados pela polícia do assassinato do estudante da UERJ Alex Schomaker. **PÁGINA 11**

Impacto da tecnologia Jornais apostam em sofisticação

Editores reunidos em congresso mundial apostam em conteúdos exclusivos e qualificados para o impresso, além de maior leitura em tablets e celulares. **PÁGINA 20**

RETRATOS DO BRASIL

Número de presos subiu 87% em oito anos no país

Déficit de vagas nas penitenciárias cresceu 139% entre 2005 e 2013

Quatro em cada dez detentos não estão condenados, o que agrava a superlotação

Enquanto o Congresso debate o endurecimento de penas, a superlotação nos presídios se agrava. Dados divulgados ontem pelo governo, sobre pesquisa feita em parceria com o Programa das Nações Unidas para o De-

seenvolvimento, mostram que a população carcerária no Brasil cresceu 87,7% em oito anos. No mesmo período, o déficit de vagas aumentou 139%. A pior situação é a de Alagoas, onde há 3,7 presos para cada vaga.

No Rio, há dois detentos por vaga. Minas Gerais foi o estado em que o aumento do número de presos foi maior no país: 729%. No país, 40% das vagas são ocupadas por presos que ainda não foram condenados. **PÁGINA 3**



BATALHA SEM FIM

Um guarda municipal é cercado por moradores da Vila Autódromo, na Barra, durante tentativa de remoção de duas casas. Depois de muita tensão, confronto e nove pessoas feridas, Justiça suspendeu operação. **PÁGINA 15**

ESPORTES

FBI investiga fraude em escolha de Copas

O FBI ampliou a investigação sobre a Fifa e abriu inquérito sobre suposta corrupção na escolha das Copas de 2018 e 2022. **PÁGINAS 29 e 30**

EDITORIAL

'Saída de Blatter tem de ser apenas o início' **PÁGINA 16**



SÉRVIO FAZ HISTÓRIA

Novak Djokovic venceu Rafael Nadal pela 1ª vez em Roland Garros. Nove vezes campeão, o serbio não perdeu em Paris desde 2008. **PÁGINA 27**

Vasco sofre nova derrota no Brasileiro

O Vasco voltou a decepcionar ontem, ao perder por 3 a 0 para o Ponte Preta, em São Taubaté. Em cinco rodadas do Brasileiro, o clube ainda não venceu. **PÁGINA 28**

O GLOBO 360º CONTANDO HISTÓRIAS



ENTRE CRISES GLOBAIS

Em 1929, crise afetou todo o Brasil e se espalhou nos EUA. Crise de 2008 persistiu até hoje. **PÁGINA 22**

BOAVIAGEM



REINO UNIDO HISTÓRIAS SEM FIM

Uma jornada por cenários de histórias reais e imaginárias. Na foto, Stonehenge, sítio que não se sabe como foi erguido nem para quê.

SEGUNDO CADERNO

CRISE AFETA LIVROS

Pesquisa indica queda de 5,6% no faturamento do setor em 2014.

ANCELMO GOIS O REI ESTÁ ISOLADO

Caetano defende biografias sem censura. **PÁGINA 12**

CHICO



Quarta-feira 4 de Junho de 2015

País

CRÔNICA

RETRATOS DO BRASIL

Explosão carcerária

Número de presos cresceu 87% entre 2005 e 2013, elevando em 139% o déficit de vagas

RENATA MARIZ
renata.mariz@brasilglobo.com.br

49,1% dos presos foram condenados por crimes relacionados ao patrimônio, como roubo e furto; respondem por homicídios 11,9%

40% de presos provisórios. Nada menos que 40% das vagas, no entanto, são ocupadas por presos provisórios, que ainda não são considerados condenados. O seu crescimento vem acompanhando a pior situação. Lá para cada vaga, há 3,7 presos em liberdade, esse índice é de 2,5. No Estado do Rio, há dois direitos por vaga, quanto a isso.

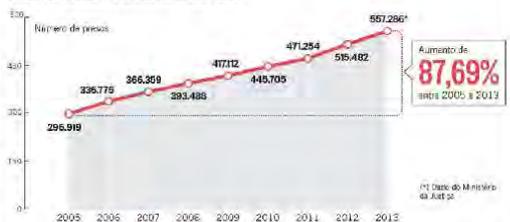
Minas Gerais foi o estado com o maior aumento de número de presos nos últimos anos: 729%. Há apenas 8.289 presidiários no estado em 2005; e 52.154 em 2013. No Rio, em penúltimo lugar na lista, houve aumento de 44,4%.

40% de presos provisórios. Nada menos que 40% das vagas, no entanto, são ocupadas por presos provisórios, que ainda não são considerados condenados. O seu crescimento vem acompanhando a pior situação. Lá para cada vaga, há 3,7 presos em liberdade, esse índice é de 2,5. No Estado do Rio, há dois direitos por vaga, quanto a isso.

Minas Gerais foi o estado com o maior aumento de número de presos nos últimos anos: 729%. Há apenas 8.289 presidiários no estado em 2005; e 52.154 em 2013. No Rio, em penúltimo lugar na lista, houve aumento de 44,4%.

CONHEÇA OS NÚMEROS

DADOS OFICIAIS DO MAPA DO ENCARCERAMENTO
AUMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA - 2005 A 2013



NÚMERO DE PRESOS POR ESTADO

Estado	2005	2013	Variação em %
MS	4.934	37.744	729,29%
ES	5.223	15.039	188,97%
TO	933	2.755	82,02%
AM	2.012	7.233	172,21%
RN	1.243	4.643	169,09%
CE	3.262	12.029	149,99%
PA	3.011	10.213	166,27%
PE	1.187	3.750	161,46%
GO	6.529	19.889	157,77%
MT	7.894	24.573	157,24%
AL	2.547	4.056	159,02%
MA	1.073	1.634	151,82%
PI	1.478	2.326	157,44%
AC	3.579	10.018	144,97%
RO	1.124	3.524	149,49%
PR	1.163	3.123	169,49%
AP	1.674	2.858	170,5%
DF	10.609	35.015	168,8%
MG	2.843	4.333	152,62%
RS	577	1.615	139,24%
SC	2.269	12.245	149,77%
RR	714	1.189	166,53%
SE	613	1.223	199,67%
MS	2.564	4.440	142,7%
MT	1.223	4.032	142,6%
RJ	21.554	32.245	49,62%
SP	23.021	38.584	67,6%
DF	-	169	-
Total	296.919	557.286	87,69%

Fonte: Mapa do Encarceramento (Mapa do Brasil)

esta o tempo de pena. Ao todo, 29,2% dos presos foram condenados a penas entre 1 e 8 anos, o que sugere um crime de média gravidade. E 18,7% dos detentos, afirma Jaqueline, poderiam cumprir medida alternativa por terem sido condenados a no máximo 4 anos.

Um traço marcante do perfil do preso no Brasil é a cor. Em 2012, 60,8% da população prisional era negra. Para cada grupo de cem mil habitantes brancos, havia 191 brancos encarcerados. Nos estados negros, eram 302 detidos por 100 mil habitantes brancos. Segundo a pesquisa, negros têm 1,3 mais chances de serem presos que os brancos.

A pouca instrução e outra característica da população prisional no Brasil. São 67% de detentos analfabetos, semiliteratos e com ensino fundamental incompleto. Pouco mais de 20% têm ensino médio. E os 75% com um diploma de nível superior superior. Dos presos analfabetos do país, 41% estão encarcerados no Nordeste.

91.006 MENORES SÃO HOMICIDAS

A pesquisa Mapa do Encarceramento dedicou uma parte aos menores infratores. Dos presos mais de 20 mil adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no Brasil, em 2013, 3% tinham cometido homicídio. Na população adulta presa, o índice é de 11%.

A comparação foi mencionada por Alcides como um sinal de que a violência entre jovens não é maior que a existente na população adulta. Segundo o secretário nacional da Juventude, a sociedade precisa ser convencida de que os adolescentes, hoje, são punidos com medidas socioeducativas, inclusive com prisão de liberdade.

Não porque nestes mesmos delinquentes que não há punição para os adolescentes. Em vez de falar em crime, falamos em ato infracional, no lugar de presídio, dizemos unidade socioeducativa. Mas, muitas vezes, a punição é até mais dura. Se um adulto comete homicídio simples, dorme de um ano de cadeia. O adolescente passará os três anos internado — disse Medina.

Representante do Proad no Brasil, Jorge Chededeau também criticou a repressão à violência que se vive no Brasil — que, segundo ele, não é sofrida. E afirmou que o Sistema OND no Brasil é uma e submete à realidade, por achar que a medida "criará mais problemas" do que os que precisam ser enfrentados. Em maio, as agências da ONU emitiram comunicado se posicionando.

Analisar dados do Mapa do Encarceramento, Chededeau afirma que a prova de que a repressão à violência feita no Brasil precisa ser ajustada. E o elevado percentual de presos por crimes relacionados a drogas e a roubos e furtos. Na contramão disso, de acordo com pesquisas concluídas, em 10% dos homicídios no Brasil tem o autor identificado. (Colaboração: André de Sousa)



40% de presos provisórios. Nada menos que 40% das vagas, no entanto, são ocupadas por presos provisórios, que ainda não são considerados condenados. O seu crescimento vem acompanhando a pior situação. Lá para cada vaga, há 3,7 presos em liberdade, esse índice é de 2,5. No Estado do Rio, há dois direitos por vaga, quanto a isso.

Minas Gerais foi o estado com o maior aumento de número de presos nos últimos anos: 729%. Há apenas 8.289 presidiários no estado em 2005; e 52.154 em 2013. No Rio, em penúltimo lugar na lista, houve aumento de 44,4%.

40% de presos provisórios. Nada menos que 40% das vagas, no entanto, são ocupadas por presos provisórios, que ainda não são considerados condenados. O seu crescimento vem acompanhando a pior situação. Lá para cada vaga, há 3,7 presos em liberdade, esse índice é de 2,5. No Estado do Rio, há dois direitos por vaga, quanto a isso.

Minas Gerais foi o estado com o maior aumento de número de presos nos últimos anos: 729%. Há apenas 8.289 presidiários no estado em 2005; e 52.154 em 2013. No Rio, em penúltimo lugar na lista, houve aumento de 44,4%.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO PRESA (PELO TEMPO DE PENAS)

Tempo de Pena	Porcentagem
Até 6 meses	18,7%
Mais de 6 e menos de 8 anos	29,2%
Mais de 8 e até 15 anos	23,1%
Mais de 15 até 20 anos	8,1%
Mais de 20 até 30 anos	0,3%
31 anos ou mais	9,7%

mas que possuem débitos carcerais na sua plenitude e nem sempre resultados duradouros.

Paraná também fez suas primeiras e conseguiu diminuir os homicídios, mas gerou uma crise no sistema penitenciário, que é relevante e tem, que ser evitada. Em Minas Gerais, num primeiro momento, houve mais encarceramento e redução dos homicídios. Isso depois se viu um crescimento dos homicídios, e o encarceramento estagnou — explicou Jaqueline.

Ao todo 49,1% dos presos no Brasil foram condenados por crimes relacionados ao patrimônio, como roubo e furto. Se somados aos condenados por delitos relacionados a drogas, esse percentual chega 74,1%, respondendo por homicídios 11,9%, segundo o estudo.

Isso nos mostra que não há uma priorização dos crimes violentos, dos homicídios. A Justiça criminal hoje não está focada nos crimes contra a vida, e sim, na circulação da riqueza — critica Jaqueline. — Ao contrário do que se pode imaginar, não é o preso próprio, o serial killer, que está na cadeia.

Outra informação que corrobora tal conclusão, segundo a pesquisadora,

Governo fará propostas de Segurança para evitar redução da maioria

Ações incluem pacto contra homicídios e maior responsabilidade da União

possibilidade na política de combater a violência, e o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, com metas e estratégias definidas.

Os dois projetos, em discussões desde o início do ano, deverão sair mais rápido do que se esperava. A PEC da Segurança Pública quer estabelecer a participação do governo federal no sistema prisional por meio de uma formação única, para policiais e tornar a Força Nacional de Segurança Pública um projeto permanente. Hoje, é preciso renovar os convênios com os estados a cada quatro anos.

Federalizar a investigação de crimes cometidos por grupos de extermínio é outro tema que poderá ser incluído

na proposta de emenda à Constituição que será enviada ao Congresso.

É o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, projeto de estipular uma meta de diminuição das mortes violentas no país, hoje em mais de 50 mil por ano.

IDEIA É NEGOCIAR COM CONGRESSO

A estratégia será criar mais esforços em áreas territoriais específicas consideradas críticas. Mas, para isso, será preciso fechar convênios com estados e municípios, por repasse de verbas e tecnologia. A ideia é que, ampliando os esforços na área de segurança, seja possível negociar com o Legislativo em torno da PEC da Nacionalidade.

O governo calcula que, caso a proposta de redução ainda não seja aprovada, o projeto de lei será enviado ao Senado, no tempo de apresentar os projetos. Enquanto isso, trabalha em um estudo sobre os impactos do Estatuto do Crime Organizado, para melhorar sociedade e parlamento.

O momento é propício para fecharmos as propostas de fato pela Redução de Homicídios, entre outras que o governo está estudando, mostrando que o tema da violência vai muito além de delinquentes e penas — disse ao GLOBO o ministro Deputado Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos.

O grupo interministerial que a Casa Civil coordenará para tra-

tar de propostas alternativas à redução da maioria penal ainda está levantando matérias a serem avaliadas. Gabriel Medina, secretário da Juventude, disse que uma delas é o aumento do tempo de internação, hoje de, no máximo, três anos.

— Não era o que o governo queria. Mas, na atual conjuntura de torças, é uma das muitas propostas que serão discutidas até chegarmos a um consenso — afirmou o secretário.

A redução de tantas doutrinas no Congresso, o governo já definiu a possibilidade de estudar a proposta, que conta com a simpatia até de parlamentares da oposição. Num reunião na noite de terça-feira, o presidente Dilma Rousseff admitiu que está chegando a hora de negociar.

Mas integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que estavam reunidos com o presidente foram irreverentes.

MUDANÇAS NO ESTATUTO

Numa demonstração de que o movimento social que discute o ECA poderá ser uma pedra no caminho de Dilma, os militantes pediram apoio para implementar políticas públicas na legislação e discutiram que não aceitam qualquer alteração no Estatuto. Estiveram presente, além de Pepe Vargas, a ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Meneguetti.

ORIGEM DOS DETENTOS

Geografia do encarceramento

Bangu e Bonsucesso encabeçam a lista de bairros onde moravam presidiários do Rio

CARINA BACELAR
carina.gouvea@o Globo.com.br

Apesar de a sensação de insegurança, ampliada a cada frota de assalto, acontecer cartões de todas as partes da cidade, um levantamento inédito, com base em números da Secretaria estadual de Administração Penitenciária (Seap), revela que a origem dos presos do sistema está mais concentrada em alguns bairros. A ideia é que o mapeamento ajude o poder público a priorizar investimentos em cidadania e prevenção da violência nesses locais.

Segundo o estudo, conduzido pela Diretoria de Análises de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), os bairros de Bangu e Bonsucesso têm o maior número de sociedades devedoras, que passaram no sistema prisional. Os pesquisadores analisaram, nos sete primeiros meses deste ano, fichas de 138 detentos que passaram por prisões na cidade do Rio. Esse universo representa 38% de todos os 361.479 presos do estado.

Em números absolutos, 875 moram em Bangu. Em Bonsucesso — que passa a ser o primeiro do ranking de considerada a taxa de criminalidade por cem mil habitantes — vivem 811 encarcerados. A lista segue com Campo Grande (541 presos), Santa Cruz (478) e Cidade de Deus (473). Em uma cidade com 150 bairros (segundo o Instituto Pereira Passos), só esses cinco primeiros vivem 16% dos detentos do universo pesquisado.

OS NÚMEROS DO LEVANTAMENTO

FORAM ANALISADOS DADOS DE 18.438 PRESOS NA CIDADE DO RIO

OS BAIRROS DO MUNICÍPIO ONDE MORAVAM OS DETENTOS

Em números absolutos

- 0 - 51
- 51 - 137
- 137 - 289
- 289 - 603
- 603 - 875
- 875 ou mais



Taxa de presos por 100 mil habitantes

- 0 - 240
- 240 - 997
- 997 - 2.220
- 2.220 - 5.609
- 5.609 ou mais



“Tem um foco grande em cima da repressão. Falta não deixar o jovem ser cooptado pelo crime”

Marco Aurelio Ruediger
Diretor da DAPP FGV

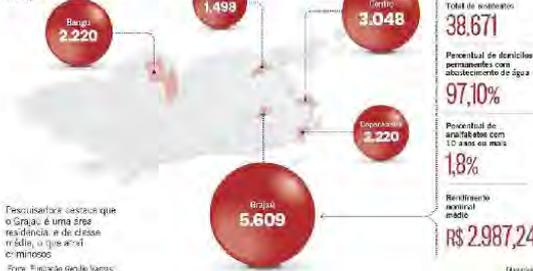
Os dez primeiros bairros do ranking (que incluem também: Jacarepaguá, Centro, Iluminação, Penha e Tijuca) somam, juntos, 31,8% dos presos. De acordo com os pesquisadores da FGV, o levantamento não pretende estigmatizar moradores, e sim ajudar o poder público a dirigir investimentos em programas sociais que ajudem a prevenir a entrada de jovens no crime. Os analistas observam que o percentual de presos, em todos os bairros citados, é inferior em relação a suas populações totais. Em Bonsucesso, por exemplo, que tem a maior taxa de presos por habitantes, o percentual de encarcerados sobre o total de moradores é de 3,2%.

A gente acha que há um déficit também de complementariedade de políticas na área de segurança. Ou seja, existe um foco muito grande em cima da repressão ao crime. No entanto, isso não é suficiente, porque falta outro lado, que é de não deixar o jovem ser cooptado pelo crime — diz Marco Aurelio Ruediger, diretor da DAPP e coordenador do estudo.

BAIRROS COM HISTÓRICO DE ABANDONO
Os pesquisadores analisaram ainda as áreas que concentram mais crimes praticados pelos presos da cidade. Nesse caso, não conseguiram separar um preciso as ocorrências por bairros, e sim pelas regiões cobertas pelas delegacias. Dessa forma, o Grajaú, que se dia 20º DP aparece em primeiro lugar, com 5.609 crimes. Em seguida vêm o Centro (com 3.048 crimes), com 3.048, e Bangu, com 2.220.

Nos dois bairros que encabeçam o ranking, a concentração de encarcerados detentados por presos fica muito maior do que em áreas de baixa criminalidade. No caso de Bonsucesso, ocorreu um fenômeno: muitos presos afirmaram morar no bairro quando, na verdade, viviam no Complexo da Maré. Já em Bangu, as comu-

BAIRROS OU DELEGACIAS QUE CONCENTRAM MAIS CRIMES PRATICADOS POR DETENTOS (CDB)



idades de Vila Kennedy e Vila Aliança apareceram como os principais locais de residência, segundo o estudo. Em outros, de acordo com a socióloga Roberta Novis, uma das coordenadoras da pesquisa, Bonsucesso e Bangu têm um histórico de abandono pelo poder público.

Podemos dizer que não só há conivência de endereços desses presos, mas de questões sociodemográficas. Temos índices baixos de renda per capita e de renda média familiar. Um cenário de abandono dessas regiões. Há também questões como o de acesso a saneamento básico. Usamos o exemplo da necessidade de uma ação participativa para esses lugares.

Na Maré, apesar de a região estar ocupada para a implantação de UPPs, o tráfico persiste. Mas, ao mesmo tempo em que jovens circulam fortemente armados, com fuzis e pistolas, pelas ruas, há quem precise a comunidade incentivando-os a deixarem o crime. É o caso do historiador Igor Antônio da Silva, de 31 anos, de guarda de hoje uma foto de 1991, em que, aos 6 anos, ainda na

educação infantil, posa com sete amiguinhos. Vivos, só restam ele e dois colegas de classe — o resto morreu. Infelizmente, Igor afirma que mudou desde a sua infância e que as oportunidades seguem desiguais para moradores de favelas.

— Acredito que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não são o caminho. Com outros projetos e muito menos dinheiro, podemos ter resultados melhores para os moradores. Um lugar como este precisa ser aliado com um olhar legal do Estado. Se houve grandes programas sociais aqui, a gente não sentiu o efeito. Se existe hoje uma geração de moradores que pode servir de exemplo, não tenho dúvida de que é dentro das UPPs — diz ele, que é um dos professores do pré-vestibular comunitário da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré.

Na Vila Kennedy, ainda há muitos jovens sem ocupação pelas ruas. Focam programas profissionalizantes, dizem moradores, incentivam a qualificação. Enquanto isso, esgota a educação e suas com isso acumulada ain-

O levantamento não quer estigmatizar moradores, e sim ajudar o poder público a dirigir investimentos em programas sociais

de fazem parte da realidade da última área do Rio a receber uma UPP, em maio do ano passado. Os tiroteios seguem ocorrendo, mas com pouca frequência, na área do Maré.

— A maioria dos moradores está largada. Precisam ter alguma ocupação para eles. Eles querem fazer cursos profissionalizantes, mas não temos muitos — disse o comerciante aposentado Georgino José, de 63 anos, que mora há 14 na Vila Kennedy. Há nove anos, ele enfrenta um riacho de esgoto, que corre em meio ao lixo, para chegar em casa, num freio sem calçamento dentro da comunidade.

NÚMERO ALTO DE CRIMES NO GRAJAÚ
Já o fato de o Grajaú aparecer como o bairro com mais crimes cometidos por detentos especialistas e até policiais militares é que chama a atenção. Para o capitão Carlos Manhães, comandante da Companhia de Polícia de Proximidade local, o Grajaú é “tranquilo” e o dado é “surpreendente”. Já o tenente coronel Marcelo Rocha, comandante do 6º BPM (Tijuca), afirmou não poder apontar causas para o resultado, mas muitos idosos e rodeado por comunidades pacificadas.

Verificamos muitos de pessoas do Morro do Andaraí, do Morro dos Macacos, do Complexo do Lins. Aparentemente também adolescentes que vêm da Mangueira de Jacarepaguá e do Complexo do Maré — explicou.

“Temos baixo índice de renda per capita. Há um cenário de abandono nessas regiões”

Roberta Novis
Socióloga e pesquisadora da DAPP FGV

Para Roberta Novis, apesar de o viés principal da pesquisa não ser determinar as causas para os resultados obtidos, a região do Grajaú (incluindo Vila Isabel e Andaraí), por ser residencial e de classe média, pode “representar uma maior possibilidade de interesse de criminalidade”.

Marco Aurelio Ruediger acrescenta mais elementos que fogem ao controle do policiamento que influenciam na “sensação de segurança” dos moradores:

— É um iluminação, passar andando na rua, a vitrola que fica na janela, isso dá segurança às pessoas. A sensação de que tem vida na rua.

BAIXA ESCOLARIDADE

O levantamento da FGV identificou ainda que a maioria dos presos da cidade sequer concluiu o ensino fundamental (52,2%). Apenas 0,6% deles tem ensino superior completo. A cor de pele declarada mais comum é parda (48,7%), seguida pela branca (28,7%). Negros são 23,9%.

Isaac Paulo Garcia, de 65 anos, fez parte desse universo. Preso no fim de 2009 por tráfico, ele chegou a gerenciar a venda de drogas no Vila dos Diabros, comunidade do Complexo da Maré, onde nasceu. Seu melhor amigo era o irmão do então gerente do comércio de drogas. Desde pequeno, ele fazia pequenos favores para o irmão:

— Para quem é muito novo, a escola é um desafio do crime. O cara muitas vezes é ladrão de celular e lá como gerente da boca de fumo. Não se responsabiliza. Conheci vários lá dentro que continuaram no crime. Eu diria que 95%.

Meses depois de deixar de prisão, em 2010, Isaac foi preso por um membro da CVR Afróbbias. Hoje coordena o projeto Segunda Chance, encaminhando ex-detentos ao mercado de trabalho. E continua indo a Maré, estimulando alguns jovens a se distanciar do caminho que um dia já seguiu. ♦

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015 ANEXO 1 | 23,803 Tränen Marinho (1576-1925) — (1904-2008) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

SwissLeaks
AS CONTAS REVELADAS NA SUÍÇA

Rachid vê 'interesse do Fisco' em 100 nomes

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, disse que já foram identificadas 100 nomes na lista de contas do HSBC na Suíça que são de "interesse do Fisco" porque não foram declarados os valores. Uma missão do órgão será na Fozca para obter os dados de forma oficial. **PÁGINA 4**

Ambiente criminoso

Delegacia do Rio movida a propina

O titular da Delegacia de Meio Ambiente, Fernando Reis, e mais 9 policiais são acusados de aceitar e esconder empresas, exigindo até R\$ 1 milhão em resgate. **PÁGINA 9**

Corrupção em Itaquajé

Ex-prefeito tinha até helicóptero

A PF apreendeu ontem um helicóptero de R\$ 4 milhões que seria do ex-prefeito de Itaquajé, acusado de corrupção. Ele tinha uma Ferrari. **PÁGINA 15**

Ocupação da Maré

Sem UPP, 'vamos para o buraco'

A louce é do coronel Frederico Caldas durante a chegada à Maré da PM, que substituirá o Exército gradualmente. **PÁGINA 32**

Majoridade penal

Menores cometem 1% dos homicídios

Dados do IBRA indicam que 1% dos homicídios registrados no país foi cometido por jovens entre 16 e 17 anos. **PÁGINA 6**

PÁSCOA DA CRUISE
Mercados fazem saída
PÁGINA 23

Copa do Brasil

Vasco vence, mas terá jogo da volta

PÁGINA 37

EXCLUSIVO: LAVA-JATO

Nova delação leva escândalo ao setor de transportes

Presidente da Camargo Corrêa confessa que pagou propina na Ferrovia Norte-Sul

Em prisão domiciliar, ex-escrivão diz que desvios na obra seguiram esquema usado na Petrobras

No depoimento dado em sua delação premiada, o presidente da Camargo Corrêa, Dalton Azeiteiro, confessou o pagamento de propina para executar obras na Ferrovia Norte-Sul, informa **REZATO OXENRE**.

O modelo, segundo Dalton, que está em prisão domiciliar desde segunda-feira, é similar ao que foi usado para os desvios na Petrobras, incluindo a formação de um cartel. Na Norte-Sul, a empreiteira assinou

em 2010 contratos de R\$ 1 bilhão com a Valec, estatal que administra as ferrovias brasileiras. Ligada ao Ministério dos Transportes, a Valec disse não ter sido notificada sobre o conteúdo da delação. **PÁGINA 3**



Respiro. O secretário John Kerry na península de seu quarto em Lausanne, de onde pôde ver o Lago Genebra

Sem acordo no horizonte

Os negociadores do P5+1 (EUA, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha) decidiram prorrogar por

mais um dia as conversas no Sudeste em busca de um acordo nuclear com o Irã. "Estamos a poucos metros da li-

nha de chegada, mas os últimos são sempre os mais difíceis", disse o chanceler francês, Laurent Fabius. **PÁGINA 29**

ALÍVIO DA ÁSIA

Petrobras recorre a banco chinês

Com dificuldades de obter dinheiro no mercado devido ao escândalo da Lava-Jato, a Petrobras terá um empréstimo de US\$ 3,5 bilhões do Banco da Desenvolvimento da China. Segundo a empresa, é o primeiro passo de um acordo de cooperação com o banco estatal chinês que vai vigorar até 2016. Para analisar, o negócio deve incluir o fortalecimento de parcerias à China. **PÁGINA 21**

CARLOS ALBERTO SARDENBERG
Petrobras já está sendo privatizada. **PÁGINA 19**

Projeto propõe que estatal deixe de ser operadora exclusiva do pré-sal. **PÁGINA 25**

Queiroz Galvão demite em obra da Rio 2016

Investigada na Lava-Jato, a Construtora Queiroz Galvão demitiu 70 operários do Complexo de Desodor, uma das principais instalações dos Jogos de 2016. Outros mil, que trabalham na mesma obra, receberão aviso prévio. **PÁGINA 11**



SOCIEDADE

Autismo SEM PERDA DE TEMPO

Médicos alertam para importância do diagnóstico precoce no tratamento do autista. **PÁGINA 26**



SEGUNDO CADERNO

'Pega' em ritmo de saudade

PAUL WALKER VIVE

Memórias mil permitiram a conclusão de "Velozes e furiosos 7", que estreia hoje, com o ator que morreu num acidente em 2013.

BOA VIAGEM



Grand Canyon. Nevada cobre toda a vegetação e as montanhas de pedregos avermelhados

ARIZONA DE NORTE A SUL, DO CANYON AO DESERTO

Kalunga **+130 lojas**

89,90

124,90

27,90

649,00

0,2% ACIDEZ MÁXIMA

13,99

Classificados do Rio. Açou de verdade.

classificadosdoorio.com.br / 2534-4333

6 O GLOBO

Pais

Quarta-feira, 2 de dezembro de 2015

Unicef estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil

Dois em cada três adolescentes infratores apreendidos no país têm 16 anos ou mais



Tema complexo. O maior e o menor do casal são presos e o pai é levado para prestar assistência médica. O menor não é levado para a prisão e o pai é levado para prestar assistência médica.

STEVIA A. VONCINI
stevia@globo.com.br

Um novo levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indica que apenas cerca de 1% dos homicídios registrados no país é cometido por adolescentes entre 16 e 17 anos. Em números absolutos, isso equivar-se-ia a algo em torno de 500 casos por ano — o total de homicídios registrados no país em 2012, sem levar em consideração, foi de 56.577. Apesar da baixa incidência dos assassinatos praticados por menores, eles têm sido usados como principal argumento para a redução da maioridade penal no Brasil. A Comissão de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que muda a idade mínima de 18 para 16 anos foi aprovada em Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e será discutida por uma comissão especial.

Se aprovada sem alterações, a PEC 171/1993 vai ampliar a população carcerária, estimada em mais de 500 mil presos e com um déficit de vagas de 40%. Cerca de 75% dos adolescentes que estão cumprindo medidas de intervenção têm mais de 16 anos — os jovens, dois em cada três internados. Em 2012, eles eram 18,014 de um total de 29.532, fase equivalente a 3% da população sancionada naquele ano.

DEBATE NO ESCURO

Hoje essas estatísticas já são bem mais reais. O GLOBO fez um levantamento nos cinco estados com maior população de adolescentes apreendidos (SE, PE, MG, RR e RJ) e, juntos, eles representam mais da metade (50%) dos menores infratores no país. Somente nesses locais os adolescentes com mais de 16 anos somam 14,35%.

Apesar do debate sobre a maioridade penal ganhar força, não existem dados

Opinião

IMPULSO

O AGASTAMENTO do Legislativo em relação ao Executivo abre espaço para o Congresso seguir pauta própria. Bom exemplo é a aprovação, na Comissão de Constituição, de uma emenda constitucional que reduz de 16 para 18 anos a idade da maioridade penal.

A NECESSIDADE precisa manter suas objeções para que o país adeque a legislação penal ao que acontece nas ruas. O assunto ganhou ainda mais impulso com a declaração do ministro do Supremo Marco Aurélio Mello de que não considera o limite da maioridade prosseguido por violar princípios constitucionais.

oficiais sobre o número de homicídios praticados por adolescentes no Brasil. O GLOBO procurou as secretarias municipais de Direitos Humanos e de Segurança Pública, ligadas à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, respectivamente. Am bas informaram não ter esse tipo de estatística.

O cálculo de 1% feito pelo Unicef é uma estimativa com base em registros de violência divulgados pelo governo e por estimativas entre 2009 e 2012. Segundo a Unicef, 2,8% dos assassinatos teriam sido cometidos por menores, sendo 1% por jovens entre 16 e 17 anos.

É possível ter um sistema de informações mais preciso sobre a situação. Hoje ninguém sabe quantos homicí-

os são praticados por esse jovem de 16 ou 17 anos que é o alvo da PEC — diz Mário Volpi, da Unicef.

O que as estatísticas oficiais mostram é que o homicídio não é o principal motivo das internações de menores. No Rio de Janeiro e em São Paulo, ela é a quarta causa, perdendo para roubo, tráfico de drogas e furto.

No Brasil, segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), 9% dos adolescentes internados em 2012 praticaram homicídios. Troube foi o ato infracional mais cometido (30,5%), segundo o tráfico (27,8%).

FALTA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Membro-auditor da Comissão de Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, Eraldo Moraes defende que, antes de discutir mudanças sobre a maioridade penal, é preciso implantar de maneira integral o plano de medidas socioeducativas.

Como poderia dizer que o sistema de acolhimento de adolescentes é ineficiente se ele não está implantado em 100% como manda a lei em todos os lugares do país? É preciso avaliar qual esse sentimento antes de querer reduzir a maioridade — disse Moraes.

O juiz José Orlando Nogueira, conhecido por defender o toque de recolher para jovens em municípios da Bahia, diz que a PEC é a única solução.

Então a ideia discriminada nas comunidades mais pobres de que não dá em nada o crime cometido por menor de idade. Essa lei com ou sem PEC pode mudar esse pensamento — afirmou.

A SDH informa, em nota, que "não existe comprovação de que a redução da maioridade traz a redução da violência". A pasta acrescenta que "em 54 países que reduziram a maioridade não se registrou redução da violência".

Maioridade penal não é cláusula pétrea, diz ministro

Para Marco Aurélio Mello, porém, mudança não é solução: 'cadeia não conserta ninguém'

ANDRÉ DE SOUZA e LUIZ GUSTAVO SCHREIBER para o globo.com.br

BRASÍLIA E RIO. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello considera que a idade de 16 anos para a maioridade penal não é uma cláusula pétrea da Constituição. Ou seja, pode ser modificada pelo Congresso por meio de emenda. Por outro lado, entende que essa não é a melhor saída para o problema da delinquência juvenil e cita questões mais importantes a serem enfrentadas, como a corrupção.

Na terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou uma proposta de Emenda Constitucional, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Paralelamente, contrários ao projeto tentaram impedir que a proposta seja encaminhada ao Congresso.

Se aprovada, que é o cenário possível, De Jure não pensou assim, mas está aberto a reflexão. Agora, não vamos dar uma esperança vã sociedade, como se pudéssemos ter melhores dias alterando a responsabilidade penal, a falta estaria para ser responsável nesse campo. Cadeia não conserta ninguém — afirmou Marco Aurélio.

PEZO É FAVORÁVEL EM CRIME HEDIONDO

O ministro desaconselha que a redução da maioridade penal não resolva os problemas do país, que são outros. Questão não quais são, ele respondeu.

— Corrupção. Ter-se chegado ao estágio a que nos chegamos. E verificamos que a corrupção foi banalizada. Não posso dizer que foi banalizada porque os valores são muito altos.

Marco Aurélio também fez um alerta para os petistas de o Congresso tomar decisões extenuantes.

— Não se pode fugir a não chegar a uma posição extremada. Da mesma maneira, não se pode normalizar em época de crise. Por que não? Porque vivemos as políticas monetaristas. Para qualquer tipo de assunto é não se fazer nos países suficientes para a correção de rumos.

Em meio a polêmica, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, defendeu ontem o aumento da maioridade penal para crimes hediondos, como latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e homicídio qualificado, entre outros.

A maioria posiciona-se de que os crimes hediondos mereçam a redução da maioridade penal. Mas isso é uma questão que tem de ser resolvida pelo Congresso — disse o governador, após uma solenidade no Palácio Guanabara.

Jucá e Levy vão definir novo texto para dívida de estados e municípios

BRASÍLIA. O senador federal Jucá (PMDB-RJ) vai acertar na segunda-feira com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o novo texto para o projeto que trata do indexador das dívidas de estados e municípios. Jucá vai propor a incorporação da proposta de Levy, de que a regulamentação do novo modelo (4% de juros) a mais mais IPCA ou taxa Selic, o que for menor) seja adotada para 31 de janeiro de 2016. O texto original fazia prazo de 30 dias para o novo indexador. O senador e o ministro vão negociar também a forma jurídica de como os entes federados lidam os depósitos.

— A proposta é o melhor dos mundos: não vai pagar a superávit primitivo, como quer o Levy, e os estados e municípios terão uma previsibilidade para o interesse. Além disso, farão uma captação de poupança, porque depois de acabar de forma retroativa o que pagaram a mais até 31 de janeiro de 2016 — argumentou Jucá.

Ele acredita que os demais partidos devem apoiar a proposta. Já que as prefeituras de Rio de Janeiro e São Paulo que tinham os maiores problemas — concordaram com os termos propostos pelo Unicef.

O objetivo de Levy é adiar para 2016 o impacto fiscal da adoção do novo indexador. O governo estima que terá um rubro de R\$ 9 bilhões com a implantação do indexador este ano.

A votação do projeto foi adiada no Senado. Numa manobra do PMDB, a proposta que trata da consolidação dos inventários fiscais dos países estados e em pressa passou a ser prioridade. A pauta está travada por essa proposta, que diz os estados por se trata de guerra fiscal.

Opinião

CATEQUESE

AS SETE horas em que o ministro Joaquim Levy apresentou o projeto ao Senado, terça-feira, não foram produtivas se, de fato, a regulamentação do novo índice das dívidas de estados e municípios for para janeiro de 2016.

É o tempo mínimo necessário para que Executivo e Legislativo avaliem o que se aplicará nas contas públicas. É uma crucial para o Brasil manter o grau de investimento junto ao mercado financeiro mundial.

DESSO DEPENDE o crescimento, a renda, o emprego etc.

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2015

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
 Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
 Editor-executivo: SÉRGIO DAVILA
 Conselho Editorial: ROGÉRIO CÉZAR DE CORDOBA LITE, MARCELO COELHO LIANO DE FREITAS, VÂNIO ROSSI, CARLOS DE FREITAS CUNHA, CESAR PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
 Diretoria-executiva: MARCELO REBEZ (comercial), MURILLO BURNASID (circulação), MARCELO MACIELLO GONÇALVES (planejamento) e EDUARDO ALVARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

em@folhaonline.com.br

Um debate é possível

Ministro da Fazenda tem sucesso ao negociar com o Congresso e mostra que, embora difícil, ajuste não está fora do alcance

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, fez nesta semana algo que, aos olhos dos responsáveis pela articulação política do governo, deve ter parecido uma proeza: negociação, com sucesso, um acordo entre o Executivo e o Legislativo. Após falar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado por mais de sete horas, Levy conseguiu que os congressistas adiassem a votação do projeto de lei que reduz as dívidas de Estados e municípios com a União. Se fosse aprovada, a medida levaria o Tesouro a perder R\$ 3 bilhões neste ano e um valor ainda maior em 2016.

O governo não está em condições de abrir mão de receitas. Devido ao mau desempenho na arrecadação de impostos e ao estoque de despesas repressadas (ou escondidas) no ano passado, o ajuste das contas públicas tem se revelado mais difícil do que se imaginava.

Os resultados de fevereiro ficaram bem aquém do esperado, com déficit de R\$ 7,4 bilhões no saldo primário (receitas menos despesas, antes do pagamento de juros) das contas federais. Isso praticamente anulou a poupança obtida em janeiro e mostra o quanto está distante a meta de economizar cerca de R\$ 100 bilhões em 2015.

Dai a necessidade de convencer

o Congresso sobre a importância das propostas do governo, como alterações no acesso a seguro desemprego e pensões por morte e a reversão das desonerações da folha de pagamento. Os debates precisam se restringir à dosagem desses remédios, não mais que isso.

Esses temas foram abordados por Levy em sua audiência na CAE, mas o ministro não se limitou a eles. Também apresentou um plano de médio prazo para retomar o crescimento, assumindo como ponto de partida a reconstrução da confiança na solvência do setor público — o que facilitará o trabalho do Banco Central para reduzir a inflação e permitirá a queda dos juros.

Será preciso também avançar nas concessões de infraestrutura e obter avanços palpáveis na agenda da simplificação tributária.

Nesse capítulo, aliás, Levy não só deixou para 2016 a mudança do índice das dívidas como também atuou para desarmar a intenção do Congresso de convalidar os incentivos de ICMS.

O ministro apelou para os senadores chegarem a um acordo sobre a harmonização das alíquotas, ainda que com uma transição longa, e só depois oficializarem a legalidade de incentivos já concedidos.

O ministro apelou para os senadores chegarem a um acordo sobre a harmonização das alíquotas, ainda que com uma transição longa, e só depois oficializarem a legalidade de incentivos já concedidos. Se o Senado responder favoravelmente e conseguir pôr fim à guerra fiscal — com a ajuda da União para compensar os Estados perdedores em montantes razoáveis, sem perder de vista o interesse nacional —, estará dando enorme contribuição para destravar o crescimento.

Ambiente de hesitação

A prostração do governo Dilma Rousseff (PT) não se verifica apenas diante da crise política e econômica. Também em face da questão ambiental — desmatamento e mudança do clima, sobretudo — o Planalto se encontra na defensiva.

O ano de 2015 entrará para a história como aquele em que se adotou o Acordo de Paris, com a ambição de combater os efeitos do aquecimento global. O Brasil, com o trunfo da redução de 83% nas derrubadas de floresta amazônica de 2004 a 2014, poderia ser um dos líderes da negociação. Mas não é.

Em 2009, na frustrada Conferência do Clima em Copenhague, o país surpreendeu o mundo com um compromisso voluntário de cortar em 80% o desmatamento na Amazônia. As taxas de destruição indicam que a meta será cumprida.

Nada está garantido, entretanto. Em primeiro lugar, os índices anuais de desmate ainda oscilam muito. Em 2013, após quatro anos de quedas, registrou-se aumento de 29%. Em 2014, redução de 18%.

A área devastada, nos últimos seis anos, variou em torno de 2.000 km². O governo federal parece dar-se por satisfeito com esse desempenho, embora seja uma das maiores taxas de desmatamento do mundo.

Em segundo lugar, há indícios de que a destruição pode recrudescer neste ano. O sistema ofi-

cial de monitoramento por satélite (Prodes) só divulgará o novo dado anual (agosto de 2013 a julho de 2014) na véspera da Conferência de Paris, mas sistemas de alerta indicam aceleração das derrubadas desde agosto passado.

Em terceiro lugar, especialistas afirmam que o governo Dilma não só diminuiu os dispêndios em prevenção e combate ao desmatamento como também mudou seu perfil.

Divulgado na terça-feira (31), levantamento do portal Infoamazônia sobre gastos realizados na área registrou redução de 72% nos desembolsos na comparação com o segundo mandato de Lula.

Além disso, as despesas privilegiariam ações de repressão do Ibama, em prejuízo daquelas de regularização fundiária e criação de alternativas econômicas à exploração predatória. Sem estas, será difícil dar novos passos na redução do desmatamento e de sua contribuição para o aquecimento global.

Por fim, o governo deixou de apresentar, no prazo encerrado na terça, suas novas metas para combater o efeito estufa após 2020. Os EUA detalharam como pretendem cortar de 26% a 28% a taxa de emissão até 2025; outros também divulgaram seus planos, como Suíça, União Europeia, Noruega e México. O Brasil parece inclinado a só fazê-lo na última hora, em outubro.



HÉLIO SCHWARTSMAN

A culpa é da entropia

SÃO PAULO - Quanto poder têm os políticos? Num sentido muito geral, o governo faz tudo a diferença. Prova-o o experimento natural das Coreias. O que distingue substancialmente o país encastelado ao norte do paralelo 38 daquele ao sul é o tipo de regime adotado, já que língua, população e geografia eram quase os mesmos nos anos 50. Já os resultados não poderiam ser mais diferentes. Enquanto o norte é uma das nações mais pobres e oprimidas do planeta, o sul se conta entre as mais prósperas e educadas.

Professores ensinam daí que o que os físicos já sabem há tempos: é relativamente fácil destruir as coisas e bem mais difícil construí-las. Aqui, governantes fracassados em busca de um bode expiatório sempre podem pôr a culpa na entropia.

Mas, descartados cenários de terra arrasada, quanto pode um político? Correndo o risco de parecer meio fatalista, creio que dirigentes têm bem menos força do que eles próprios julgam possuir. Tomemos o caso de Lula.

Embora ele se considere o reinventor do Brasil, sua gestão deu certo porque ele teve o mérito de não estragar tudo com heterodoxias que não funcionaram e porque surfou num extraordinário boom das commodities, que lhe permitiu distribuir dividendos por todos os setores da sociedade. Dilma vai se saindo mal porque, além de ter fiertado com ideias econômicas dignas da Coreia do Norte, viu festa das commodities murchar.

O ponto central é que poucos dirigentes de países democráticos resistem à mudança nos ciclos econômicos. Obama só foi eleito porque a crise de 2008 estourou no colo de Bush.

Neste mundo, em que governos já vêm com prazo de duração até a próxima crise, o que caracteriza um bom político? Penso que, além de não fazer grandes besteiras que promovam a entropia, cabe-lhes apostar em melhorias fundacionais que, embora não assegurem a reeleição, deixam algo para o país. Os sul-coreanos escolheram a educação. Deu certo.

helio@net.com.br

MARTA SUPLEY

Trem das Onze

Falta tudo. Vã num dos encontros organizados pela Câmara Municipal nas subprefeituras. Parece que São Paulo parou no tempo. No laçanha, zona norte, na parte mais cara da demanda é a mesma faz anos: melhores condições de funcionamento para o Hospital Municipal São Luiz Gonzaga, que atende em situação calamitosa. Unidades Básicas de Saúde (UBSs) não foram construídas e uma, segundo relatos, funcionando em "cabana de madeira".

Na periferia, o problema do lixo não se resolve. O metrô que não chega nunca, o transporte de ônibus é insuficiente e de péssima qualidade. As compensações ambientais acordadas na construção do Rodaanel até hoje não aconteceram. Os mesmos correios sem canalização. Tremembé, Piqueri e Paciência (outra o nome!!!). Enchentes sempre!

Alguna novidade? Sim. Em relação à Guarda Civil Metropolitana, que não aparece para controlar a zoeira dos "pancadores", à falta de equipamentos culturais para juventude se encontrar, mais pistas de skate, mais cultura nos CEUs. Lembrei dos "rolezinhos", já esquecidos pelos prefeitos. Combate à corrupção é um mantra: "Aqui falta tudo e ainda roubam nossos impostos". Sai triste com o otimismo ou percepção de abandono pelo poder público na fala dos moradores. Esta região tem 300 mil habitantes. Nas zonas leste e sul há subprefeituras com mais de 600 mil em igual situação. Faltam planejamento, recursos, contato com a realidade?

Um pouco de tudo. Quem planeja uma São Paulo tem que estabelecer prioridades. O orçamento é de R\$ 51 bilhões (trabalhe, em valores atualizados, com R\$ 30 bi), mas isso está longe de cobrir as necessidades. As prioridades também passam longe de 350 km de ciclovias.

A Câmara aprovou em março a redução do Índice de Desenvolvimento de Estados e municípios com o governo federal a partir de 30 dias da aprovação pelo Congresso. É uma enorme vitória para a cidade que vive assediada com pesados juros e correções. O debate está no Senado e poderia ter sido votado no início da semana. Foi adiado pelo prefeito Haddad concordou com o ministro Joaquim Levy que esse alívio nas contas da prefeitura pode ficar para o ano que vem. Cooperação de São Paulo para consertar o caso na economia?

O que São Paulo paga para a União (nessa dívida), num ano, daria para construir 500 creches, 150 km de corredores viários e 10 mil habitações! Na Comissão de Assuntos Econômicos, Levy deixou claro que o que for pago a mais desde agora até fevereiro de 2016 será restituído "se tudo der certo". Isto é, se a recuperação da economia ocorrer.

Com o desastre das contas deste primeiro bimestre lembrei de Adoniran Barbosa: se São Paulo perder esse trem...

MARTA SUPLEY escreve às sextas-feiras em São Paulo.

BERNARDO NELLO FRANCO

República das placas

BRASÍLIA - O afã de se promover às custas de qualquer coisa pública tem levado algumas autoridades brasileiras a fiertar com o ridículo.

Em Brasília, os servidores do Senado ganharam há três anos um novo referatório para o almoço. Entre uma garfada e outra, uma placa na parede não os deixa esquecer: o espaço foi inaugurado na gestão do ex-presidente José Sarney.

No Rio, quem frequenta a Lagoa Rodrigo de Freitas se depara desde o ano passado com um "banco panorâmico" decorado com pastilhas coloridas. Só há espaço para poucas pessoas se sentarem, mas foi o suficiente para que o município instalasse um letreiro com o nome do prefeito Eduardo Paes.

A desfaçatez dos políticos para falar de si mesmos não é novidade. O que espanta é que em pleno século 21 eles ainda tenham em espalhar seus nomes em placas e pedras fundamentais, mesmo que a obra a ser exaltada seja um mero banco de praça ou um bandeirão.

Se prestar atenção, o leitor vai encontrar outros exemplos perto de casa. As placas estão por toda parte: viadutos, calçadas, estações de metrô. São pagas com o dinheiro de todos, o dinheiro dos impostos.

"Os governantes 'autografam' qualquer cômodo que mandam reformar, e não se emvergonham disso", observa Eugênio Bucci em seu novo livro, "O Estado de Narciso". O professor compara esses políticos a adolescentes que levam um canivete no bolso para gravar o apelido em bancos de madeira.

"Os ocupantes de cargos públicos rabiscam seus nomes e sobrenomes em todo lugar. Não percebem que fazer placa oficial com o próprio nome é uma forma legalizada de pichar o espaço público", critica.

Além do desperdício com placas e letreirinhas, está em jogo um princípio constitucional: o da impessoalidade. Num democracia, o que é feito pela administração pública deve pertencer ao público — e não aos administradores de plantão.

LUIZ FERNANDO VIANNA

Ódio de gente grande

RIO DE JANEIRO - "Cadeia não conserta ninguém", disse anteriormente Marco Aurélio Mello. Proferida por um ministro do Supremo Tribunal Federal, a frase deveria balizar o debate sobre redução da maioridade penal. Mas não vai por um simples motivo: boa parte dos que apoiam a proposta não quer mesmo consertar ninguém.

Se quisessem, poderiam estar nas ruas protestando contra o permanente massacre de adolescentes brasileiros. De acordo com dados do Unicef destacados por Eliane Brum no site do jornal "El País", o Brasil é o segundo país em número de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria: de 2006 a 2012, foram assassinadas mais de 33 mil pessoas que tinham entre 12 e 18 anos.

Tentemos imaginar a cena: 33 mil garotos sendo mortos. Em apenas seis anos. E ninguém acha isso estranho. Mas querem mudar as leis. Alegam que assim vão reduzir a criminalidade no país.

Pois vejamos mais dois dados do Unicef: dos 21 milhões de adolescentes do país, menos de 0,1% matou alguém; e dos cerca de 50 mil homicídios que são cometidos anualmente no Brasil (outra informação que não leva ninguém a protestar), 1% tem autores com menos de 18 anos — ou seja, cerca de 500.

Querem transformar exceção em regra. Achar que, encarcerando mais, maior segurança terão. Porém, o Brasil já tem a quarta população carcerária do mundo, com mais de 500 mil pessoas. E 70% dos que saem da prisão reincidem no crime, até para pagar a proteção que receberam de organizações como o PCC e o Comando Vermelho — que seguiriam nas penitenciárias, não nas ruas.

A taxa de reincidência dos "menores infratores" é em torno de 20%. E as instituições em que vivem já são, na prática, presídios. Mas os marmanhos querem lhes dar penas de adultos. Conseguirão aumentar a reincidência. E o ódio.

Quarta-feira 5/4/2015

País

O GLOBO 7

Maioridade: bancada da bala comandará comissão

Presidente e vice são da Frente da Segurança Pública; dos 27 membros, 20 aprovam redução de 18 para 16 anos

ANDRÉ DE SOTTA
andresot@oglobo.com.br

BRASÍLIA. Dois integrantes da bancada da bala vão comandar a comissão especial que analisará a proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Instalada ontem na Câmara, o presidente será Andréolina (PS-SE), e o primeiro vice-presidente ficará com Efraim Filho (DEM-PR) — ambos integrantes da Frente Parlamentar da Segurança Pública.

A comissão tem 27 integrantes titulares e 16 suplentes. Dos titulares, dez já votaram a favor da proposta na votação da admissibilidade da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outros dez já deram declarações defendendo a redução da maioridade. Os seis integrantes da comissão (7,4% do total) aprovaram rotineiramente para criminalizar adolescentes. Apenas sete deputados devem se opor à proposta.

A PEC põe em lados opostos o presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RI). Na última segunda-feira, Dilma usou o Facebook para condenar a proposta, argumentando que ela não terá a redução da violência. A presidente disse ainda que os atos infracionais cometidos pelos adolescentes até 18 anos "não chegam a 10% do total de crimes praticados no país há décadas".

Cunha, por outro lado, apareceu ontem na primeira reunião da comissão especial, ele disse ser favorável à redução da maioridade penal. — O mais importante é a gente não se furtar de debater um tema em que há demanda da sociedade, de chamado por isso. Atualmente, parece ter uma grande aceitação na matéria no Congresso. Se vai ser aprovado ou não, isso só vocês vão dizer. Mas o debate é muito importante — disse Cunha aos parlamentares.

O regimento interno da Câmara estabelece que a comissão tem o prazo de 40 sessões para proferir parecer (cerca de três meses). Na semana que vem, deverá ser escolhido o relator. Segundo Moura, nove deputados estão interessados na vaga entre dois colégios: Moura (PP-SP), Fausto Pinato (PBR-SP), Efraim Filho (DEM-PR), Marília da Rocha (PT-SP) e Serra-Bassas (PR-DE). Dado, apenas Rodolfo Rosário é contra a proposta. Caso vice-relator Efraim Filho não de debate a primeira vice.

Dos 27 titulares, 15 são da CCJ da Câmara, que aprovou a admissibilidade da PEC. Isso significa que a maioria dos deputados entende que a proposta não fere a Constituição. Dos 12 que estão agora na comissão especial, dez votaram pela admissibilidade e três contra. Caso a comissão especial aprove a proposta, ela precisará ainda ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara, onde vai precisar ter o apoio de 60% dos deputados (306 dos 513).



NO AR Climão a bordo de aeronave

Wyllis troca assento para não viajar ao lado de Bolsonaro

MAIANA MUNDIM
maim@oglobo.com.br

Um vídeo feito dentro de um avião com os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Jair Bolsonaro (PP-RJ) se popularizou na internet. Na gravação, feita pelo parlamentar do PR, Jean Wyllys aparece sentado em uma das poltronas da aeronave quando é chamado por Bolsonaro, que avisa:

— Estou (sentado) ao do seu lado. Jean Wyllys muda de assento. Bolsonaro então vem para si mesmo e declara:

— Estou me sentindo discriminado. Imagina se fosse o contrário? O vídeo foi postado no canal de Jair Bolsonaro no YouTube e já foi visto por mais de meio milhão de pessoas. Dizendo-se defensor da família, o deputado já critica gays e disse a Wyllys — homossexuals não é o assunto — que não teria orgulho de tê-lo como filho.

Entre as declarações de Jair Bolsonaro contra o movimento gay está, por exemplo, "Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay". Já Wyllys, brasileiro, heterossexual, ambas as coisas para um documentarista inglês.

O sen com os parlamentares estava indo do Rio para Brasília. Segundo Bolsonaro, tudo aconteceu por acaso.

— Eu estou com o cachorro que eu mostrei no vídeo. Ele estava no assento 12C e eu no 12B. Foi coincidência mesmo.

O deputado federal afirma que não teve sofrido um preconceito da parte de Wyllys.

Eu sempre ando armado. Armado com o celular. E quando vi que ele estava do meu lado, pensei logo: vai dar problema. Antes que ele contasse uma historinha qualquer e eu começasse um processo, resolvi filmar. Achei um preceito dele ter levantado.

Por meio de sua assessoria, o deputado Jean Wyllys afirmou que não vai se pronunciar a respeito do episódio.



CASAS BAHIA DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

VENHA PARA A LOJA

PREÇOS EXCLUSIVOS

JURO ZERO

40"

LED

ACCESSO A INTERNET

TV 40" LED COM ACESSO A INTERNET E CONVERSOR DIGITAL SAMSUNG POR R\$ 1.599,00 à vista

5 BOCAS

ACIONAMENTO AUTOMÁTICO

INOX

HD 1TB

MEMÓRIA 4 GB

INTEL CORE i5

CONTINENTAL

FOGÃO NOVA

À VISTA R\$ 999,00

0+10 NO CARTÃO R\$ 99,90 SEM JUROS

DELL

NOTEBOOK I54 3442-A30

WINDOWS 8.1, PROCESSADOR INTEL CORE I5, 1000MB RAM, 14" LED WIDESCREEN

À VISTA R\$ 2.249,00

0+10 NO CARTÃO R\$ 224,90 SEM JUROS

A Via Varejo está com vagas abertas para profissionais com deficiência.

Os candidatos deverão candidatar o currículo pelo site www.casasbahia.com.br/trabalhosociedade.

Validade: 9/4/2015, limitado ao estoque. Não vendemos por atacado. Sem juros no cartão de crédito. IOF não incluso. *Intel, o logotipo Intel, Intel Inside, Intel Core e Core Inside são marcas da Intel Corporation nos EUA e em outros países. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas apenas para lojas físicas Casas Bahia.

Acces: casasbahia.com.br | televendas: 4003-2773 seg. a sexta: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

Quarta-feira 4 de novembro de 2015

Rio

OGLOBO 9

MORTE NO ALEMÃO

Um erro fatal, nenhum culpado

Polícia conclui que PMs atiraram em menino de 10 anos, mas os inocenta por 'legítima defesa'

ANTÔNIO WEINBERG, BRUNO BOCCALATI, MARCO GULLO E RAFAEL NASCIMENTO gnt@oglobo.com.br

Depois de sete meses de investigações, a Divisão de Homicídios (DH) da Polícia Civil concluiu que pariu de um PM o disparo de fuzil que, no dia 2 de abril, provocou a morte de Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, na localidade de Areá, no Complexo do Alemão. No entanto, a unidade especializada não apontou um culpado pela tragédia: no inquérito recém-encerrado, os soldados envolvidos no caso, Marcos Vinícius Nogueira Bastoni e Rafael de Freitas Moura, foram inocentados, pois, segundo a polícia, "agiram em legítima defesa e não tinham a intenção de atirar no menino". A DH descartou até mesmo o indiciamento dos PMs por homicídio culposo (quando não há intenção de matar).

A conclusão do inquérito foi divulgada ontem à tarde, durante uma entrevista de delegado Rivaldo Barbosa, chefe da DH, e do promotor Dentilson Siqueira, que, lotado na unidade, assistiu o laudo usado como base nas investigações. Agora, o documento será enviado ao Ministério Público estadual, que poderá acolher o parecer da Polícia Civil, pedindo à Justiça o arquivamento do caso, ou solicitar uma nova acusação.

A gente lamenta profundamente a morte do Eduardo. Nenhuma investigação faz trazer de volta. Mas, até pela gravidade do caso, a gente também não pode cometer uma injustiça, que, na visão da Polícia Civil, seria indiciar os policiais militares que agiram em legítima defesa. Quando eles dispararam, agiram em legítima defesa — afirmou Barbosa, que alega ter havido um confronto com traficantes.

O delegado disse também que não foi possível identificar qual dos dois PMs deu o tiro que matou Eduardo.

TRAJETÓRIA A CINCO METROS DE DISTÂNCIA

O delegado destacou que, no inquérito, pode o afastamento dos policiais militares das ruas. "Pura que eles se recuperem" — advogados dos PMs disseram, na época da morte de Eduardo, que ambos estavam trancafiados e acavam submetidos a tratamento psicológico. O mesmo parecer da DH valeu que os dois estivessem a aproximadamente cinco metros de distância do menino quando fizeram disparos com seus fuzis.

Os policiais não tinham outra opção. Se eles não atirassem, muito provavelmente morreriam — disse Siqueira, acrescentando que, no local em que Eduardo foi baleado, pertuis recalcitraram dois estôjos de munição calibre 9mm, arma que não é usada pela PM.



Tristeza. Os pais de Eduardo mostram uma foto do menino e o colar que ele usava para Terézinha. PM confundiu o aparelho com uma arma



Trajatória da bala. No inquérito, as posições dos PMs (A), de Eduardo (B) e de bandidos (C)

Dois dias após a tragédia, a família de Eduardo se mudou para Paul Ottoni, Patricia de Sousa, irmã do menino, mostrou-se surpresa ao tomar conhecimento da conclusão do inquérito.

— Eu não consigo acreditar, isso não pode ser verdade. Vou tentar entender melhor, porque não é possível. Ainda vou conversar com minha mãe, que não está aqui — disse a irmã do menino, por telefone.

O defensor público Fábio Amado, responsável pela assistência jurídica à família de Eduardo, também se mostrou surpreso: — Há relatos divergentes no inquérito, inclusive com depoimentos que negam a ocorrência de qualquer confronto (com traficantes) ou algo que justificasse a tese de legítima defesa.

Segundo ele, a família do menino quer que o autor do disparo seja identificado pela DH.

— A família ainda espera que seja oferecida uma denúncia pela Ministério Público ou, ao menos, que a polícia identifique com clareza quem foi o autor (do disparo) — informou Amado.

Rafael Medina, professor de Direito Penal e Processual do IUPERJ, explicou que o inquérito policial é uma "peça administrativa". De acordo com o especialista, o promotor encarregado do caso pode aceitar ou rejeitar seu resultado.

— No nosso sistema processual, na primeira fase de apuração, a polícia coleta elementos para que o promotor que é o verdadeiro dono da causa, resolva se tem um crime a ser julgado. Então, mesmo que o relatório do delegado não apresente aspectos relevantes, o promotor pode ir à Justiça. O inquérito representa a opinião de quem a lei. O promotor vai decidir com quem estiver a Se e Ministério Público entender que falta materialidade, vai solicitar a realização de novas diligências.

MANIFESTAÇÕES DE REPÚDIO

A Anistia Internacional divulgou uma nota na qual repudiou a conclusão do inquérito policial. "É uma veredicto inaceitável. Esse fato reflete a percepção de que as fronteiras são vistas e mantidas como territórios de exceção e que qualquer morte provocada pela polícia pode ser legitimada pelo sistema jurídico. A Delegacia de Homicídios conferiu legitimidade à ação de policiais militares que mataram uma criança na porta de casa com um fuzil na cabeça, em uma alegação de que estavam em confronto com traficantes e que estavam a 10", diz um trecho do comunicado, assinado por Aida Roque, diretora-executiva da organização.

Coordenador do movimento Viva Rio, Hão Santos afirmou ter ficado "perplexo" ao saber da notícia: — Isso sempre de espantamento para os meus policiais, acaba sendo um estímulo para que situações absurdas continuem acontecendo.

Memória

MÃE: 'NÃO HOUVE TIROTEIO ALGUM'

Acabar de a Divisão de Homicídios ter concluído que os PMs envolvidos na morte de Eduardo de Jesus agiram em legítima defesa, a família do menino sempre defendeu, em depoimentos policiais e entrevistas, uma versão diferente para a tragédia. Um dia após o assassinato, a jornalista Terézinha Maria de Jesus, de 40 anos, foi categorizada ao afirmar que não havia a qualquer percepção policial no ragido de Areá no momento em que os PMs se aproximaram. Porém, os PMs confirmaram o celular que o menino usava na porta de casa com uma arma. Ao longo do inquérito, Terézinha contou que ouviu um único disparo. "Destes vez, não houve tiro ou algum. O único tiro que ouvi foi aquele que matou meu filho. Foi o parafuso de casa e vi um policial do Batalhão de Choque perto do Eduardo, que estava cado no chão. Quando voltei no fuzil PM, disse que me mataria também".

Na época, Terézinha afirmou ser assada de acusação e policial que fez o disparo. Durante a reconciliação do crime, ela o reconheceu. "Então, eu já reconheci o tiro, mas não posso muito doloroso, mas eu sabia que estava a aguardando a prender o assassino".

Em depoimentos à Divisão de Homicídios, dois PMs admitiram ter feito disparos no Complexo do Alemão. No dia do crime, ele estava a Coordenadoria de Polícia Pacificadora divulgou uma nota informando que PMs foram responsáveis por crimes no complexo de Areá.

"Hoje, confronto, é um cenário falho", disse Terézinha, que se comunicou com os dois policiais envolvidos no episódio. Na época, o governador Luiz Fernando Pezão afirmou o caso e determinou o início das investigações. Ele disse que o estado não "seria" cliente da corporação de homicídios. — É a família de Eduardo Maria em sua terra natal, a cidade de Cordeiro, no Piauí, onde o menino foi enterrado.

Advertisement for 'Festival de Cervejas' featuring various beer brands like Heineken, Leffe, and Paulaner, along with food items like burgers and fries. Includes prices and promotional offers.

O Globo, 21 de maio de 2015, Capa.

O GLOBO 90 ANOS

QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2015 (MIG 20) Nº 29.872 Irineu Marinho (1.576-1925) — (1904 2005) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Explosão em São Conrado

Alemão tem marcas de cortes

Prontuário médico do alemão Meckes Walter, vítima de explosão em prédio de São Conrado, mostra que ele tem marcas de cortes no corpo, que podem ter sido causadas por lâmina ou estalhões de vidro. Ele estava no quarto em estado grave com 50% do corpo queimado no acidente provocado por vazamento de gás em seu apartamento. **PÁGINA 15**

"INSUBSTITUÍVEL"

O gosto único dos jornais

Para Maurício Lúcio, presidente do Publicis, 50 milhões de leitores em todo o mundo, jornais têm "gosto insubstituível" e são complementares às mídias digitais. **PÁGINA 28**

Direto dos pantufas

PT do Rio racha com ação de Tarso

O plano do ex-governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro de criar uma frente de esquerda no Rio causou mal-estar no PT. O vice-prefeito Adilson Pires, disse que o movimento não tem apoio do partido. **PÁGINA 5**

Os segredos de Osama

Um obcecado por segurança

Materiais apreendidos pelos americanos no esconderijo de Bin Laden mostra que o líder da al Qaeda era obcecado com sua segurança e da família. **PÁGINA 26**

Copa do Brasil

Botafogo arranca empate no fim

Depois de estar perdendo por 2 a 0, o Botafogo reagiu e empatou com o Figueirense, venceu, em Florianópolis, com gol no casto aos 45 minutos do segundo tempo. **PÁGINA 53**

Ginastas suspensos por caso de racismo

PÁGINA 32



Um adeus em vermelho. No lugar em que médico foi assassinado, na Lagoa, manifestantes deixam bicicleta junto a 'poça de sangue'

CRIME NA LAGOA

Tragédia anunciada choca Rio

A vida do namorado do filho do prefeito da zona do cardiológico, Jaime Gold, que causou indignação na população. Aos 56 anos, ele foi esfaqueado no abdômen por ladroes quando andava de bicicleta, na noite de terça. Foi o terceiro ataque a familiares no Lagoa em um mês, e agora a Secretaria de Segurança reforçou o policiamento com homens a cavalo. Menos de 24 horas após o crime, Lorena Tristão, de 31, foi esfaqueada em tentativa de assalto em São Conrado. **PÁGINA 14**

ACERTO DE CONTAS

Congresso adia ajuste e aprova aumento de gastos

Com medo de derrota e rebelião no PT, governo desiste de votar arrocho

Ao mesmo tempo, avança no Senado reajuste de até 78% para o Judiciário, e Câmara dá aval até para shopping

Com medo de derrota, o governo adiou a votação da principal medida provisória do ajuste fiscal, que muda as regras do abono salarial e do seguro-desemprego. Senadores da base, sendo dois do PT (Paulo Pitois e Lindbergh Farias), assinaram manifesto contra as alterações. O governo

já fora derrotado numa comissão do Senado, que aprovou aumento de até 78% para os servidores do judiciário, com imposto de R\$ 25,7 bilhões em quatro anos. A Câmara, por sua vez, deu aval para gastos com a ampliação de suas instalações, que prevê até um shopping center. **PÁGINA 3**



Filas sem fim para obter o seguro-desemprego

EXCLUSIVO Após fim de campanha, 56 postos do Sine fecham no Rio e filas para seguro-desemprego começaram na madrugada. **PÁGINA 21**



OS QUASE SEM-TETO DA MAIOR UNIVERSIDADE

Estudantes como Jackson Yamanka — que dorme num colchão de uma área que deveria ser cozinha — reclamam das condições do alojamento da UFRJ, que passou a receber mais alunos de outras estados e do menor estado, Roraima. **PÁGINA 27**

SEGUNDO CADERNO Em 1965 ELIS MALDIZ O ROCK

Em entrevista inédita, cantora detona a música estrangeira. **MARIANA FILGUEIRAS**

EXCLUSIVO Chica da Silva MITO ALEM DO EROTISMO

"ela Arrigo, Zéé Molta e a coreógrafa Carmen Luz revisitam a saga da ex-cantora e modelo. **THIARA OLIVEIRA**



BOA VIAGEM Flórida VERÃO GELADO EM ORLANDO

Fantasma "Frozen" se espalha em novas atrações nos parques e até em docas da Disney.



14 O GLOBO

Rio

Quarta-feira 21 de maio de 2015

LUTO NA LAGOA

Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos

Adolescentes são 57% do total, enquanto no estado o índice é de 25%

O número de adolescentes detidos em abril na área do 23º BPM (Lagoa), que compreende a Lagoa, foi maior que o de adultos presos. No mês, foram 40 jovens apreendidos na região em flagrante pelos crimes de roubo e tráfico, contra 30 adultos levados para a cadeia. Os números representam 57% do total de 70 casos. A proporção é maior que em todo o estado, onde, no mês passado, adolescentes representaram 25% da soma de pessoas detidas e presas. Em 2015, quando esses números passaram a ser divulgados separadamente, de acordo com a idade dos acusados, os jovens foram 11,04% do total.

Em relação ao mesmo período de 2014, o número de adolescentes detidos em abril passado também subiu em todo o estado, e bastante: foram 189 casos contra 255, um acréscimo de 32%.

Infelizmente, essa é a mesma tendência. Aumento muito e envolvimento de adolescentes de 13, 16 anos nesse tipo de crime (roubo). E o que assusta é a agressividade. Eles primeiro esfaqueiam o vítima para depois roubar. Por isso, aumentamos o número de apreensões, mas também de inquéritos por abandono de incapaz, com o objetivo de responsabilizar os pais — afirmou a delegada Patrícia Vidal da 1ª DP (Lagoa).

Segundo ela, sabendo que não poderão ser detidos apenas por estarem carregando facas, adolescentes estão usando armas brancas para cometer crimes.

No caso de ataca de 14 anos da equipe de remo do Flamengo esfaqueado há quase um mês na Lagoa, os quatro adolescentes que praticaram o crime seguiram a vítima antes de assumir a cadeia.

— Ética um mandado de apreensão contra um

Números

40 DETIDOS

Foi o número de adolescentes apreendidos pelo 23º BPM (Lagoa), que compreende a Lagoa.

30 PRESOS

Foi o número de adultos presos em abril também no distrito 23º BPM.

62% DE AUMENTO

Foi quanto cresceu o número de adolescentes detidos no mês em abril deste ano, quando foram registrados 899 casos, em comparação com 440, segundo o IGP, no mês de abril deste ano. Os dados começaram a ser disponibilizados pela Polícia Civil em 1991.

dos adolescentes que esfaquearam o atleta de remo — disse o procurador Márcio Mottó. — Ele havia sido apreendido em outubro passado e já estava na rua cometendo um crime mais grave. Agora, mais esse tragédia (o músico esfaqueado na Lagoa). O Ministério Público temeu uma luta contra a liberação desenfreada de menores das unidades de internação e ajuda foi criticada. Um mutirão despoja dezenas de infratores nas ruas, sem o mínimo de fiscalização, em razão da suposta periculosidade das unidades. O efeito do mutirão já era esperado. Temos recorrido dessas liberações indevidas e agora esperamos a resposta do Judiciário.

PROMOTOR DEFENDE MUDANÇAS EM INSTITUTO

Para Mottó, está mais do que na hora de os parlamentares discutirem mudanças urgentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como no Estatuto do Desemprego.

Os parlamentares precisam ficar atentos a essa realidade. Como pode alguém portar uma faca e isso não configurar infração penal? Da mesma forma, quem antes furtava agora rouba e, pior, praticam latrocínio, que é o roubo seguido de morte. Foi isso, assim, foi o tragédia que aconteceu hoje aqui. Até quando? — disse Mottó, que defende o aumento do prazo de internação para infratores, entre outras medidas.

Crimes também, o Instituto de Segurança Pública divulgou que o número de homicídios caiu 24,7% em abril passado, em comparação com o mesmo mês de 2014. Foram registradas 258 vítimas contra 440. Segundo o IGP, os maiores índices para o mês de abril deste ano são dados concernentes a ser disponibilizados pela Polícia Civil em 1991.

DEBATE ACALORADO Maioridade penal em discussão

Ataque na Lagoa suscita divergências sobre o tema

A suspeita de que o ataque ao músico Jaime Cortez tenha sido cometido por adolescentes esquentou o já acalorado debate sobre a redução da maioridade penal e discussões especializadas. Professor de Direito Humanos da FGV Duetto/Rio, Michael Freitas Machado é um dos que firmam posição contrária à redução. Ele argumenta que apenas presas para dois jovens imaturos em centros socioeducativos cometer crimes como homicídio e latrocínio. É dizer que a medida não cobrirá a violência.

— Para usar uma metáfora: é um rio de canilão para matar uma moça. Se o objetivo da medida é diminuir a criminalidade, acredito ser ineficaz. A política gerada por esse debate deveria ser dirigida a quem tem como a capacidade de ser imaturo.

Já o desembargador José Máximo Pinheiro Filho defende a redução para 15 anos de idade.

Ele se refere às experiências de dois criminosos e diz que, na maioria das vezes, maiores de 16 que praticam infrações têm consciência de seus atos e, por isso, devem responder pelo crime que cometeram.

— Acho difícil que os jovens que mantêm o médico não tenham plena consciência de que estavam tirando a vida de um homem, mesmo que tenham menos de 18 anos. É a redução da maioridade tem a ver com isso, e não com enfocações como a questão da educação — afirma de sustentação que menores de 21 não cumpram penas em prisões provisórias dos detidos.

Criminosos e mataram em outubro doente de 13 anos, também pensam em prisões provisórias dos detidos.

— É uma situação que o debate vem à tona num caso como o da Lagoa. O fato, no entanto, é que deveria ser uma reforma dos sistemas carcerais no país. Seria a favor da redução se houvesse ampla reforma do sistema prisional. Mas, nos atuais condições degradadas e de presos doatados por flocos criminais, não é a solução. Nesse caso, a situação se piora.

SUPERMERCADOS GUANABARA
Tudo por você!

Pepsi 2 Litros

LEVE 3 PAGUE 2

NESTA PROMOÇÃO CADA UNIDADE SAI POR: **2,99**

4,48 cada

Ofertas válidas de sexta, 22/05/2015 a domingo, 24/05/2015, enquanto durarem nossos estoques.

Em São Paulo, crime ocorrido há dois anos está impune

Ciclista foi atropelado ao fugir de assaltantes na Rodovia Castelo Branco

— São Paulo. O caso mais recente de morte de um ciclista num assalto em São Paulo, segundo informações de investigadores que investigam o uso de bicicletas, vai completar dois anos em agosto. Igor Galvão, de 18 anos, estava pedaliando na Rodovia Castelo Branco com um amigo, em 2013, quando foi abordado por homens que estavam em um carro. Ao tentar fugir dos assaltantes, ele caiu na pista e acabou atropelado. O crime está impune até hoje.

Quase dois anos depois na lagoa, a morte de Igor foi lembrada por ciclistas ouvidos pelo GLOBO. Ele era atleta e estava fazendo um treinamento quando morreu. Esse é o perfil mais visado por assaltantes, porque as bicicletas usadas pelos esportistas costumam ser caras. Algumas ultrapassam os R\$ 30 mil.

A Associação Ciclovida estima que 600 mil pessoas usam bicicletas em São Paulo. Uma pesquisa Ibope de 2014 constatou um crescimento de 50% dos usuários frequentes, entre 2013 e 2014, que passaram de 174 mil para 261 mil. O projeto Sampa Bike, financiado através as lideranças do setor, começou em 2012 com cerca de 20 mil usuários cadastrados e, três anos depois, já são mais de 400 mil.

Com uma presença maior de ciclistas nas ruas, os roubos aumentaram, apesar de o governo não dispore de estatísticas. Os assaltos são mais frequentes em lugares como a ciclovia da Marginal do Pinheiros e nos arredores do campus da USP.

Participaram da cobertura: Ana Carolina Costa, Bruno Arantes, Daniela de Paula, Dayana Resende, Flávia Romão, Giselle Corrêas, Gustavo Castro, Gustavo Schmidt, Lucas Alino, Marco Grilli, Maria D'Ávila, Rafael Galvão, Tais Mendes, Vitor Araújo e Waleka Borges.

O GLOBO 90 ANOS

SEXTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2015 ANO 90 Nº 29.873 Trina Mariaho (1.876.1925) — (1904 2005) Roberto Mariaho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Lava-Jato PF prende operador ligado a Dirceu

A Polícia Federal prendeu ontem, na 13ª fase de Lava-Jato, Milton Pasowich, apontado como operador de propinas entre a Petrobras e o PT. A empresa de Pasowich pagou R\$ 1,1 milhão à consultoria de José Dirceu em quatro lotes em julgamento mensalão. **PÁGINA 6**

Explosão em São Catarina Médico: alemão falou em tortura

Director do Miguel Couto diz que o alemão Marcos Müller, internado na unidade, contou ter sido torturado por bandidos que o cortou e ameaçou espanhar próximo. **PÁGINA 12**

União reajusta foro Imóveis na orla pagam taxa maior

Moradores da orla do Ilha foram surpreendidos por um reajuste de 20,7% na taxa de foro cobrada pela União, que deve ser paga até junho. **PÁGINA 5**

Religião desvirtuada Ásia sofre com budismo radical

EXCLUSIVO Dama dos religiosos de Myanmar chama a atenção para o extremismo budista na Ásia, relata DASISSA. **PÁGINA 27**

NEUROCIÊNCIA Cérebro eletrônico

Após ter eletrodos implantados em seu cérebro, tetraplégico consegue comandar um braço robótico. **PÁGINA 21**

Novo técnico da Ftu Anderson nega ação entre amigos

Anderson Miranda garante que o fato de ter o mesmo empresário de Fred não influê em sua contratação pelo Ftu. **PÁGINA 32**

Gabriel Medina Campeão aposta na virada em Fiji

PÁGINA 23

ASSASSINATO NA LAGOA

Suspeito tem 16 anos e 15 crimes



Captura. Policiais chegam à Divisão de Homicídios, na Barra, com o suspeito de matar médico

Aplicada apreendeu ontem um adolescente de 16 anos suspeito de ter assassinado o candidato à Jurema Gold, de 57 anos, na Lagoa. Ele tem 15 passagens pela polícia, sendo 13 por furto ou roubo na Zona Sul, muitos com uso de faca. Apesar da

folha corrida, o jovem nunca passou por uma investigação. O crime resuscitou o debate sobre a redução da maioridade penal, cujo projeto tramita no Congresso. **ÍCARUS** e a colunista **Carina Farfa**, criada por nossa maravilhosa leitora, **PÁGINA 8**



Na Lagoa, o estalo a que chegamos...

ÍCARUS

AJUSTE DE CONTAS

Dilma eleva imposto de bancos e mantém abono

Presidente recua na mudança do pagamento do benefício, prevista em MP

Alíquota para instituições financeiras vai a 20%; corte no Orçamento, de cerca de R\$ 70 bilhões, será anunciado hoje

Depois de pressão do Congresso, a presidente Dilma Rousseff desistiu de cortar a medida provisória que endurecia as regras para o pagamento do abono salarial aos trabalhadores, proposta

do próprio governo. Parte do ajuste fiscal, a medida significaria uma economia de R\$ 9 bilhões. Por outro lado, na véspera de anunciar o corte no Orçamento, que deverá ser de cerca de

R\$ 70 bilhões, a presidente decidiu aumentar o imposto sobre os bancos de 15% para 20%. Dilma avisou ainda que os cortes nas despesas do governo "não serão pequenos". **PÁGINA 18**

EDITORIAL

Políticos inconsequentes e governo leniente **PÁGINA 18**



DE WASHINGTON PARA O ALEMÃO

A diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, espanta-se com o som do boninbau em visita ao Complexo da Alemanha. Ela disse que se sentiu "em uma estação de esqui" no celestérico e ficou surpresa com o cenário de casas do siberiano, pois esperava encontrar construções precárias. É uma cidade? **PÁGINA 20**

Desemprego sobe para 16,2% entre os jovens

Na faixa etária de 18 a 24 anos, o desemprego ficou em 16,2% em abril, contra 13% no ano passado. Com a piora na renda das famílias, jovens ficam buscando emprego para ajudar em casa. Na média geral, o desemprego sobe para 8,4% nos seis principais metrópoles do país. **PÁGINA 21**

Arrecadação de tributos cai 4,6%

PÁGINA 24

'Sonômetro' marca R\$ 200 bi este ano

PÁGINA 24

Atividade econômica recua 1% em março

PÁGINA 22

SEGUNDO CADERNO
Literatura Juvenil
SEXO ALÉM DAS ENTRELINHAS



EXCLUSIVO
Presença de cenas picantes em livros com personagens reais põe em dúvida educadores e autores, conta ANDRÉ MIRANDA



EXCLUSIVO
RARIDADES DO FIM DOS ANOS 60
Marilena, Filizetas recupera entrevistas de Damião e Paulinho

COLUMNISTAS
ARTHUR DAPIVE
Fidelis testimonia a relação entre a ópera e o realismo. **SEGUNDO CADERNO**

NELSON MOUTA
Vigilante detém o seu mundo delirantemente os olhos. **PÁGINA 19**

B O GLOBO

Sexte-feira 22 de maio de 2015

Rio

LUTO NA LAGOA

Uma história cruel

Adolescente de 16 anos tem histórico de 15 passagens pela polícia por furto e roubo

RENATO COSTA
riocosta@globo.com.br
GUSTAVO GONZALEZ
gustavo.globo.com.br

Em 17 de agosto de 2010, a cantora de funk X, junto com outros pais, foi chamada à 14ª DP (Leblon), acusada de abandono de incapaz. Seu filho, de apenas 12 anos, espremeu o acelerador pela FM com outros dois adolescentes, correndo em atitude suspeita pela Avenida Barão de Melchior. Na delegacia, ela contou que tinha sido abandonada pelo marido que saiu no dia anterior como catadora no conjunto de favelas de Mangueiras para sustentar os três filhos. Além disso, só tinha o Bolsa-Família. Confessou ao delegado que, em agosto de 2010, o filho chegou em casa com o dinheiro molhado que usou para comprar balas e refrigerantes. Cinco anos depois de tantas idas e vindas a delegacias e instituições de reabilitação, a mãe retornou ontem à Divisão de Homicídios (DH) para tomar conhecimento de uma nova denúncia: ele é o principal suspeito do assassinato do cardiologista Jaime Coll, de 77 anos, espremeu tempo-leia a noite quando pedalei na Lagoa.

Segundo uma testemunha que o reconheceu, o jovem, hoje com 16 anos, alcançou o médico que seguia pelo ciclovias e, antes mesmo de terminar o recibo, o golpeou pelas costas de forma brutal. Ao ver a vítima no chão, ele, alado de acordo com a mesma testemunha, voltou a golpear, rolando a vítima no chão e, em seguida, o profundo corte de faca para cima, que atingiu o ponto vital e tirou de forma qualquer chance de sobreviver ao ataque, mesmo depois de oito horas de cirurgia.

EM ZONA, FACA NO PEITO DE VÍTIMA
A transcrição da citação põe em suspeita de um brutal assassino está registrada e em cada folha dos autos de apreensão feitos em suas 15 passagens pela delegacia da cidade. Quase sempre flagrados de furto e roubo. Em pelo menos cinco delas, o adolescente usou faca. No primeiro assalto, em 20 de junho de 2010, no Avenida Epitácio Pessoa, na Lagoa, ficou no momento de ofício em uma loja. No momento de roubo de um celular na Rua Humberto de Campos, no Leblon, em 2011, ele tinha uma faca de fito e a punho, amarrado à vítima que cingiu e conseguiu furtar. No mesmo dia, em 11 de maio de 2012, mais uma vez, o garoto, então com 14 anos, voltou a usar uma faca, mas, ainda inespiciente, se notou o chute de uma possível reação e fugiu. Em setembro de 2014, foi bem mais agressivo: empunhou a faca contra o peito de uma pessoa em plena Rua Presidente de Moraes, em Ipanema.

Apesar da crescente violência, ele nunca recebeu uma medida de internação em regime fechado. O último período de tempo que permaneceu em uma instituição aconteceu em 2013, foram 39 dias em abrigo provisório para, ao final, receber uma advertência e a suspensão da pena. Mas, em uma de suas curtas passagens, houve tempo suficiente para ser torturado por agentes na Escola João Luiz Alves, em crime denunciado pelo Ministério Público em 2011.

Ha mais de três anos à frente da DH, o delega do Rio de Janeiro, Barboza, se mostrou chocada.
— A fúria do adolescente infrator e a forma covarde com ele agiu me chamaram a atenção. Ele não demonstra nenhum arrependimento pela



Apreensão. Acusado de matar o cardiologista no Lagoa chega a Divisão de Homicídios, governa o crime.

crimes humanos. O médico recebeu no mínimo quatro golpes. A bala foi socialista.

Reconhecido pela testemunha através de fotos, o adolescente teve a apreensão determinada pelo plantão judiciário. Com o mandado em mãos, os agentes foram para a favela, por volta das 5h de Mangueiras. Além do menor, foram encontradas nove bicicletas. Uma delas custa 30 mil reais entre elas, há uma Rocky Mountain. No local, foram achado um facão com cerca de 30 centímetros de lâmina, três facas populares e duas tesouras. A polícia agora tenta localizar outro suspeito.

Na delegacia, o jovem negou ter assassinado o médico, mas admitiu a prática de roubo e a regalia. O perfil de acusado é o mesmo de outros jovens, quase todos moradores das comunidades de Jacarecinha, Marujá, Mangueiras e Atard, que seguem para a Zona Sul para furtar ou roubar objetos de valor para levá-los a compradores.

— Na verdade, eles chegam em grupos nos fins de semana e agem, chegam aos pontos nos dias úteis. Na maioria das vezes, pedem a carteira, entram no bus, jantam e saem sem pagar, atirando até mesmo os motoristas de ônibus — observou a delegada Monique Vidal, titular da 14ª DP (Leblon). — A princípio não é uma gangue específica. Eles se conhecem porque moram na mesma região, têm no mesmo ônibus e até já passaram juntos em unidades cumprindo medidas socioeducativas.

De acordo com dados levantados por essa delegacia, de janeiro a 4 de ontem, foram feitas 153

registros de ocorrências envolvendo menores. O adolescente apreendido foi libertado em casa, num condomínio de programa Minha Casa Minha Vida, onde mora com a mãe, a irmã, a irmã e o cunhado. A mãe e a irmã também prestaram depoimento na DH e contaram que o jovem está fora da escola há quatro anos.

Para o psicanalista Luiz Alberto Pi, o autor das facadas tem traços de psicopatia.
— Uma pessoa que mata outra tem algum desvio psicológico. Psicopatas não têm a capacidade de se identificar com o outro ou de compreender o sentimento do outro. Não compõem o rapaz, mas podem estar diante de uma mistura de fator social com psicológico. Ele se impressiona de que havia um desejo de esquecimento anterior ao contato com a vítima, de ter prazer com isso.

Então, o governador Luiz Fernando Fcoz, além de admitir que houve um erro na polícia, mudou a Lagoa, voltou a falar sobre a redução da maioridade penal. Ele afirmou ser favorável em caso de crimes hediondos.

Por mais que que a gente fique empolgando gente. A maioria das apreensões que fazemos é de menores. É inaceitável. Lugar de menor é na escola — disse. — Só quero que seja feita uma revisão no Congresso Nacional. A polícia tem o registro de apreensões de menores e não está sendo suficiente.

Colaboração: Ana Cláudia Costa, Rodrigo Bertolucci e Simone Cristóvão

ACUSAÇÕES CONTRA O JOVEM

EM 5 CASOS GAROTO TERIA USADO FACA

2010

- 1 Av. Epitácio Pessoa
- 2 2005 - Roubo de celular em frente ao Centro Saneamento de Ipanema e volta a correr com uma faca
- 3 0607 - Furto de celular, relógio e dinheiro em frente ao número 3300

Rua Nascentes de Silva

- 4 2111 - Roubo de celular e relógio

2011

- 1 Rua Humberto de Campos
- 2 1008 - Roubo de celular em casa

Av. Antônio de Melo Franco

- 3 0509 - Furto de celular

Rua Presidente de Moraes

- 4 2009 - Furto de celular
- 5 2009 - Furto de celular e contêiner

2012

- 1 Rua Humberto de Campos
- 2 0405 - Roubo de dinheiro em Estação com uma faca

2013

- 1 Conjunção Nelson Mandela
- 2 2106 - Dinheiro
- 3 2112 - Porte de arma

2014

- 1 Rua Presidente de Moraes
- 2 0503 - Roubo de bicicleta e dinheiro em casa

Avenida Vieira Soule

- 3 2007 - Apreensão de faca e material de fabricação de drogas

Avenida Leopoldo Bulhões

- 4 0811 - Apreensão de faca e material de fabricação de drogas

2015

- 1 Avenida Epitácio Pessoa
- 2 1001 - Roubo de bicicleta
- 3 1905 - Latrocínio, com uso de faca

Fonte: Polícia Civil

MUNDIAL O maior para todos

FAMÍLIA É SEMPRE IGUAL. OFERTA É DIFERENTE.

Corcelo da Alcatraz Sólida MATURATTA 23,50

Fili Mignon Brioche FRIBO 28,99

Filzinho de Frango Congelado C.VALE Pacote 1kg 6,99

Blanquet da Peru SÁDIA a Granel 19,90

Delição Minas a Granel 10,90

Letite REGINA Total Integral, Zero Desnatado ou Desnatado Ultramorado (1 l.) 2,28

Malonise HELLMANN'S Tradicional ou Regular 500g 5,98

Malonise HELLMANN'S Regular 500g 4,88

Batatas LAY'S Vários Sabores 90g 3,75

Bebebs Lactes TODDYHO Tradicional 270ml 2,39

Suco de Uva Integral CATAPESTA 1 l. 7,95

Vinho Português Reserva DE MURÇA Reserva 750ml 42,80

Vinho Chileno CASILLERO DEL DIABLO 750ml 31,90

Corveja HEINEKEN Lata 330ml 2,74

Lava-Roupa em pó OMO Multicarga LEVE 2 KG PÁGUE 1 e 9G 9,98

www.supermercadosmundial.com.br

SAC 2131-7001

ofertas válidas: 22/05 a 24/05/2015

22 de maio de 2015

Rio

O GLOBO 9

LUTO NA LAGOA

Projeto que reduz maioria penal divide opiniões

Proposta de emenda constitucional precisa ser aprovada em comissão especial da Câmara antes de ir a plenário

ANDRÉ DE SOUZA andres@globo.com.br

ANUNCIADA A redução da maioria penal — defendida pelo governador Lula Fernando Pezão em caso de crime mediado — não é uma tema sobre o qual haja consenso entre os deputados do Rio. A proposta de emenda constitucional

(PEC) em tramitação na Câmara tem outros apoiadores poderosos entre os políticos fluminenses, a começar pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha. O deputado Leonardo Picciani, líder do PMDB, mesmo partido de Pezão e Cunha, também é favorável, embora com algumas restrições. Mas outros parlamen-

tários do Rio, inclusive três dos quatro que integram a comissão especial que discute a proposta, são contra. Na comissão, a maioria é favorável. 21 dos 27 deputados titulares defendem sua aprovação. Entre os 25 suplentes, que votam no caso de ausência dos titulares, 15 também pensam assim. Mas entre os quatro deputados do Rio

que participam do comitê, todos são contrários, como o opositor Oriberto Lessa (PP) e Alexandre Vitor (PPR). Os contrários — Alexandre Moura (PT), Gláuber Braga (PSB) e Hugo Leal (PRB) — são comunistas. Mas, inclusive, há aqueles que votam com uma ação no STF para evitar a tramitação da PEC. Picciani disse que não con-

tinha e, portanto, de todos os 48 deputados fluminenses, para fazer uma avaliação do apoio da bancada à proposta. Mesmo no PMDB do Rio, também há posições divergentes. A tendência é que a proposta seja aprovada na comissão especial. Mas, mesmo lá, deverá haver algumas restrições. A maioria defende que a redução valha

apenas para os crimes mais graves, como os homicídios ou violentos, e que a idade mínima seja fixada em 16 anos. Após a aprovação na comissão, a PEC vai para o plenário da Câmara, onde precisa ser votada em dois turnos e ter o apoio de pelo menos 60% dos deputados. Se aprovada, segue para o Senado. ■

Artigo

Menos presídios e mais escolas

ANDRÉ LUIS MACEDO DE CASTRO

De fato, ruidosos clamaram nessa cidade recentemente, em hora de morte diferente. O primeiro foi a morte de dois jovens no Rio de Janeiro, depois de uma operação policial. O segundo, a morte de um ciclista na Lagoa, após o rebulo de sua bicicleta e outros pertences, sendo um rapaz apontado como um dos responsáveis. Ambos têm uma coisa em comum, que é a incapacidade de poder público de lidar com os jovens pobres, mas a responsabilidade é bastante diversa, sem que se faça o necessário reflexão sobre isso.

Para muitos, trata-se de um problema exclusivo de segurança pública. Para outros, esse é um problema muito maior e muito mais complexo. Como dito o ditado popular, para todo problema difícil, há uma solução simples e rápida. A mudança das leis para punições mais rigorosas é a resposta mais simples e, aliás, a solução que vem sendo adotada há muitos anos, porém, sem nenhuma eficácia na diminuição dos crimes.

A redução da maioria penal está sendo apontada como a nova solução simples para esse problema complexo. Mas será que seus resultados serão aqueles esperados? Será que essa medida terá mais segurança para os pobres ou, pelo contrário, poderá provocar justamente o contrário? As estatísticas e a

própria experiência cotidiana indicam que a simples majoração de penas não produzirá qualquer resultado na redução dos crimes. Talvez, esteja na hora de buscar as soluções mais complexas, difíceis, porém, mais eficazes. E preciso encontrar a raiz dos problemas e não apenas suas consequências. A primeira conclusão que esses crimes indicam é a grave deficiência das políticas públicas de atenção para as crianças e os adolescentes em situação de extrema pobreza.

Em momentos de grave crise, surgem inúmeras críticas a um suposto tratamento "brandos" aos jovens que praticam atos infracionais. Mas devemos refletir se estamos garantindo aos nossos adolescentes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, entre outros previstos em nossa legislação.

Assegurar todos esses direitos tem um custo. Porém, a população da maioridade penal também tem custo, que apresenta — em média — R\$ 2,5 mil gastos mensalmente com cada um dos 11 mil presos no sistema penitenciário de nossa cidade. É possível acreditar que esses recursos seriam mais bem investidos na educação e geração de oportunidades para jovens, que hoje são atraídos pelo crime. ■

André Luis Machado de Castro é defensor público-geral do Estado do Rio

Artigo

Capacidade de entender a conduta criminosa

CARLOS VELLOSO

Os jovens de hoje são bem mais influenciados que os jovens de 1940, quando da edição do Código Penal. A mídia, a Internet, os redes sociais, o cinema contribuem para isso. Aos 15 anos, por exemplo, isto é, podem escolher os nossos representantes nas câmaras e assembleias e nos corpos executivos. Emancipados, podem votar em todos os atos da vida civil, inclusive eleitoral. A verdade é que os jovens de 16 anos de idade têm, de regra, capacidade de entender a conduta criminosa.

A redução da maioridade penal para 16 anos pode diminuir a criminalidade, a violência. A imprensa notifica que jovens de 16 e 17 anos são utilizados na execução do tráfico. Os donos do tráfico acabam escapando da ação repressora. Não são raras aqueles que praticam crimes de estupro, assalto à mão armada, ataques, crimes contra o patrimônio público e privado. Quanto ao homicídio, afirma-se que não seria significativa a sua participação. Entretanto, essa participação existe. Por exemplo, em São Paulo, um jovem foi assassinado por um menor de 18 anos. No Rio, um médico acaba de ser morto também por um menor de 18 anos.

Fatores de baixa prática democrática afetam a maioridade penal abaixo de 18 anos. Há os que argumentam que os presídios não são

adequados para receber jovens delinquentes. O argumento não pode ser fundamento para impedir a redução da maioridade penal. O ponto a ser considerado é este: o condenado maior de 16 e menor de 21 anos — não apenas o menor de 16 — deve receber tratamento prisional adequado.

Em sua coluna na "Boleia de São Paulo" (12/11/2015) Ferreira Caldas, intelectual de ideias progressistas, lembra que "desde os gregos não é a função da cidade e, sim, da escola. Se a cidade oferece educação, tanto melhor, mas sua finalidade principal não é essa e, sim, a de adotar o criminoso do convívio social para proporcionar segurança e a manutenção do sistema".

Alguns argumentam que a maioridade penal aos 18 anos (CF Art.228) constitui uma medida punitiva. Todavia, certo é que a função da maioria da maioridade penal constitui, apenas, questão de política criminal e passa longe da matéria de direitos fundamentais. As gerações futuras não possuem esta obrigação e, aliás, sempre, em forma das gerações passadas. As circunstâncias sociais, sociológicas, econômicas, culturais se alteram, e o homem é e são seres históricos. Mesmo quadro de século, impedi a redução da maioridade penal só vale, no cabeço dos que adotam a ação punitivamente correto. Melhor, entretanto, agir concretamente. ■

Carlos Velloso é ex-presidente do STF

NO ANIVERSÁRIO DE 43 ANOS DA CVC, VOCÊ ENCONTRA SUPEROFERTAS COM PREÇOS IMPERDÍVEIS



BRASIL	RODOVIÁRIO	INTERNACIONAL
PORTO SEGURO 8 dias - Exclusividade - Voo direto Passagem aérea, 10 noites em hotéis 4 e 5 estrelas, 10 refeições, 10 passeios, 10 ingressos para shows e eventos, 10 ingressos para jogos de futebol, 10 ingressos para jogos de basquete, 10 ingressos para jogos de vôlei, 10 ingressos para jogos de tênis, 10 ingressos para jogos de xadrez, 10 ingressos para jogos de damas, 10 ingressos para jogos de cartas, 10 ingressos para jogos de tabuleiro, 10 ingressos para jogos de mesa, 10 ingressos para jogos de vídeo, 10 ingressos para jogos de computador, 10 ingressos para jogos de console, 10 ingressos para jogos de celular, 10 ingressos para jogos de tablet, 10 ingressos para jogos de smart TV, 10 ingressos para jogos de PC, 10 ingressos para jogos de PS4, 10 ingressos para jogos de Xbox One, 10 ingressos para jogos de Switch, 10 ingressos para jogos de Wii U, 10 ingressos para jogos de PS3, 10 ingressos para jogos de Xbox 360, 10 ingressos para jogos de Wii, 10 ingressos para jogos de PS2, 10 ingressos para jogos de Xbox, 10 ingressos para jogos de Game Boy, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance, 10 ingressos para jogos de Game Boy Color, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance SP, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 2G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 3G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 4G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 5G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 6G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 7G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 8G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 9G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 10G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 11G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 12G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 13G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 14G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 15G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 16G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 17G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 18G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 19G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 20G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 21G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 22G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 23G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 24G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 25G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 26G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 27G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 28G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 29G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 30G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 31G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 32G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 33G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 34G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 35G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 36G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 37G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 38G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 39G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 40G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 41G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 42G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 43G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 44G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 45G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 46G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 47G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 48G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 49G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 50G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 51G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 52G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 53G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 54G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 55G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 56G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 57G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 58G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 59G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 60G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 61G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 62G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 63G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 64G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 65G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 66G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 67G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 68G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 69G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 70G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 71G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 72G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 73G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 74G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 75G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 76G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 77G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 78G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 79G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 80G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 81G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 82G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 83G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 84G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 85G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 86G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 87G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 88G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 89G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 90G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 91G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 92G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 93G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 94G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 95G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 96G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 97G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 98G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 99G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 100G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 101G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 102G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 103G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 104G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 105G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 106G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 107G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 108G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 109G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 110G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 111G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 112G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 113G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 114G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 115G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 116G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 117G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 118G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 119G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 120G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 121G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 122G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 123G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 124G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 125G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 126G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 127G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 128G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 129G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 130G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 131G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 132G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 133G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 134G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 135G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 136G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 137G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 138G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 139G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 140G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 141G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 142G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 143G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 144G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 145G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 146G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 147G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 148G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 149G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 150G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 151G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 152G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 153G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 154G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 155G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 156G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 157G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 158G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 159G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 160G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 161G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 162G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 163G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 164G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 165G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 166G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 167G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 168G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 169G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 170G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 171G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 172G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 173G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 174G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 175G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 176G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 177G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 178G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 179G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 180G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 181G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 182G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 183G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 184G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 185G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 186G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 187G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 188G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 189G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 190G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 191G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 192G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 193G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 194G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 195G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 196G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 197G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 198G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 199G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 200G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 201G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 202G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 203G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 204G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 205G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 206G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 207G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 208G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 209G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 210G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 211G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 212G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 213G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 214G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 215G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 216G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 217G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 218G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 219G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 220G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 221G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 222G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 223G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 224G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 225G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 226G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 227G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 228G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 229G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 230G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 231G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 232G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 233G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 234G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 235G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 236G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 237G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 238G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 239G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 240G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 241G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 242G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 243G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 244G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 245G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 246G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 247G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 248G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 249G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 250G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 251G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 252G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 253G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 254G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 255G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 256G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 257G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 258G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 259G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 260G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 261G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 262G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 263G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 264G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 265G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 266G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 267G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 268G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 269G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 270G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 271G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 272G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 273G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 274G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 275G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 276G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 277G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 278G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 279G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 280G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 281G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 282G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 283G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 284G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 285G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 286G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 287G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 288G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 289G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 290G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 291G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 292G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 293G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 294G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 295G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 296G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 297G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 298G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 299G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 300G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 301G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 302G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 303G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 304G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 305G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 306G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 307G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 308G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 309G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 310G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 311G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 312G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 313G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 314G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 315G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 316G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 317G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 318G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 319G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 320G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 321G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 322G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 323G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 324G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 325G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 326G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 327G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 328G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 329G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 330G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 331G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 332G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 333G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 334G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 335G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 336G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 337G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 338G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 339G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 340G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 341G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 342G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 343G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 344G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 345G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 346G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 347G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 348G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 349G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 350G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 351G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 352G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 353G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 354G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 355G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 356G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 357G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 358G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 359G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 360G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 361G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 362G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 363G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 364G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 365G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 366G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 367G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 368G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 369G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 370G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 371G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 372G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 373G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 374G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 375G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 376G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 377G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 378G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 379G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 380G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 381G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 382G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 383G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 384G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 385G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 386G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 387G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 388G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 389G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 390G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 391G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 392G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 393G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 394G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 395G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 396G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 397G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 398G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 399G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 400G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 401G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 402G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 403G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 404G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 405G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 406G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 407G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 408G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 409G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 410G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 411G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 412G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 413G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 414G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 415G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 416G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 417G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 418G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 419G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 420G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 421G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 422G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 423G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 424G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 425G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 426G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 427G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 428G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 429G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 430G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 431G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 432G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 433G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 434G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 435G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 436G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 437G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 438G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 439G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 440G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 441G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 442G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 443G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 444G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 445G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 446G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 447G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 448G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 449G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 450G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 451G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 452G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 453G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 454G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 455G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 456G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 457G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 458G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 459G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 460G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 461G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 462G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 463G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 464G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 465G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 466G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 467G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 468G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 469G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 470G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 471G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 472G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 473G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 474G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 475G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 476G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 477G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 478G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 479G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 480G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 481G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 482G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 483G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 484G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 485G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 486G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 487G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 488G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 489G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 490G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 491G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 492G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 493G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 494G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 495G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 496G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 497G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 498G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 499G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 500G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 501G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 502G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 503G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 504G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 505G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 506G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 507G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 508G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 509G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 510G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 511G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 512G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 513G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 514G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 515G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 516G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 517G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 518G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 519G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 520G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 521G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 522G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 523G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 524G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 525G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 526G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 527G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 528G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 529G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 530G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 531G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 532G, 10 ingressos para jogos de Game Boy Advance 533G, 10 ingressos para		

Turismo médico

O banco de negócios Schneider & Cia acredita que o país pode atrair pacientes estrangeiros interessados em se tratar, aqui, depois da aprovação da lei que permite capital estrangeiro em hospitais brasileiros. Algo parecido ocorre com a Itália, que tem bons médicos, muitos dos quais formados nos EUA.

Veja só...

Uma cirurgia de disco, que custa, nos EUA, US\$ 105 mil, na Índia pode ficar por US\$ 1,680.

Cota da tela

O desembargador federal Joãosson de Sá, de São Paulo, indenizou o político da Ancina e manteve a decisão da 7ª Vara Federal Civil contra a chamada cota da tela. A empresa Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda. foi desobrigada a cumprir a lei que estipula cotas para filmes brasileiros.

Ana na rede

Ana de Hollanda, a cantora que foi artista, prepara um álbum de músicas inéditas que será lançado via streaming ou download.

O shopping de Zeca

Zeca Fogozinho terá uma loja virtual. Será no loja de zeca.com.br, por onde vai vender produtos com a imagem dele, como camiseta de chape (foto).

No mais

O humor caribe se resiste. Piroteia do humor negro ouvida numa roda em que estava o historiador José Murilo de Carvalho. — Comentou-se que, para aumentar o número de medalhas de ouro do Brasil nas próximas Olimpíadas, seria interessante investir no esporte, o lançamento de facas.

www.oglobo.com.br/ancelmo

ANCELMO GOIS

ANA CLÁudia GEMASIN, DANIEL BRUNO, MARCELO VIANA e TOSCO RICARDO




VIOLÊNCIA AFETA MERCADO DE COCO

A morte do médico João Gold, há mais de três meses, no Lagoa, não mudou a rotina da feirinha de rua que acontece no Mercado de Coco. O comércio continua a funcionar normalmente, apesar da violência que acontece por aí. O comércio de coco, por exemplo, "caindo pela metade. Até os clientes fazem fila para comprar", diz José Cláudio Sereno (foto), 47 anos. A feira é em que faz parte, e acontece no final da curva da Colônia, onde o comércio faz o seu comércio, agora fechado às 17h30m, 18h. Costumava ser 20h30m, 21h. Depois de breves férias em Lagoa, em 19-30, moradores do bairro, Jooz Ribeiro que, 56, diz: "É por aí mesmo de aqui para cá, aqui no Rio. Isso ainda de alguma forma não é só no Lagoa", a ideia, que, até uma semana atrás, já de bicicleta para o trabalho. Agora, vai de ônibus.

Ziogo Rogero

Cerco às biografias

Deve se chamar Prêmio Brasil de Literatura a concessão literária que substituirá o antigo e prestigiado Prêmio Jdecom. O instituto para não deixar morrer a honraria é liderado pela curadora do prêmio, Selma Capetian. As regras devem mudar. Livros patrocinados, por exemplo, podem ficar de fora. É possível que o mesmo aconteça com as biografias.

Segue...

Nesse modo novo, o dinheiro do prêmio virá das redes de livrarias como a Livrassa, a Cultura, a Da Vila...

Como é que é?

Da série, como é difícil brasileiro e portugueses se entenderem. Uma escritora brasileira muito conhecida foi, dia desses, a uma agência de jornais no centro de Lisboa, perto do Rossio. Recebeu a seguinte recomendação sobre a qual gulchê se dilgê: — Ah, onde está um pouco a raba da bicha com um pau na mão.

Traduzindo...

Era a guilchê onde estava um menino no fim da fila com uma moeda na mão.

Zona Franca

O Senado aprovou hoje o projeto de lei que cria a Zona Franca de Manaus e amplia o número de empresas que podem se instalar lá. O projeto prevê a criação de uma Zona Franca de Manaus, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para a região. O projeto prevê a criação de uma Zona Franca de Manaus, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para a região. O projeto prevê a criação de uma Zona Franca de Manaus, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para a região.

Obama quem?

Está bombando na internet a foto de sobrinha do escritor brasileiro Benjamin Moser. 38 anos, o grande biógrafo da brasileira Cláudia Lispector. É que a pequena Cláudia, 2 anos, ficou furiosa diante de nada mais nada menos que... Barack Obama, numa comemoração do Pessach, a Páscoa judaica, na Casa Branca, nos EUA.

Irritada com a quantidade de gente, a pequena se jogou de bruços no chão e o presidente não escondendo a surpresa.

Pal e filho

O colecionista Marcos Uchôa diversificou. É um dos sócios, junto com um filho, de uma filial do badalado Bottegina Manoel & Joaquim, em Copacabana.

Demolição do viaduto

Era a guilchê onde estava um menino no fim da fila com uma moeda na mão.

A nota sobre a degradação do bairro Rio Comprido, após a construção do elevador Paulo de Frontin, em 1971, gerou polêmica. A arquiteta Andréa Redondo, de Ming Uchoa Calvo, que já casou com o assunto, diz que se é para devolver vida ao bairro, "imprescindívelmente, a demolição do elevador não é?".

Aliás...

A polêmica começou com um leitor que reclamou da colocação da estátua de Tim Maia na TIJUCA, e não no Rio Comprido, onde o artista teria nascido.

Carmino Maia, filho e herdeiro do cantor, diz que o pai sempre se orgulhou de ser tijuquano.

No mais...

Viva o Tijucal Viva o Rio Comprido!

Apresentamos a **OGLOBO**

hiper imóveis

VOCÊ NUNCA TEVE TANTA OPORTUNIDADE DE COMPRAR O SEU IMÓVEL.

AS 15 PRINCIPAIS CONSTRUTORAS E A MAIOR IMOBILIÁRIA DO RIO JUNTAS PARA VOCÊ COMPRAR O SEU IMÓVEL.

30 E 31 DE MAIO, DAS 10H ÀS 22H, NO RIBALTA.

AV. DAS AMÉRICAS, 9.650 - ESTACIONAMENTO GRATIS.

Mais informações: **3539-5011 • hiperimoveisrio.com.br**

patrimôvel

Rubem Vasconcelos, Presidente do Patrimôvel.

Aproveite que é a hora do comprador.

Condições incríveis de pagamento.

Lojas e salas comerciais.

1, 2, 3 e 4 quartos.

O GLOBO 90 ANOS

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2015 | AV. COLOMBO, 123 | RIO DE JANEIRO | FONE: (51) 2500-1234 | WWW.OGLOBO.COM.BR

Privatizações Governo deve cobrar por portos

EXCLUSIVO Para arrecadar mais, o governo planeja cobrar o uso das empresas que vencerem o leilão de portos. A lei hoje prevê os custos de menor tarifa em menor movimentação de cargas para determinar o vencedor. **PÁGINA 28**

Sem fôlego Crédito para de crescer e trava PIB

O crédito escasseia no país. Em abril, o total emprestado caiu para 54,5% do PIB, o que pode dificultar o crescimento. Os juros no cheque especial chegaram a 220% ao ano. **PÁGINA 21**

Daniel Aarão Reis Historiador da UFF critica greve

O professor de História da UFF Daniel Aarão Reis afirma que a greve em universidades causa prejuízo a professores e alunos e as assembleias sindicais não são representativas. **PÁGINA 28**

UM ZOO VERSÁTIL A construtora que é o bicho

EXCLUSIVO Em caso, Zoot da Rio construiu por R\$ 3 milhões empresa de construção e instalação de catracas para fazer "manuseio da fauna" revela Rômulo Barata. **PÁGINA 9**

Assassinato na Lagoa Polícia identifica mais um suspeito

A polícia disse que rapaz de 15 anos confessou participação na morte do médico Jaime Gold, na Lagoa. Mas, segundo policiais, a vítima foi esfaqueado por jovem detido semana passada. **PÁGINA 9**

Avanço da medicina Vírus da herpes combate o câncer

Cientistas usam antivírus generativos de modificação do vírus para combater câncer de pulmão. Novo droga poderá ser liberada em 2016. **PÁGINA 27**

Novo técnico Cristóvão assume hoje o Flamengo

PÁGINA 22

Uma tsunami contra a corrupção no futebol



EUA e Suíça prendem sete dirigentes da Fifa, entre eles Marín, ex-presidente da CBF

A pedido do Departamento de Justiça dos EUA, a polícia suíça prendeu, ontem, em Zurique, sete dirigentes da Fifa, entre eles o ex-presidente da CBF José Maria Marín. Eles são acusados de corrupção, fraude e lavagem de dinheiro em bancos em solo suíço e deverão ser extraditados para os EUA, onde vão responder a processos que podem resultar em 20 anos de prisão. Marín teria recebido R\$ 20 milhões de propinas relativas à venda de direitos de exploração comercial da Copa América e da Copa do Brasil. Outros seis foram indicados, entre eles o brasileiro José Miraglia. Todos foram banidos do futebol pela Fifa até que consigam provar



inocência. Donaldo Truffa, empresário do marketing esportivo, o brasileiro José Invernizzi, réu confesso, ajudou nas investigações e devolveu aos cofres americanos cerca de R\$ 473 milhões. O Brasil já colabora com as investigações. No Rio, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão na Kleber, empresa de Kleber Leite. **PÁGINA 32 e 34**

ACERTO DE CONTAS

Senado muda aposentadoria, mas Dilma deverá vetar

Ajuste está quase concluído, com alterações na concessão de pensões

Presidente sai em defesa dos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento); portaria a ser publicada hoje prevê corte de 15% dos gastos do governo com custeio da máquina pública

Continuando o governo, o Senado confirmou ontem mudança no fator previdenciário, já aprovada na Câmara, mas que deverá ser vetada pela presidente Dilma. Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado, porém, já fala em derrogação do voto.

Mas, na questão de lei que trata do conteúdo do segundo mandato com o Congresso, Dilma conseguiu vitória decisiva para o ajuste fiscal, pois o Senado também aprovou regras mais duras para a concessão de pensões e anulação de voto.

Brasil cai em ranking global de competitividade

Brasil fica em 56º lugar entre 61 países. É, no entanto, que inclui corrupção, é o pior. **PÁGINA 22**

MÍRIAM LEITÃO

PIB tem projeção de queda nos dois primeiros trimestres. **PÁGINA 22**

CARLOS A. SARDENBERG

Deputados não votam por gosto, e sim por necessidade. **PÁGINA 16**

Câmara aprova doações privadas só a partidos



Câmara manobra e consegue incluir medida na Constituição

A Câmara restringiu as doações de empresas privadas a partidos, proibindo as feitas diretamente a candidatos. A decisão precisa ser confirmada em nova votação na Casa e também pelo Senado. A decisão foi resultado de manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PSDB). **PÁGINA 6**

EDITORIAL

Confirma-se o erro de uma reforma política ampla. **PÁGINA 18**

MERVAL PEREIRA

Câmara agora precisa dar fim ao financiamento privado. **PÁGINA 4**

SEGUNDO CADERNO
Elena Ferrante
EMINÊNCIA PARDA
Essa obra de sucesso na Itália, que não revela seu rosto a ninguém, é retratada, com livro lançado no Brasil

ADEUS, DA VINCI!
Livros no Rio não resistem aos prejuízos e abandonam seu fechamento

ANCELMO GOIS
US\$ 2 milhões por obras de Cildo Meireles. **PÁGINA 14**
CORA RÔNAI
Ensino é humilhado por governos ruins. **SEGUNDO CADERNO**

IRINA VILGERS
Turismo e futebol
NO CHILE DA COPA AMÉRICA
Valparaíso. Uma das cidades sede do torneio

O Globo, 28 de maio de 2015, página 9.

ATAQUES EM SÉRIE

Oito vítimas em oito dias

Em domingo marcado por protesto na Lagoa, cidade tem mais uma pessoa esfaqueada

RICARDO FRANCA, GABRIELA ROSA E GUSTAVO SCHMIDTZ gustavo@globo.com.br

Fra para ser mais uma viagem tranquila entre suas casa, em Marechal Hermes, e seu escritório no Centro do Rio. No entanto, quando o ônibus da linha 378 (Marechal Hermes-Centro) estava a poucos metros do ponto final, na Avenida República de Paraguai, o músico Issac Clemerino da Silva, conhecido como Naval, de 55 anos, tornou-se a mais recente vítima de ataques com facas na cidade. O caso, ocorrido na manhã de ontem, é o oitavo episódio registrado em apenas oito dias.

Segundo o selto da vítima, o crime aconteceu na altura da Catedral Metropolitana. O músico conta que, assim que saiu a vidrear para entrar nos pertences, tentou dominar o assaltante. Ele diz que conseguiu desarmar e ferir o bandido, mas que também acabou atingido pela faca no braço esquerdo enquanto lutava.

Assim que o ônibus parou próximo ao ponto final, o bandido saiu correndo. Foi bem correto atrás dele e foi uma patrulha da PM. Fiz sinal e os policiais me mandaram entrar na vidreira para meque-lo — contou Naval. — Um outro cara que fazia ruído na vidreira e me contou já dentro de outro coletivo. Chegamos até o local e eu o reconheci.

O caso foi registrado na 5ª DP (Mem. de 94). De acordo com o delegado Marco Carregosa, o bandido é Wanderson Barbosa, de 34 anos, um morador de Cordeiro que não tinha antecedentes criminais. A faca usada durante a tentativa de assalto foi apreendida. Naval foi levado para o Hospital Souza Aguiar, onde foi medicado e recebeu um coquetel anti-HIV, já que a mesma faca que atingiu também feriu o bandido.

Antes de quase 350 câmpes, entre sambas e músicas de MPB gravadas por nomes como Bezerra da Silva, Fagner e Elba Ramalho, Naval estava a caminho do escritório onde trabalha em um projeto contra a violência de torcidas organizadas de futebol.

— Ninguém está livre do que ocorre. Na semana passada foi o médico na Lagoa, os números vão inflando, mas a situação permanece a mesma — afirmou o músico.

O apêlice ele ganhou logo depois que deixou a Marinha, onde permaneceu por nove anos como fuzileiro. Foi nos tempos como militar que aprendeu técnicas de defesa pessoal que o ajudaram a desarmar o bandido que tentou assaltá-lo.

— Sei que a gente deve evitar reagir a um assalto, mas acabou agindo por impulso — reconhece.

DIA DE PROTESTOS NA LAGOA

Sétima vítima de ataques a faca na cidade na última semana, o fuzileiro naval Alexandre Lima Ribeiro comitua ferimentos no Hospital Naval Marechal Dias, no Lins. Ele foi atacado na última sexta-feira por três homens na linha da Igreja, em São Cristóvão. Até agora, nenhuma suspeita foi presa. O delegado Mario Luiz da Silva, titular da 17ª DP (São Cristóvão), aguarda a alta médica de Alexandre para que ele possa tentar reconhecer suspeitos. A Marinha não divulgou o estado de saúde do fuzileiro.

Foi no segundo dia seguinte, montadas, ciclistas e parentes de vítimas da violência se reuniram ontem em mais uma manifestação pela paz na Lagoa.



Protesto. Cerca de 500 pessoas, entre ciclistas, parentes e amigos de vítimas de violência fizeram um protesto na Lagoa pedindo mais segurança



Diana Vítima. Ferimentos no braço e resultado da briga com o assaltante no ônibus

O ato, que reuniu cerca de 500 pessoas, foi marcado pelas homenagens ao médico Jaime Gold, morto na quarta-feira, após ser esfaqueado enquanto pedalaria. Músicos de pruno, os manifestantes se encontraram na volta de 10h na altura do Clube Calças e saíram em passeata. As 12h, o grupo chegou a Enseada para fazer o momento da Avenida Epitácio Pessoa, no local onde o cardiologista foi atacado, na altura da Curva do Calceirão, já às 13h, o grupo chegou ao Centro do Caranguejo. O grupo exibiu faixas em prol da paz no Rio e distribuía adesivos com o slogan: "Tu sou Jaime".

Entre os manifestantes que acompanharam o cortejo, estavam presentes Carlos Santiago, pai da adolescente Gabriela Prado, morta em

2003, vítima de uma bala perdida durante tiroteio entre policiais e assaltantes na estação São Francisco Xavier; e Andrei e Maury Scheemaker, pais de Alex Schomaker Bastos, morto no início do ano após assalto em ponto de ônibus em Botafogo.

— Queremos demonstrar nossa indignação. As pessoas precisam sair de casa em nome de uma mudança pela paz na sociedade — disse Matay.

DESBASTO NAS AUTORIDADES

Em reportagem exibida ontem à noite, o "Fantástico" da TV Globo, falou com Jorge Felipe Mendonça de Leão, o jornalista que sustenta a criação do exército gista Jaime Gold na loja de bicicletas que o músico frequentava. No conversa, o próprio Jorge contou que já foi víti-

mas de um assalto em outubro do ano passado, no Aterro do Flamengo. Na ocasião, ele levou três facadas, e mais uma quando o assaltante percebeu que ele tinha caído vivo.

O pesquisador Paulo Stotani, do Instituto Universitário de Políticas Públicas e Ciências Políticas da Universidade Cândido Mendes, afirma que uma série de fatores levou a esse panorama.

— Há um descrédito total nas autoridades públicas, aliado a um sistema de justiça criminal que não previne crimes, e uma lei permissiva que não pune devidamente menores infratores. Nesta onda de violência, os criminosos não têm em absoluto suas capacidades de reação. Isto acontece por conta da crença na impunidade.



Praso. Wanderson foi para a 5ª DP, no Centro

Cronologia

- 12 DE MAIO** A vítima de tiroteio Tiago Vitor, de 35 anos, é ferido por três assaltantes perto da Praça Quinze.
- 14 DE MAIO** O cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, é esfaqueado na Lagoa que tinha ido andar de bicicleta morto no dia seguinte.
- 15 DE MAIO** Isonia Trindade, de 31 anos, sofre duas tentativas de perna em passageiro subterrâneo em São Conrado.
- 17 DE MAIO** Um grupo de estudantes sobre carcaça no meio da rua e o assalto acontece por causa da Praça Trindade.
- 18 DE MAIO** Acidente letal: Ribas Corrêa, de 32 anos, é ferido no passageiro em assalto na Praça Paris, no GHS.
- 20 DE MAIO** Miguel Moreira Santos, de 26, sofre ferimentos na cabeça e no pescoço ao ocorrer Michas a Alameda Freitas, de 21 anos, atacada por dois adolescentes.
- 22 DE MAIO** Alexandre Lima Ribeiro, de 27 anos, é esfaqueado no Lins, na Rua da Igreja, em São Cristóvão, durante tentativa de assalto.
- 24 DE MAIO** O compressor de ar de Diana Vítima, de 55 anos, é esfaqueado no ônibus da linha 378 (Marechal Hermes-Centro).

Prepare-se para disputar seu lugar no mercado

VESTIBULAR FACHA

INSCRIÇÕES ABERTAS! FACHA.EDU.BR

TRADICIONAL PROVA 20/09
ABERTURA: 20/03/2015

VESTIBULAR [ENEM | TRANSPERÊNCIA | 2ª GRADUAÇÃO]

ÁREAS DE FOCO:
Ciência | Marketing | Recursos Humanos | Comércio Exterior | Gestão Desportiva

Idioma | Turismo | Publicidade | Propaganda | Jornalismo
Técnicas Pedagógicas | Metodologia | Estatística

A FACHA ENVIU BO DIVERSE IMAGINA

BOATFOGO | MELIPR

FACHA

FÓRUM

LEI 4330 A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO Reflexos na Saúde

Coordenador: Ministério Público do Trabalho, Instituto de Trabalho e Súmulas Administrativas do Apatado

25 de maio (2ª feira), às 19 horas
Local: Auditório do SIMMED-RJ
Assessoria: Interlocutor em 011 219 0000 - Curitiba, Rio de Janeiro

simmed

CREMERJ

Kalunga

SAMSUNG

Kalunga

+140 Oportunidades

o melhor preço para você sempre
em qualquer loja Kalunga

o melhor preço para você sempre
em qualquer loja Kalunga

o melhor preço para você sempre
em qualquer loja Kalunga

O GLOBO 90 ANOS

SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2015 | ANO 102 | Nº 28480 | Irineu Marinho (1876-1923) — (1904-2005) Roberto Marinho | RIO DE JANEIRO | oglobo.com.br

Apesar do prejuízo Petrobras paga bônus de R\$ 1 bi a petroleiros

Apesar de ter registrado prejuízo recorde de R\$ 21,58 bilhões no ano passado, a Petrobras pagará R\$ 1,04 bilhão em participações aos milhares de funcionários (PFA) e seus familiares. O acordo coletivo dos petroleiros prevê o pagamento de bônus mesmo em caso de prejuízo. **PÁGINA 21**

Até 30% da BR serão vendidos
EXCLUSIVO Petrolistas pretendem cortar em US\$ 75 bilhões seus investimentos e vender até 30% da BR Distribuidora. **PÁGINA 21**

Nova regra Mais R\$ 22,5 bi para casa própria

O governo mudou as regras para liberar R\$ 22,5 bilhões para a casa própria. Bônus que não destinarem recursos da poupança no setor terão remuneração menor. **PÁGINA 24**

Tensão em UPP Dona Marta tem 1º tiroteio em 6 anos

PMS da UPP da Dona Marta, a primeira e mais bem-sucedida das UPPs, trocaram tiros ontem com bandalheiros armados em um local da favela. **PÁGINA 7**

Assassinato na Lagoa Contradição na investigação

Segundo testemunha-chave da morte do médico Jaime Gold, na Lagoa, um dos assassinos era brasileiro. Mas os dois suspeitos detidos são negros. **PÁGINA 10**

SARAU LITERÁRIO

Adeus, Da Vinci

EXCLUSIVO Filipe Apuleio, um crítico e colecionador de livros da literatura da Itália, que fechará as portas, contará André Mazonas e Mateus Campos. **PÁGINA 17**

Por que parou? Ministro critica greve em federais

Federais começaram a parar, mas o ministro Jaime Ribeiro (Ff) alega que a greve não faz sentido pois MEC está disposto a negociar. **PÁGINA 26**

PF abre investigação sobre corrupção no futebol



Na janela. Romário se sentou no pedestal do Saraceni, crítico de Romário, após o fim da CBF. **PÁGINA 28**

ANCELMO GOIS
Recife Federal pede ajuda ao Leão dos EUA. **PÁGINA 14**

RENATO M. PRADO
Futebol precisava mesmo de uma 'Lava-Bola'. **PÁGINA 28**

FERNANDO GALAZANS
Um campo inundado de fraudes. **PÁGINA 30**

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar corrupção em competições organizadas pela CBF e pela Fifa no Brasil. Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, há indícios de que crimes investi-

gados pelo FBI nos EUA foram cometidos também no país. O senador Romário citava 53 assinaturas para a criação da CPI da CBF/Fifa. Sem apoio da Delta, Blatter é favorito hoje à reeleição na Fifa. **PÁGINAS 28 e 32**



— Deixa que eu chuto

REFORMA POLÍTICA

Câmara rejeita limites à farra dos partidos

Coligação proporcional é mantida, e barreira garante verbas a pequenos



Barreira para Cunha. Deputados votaram o presidente da Câmara, no Mesa, durante votação de reforma política. Contrário propostas favorável para deputados e senadores.

Fim da reeleição aprovada por deputados também deverá passar no Senado, na avaliação de líderes

Um dia após aprovar o fim da reeleição para cargos executivos, a Câmara decidiu, neste segundo voto, partidos grandes e pequenos, manter as coligações proporcionais. E instituiu cláusula de barreira bastante branda, o que

também favorece pequenas legendas. Com isso, dois dos principais problemas do sistema brasileiro não devem mudar: o sistema eleitoral de partidos e o acesso deles a verbas públicas. Já o Senado protestou contra os chama-

dos jabutis (incluídos em MTS), que permitiram, por exemplo, a aprovação de um shopping na Câmara. Patrocinador da proposta, o presidente da Casa, Eduardo Cunha, chamou a reação do palhaçada. **PÁGINA 3**

SEGUNDO CADERNO

A MELÔ DO RISO AMARELO

Dois décadas depois do escopo dos Mamonas Assassinas, artistas analisam por que o Bando Baiano tem cada vez menos espaço na música brasileira.



AMOR DE CANGACEIRO
Fibra acompanha essal do bando de Lapa/pe

Colunistas
NELSON MOTTA
Acabar namoro por e-mail é boa opção. **PÁGINA 16**

ZÉLIA DUNCAN
O apaixonante Italo Calvino. **SEGUNDO CADERNO**

ARTHUR DAPIEVE
O bom rock que olha para baixo. **SEGUNDO CADERNO**

Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro R\$ 3,00 | Circula em este estado: Segundo Caderno

Lagoa: testemunha diz que um dos jovens era branco

Mas dois rapazes apreendidos pela Polícia Civil como suspeitos da morte do médico Jaime Gold são negros

Matheus Gouveia
e
Ana Carolina Albuquerque

A testemunha chave do assassinato do radiologista Jaime Gold, no Lagoa, disse em depoimento à Polícia de Identificação (PI) que um dos indivíduos envolvidos era branco e o outro negro. Mas os dois jovens apreendidos pela Polícia Civil dia 16 de maio, os negros Antonio...

... e o outro negro, Antonio... Mas a testemunha confirmou a conduta da Polícia de Identificação de não ter visto os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... em caso, em Mangueira, no momento do crime. O caso ainda não está esclarecido. Ainda não é possível dizer se o jovem que foi apreendido é o mesmo que esteve envolvido no crime...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

Justiça decreta apreensão de segundo acusado do crime

Jovem de 15 anos tinha 2 passagens. Polícia apreia uma terceira por intrusão na Granin

A. Assessor: Lu. Basso
e
A. Assessor: Lu. Basso

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...



SAIA DO AUTOMÁTICO. EXPERIMENTE A LINGUÇA CALABRESA SEARA. A QUALIDADE VAI TE SURPREENDER.

Alemão morre em hospital 10 dias após explosão em São Conrado

Com queimaduras em 50% do corpo, vítima estava em coma induzido

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...



... a testemunha afirmou que não viu os dois jovens no momento do crime. No mesmo depoimento, afirmou que sabia a profissão...

Acordo no Congresso
PMDB e PSDB se unem para atingir PT

EXCLUSIVO Uma agenda prioritária de votações de projetos na Câmara e no Senado une PMDB e PSDB em torno de um objetivo: tirar o Executivo, redistribuindo recursos, funções e tarefas entre União, estados e municípios, já em 2016, revela José Casado. **PÁGINA 4**

Dilma roga a Renan e Cunha
 A presidente pediu à proposta do Congresso de substituir dirigentes de estádios. Executivo tem prerrogativa, disse. **PÁGINA 3**

MERVAL PEREIRA
 O novo capítulo da tensão entre Planalto e Congresso. **PÁGINA 4**

Assassinato na Lagoa
Reviravolta: surge terceiro suspeito

Outro jovem diz ter participado da morte do médico Jaime Gold. Segundo ele, suspeito apontado pela polícia como o autor das facadas, o primeiro a ser apreendido, é inocente. **PÁGINA 10**

Suicídios no trânsito
Busca sem fim aos normalistas

Parentes dos 13 estudantes sequestrados em 2014 no México pelo narcotráfico estão no Brasil denunciando o crime. O governo mexicano já reconheceu que eles foram assassinados. **PÁGINA 25**

Tragédia na China
Navio naufragado teria sobreviventes

A China mobilizou três mil socorristas após pedidos de ajuda serem ouvidos no navio naufragado com 450 pessoas. Segundo sobreviventes, tudo ocorreu em minutos. **PÁGINA 27**

Transporte no Rio
Ônibus: tarifa pode cair para R\$ 3,25

PÁGINA 11

Hoje, no Cruzeiro
Luxemburgo estreia contra Fla

PÁGINA 20

Blatter sai, e Fifa terá nova eleição

Investigado pelo FBI no escândalo de corrupção no futebol mundial, presidente recém-releito renuncia



Adelus. Blatter, de 79 anos, há 17 no cargo, deixa o auditório da Fifa, em Zurique, após anunciar sua renúncia e a convocação da nova eleição

Na dia em que o jornal americano "New York Times" revelou que o FBI também investiga Joseph Blatter no escândalo de corrupção na Fifa, o presidente da entidade, há 17 anos no cargo e recém-releito para o quinto mandato, anunciou sua renúncia e convocou nova eleição. Na véspera, seu braço direito, Jérôme Valcke, havia sido acusado de pagar propina de US\$ 10 milhões na compra de votos para levar a Copa de 2010 para a África do Sul. Blatter ficará no cargo até o novo pleito, que será realizada entre dezembro deste ano e março de 2016. Ele disse ter tomado a decisão ao perceber "que não tinha mais o apoio de todos no mundo do futebol". A renúncia foi comunicada após pressão de patrocinadores e federações europeias. Em Berlim, Zico disse que pensa em se candidatar. **PÁGINAS 21 e 32**

BNDES ABRE CONTRATOS

Odebrecht ficou com 70% do crédito à exportação

Divulgação mostra concentração de obras no exterior para a empreiteira

Pressionado, banco detalha US\$ 11,9 bilhões em operações lá fora e R\$ 320 bilhões no Brasil

O BNDES tornou públicas, nesta terça-feira, as operações de empréstimos à exportação de serviços de engenharia, os quais serão subsidiados para empreiteiras brasileiras executarem obras públicas no exterior. O grupo Odebrecht

conterá 70% dos valores contratados desde 2007. No total, o banco emprestou US\$ 11,9 bilhões, sendo 99,4% para cinco grandes empreiteiras: a Altamira Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Camargo Cor-

NOVOS DIREITOS

Domésticas terão FGTS, e patrão pagará INSS menor

A presidente Dilma sancionou a Lei das Domésticas, e esses profissionais terão os mesmos direitos que os demais trabalhadores. Para compensar o pagamento do FGTS, a alíquota do INSS do patrão foi reduzida de 12% para 8%. No total, os encargos trabalhistas serão de 20%. As novas regras começam a valer em 120 dias. **PÁGINA 21**

CRISTO É POP NO PAÍS E NO MUNDO

A estátua do Cristo foi escolhida por usuários do site de viagens como a melhor atração do Brasil. Na América do Sul, ao fluiu atrás de Machu Picchu, no Peru, e, no mundo, foi para o 9º lugar entre maravilhas como o Taj Mahal, na Índia. **PÁGINA 16**



O GLOBO 90 ANOS
 CONTANDO HISTÓRIAS

Vitória de Mário Filho
CAMPANHA AJUDOU A ERGUER O MARACANÃ

Com apoio do GLOBO, o Rio ganhou o seu estádio. **PÁGINA 29**

SEGUNDO CADERNO
FICHADOS NO RECIFE

"Meliantes", Boris Pókov, Sotro Gallo e Rolo Scarpetti

EXCLUSIVO Amizades eram investigadas por sua conduta "alternativa" na ditadura, revela pesquisa. **PÁGINA 28**

Colunistas
ELIO GASPARI
 EUA tiram Brasil de briga por esmeralda exportada como estafeta. **PÁGINA 16**

ZUENIR VENTURA
 Sociedade volta a discutir se o criminoso é produto do meio. **PÁGINA 17**

HELENA CELESTINO
 Dilma ganhou duas vezes na briga com os EUA. **PÁGINA 28**

Entrevista antes da queda

CRICO

— Grande Blatter!

Rio

ATAQUES EM SÉRIE

De volta ao crime da Lagoa

Surge um terceiro suspeito, que tenta inocentar o primeiro acusado de esfaquear médico

ELLENICE BORTOLINI, VERA ANTONIO E MARCO GUILLO/ GLOBO/REUTERS

O caso do assassinato do cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, esfaqueado na Lagoa no mês de maio, teve uma reviravolta. Na madrugada de ontem, um adolescente, que seria da favela do Iacarezinho, compareceu à delegacia do Homicídios. Novo, acompanhado por uma irmã e pelo pai, pediu para confessar sua participação no crime, cuja investigação já havia sido dada como encerrada pela Divisão de Homicídios do Rio. O suspeito apresentou o jovem de 18 anos apontado pela polícia como o autor dos golpes de faca na vítima, que foi apreendido dois dias depois do crime. Segundo ele, o esfaqueador foi um adolescente de 15 anos, o segundo a ser detido. O terceiro jovem envolvido no caso já foi ouvido por promotores no Ministério Público estadual.

O rapaz contou a policiais que assaltado o médico apenas na companhia do segundo adolescente, que se entregou na semana passada, também levado pela família. A nova versão pode mudar o rumo do inquérito. O crime em tese estaria esclarecido. No mesmo dia da detenção do segundo suspeito, em coletiva na sede da Divisão de Homicídios, na Barra, o diretor da unidade, Rivaldo Barbosa, e a delegada Patrícia Aguiar, responsável pelo caso, afirmaram ter convicção de que os dois jovens esfaqueados assaltaram juntos o médico, sendo que o primeiro teria desferido os golpes que causaram a morte de Gold.

DEPONENTE DE TESTEMUNHA CAUSOU POLÊMICA
Os delegados da DH afirmaram ainda que uma testemunha, que trabalha perto do local onde aconteceu o ataque, havia sido contatado em seu endereço e suscitou. No entanto, em um primeiro depoimento dado à 14ª DP (Leblon) a mesma testemunha disse que não tinha condições de reconhecer os envolvidos. Depois, na Divisão de Homicídios, garantiu que um dos assaltantes era branco e o outro negro. Mas os dois suspeitos detidos, que atendem um ou outro a responder pelo crime, são negros. A controvérsia em torno da investigação chegou às redes sociais. No Facebook, a titular de delegacia do Leblon, Monique Vidali, chamou a atenção para as contradições do inquérito e para o fato de a principal testemunha ter dado dois depoimentos diferentes.

Quando o segundo jovem foi detido, autoridades também divulgaram versões discrepantes. Depois de confessar sua participação no crime à mãe, ele foi levado pela avó e pelo pai para o Iguá, unidade de Socorro ao Estado de Desenvolvimento Social no Rio Comprido e

o órgão chegou a informar que ele havia confessado a uma assistente social que esfaqueou o médico. A secretária observou a falar com os policiais que investigavam o assassinato. No mesmo dia, algumas horas depois de ter conversado com a assistente social, ele prosseguiu seu depoimento na DH, mas o teor da confissão feita em outro ele teria admitido a participação no assalto, mas acusava o primeiro detido de esfaquear o médico. A secretária de Desenvolvimento Social fez uma retificação pública, afirmando ter havido um equívoco nas primeiras informações que divulgou. No dia seguinte o órgão não quis mais se pronunciar sobre o caso.

Procurados ontem, Rivaldo Barbosa e Patrícia Aguiar não quiseram comentar os surtos de depoimentos de um terceiro jovem envolvido no assassinato. A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que os dois delegados não se pronunciaram porque estavam buscando a tranquilidade das novas informações. Ontem, no final da noite, foi divulgado que um outro delegado da DH, Gerson Lages, daria uma coletiva sobre o crime.

CONFISSÕES NO FACEBOOK
Policiais que investigam o crime vêm com desconfiança a história que envolve o terceiro suspeito. Eles acreditam o que chamam de "crise de consciência" do jovem: em mensagens publicadas na internet, na página aberta, ele se responsabilizou por ter desferido os primeiros golpes responder por um crime que não cometeu. Segundo investigadores, esse disse em redes sociais que "não aguentava mais" ser julgado pelas pessoas e lançou o o conteúdo de seu celular, que havia se entregado. "Tou (sic) acenando que os caras não fazendo a maior confusão com meu parceiro lá dentro", teria escrito, referindo-se ao segundo suspeito detido.

O advogado Alberto de Oliveira Júnior, que representa o primeiro adolescente apreendido pelo segundo envolvido no crime, afirmou que vai apresentar hoje um pedido de habeas corpus. A defesa do jovem sustentou desde o início que ele estava em casa, em Mangueiras, na noite em que Jaime Gold foi esfaqueado. Ouviu, por telefone, o advogado chamou o trabalho da polícia de "lanfanga" e afirmou que vai processar o governo do estado. Quando apresentou o advogado afirmou o assassinato do médico, a polícia informou que ele já tinha 15 anos criminais por roubos e furtos, a maioria em bairros da Zona Sul. Em um deles, no Aterro, teria usado uma faca.

Cada um vai ser julgado nas suas responsabilidades. A gente espera que os responsáveis (pela comissão de inquérito) sejam julgados — afirmou Alberto de Oliveira Júnior.

ESCONDIDO NA CASA DA AVÓ



'Olfar', Michael Douglas, ao ser apresentado pela polícia, não respondeu a perguntas sobre o roubo de uma bicicleta

LADRÃO QUE FERIU ESTUDANTE EM TREM É PRESO

Com a cabeça raspada e o bigode em crescimento para tentar não ser reconhecido, Michael Douglas Gonçalves da Silva, de 19 anos, foi preso ontem (terça-feira) após ser identificado em uma câmera de segurança no Metrô. Ele estava escondido na casa da avó, três dias após ter roubado um celular e esfaqueado um estudante. Faltava um mês para o aniversário de 18 anos de Douglas. Ele foi preso na Estação do Quilombo da SuperVia. Ele confessou o crime, disse estar arrependido, mas recusou-se a fazer uma declaração à justiça. Michael Douglas foi preso por roubo de celular e esfaqueamento de um estudante em uma estação de metrô. Ele foi preso na Estação do Quilombo da SuperVia. Ele confessou o crime, disse estar arrependido, mas recusou-se a fazer uma declaração à justiça. Michael Douglas foi preso por roubo de celular e esfaqueamento de um estudante em uma estação de metrô.

Michael contou ter vendido o celular do vítima ao Centro do Brasil por R\$ 200. Ele acreditava ter sido roubado que precisava do dinheiro para pagar a namorada, que está grávida. Fizesse uma declaração.

— Ele confessou o crime e disse que estava sob efeito de cocaína. E justificou dizendo que a namorada precisava fazer o exame — contou a delegada.

Cidreira informou que o irmão de Michael Douglas já havia procurado a polícia para registrar um registro, mas policiais da 56ª DP descobriram, por meio de operações noturnas, o endereço onde ele estava escondido e foram ao local. Michael Douglas não reagiu a prisão e foi levado por helicóptero de socorro ao Hospital do segundo de maio. Cada seja condenado, a pena pode chegar a 15 anos de prisão.

Segundo a delegada, no dia 2 de maio, Michael Douglas teria

perdoado dois assaltos, um na plataforma do SuperVia, em Guadalupe, e outro dentro de um ônibus em Jussaraquã.

Michael Douglas teria cometido o primeiro crime aos 17 anos, quando foi apreendido por roubo. Hoje, ele acumula a cinco passagens pela polícia por roubo, furto, assalto e lesão corporal. O pai dele teve passagem pela polícia por tráfico. Em julho de novembro passado ele estava preso, mas foi solto depois ser condenado a dois anos e quatro meses em regime aberto, sendo emitição de liberdade provisória.

O estudante ferido por Michael Douglas com duas facadas teve alta ontem do Hospital São João Filipe, no Alameda, onde recebeu tratamento em duas semanas. Em entrevista ao "Bom Dia Rio", da TV Globo, o médico disse que o jovem Pedro foi esse que tem mais de cinco dias em estado de coma.

O PASSO A PASSO DO CASO	
<p>TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO</p> <p>Assalto</p> <p>O médico Jaime Gold é esfaqueado no praça e no algarim e é levado à clínica hospitalar por dois adolescentes na Lagoa.</p>	<p>QUARTA-FEIRA, 20 DE MAIO</p> <p>Morte do médico</p> <p>Durante a madrugada, poucos horas após ser esfaqueado, Jaime Gold não resistiu aos ferimentos e morreu no Hospital Municipal Miguel Couto, na cidade. Ele é enterrado no dia seguinte no Cemitério Consuelo Israelita, no Caju.</p> <p>Protestos</p> <p>Lago após a morte do médico, acontecem as primeiras manifestações. O fim de semana é marcado por protestos contra o violência.</p>
<p>QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO</p> <p>Preso o suspeito</p> <p>A Polícia Civil apreende o primeiro suspeito de envolvimento na morte de Jaime Gold. Segundo a polícia, o adolescente de 15 anos havia sido recrutado por uma lanfanga, mas não reagiu ao questionamento.</p>	<p>QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO</p> <p>2º suspeito se entrega</p> <p>O segundo adolescente suspeito de envolvimento no ataque é se entregou à polícia. Em depoimento, reconhece a participação no crime e afirma que o primeiro jovem apreendido esfaqueou o médico. Os delegados Rivaldo Barbosa e Patrícia Aguiar, da Divisão de Homicídios, afirmam que o caso está encerrado.</p>
<p>QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO</p> <p>A primeira dúvida</p> <p>Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, o testemunho afirma que um dos autores do crime era "branco e magro". Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento contradiz, em 20 de maio, o depoimento do crime.</p>	

Peção sancionará projeto de lei que faz do roubo de bicicleta um tipo específico de crime

Voteção de proposta para multar quem estiver com facas, metralhas ou grandes é adiada na Alerj

Governador Luiz Fernando Pezão informou que já sancionará um projeto de lei que, aprovado ontem por unanimidade na Assembleia Legislativa (Alerj), estabelece o roubo de bicicleta como um tipo específico de crime. O objetivo principal da proposta, de autoria dos deputados Marinho Rocha (PSD) e André

Casilhano (PT), é facilitar os registros em delegacias, ajudando investigadores a identificar grupos especializados em casos assaltos e áreas de maior ocorrência. Já a votação do projeto do deputado Gerardo Fudim (PS) prevê multa para quem for flagrado com facas ou armas ilegais em locais públicos.

O projeto que tipifica o roubo de bicicleta foi apresentado dias após o assassinato do médico Jaime Gold, na Lagoa. Atualmente, esse tipo de crime é incluído nas

estatísticas de assaltos a pedestres. A votação foi rápida e não houve discussões, ao contrário do que aconteceu na apresentação da proposta de Fudim no plenário. Uma das emendas, de autoria de Carlos Minc (PT), estabelece critérios para identificar quem utiliza facas para trabalhar. Segundo ele, pessoas que costumam transportar objetos cortantes em motóveis e sacolas não podem ser punidas e o assunto precisa de novos debates.

— Temos de distinguir a faca que faz a um charqueado daquela que será usada num crime. ■

Suspeito de matar médico na Lagoa dá nova versão

Advogado de primeiro jovem detido diz que segundo rapaz voltou atrás em depoimento e inocentou seu cliente

Paulo Roberto Bessa, advogado de um dos jovens suspeitos do crime praticado no fim de semana em uma praia da Lagoa, afirmou que o segundo jovem admitiu o crime. O primeiro jovem, porém, voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente.

— Não podemos divulgar o nome do depoente, pois o processo é em segredo de justiça. O que podemos dizer é que o depoente voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente. O segundo jovem, porém, admitiu o crime.

— Não podemos divulgar o nome do depoente, pois o processo é em segredo de justiça. O que podemos dizer é que o depoente voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente. O segundo jovem, porém, admitiu o crime.

— Não podemos divulgar o nome do depoente, pois o processo é em segredo de justiça. O que podemos dizer é que o depoente voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente. O segundo jovem, porém, admitiu o crime.

— Não podemos divulgar o nome do depoente, pois o processo é em segredo de justiça. O que podemos dizer é que o depoente voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente. O segundo jovem, porém, admitiu o crime.

— Não podemos divulgar o nome do depoente, pois o processo é em segredo de justiça. O que podemos dizer é que o depoente voltou atrás em seu depoimento e inocentou seu cliente. O segundo jovem, porém, admitiu o crime.

Nova central de regulação de vagas hospitalares é inaugurada

Sistema abrange as redes do estado, da União e dos municípios do Rio

O governo federal e o estado inauguraram, nesta terça-feira, uma nova central de regulação de vagas hospitalares no Rio de Janeiro. O sistema abrange as redes do estado, da União e dos municípios do Rio.

O sistema foi desenvolvido pelo governo federal e o estado. Ele permitirá a regulação de vagas hospitalares em tempo real, facilitando a distribuição de pacientes entre os hospitais.

O sistema será utilizado para a regulação de vagas hospitalares em tempo real, facilitando a distribuição de pacientes entre os hospitais.

O sistema será utilizado para a regulação de vagas hospitalares em tempo real, facilitando a distribuição de pacientes entre os hospitais.

Opinião

CAUSAS

CONTINUA SE discutir entre causas de problemas sociais e falta de recursos. Mas não sempre se pode encontrar a resposta correta para explicar essas coisas.

DESTE SENTIDO é o caso, por exemplo, da violência urbana. A violência urbana é um problema social complexo, que envolve fatores econômicos, sociais e culturais. Não basta apenas aumentar a presença policial para resolver o problema.

O PROGRAMA de inclusão social do governo federal é um exemplo de uma iniciativa que visa a reduzir a desigualdade social. No entanto, é necessário avaliar os resultados e fazer ajustes para garantir que o programa esteja realmente ajudando as pessoas que precisam.

Preso pelo assassinato de delegada é achado morto

Corpo com cortes na nuca encontrado em cela de prisão em Curitiba

A Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Sepap) informou nesta terça-feira que o corpo de uma delegada de polícia foi encontrado morto em uma cela de prisão em Curitiba. O corpo foi encontrado com cortes na nuca e estava sem vida.

A delegada foi encontrada morta em uma cela de prisão em Curitiba. O corpo foi encontrado com cortes na nuca e estava sem vida. A polícia está investigando o caso e acredita que o crime pode estar relacionado a questões políticas.

Um presente para registrar seus momentos inesquecíveis.

Outro para levar vocês até esses momentos inesquecíveis.

A CADA R\$ 500 EM COMPRAS = 1 CUPOM PARA CONCORRER A

10* CÂMERAS POLAROID CUBE POR DIA

*Correspondentes a 5 pares por dia.

E AINDA CONCORRA A

1 JEEP RENEGADE

NO FINAL DA PROMOÇÃO!

Período de participação: de 4 a 12/6/2015.

Comemore nos restaurantes do BarraShopping e New York City Center

Assine nossas redes sociais e confira as novidades que preparamos para você.

BarraShopping Oficial | barrashoppingoficial

Policia pede prisão de mãe que trancou filho em casa

Genitora de 7 anos foi registrada por boletim de ocorrência em Leme

A polícia pediu a prisão da mãe de um menino de 7 anos que, segundo o boletim de ocorrência, trancou o filho em casa por vários dias. A mãe alega que o menino estava com problemas de comportamento e que ela não sabia o que fazer.

A polícia está investigando o caso e acredita que a mãe pode estar cometendo um crime de abandono de menor. A mãe foi registrada por boletim de ocorrência em Leme.

O GLOBO 90 ANOS

TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2015 7h40 - R\$ 2,00

Irina Marinho (1876-1925) — 1901-2003 Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Após Lava-Jato

Petrobras investirá US\$ 90 bi a menos

A Petrobras reduzirá seus investimentos em 10% até 2019. O plano de negócios foi encolhido em US\$ 30 bilhões, para US\$ 130,3 bilhões, a menor dos últimos sete anos. O objetivo é diminuir a dívida da companhia. A estatal cortou suas metas de produção de petróleo, mas pretende elevar a capacidade de refino. **PÁGINA 20**

Morte na Lagoa

Justiça condena adolescentes

Dois jovens acusados pela morte do médico Hânne Gold na Lagoa foram condenados pelo crime. Para a Justiça, o primeiro destilou metano e o segundo, a pena máxima é de 3 anos. **PÁGINA 7**

Crime em favela no Rio

Jovem morto tinha 2 empregos

Morto com um tiro na cabeça durante tiroteio no Morro da Coroa, Rafael Neri, de 23 anos, era entregador de livros de manhã e de pizza à noite. A família acusa PMs. **PÁGINA 12**

Educação e violência

UPP reduziu aulas perdidas e evasão

Pesquisas em escolas da Tijuca mostram que evasão e número de aulas perdidas caíram após UPPs. Melhor o desempenho dos alunos, porém, continua sendo um desafio. **PÁGINA 24**

Procurador assassinado

Egito promete caçada ao terror

O governo do Egito disse que a morte do procurador-geral numa atentado não intimidará o Judiciário e prometeu lutar contra o terror. **PÁGINA 25**

Copa América

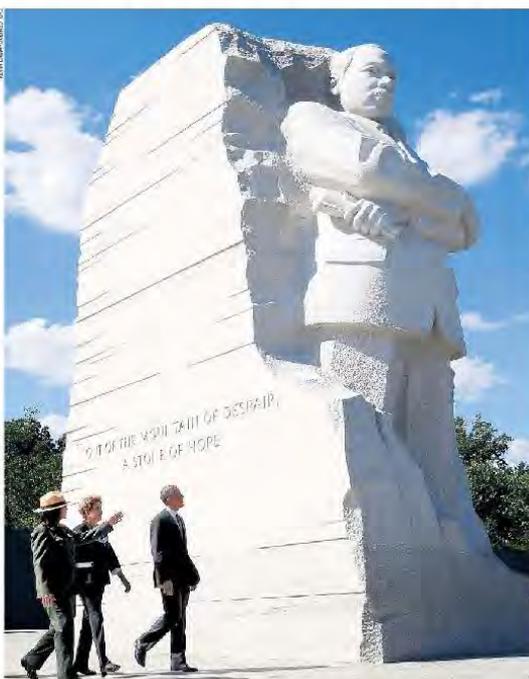
Paraguai desafia time argentino

PÁGINA 27

LAVA-JATO

Dilma ataca delator, mas investigação é ampliada

Presidente cita traidor da Inconfidência Mineira para desqualificar acusações



"Eu tenho um sonho." Dilma e Obama visitam o monumento ao líder de direitos civis Martin Luther King, em Washington, nos EUA.

MERVAL PEREIRA
Tentar pôr pedras no traidor em Fessio para as coisas para Dilma. **PÁGINA 4**

PEDRO DORIA
História da Inconfidência que Dilma aprendeu é mito. **PÁGINA 3**

JOSÉ CASADO
Odobrecht é investigada em mais cinco países. **PÁGINA 15**

Enquanto isso, STF recebe da Procuradoria-Geral da República 30 petições sigilosas, que devem resultar em novos inquéritos contra políticos

Em visita aos EUA, a presidente Dilma reagiu à delação premiada do dono da UTC, Ricardo Pessoa, que disse ter feito doações à campanha da petista em 2014 por ter problemas para seus negócios na Petrobras. "Não respeito delator", afirmou a presidente. Ela citou Joaquim Silveira dos Reis, traidor da Inconfidência Mineira, e também sua prisão em dísculos: "Denturam me transformar em delator. Resisti bravamente". Ao mesmo tempo, a Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo Tribunal Federal 30 petições com trechos das acusações de Pessoa a políticos, que devem resultar em novos inquéritos. Em Washington, Dilma e o presidente Obama visitaram o monumento ao líder Martin Luther King e jantaram na Casa Branca. **PÁGINAS 2 e 4**

"Nos deparamos com este enorme, descomunal, caso de corrupção"

Rodrigo Janot, procurador-geral da República

ENQUANTO ISSO...

Lula se reúne em Brasília com marqueteiro e PT **PÁGINA 5**

Médico afirma que não liberou viagem de Levy

O médico que atendeu Joaquim Levy negou ter liberado sua viagem para os EUA com a presidente Dilma, como dissera o ministro. Arthur Viana afirmou que Levy, diagnosticado com embolia pulmonar, sempre usava tópicos econômicos, mas não médicos. **PÁGINA 4**

Risco de calote grego derruba Bolsas

País precisa pagar €1,6 bi ao FMI hoje. Para analistas, solução política pode evitar saída do euro **PÁGINAS 17 e 19** e **Afirmar Leão**

O GLOBO
CONTANDO HISTÓRIAS



Novo centro do poder

A sucessão do GLOBO em Brasília foi aberta quatro dias antes da inauguração da capital. **PÁGINA 9**

SEGUNDO CADERNO

Portinari e Cervantes

BALE REÚNE GÊNIOS



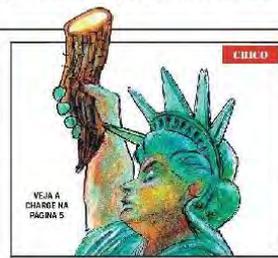
Marcia Hayeké. "Dorn Oubote" inspirado em obras de Portinari

ANCELMO GOIS

Boicote a Israel

WATERS RESPONDE A CAETANO

Piqueteiro inglês implora ao ministro basco: "Eu vi a Tel Aviv". **PÁGINA 11**



VEJA A CHARGE NA PÁGINA 5

Preço de cada exemplar no Estácio do Rio de Janeiro R\$ 3,00 - Circula com este editor: Segundo Caderno

Rio ASSASSINATO NA LAGOA

Três anos de pena máxima

Dois jovens são condenados pela morte de médico. Um terceiro detido pelo crime será solto

MARCO GUILLO (marco@globo.com.br) VERA AMARAL verap@globo.com.br

A Justiça condenou ontem, por crime análogo ao latrocínio (roubo com morte), o primeiro e o terceiro adolescentes apreendidos por participação no assassinato de médico Jaime Gold, estapeado enquanto andava de bicicleta na Lagoa, em maio, segundo a decisão judicial. O jovem de 16 anos detido dois dias após o crime foi o autor das facadas. Ele foi reconhecido pela única testemunha do crime e de acordo com a Justiça, roubou a bicicleta e levou o terceiro adolescente no quarto. A juíza Michelle de Gusmão Pereira Sarmento, do 9º Vara de Infância e Juventude, absolviu o segundo jovem detido. Este adolescente também está numa unidade do Detrag e será solto. O tempo máximo de internação para os jovens condenados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é de três meses. A internação deve ser avaliada a cada seis meses.

A decisão judicial não seguiu o caminho do Ministério Público, que havia pedido a condenação do primeiro adolescente e a absolvição dos outros dois. Uma fonte em acesso ao processo, que ocorre em segredo de Justiça, conta que a juíza levou em consideração dados do GPS do celular do médico, que comprovaram a participação do terceiro adolescente no caso, a indenização sobre as condenações e a absolvição já está devidamente no sistema do Tribunal de Justiça. No entanto, até o noite de ontem, as partes envolvidas ainda não haviam lido a íntegra da sentença, nem tido acesso aos fundamentos que levaram à decisão do juiz.

O primeiro adolescente negou, em depoimento em audiência, a autoria do crime. Foi condenado o crime de latrocínio no crime e reconheceu em dois depoimentos, por foto, na Divisão de Identificação (DI), e presencialmente, através de uma parade de vídeo, antes da audiência de instrução no Fórum de Olaria. Além disso, foram levadas em consideração inconsistências apresentadas por testemunhas da defesa do jovem, quando falou para sobre os fatos e não se lembra do momento do crime e dos horários em que teria sido visto em Mangueiras, onde mora. A principal testemunha da defesa, o dono de um comércio onde o rapaz estava trabalhando, estava na hora do assassinato, mas não viu a um processo por recepção e já chegou a ser preso pelo delito.

ADOLESCENTE RECEBERIA ENCOMENDAS DE ROUBOS Informações colhidas ao longo da investigação indicam que o adolescente usava uma pasta de desapego na fiação da fiação criativa que domina a região do Jacaré. De acordo com uma fonte, o jovem tem uma atividade especial em vítimas a partir de encomendas feitas por responsáveis de bicicletas. No dia em que ocorreu o crime, ele levou a bicicleta do rapaz morto e a levou para o apartamento dos irmãos do TH, onde mora a bicicleta de Jaime Gold. O crime da Divisão de Identificação delegada Flávia Barboza, na época chegou a confirmar com o filho da vítima os detalhes dados pelo jovem. Nos autos do processo, a polícia informou que o primeiro adolescente é o que o médico chama de "aparelho" responsável por distribuir as bicicletas, procurados, os adolescentes de defesa dele não reconhecem as fotos.

O terceiro jovem diz não afirmar a juíza que participou do crime e culpa pelas facadas o adolescente absolvido. Segundo o defensor público Fábio Silveira, na reunião, que assistiu o caso, ele disse que só foi a confissão porque foi obrigado pelo tráfico do facerechivo.

De ser entregue a polícia porque foi obrigado pelo tráfico. As penas colhidas não foram com a recepção. Ele se apresentou à DI no dia que a polícia fez uma grande recepção para soltar o tráfico por lá. O que ele disse não foi corroborado pelos testemunhas. A confissão não é a única das

OS ADOLESCENTES

1º jovem 16 ANOS CONDENADO 18 passagens pela polícia Arrestado em 21 de maio Foi reconhecido pelo único testemunha, segundo a polícia. Negou a participação no crime.	2º jovem 15 ANOS INOCENTADO 2 passagens pela polícia Entregou-se em 27 de maio Confessou sua participação no crime. Acusou o primeiro de arrastar as facadas no médico.	3º jovem 17 ANOS CONDENADO 20 passagens pela polícia Entregou-se em 2 de junho Confessou sua participação no crime. Inocentou o crime ao suplicar, depois o segundo de ter colocado o médico.
--	--	--

A VÍTIMA Metade do Hospital do Fúncio e pai do filho, o cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, foi estapeado quando andava de bicicleta na Lagoa, um de seus lugares favoritos. Levado para o Miguel Couto, passou por oito horas de cirurgia, mas não resistiu



FOI FOTOGRAFADO: GILBERTO CAVALARI

Memória COMÉRCIO ILEGAL ESTIMULA AUMENTO DE ASSALTOS

A morte de Jaime Gold espalhou o crime de recepção, que forma uma rede com outros dois delitos: o roubo de um veículo e o roubo de uma bicicleta, por um valor inferior ao preço de mercado. Durante os meses seguintes, a Divisão de Identificação do Departamento de Polícia Civil (DPC) levou a cabo uma operação para chegar até a pessoa que o roubou. O comprador ainda não foi encontrado. A polícia investiga uma quantidade de bicicletas que vende cotidianamente.

Reportagens publicadas a longo prazo pelo GLOBO mostram que a recepção alimenta o comércio ilegal, até mesmo em áreas e através do aumento do número de assaltos. Alguns dos pontos de venda conhecidos são o comércio de Rua Urquiza (na Zona Sul) e o comércio de Rua das Flores (em Jacarepaguá) e da Praça das

próximas — afirmou o delegado, que vai recorrer da condenação. — Esse delíto é mais uma vez surpreendida a rede, demonstrando que, para a grande maioria dos recebedores, não é a coisa, são dinheiro e outros benefícios o motivo do crime. Já viu recente, uma vez que o MP pediu a impossibilidade em relação a ele. Embora ele tenha confessado a defesa técnica, que ele se demora a aceitar o crime.

A designar de intenções Marco Aurélio, ex-traficante e pai dos dois filhos de Jaime Gold, afirmou que não está acompanhando os desenvolvimentos do caso, e disse que, pouco mais de um mês de prisão, a morte do médico virou "estática". — Não sei dizer se ficaria feliz, não sei quanto, porque não estou acompanhando nada. Só sei que a bicicleta não apareceu. A morte veio nos dois (filhos e dois filhos) e não comprou nada de coisa para fazer. Nesse momento, se foi mal (de saúde), morreu rico, pobre, não faz a menor diferença. Não vai trazer de volta. O caso é que estamos vivendo nessa vida e ninguém nos protege. A (presidenta) Dilma (Sousuff) não ligou para nossa casa. Ninguém dos direitos humanos ligou para nossa casa para saber se a família (dos filhos) estava paga. ■

AS REVIRAVOLTAS DO CASO

APÓS VEREDICTO E PRONTO TRIBUNAL, SAI A SENTENÇA PARA O CRIME QUE CHOCOU O RIO

19 DE MAIO Assalto O médico Jaime Gold é estapeado na Lagoa e no acostume na Lagoa. Foi levado ao hospital, que foi levado por dois adolescentes.	20 DE MAIO A morte do médico Horas após ser levado, Gold morre no hospital. No mesmo dia, acontece as primeiras manifestações de luto de crime via portais de notícias.
21 DE MAIO Detido o 1º suspeito O primeiro suspeito é detido em sua casa, na Favela de Mangueiras. Ele nega o crime.	27 DE MAIO 2º suspeito se entrega O segundo jovem, com o apoio da família, se entrega. Depois disso, ele confessa ter participado do crime. A polícia encontra o caso, apesar de os detalhes.
28 DE MAIO A primeira audiência Vem à tona a reportagem que testemunha, que não afirma a autoria do crime na audiência pública. Segue-se um dos autores do crime era brasileiro, mas na defesa ele não afirma nada.	2 DE JUNHO 3º suspeito se entrega O terceiro jovem se apresenta à delegacia do 2º distrito. Não reconhece o crime. Ele diz ter participado do crime. Inocentou o crime ao suplicar e depois o segundo de ter colocado o médico.
9 DE JUNHO A volta atras A Justiça que mantém ao crime o primeiro, porque foi preso antes da audiência pública.	17 DE JUNHO A denúncia do MP O Ministério Público pede a absolvição do segundo e do terceiro detidos e a condenação do primeiro.
25 DE JUNHO A sentença A Justiça condena o primeiro e absolvi o segundo.	

Cláudia de Freitas

Lei sobre sistema de bicicletas roubadas é sancionada pelo governador

Texto que proíbe o porte de armas brancas também já está em vigor

Tanto a lei que estabelece o roubo de bicicleta como um tipo específico de crime quanto a que proíbe em todo o território estadual o porte de armas brancas foram publicadas ontem no Diário Oficial. Os dois projetos foram aprovados na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) após a morte do médico Jaime Gold, estapeado na Lagoa.

O texto sobre as bikes, que uma proposta dos deputados Márcio Rocha (PSD) e André Ceciliano (PT), foi aprovado por unanimidade no dia 2 deste mês. Sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão, a lei cria o Sistema Estadual de Prevenção ao Roubo de Bicicleta e ao Comércio Ilegal de Bicicletas no Estado do Rio.

ASSALTOS A PEDESTRES Antes, os casos envolvendo bicicletas estavam nos números de assaltos a pedestres. Por isso, a polícia não tinha como saber em que locais da cidade aconteciam

os crimes. O objetivo da nova lei é facilitar os registros em delegacias, ajudando investigadores a identificar quadriciclos especializados e a identificar ocorrência. A Secretaria de Segurança será responsável por manter atualizado o banco de dados com todas as bicicletas furtadas e roubadas no estado.

O órgão divulgará mensalmente estatísticas sobre esses crimes, indicando data, hora e local em casos de ocorrência de delitos. Outro objetivo, com as informações de todas as bikes recuperadas no Rio, também deverá

ser desenvolvido. A lei determina ainda que as lojas informem ao órgão fiscal o número de série das bicicletas, o equivalente ao encontrado nos chassis dos carros. Com a medida, pretende-se facilitar a localização em caso de roubo ou furto.

Para que os proprietários se conscientizem sobre a importância de manter seu poder a nota fiscal com o número de série de equipamento, o projeto aprovado pela deputada inclui a promoção de uma campanha publicitária permanente sobre o tema. A propaganda também

incentivará o registro de ocorrência após o roubo ou furto, para a atualização das estatísticas.

MULTA PARA PORTE DE FACA Com a lei sobre a proibição do porte de armas brancas, também sancionada pelo governador, não será mais permitido a circulação das suas contantes, por isso os objetos certos cujas famílias também mais de dez centímetros de comprimento. Quem descumprir a determinação, vista como um instrumento de prevenção, poderá ser multado em até R\$ 500. ■

R), cerca de R\$ 24 mil. De acordo com o decreto, o porte dos objetos para comércio ou fabricação é proibido. Também não é permitida a utilização de objetos para uso legal ou transporte de facas ou lâminas em bolsas, malas e sacos. É autorizada ainda o deslocamento com esse tipo de objeto em embalagem original ou com nota fiscal. O transporte em veículos, dentro de bolsas de ferramentas, por exemplo, também é permitido. Cabe à Polícia Civil fazer as acusações. O projeto do autor do deputado Geraldo Passim (PSD) foi aprovado no dia 10 deste mês. ■

